

MADIANITA NUNES DA SILVA

A DINÂMICA DE PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E
O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO EM CURITIBA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Geografia, Setor de Ciências da Terra,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em
Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Olga Lúcia Castreghini de
Freitas Firkowski

CURITIBA

2012

Silva, Madianita Nunes da

A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba / Madianita Nunes da Silva – Curitiba, 2012.

259 f. : il.; graf., tab.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia

Orientadora: Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski

1. Assentamentos humanos. 2. Planejamento urbano. 3. Habitações. 4. Espaços públicos. I. Firkowski, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. I. Título.

CDD 910.021

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pela candidata **Madianita Nunes da Silva** intitulada "**A Dinâmica de Produção dos Espaços Informais de Moradia e o Processo de Metropolização em Curitiba**", para obtenção do grau de Doutora em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção E Transformação Do Espaço Urbano-Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüida a candidata, são de parecer pela APROVAÇÃO da Tese.

Curitiba, 25 de maio de 2012.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

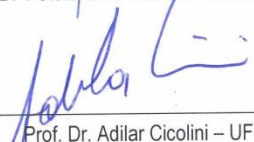
Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Profª. Drª. Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski – Orientadora


Profª Drª. Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP/Presidente Prudente


Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno - UFC


Profª. Drª. Gislene de Fátima Pereira - UFPR


Prof. Dr. Adilar Cicolini – UFPR


Profª. Drª. Zulma Schussel - PUCPR

À minha avó Maria Del Carmen Alvarez Firette, nestes seus 97 anos de vida.

À memória de meu sogro Coriolano Caldas Silveira da Mota.

AGRADECIMENTOS

O resultado aqui apresentado e o cumprimento desta jornada, como tudo nesta vida, são resultado de um esforço coletivo. Muitas pessoas participaram de diferentes etapas do meu curso de Doutorado e algumas contribuíram de forma direta na sua realização e conclusão. A todas sou imensamente agradecida.

À Prof^a Dr^a Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, minha orientadora, pelas contribuições, críticas, apoio e defesa do trabalho. Pelo exemplo como educadora e pesquisadora, pela oportunidade de aprender e compartilhar sua paixão pelo conhecimento e, acima de tudo, pelo convívio amigo, franco e leal.

À Elena Justen Brandenburg, Odila Rosa Carneiro da Silva, Nadia Cibele Besciak e Gustavo Domingues Gaspari, meus bolsistas de Iniciação Científica, pela responsabilidade, comprometimento, energia e paixão com que assumiram esta empreitada junto comigo.

Aos gestores públicos das Prefeituras Municipais e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e aos técnicos das Consultorias pela disponibilidade, atenção e o fornecimento de dados e informações que possibilitaram a realização da pesquisa. Em Araucária, Humberto Castro e Fabiana Moreno Casado da Secretaria Municipal de Planejamento, Silmara Maruska e Velda Altmann da Companhia Municipal de Habitação; em Almirante Tamandaré, Elenize Cristhina Assumpção, Adir Paulo de Lara e Anderson Goinsk da Secretaria Extraordinária Municipal de Urbanismo e Habitação; em Campina Grande do Sul, João Luiz Simião do Departamento de Urbanismo; em Campo Largo, João Marcos Cavalin Cuba do Departamento de Habitação, Anna Carolina Cavalheiro e Humberto Baroni Filho da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a Arquiteta Urbanista Regina Maria Ize; em Campo Magro, Sérgio Luiz Cambri da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; em Colombo, Francisco Mancini da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; em Curitiba, Ricardo Serraglio Polucha da Companhia de Habitação Popular de Curitiba; em Fazenda Rio Grande,

Miguel Ferreira de Paula do Departamento de Habitação e Regularização Fundiária; em Pinhais, Rodrigo Lacerda Marques do Departamento de Planejamento Urbano; em Piraquara, Silvio Rieichi da Secretaria Municipal de Urbanismo; em Quatro Barras, Kleber Rafael de Almeida da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras; em São José dos Pinhais, Ivone Vieira, Liversina Xavier e Ângelo Tomaz Moro Redeschi da Secretaria Municipal de Habitação; e, por fim, aos escritórios técnicos I. Mendes Engenharia e à Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

Aos colegas e amigos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná pelo apoio e, em especial, aos professores da área de Urbanismo, Cristina de Araújo Lima, Gislene de Fátima Pereira, Luís Henrique Cavalcanti Fragomeni e Maria Luiza Marques Dias, que ao assumirem meus encargos didáticos no segundo semestre de 2011 possibilitaram a conclusão da Tese.

Aos meus amigos, pela torcida e o carinho.

À minha família, pelo amor e apoio ao longo de todas as empreitadas de minha vida. Aos meus irmãos queridos, os de sangue e os que ganhei ao longo da vida. A meu pai Manuel Nunes da Silva Neto, pelas questões e leitura crítica dos textos produzidos. À minha mãe Sônia Firette Nunes da Silva, pelas traduções dos textos em francês e a revisão atenta e crítica de todos os capítulos da Tese.

Ao meu companheiro Tarquino Luis Tupy Caldas Silveira da Mota, presença fundamental na minha vida. Seu amor, compreensão, apoio e paciência me forneceram a energia necessária para enfrentar estes quatro anos intensos de Doutorado e tornaram possível concluir esta caminhada.

Os mapas árabes ainda desenhavam o sul em cima e o norte embaixo, mas no século XIII a Europa já havia restabelecido a ordem natural do universo. De acordo com as regras dessa ordem, ditada por Deus, o norte estava em cima e o sul, embaixo. O mundo era um corpo. Ao norte estava o rosto, limpo, que olhava o céu. Ao sul estavam as partes baixas, sujas, onde iam parar as imundícies e os seres escuros, chamados antípodas, que eram a imagem invertida dos luminosos habitantes do norte. No sul, os rios corriam ao contrário, o verão era frio, o dia era noite e o Diabo era Deus. O céu, negro, estava vazio. As estrelas tinham fugido rumo ao norte.

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente trabalho analisa o fenômeno de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba entre as décadas de 1990 e 2000, e explora o papel central desempenhado por estes assentamentos no seu processo de metropolização. Pretende-se compreender como o crescimento e a expansão dos espaços informais de moradia nesse período concorreram para a produção e reestruturação da metrópole na presente fase da urbanização capitalista, caracterizada por transformações nos modos de vida e produção. São levantadas e analisadas a totalidade das favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares em dez dos doze municípios integrantes do aglomerado metropolitano de Curitiba, definido como o recorte espacial da investigação. Verificou-se que a inserção da metrópole na economia globalizada não apenas ampliou a histórica dificuldade de acesso à cidade formal por parte da população que auferes os menores rendimentos, como transformou a dinâmica de produção da moradia informal, a qual atua de forma principal na reestruturação metropolitana vigente. Demonstrou-se que a reestruturação espacial ocorrida, caracterizada pela emergência de novas relações centro-periferia e a formação de uma metrópole mais dispersa, estendida e com estrutura mais complexa, heterogênea e fragmentada, resulta fundamentalmente das novas formas de produção dos espaços informais de moradia. Tal constatação difere do processo observado em outras metrópoles, onde são os equipamentos de produção e consumo mais modernos e os novos empreendimentos residenciais produzidos para a parcela solvente da população os maiores responsáveis por estas transformações. A partir da identificação da espacialidade resultante da dinâmica estudada, concluiu-se que embora esta apresente características similares às encontradas em outros continentes, o que singulariza a reestruturação espacial aqui ocorrida são os conteúdos e processos espaciais que e não a morfologia dela resultante. O trabalho desenvolvido concorre para uma interpretação mais abrangente das transformações socioespaciais experimentadas pelas metrópoles brasileiras nas últimas décadas e, neste sentido, contribui com o conhecimento a respeito da produção do espaço destes aglomerados urbanos na contemporaneidade.

Palavras-chave: Espaços informais de moradia. Metropolização. Produção e reestruturação do espaço urbano. Metrópole de Curitiba.

RESUMEN

Este trabajo examina el fenómeno de la producción de los espacios informales de vivienda en la metrópolis de Curitiba entre las décadas de 1990 y 2000, y explora el papel central desempeñado por estos asentamientos en su proceso de metropolización. El objetivo es comprender cómo el crecimiento y la expansión de los espacios informales de vivienda durante este período contribuyeron a la producción y la reestructuración de la metrópoli en la corriente fase de la urbanización capitalista, que se caracteriza por cambios en los estilos de vida y de producción. Se recogieron y analizaron todas las favelas y subdivisiones ilegales en diez de los doce municipios de la aglomeración metropolitana de Curitiba, definida como el corte espacial de la investigación. Se encontró que la inclusión de la metrópoli en la globalización económica no sólo ha aumentado la dificultad histórica de acceso a la ciudad formal por la población de más bajos ingresos, como ha cambiado la dinámica de producción de los espacios informales de vivienda, que tiene papel principal en la reestructuración metropolitana. Se ha demostrado que la reestructuración espacial, marcada por la emergencia de nuevas relaciones centro - periferia y la formación de una metrópoli más dispersa, extendida y con estructura más compleja, heterogénea y fragmentada, resulta fundamentalmente de las nuevas formas de producción de los espacios informales de vivienda. Esta conclusión difiere de lo que ocurre en otras realidades, donde son los modernos equipamientos de producción y consumo y los nuevos proyectos residenciales producidos a la parte solvente de la población los grandes responsables de estas transformaciones. Desde la identificación de la espacialidad resultante de la producción de estos espacios se concluye que, aunque presente características similares a las encontradas en otros continentes, lo que distingue a la reestructuración espacial que se produjo aquí están los contenidos y procesos espaciales y no la morfología resultante. El trabajo presenta una interpretación más amplia de los cambios socio-espaciales experimentados por las metrópolis brasileñas en las últimas décadas y, por tanto, contribuye al conocimiento de la producción de estas aglomeraciones urbanas en la época contemporánea.

Palabras-clave: Espacios informales de vivienda. Metropolización. Producción y reestructuración del espacio urbano. Metrópolis de Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, MUNICÍPIOS DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA E MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA - 2011.....	29
FIGURA 2	- REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA E MUNICÍPIOS ANALISADOS – 2011.....	134
FIGURA 3	- LIMITES MUNICIPAL, URBANO E DE BAIRROS, PRINCIPAIS VIAS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CURITIBA – 2011.....	139
FIGURA 4	- DÉCADA DE ORIGEM DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CURITIBA – 1980, 1990, 2000.....	142
FIGURA 5	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CURITIBA – 2005.....	143
FIGURA 6	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – PINHAIS – 2011.....	146
FIGURA 7	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – PINHAIS – 1997, 2009.....	149
FIGURA 8	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – PINHAIS – 2009.....	150
FIGURA 9	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2011.....	151
FIGURA 10	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1997, 2010.....	154
FIGURA 11	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ALMIRANTE TAMANDARÉ - 2010.....	156
FIGURA 12	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CAMPO MAGRO – 2011.....	158
FIGURA 13	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPO MAGRO – 2011.....	160

FIGURA 14	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CAMPO LARGO – 2011.....	161
FIGURA 15	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPO LARGO – 1997, 2008.....	164
FIGURA 16	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPO LARGO – 2008.....	165
FIGURA 17	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – ARAUCÁRIA – 2011.....	168
FIGURA 18	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ARAUCÁRIA – 1997, 2010.....	171
FIGURA 19	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ARAUCÁRIA – 2010.....	172
FIGURA 20	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – FAZENDA RIO GRANDE – 2011.	174
FIGURA 21	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – FAZENDA RIO GRANDE – 1997, 2009.....	176
FIGURA 22	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – FAZENDA RIO GRANDE – 2009.....	178
FIGURA 23	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2011.....	180
FIGURA 24	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1997, 2009.....	182
FIGURA 25	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2009.....	184
FIGURA 26	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – QUATRO BARRAS – 2011.....	186
FIGURA 27	- DÉCADA DE ORIGEM DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – QUATRO BARRAS – 1940/2000.....	189
FIGURA 28	- LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CAMPINA GRANDE DO SUL – 2011.....	190

FIGURA 29	- EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPINA GRANDE DO SUL – 2008.....	194
FIGURA 30	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPINA GRANDE DO SUL – 2008.....	195
FIGURA 31	- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS – 1990–2000.....	199
FIGURA 32	- ÁREAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO INTERVALOS DE CLASSE NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	200
FIGURA 33	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	205
FIGURA 34	- DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	208
FIGURA 35	- PROPRIEDADE DA TERRA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	210
FIGURA 36	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SITUADOS EM APPS E APAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	215
FIGURA 37	- ESTRUTURA ESPACIAL DA METRÓPOLE DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 1980.....	223
FIGURA 38	- DENSIDADE DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO CRESCIMENTO INTENSIVO NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 2000.....	228
FIGURA 39	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E TERRENOS À VENDA EM CONDOMÍNIOS FECHADOS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 2000.....	229

FIGURA 40	- ESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE NO FINAL DA DÉCADA DE 2000.....	230
FIGURA 41	- TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO FINAL DA DÉCADA DE 1990 E PREÇO DA TERRA SEGUNDO ÁREAS HOMOGÊNEAS NO ANO DE 2000.....	233
FIGURA 42	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO FINAL DA DÉCADA DE 1990 E RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE DOMICÍLIO SEGUNDO ÁREAS HOMOGÊNEAS NO ANO DE 2000.....	234

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES E ANO DO LEVANTAMENTO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA.....	133
QUADRO 2	- NOMENCLATURAS UTILIZADAS NAS FONTES DE PESQUISA PARA CARACTERIZAR AS TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS - 1990 – 2000.....	197
GRÁFICO 2	- PARTICIPAÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO TIPOLOGIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	203
GRÁFICO 3	- PARTICIPAÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO PROPRIEDADE DA TERRA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	212
GRÁFICO 4	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA EM CURITIBA, ARAUCÁRIA, FAZENDA RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS SUJEITOS A INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS OU SITUADOS EM FAIXAS DE DOMÍNIO NA DÉCADA DE 2000...	214

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE CURITIBA, DO AGLOMERADO METROPOLITANO E DA RMC ENTRE PERÍODOS CENSITÁRIOS – 1980 - 2010.....	37
TABELA 2	- INDICADORES DE CLASSIFICAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES CONSIDERADAS METROPOLITANAS NO BRASIL SEGUNDO O OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NA DÉCADA DE 2000.....	39
TABELA 3	- DOMICÍLIOS E POPULAÇÃO RESIDENTE EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA – 1992, 1998.....	68
TABELA 4	- TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO DÉCADAS – PARANÁ – 1940– 2010.....	75
TABELA 5	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 2000, 2010.....	138
TABELA 6	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 1996, 2005.....	138
TABELA 7	- ASSENTAMENTOS E DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 1979, 1987, 1996, 2000, 2005.....	140
TABELA 8	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 2005.....	141
TABELA 9	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – 2000, 2010.....	145
TABELA 10	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE PINHAIS EM 1997, 2009.....	147

TABELA 11	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE PINHAIS EM 1997, 2009.....	148
TABELA 12	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2000, 2010.....	152
TABELA 13	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1997, 2010.....	153
TABELA 14	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1997, 2010.....	153
TABELA 15	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – 2000, 2010.....	157
TABELA 16	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – 1997, 2011.....	158
TABELA 17	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – 1997, 2011.....	159
TABELA 18	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – 2000, 2010.....	162
TABELA 19	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – 1997, 2008.....	163
TABELA 20	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – 1997, 2008.....	163
TABELA 21	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 2000, 2010.....	167

TABELA 22	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 1997, 2010.....	168
TABELA 23	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 1997, 2010.....	170
TABELA 24	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – 2000, 2010.....	173
TABELA 25	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – 1997, 2009.....	175
TABELA 26	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – 1997, 2009.....	175
TABELA 27	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2000, 2010.....	179
TABELA 28	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1997, 2009.....	181
TABELA 29	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1997, 2009.....	183
TABELA 30	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – 2000, 2010.....	187
TABELA 31	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – 1997, 2009.....	187
TABELA 32	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – 1997, 2009.....	187

TABELA 33	- POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – 2000, 2010.....	191
TABELA 34	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – 1997, 2008.....	192
TABELA 35	- ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – 1997, 2008.....	192
TABELA 36	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS SEGUNDO DÉCADAS – 1990 – 2000.....	196
TABELA 37	- ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS SEGUNDO DÉCADAS – 1990– 2000.....	201
TABELA 38	- DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS – 1990–2000.....	202
TABELA 39	- NÚMERO E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO TIPOLOGIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	204
TABELA 40	- ÁREA MÉDIA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO TIPOLOGIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	206
TABELA 41	- DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO FINAL DA DÉCADA DE 2000 E DOMICÍLIOS PARTICULARES EM 2010 NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA.....	207
TABELA 42	- ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO PROPRIEDADE DA TERRA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	209
TABELA 43	- ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO PROPRIEDADE DA TERRA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	211

TABELA 44	- NÚMERO E PERCENTUAL DE ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SITUADOS EM APPS E APAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000.....	213
-----------	--	-----

LISTA DE SIGLAS

APA	- Área de Preservação Ambiental
APP	- Área de Preservação Permanente
BNH	- Banco Nacional da Habitação
CEF	- Caixa Econômica Federal
COHAB - AR	- Companhia Municipal de Habitação de Araucária
COHAB - CT	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IAPS	- Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LAHURB	- Laboratório de Habitação e Urbanismo
PDI	- Plano de Desenvolvimento Integrado
PIB	- Produto Interno Bruto
PLHIS	- Plano Local de Habitação de Interesse Social
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SBPE	- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SERETE	- Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda
SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UTP	- Unidade Territorial de Planejamento

LISTA DE ABREVIATURAS

a.a.	- ao ano
dom.	- domicílio
ha	- hectare
hab.	- habitantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2 A METROPOLIZAÇÃO REVELADA NOS ANOS 1990.....	32
2.1 BASES TEÓRICAS E ANALÍTICAS PARA INTERPRETAÇÃO DA METROPOLIZAÇÃO.....	38
2.1.1 Mudanças na economia e na sociedade e a metropolização do mundo.....	40
2.1.2 Complexidade e metamorfoses da urbanização.....	45
2.2 METRÓPOLE: LUGAR DE DESIGUALDADES E CONTRADIÇÕES.....	57
3 ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS: O PAPEL DA MORADIA.....	67
3.1 OS ESPAÇOS DE MORADIA E OS PADRÕES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA E DA CIDADE.....	71
3.1.1 Concentração ↔ dispersão: o padrão centro-periferia.....	72
3.1.2 Novas relações centro-periferia e o paradigma emergente.....	79
3.2 A CENTRALIDADE DOS ESPAÇOS DE MORADIA NA PRODUÇÃO DAS CIDADES CAPITALISTAS.....	86
4. MORADIA INFORMAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	98
4.1 PRODUÇÃO DA MORADIA INFORMAL NO BRASIL: ORIGENS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO.....	98
4.1.1 Os espaços de moradia popular na metrópole de Curitiba no período precedente a 1990.....	113
4.2 TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA, MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	119
4.2.1 Novas formas de produção dos espaços informais de moradia.....	122
5. PRODUÇÃO E EXPANSÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NA METRÓPOLE DE CURITIBA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.....	128
5.1 DESAFIOS METODOLÓGICOS DAS FONTES E RECORTE ESPACIAL DE ANÁLISE.....	130

5.2 ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA EM CADA MUNICÍPIO PESQUISADO.....	137
5.2.1 Curitiba.....	137
5.2.2 Pinhais.....	145
5.2.3 Almirante Tamandaré.....	151
5.2.4 Campo Magro.....	157
5.2.5 Campo Largo.....	161
5.2.6 Araucária.....	166
5.2.7 Fazenda Rio Grande.....	173
5.2.8 São José dos Pinhais.....	179
5.2.9 Quatro Barras.....	185
5.2.10 Campina Grande do Sul.....	190
5.3 ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA COMO ELEMENTO CENTRAL NA PRODUÇÃO DA METRÓPOLE.....	196
6 ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE DE CURITIBA.....	219
6.1 A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL METROPOLITANA NO PERÍODO 1970– 1980.....	220
6.2 NOVAS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA E A FORMAÇÃO DE UM NOVO PADRÃO DE ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL.....	224
6.3 PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E DA METRÓPOLE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	235
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
REFERÊNCIAS.....	249

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma reflexão acerca de uma realidade recorrentemente ocultada pela história oficial da aglomeração urbana de Curitiba: a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia.

Embora a extensão territorial que ocupem e o contingente populacional que abriguem não possam ser desconsiderados, é mais comum encontrar informações atualizadas a respeito destes espaços em seções policiais dos periódicos do que nos bancos de dados dos órgãos públicos, situação que, de antemão, se coloca como um primeiro desafio à investigação.

A falta de informações, infelizmente comum à maioria dos municípios brasileiros, alcança uma dimensão singular na metrópole de Curitiba, mais conhecida no Brasil e exterior pelas soluções inovadoras de planejamento implementadas no município-polo do que pela discussão de seus próprios problemas urbanos. Esta situação produziu no imaginário coletivo, nas intervenções públicas e mesmo no pensamento científico aplicado ao urbanismo, uma interpretação desvirtuada da realidade, levando à minimização e ao obscurecimento da questão da moradia informal.

Diferente, portanto, da ideia difundida, assim como nos demais aglomerados metropolitanos brasileiros a intensificação da urbanização ocorrida nas últimas décadas na metrópole de Curitiba caracterizou-se pelo avanço dos espaços informais de moradia, que tomaram as margens dos rios, subiram os morros das periferias, ocuparam as bordas das ferrovias e as áreas de proteção ambiental, do núcleo central às áreas periféricas da aglomeração. Embora o crescimento da informalidade tenha se apresentado de forma cada vez mais importante no cotidiano de seus habitantes, no discurso dominante sobressaiu, como identifica Garcia (1997, p. 21), a imagem de “cidade planejada, ecológica, modelo em planejamento urbano, moderna e humana e com qualidade de vida”.

A partir do exposto, o presente trabalho resgata a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba e explora o papel central por eles desempenhado no processo de metropolização ocorrido entre as décadas de 1990 e 2000. Parte-se da compreensão de que o estudo das favelas, dos loteamentos clandestinos, dos loteamentos irregulares, e todas as soluções

encontradas pelos cidadãos mais pobres para resolver o problema da falta de moradia, fornece informações indispensáveis para a compreensão da lógica responsável pelo processo de formação deste aglomerado na presente fase da urbanização.

Referenciando-se, portanto, nestas inquietações investigativas, observou-se nesta metrópole, a partir da década de 1990, o surgimento de uma série de transformações socioespaciais, dentre as quais se destaca a expansão de assentamentos e domicílios informais. As mudanças derivadas da intensificação desse fenômeno somaram-se às provocadas pela implantação de novos espaços destinados à realização de atividades produtivas e à moradia de alta renda, este último caracterizado hoje por um novo produto imobiliário – o condomínio residencial fechado. O conjunto destas transformações alterou os rumos do processo de produção do espaço que até então se desenvolvia e deu origem a uma nova configuração espacial que representa a fase a partir da qual a metropolização se consolida em Curitiba.

A provisão dos novos espaços destinados à realização das atividades industriais, comerciais e de serviço expressa a incorporação da metrópole de Curitiba ao fenômeno de reestruturação produtiva observado em escala mundial a partir do final do século XX. Seus conteúdos compreendem as plantas industriais construídas para a instalação das montadoras de veículos e seus fornecedores, e os estabelecimentos de comércio e serviço especializado (shopping centers, hotéis de bandeira internacional, hipermercados, dentre outros) viabilizados pelo aporte de capital internacional ocorrido na região a partir da década de 1990.

Diante de tal cenário, a problemática central do presente trabalho é compreender a relação entre os processos de produção dos espaços informais de moradia e de reestruturação da metrópole de Curitiba na presente fase da urbanização capitalista mundial, caracterizada por transformações nos modos de vida e produção.

A definição deste problema de pesquisa decorre de lacunas no conhecimento científico a respeito do tema. Apesar de bastante estudado, grande parte das reflexões teóricas correntes a respeito da reestruturação espacial metropolitana têm por referência mais a realidade norte-americana e europeia do que a brasileira e latino-americana, nas quais, como destaca Vasconcelos (2011, p. 76), a questão da moradia informal e a ação de proprietários fundiários e de

residentes em assentamentos irregulares têm uma participação fundamental na conformação das cidades.

Além disso, percebe-se que, quando considerada, a relação entre metropolização e expansão dos espaços informais de moradia é tratada como um fenômeno secundário ou derivado de outros processos, fazendo-se necessária a realização de novas reflexões que confirmem à questão a sua devida importância.

Embora inegavelmente contribuam para a compreensão do processo, o conhecimento disponível ainda não conseguiu explicar a totalidade dos fenômenos que compõem a atual dinâmica de produção e reestruturação do espaço das metrópoles brasileiras, lacuna que justifica e imprime originalidade à pesquisa.

No entanto, cabe assinalar que os esforços em ampliar a compreensão acerca da metropolização ocorrida em Curitiba e em metrópoles de realidade semelhante se constituem em preocupação compartilhada por outros pesquisadores, cuja produção subsidiou a etapa inicial do desenvolvimento do presente trabalho.

De Mattos (2004, p. 169) destaca os impactos derivados da intensificação do fenômeno de reestruturação produtiva no processo de gestão e produção das metrópoles latino-americanas. Segundo o autor, a emergência de políticas de liberalização da economia e a desregulamentação do Estado, que acompanharam a realização deste fenômeno em diferentes países da América Latina, significaram a adoção de um dos mais importantes instrumentos urbanísticos na atualidade, o fortalecimento da ação privada e a afirmação da “lógica capitalista na produção e reprodução metropolitana”, que têm produzido o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Partindo igualmente das transformações econômicas observadas, para Firkowski (2009) os novos conteúdos presentes na metrópole de Curitiba, a partir dos anos de 1990, devem-se à condição privilegiada que seu espaço passou a ocupar na instalação de atividades produtivas e de empreendimentos imobiliários necessários à reprodução do capital em escala mundial, mas também se caracterizam pela difusão dos espaços informais de moradia nos municípios metropolitanos.

Garcia (1997) analisa o papel do *city marketing* na compreensão da gênese das mudanças socioespaciais observadas na metrópole de Curitiba e destaca na sua análise as contradições presentes na reestruturação espacial ocorrida. Segundo a autora, esta estratégia de planejamento, aplicada com eficácia pelo poder público

municipal, fez com que a cidade ficasse conhecida no Brasil e exterior pelos títulos de “cidade modelo”, “cidade planejada”, “cidade de Primeiro Mundo”, mas também agilizou e intensificou processos de reorganização e refuncionalização urbana, com consequências importantes na produção do espaço de toda a metrópole.

Segundo afirma Garcia (1997, p. 153), o projeto de modernização urbana de Curitiba foi determinante tanto para a construção da “capital do Primeiro Mundo” quanto para a produção das “periferias de Terceiro Mundo”. A autora destaca, ainda, que essas periferias pobres, constituídas inicialmente nos territórios dos municípios periféricos, também estão presentes no polo da metrópole e compõem uma parte da “cidade modelo” recorrentemente negada ou omitida por sua história oficial.

Pereira e Silva (2009) identificam que o período pós 1990 é marcado pelo crescimento do número de domicílios e assentamentos irregulares e o abrandamento do processo de produção de lotes formais destinados às camadas populares na metrópole de Curitiba. Segundo as autoras, esse fenômeno expressa uma mudança na lógica de comercialização dos imóveis destinados à moradia popular no aglomerado metropolitano, que até a década de 1980 se caracterizava pela implantação de loteamentos populares regularmente aprovados e implantados na periferia limítrofe à cidade-polo.

A dinâmica identificada pelas autoras aponta, portanto, para uma contradição presente no processo de transformação socioespacial vigente, que embora tenha historicamente marcado a formação das metrópoles brasileiras desde meados do século XX, ganha novas feições nas últimas décadas. Tal contradição diz respeito à ampliação da geração de riqueza, materializada pela produção dos novos espaços destinados à reprodução e acumulação de capital, ao mesmo tempo em que cresce a precariedade urbana, representada pela expansão dos espaços informais de moradia.

A relação entre geração de riqueza, crescimento da precariedade urbana e metropolização no atual contexto de reestruturação da economia capitalista insere uma questão fundamental para a presente investigação, que se refere às características da urbanização vigente. Segundo diferentes autores, esta relação não é percebida apenas no Brasil, no entanto é nos países considerados não centrais para o capitalismo que ela se expressa de forma mais severa, conforme constata De Mattos (2004), Davis (2006), Berry-Chikhaoui, Deboulet, Roulleau-Berger (2007).

Para Davis (2006), a “superurbanização” experimentada pelas maiores aglomerações desses países na atualidade é mais impulsionada pela pobreza do que pela oferta de emprego. Esse fenômeno, de acordo com o autor, põe à mostra as contradições presentes na dinâmica de urbanização em curso e reafirma a compreensão de que a expansão dos espaços informais de moradia se apresenta como um fator central na produção das metrópoles na contemporaneidade.

Considerando essa contradição, Berry-Chikhaoui, Deboulet, Roulleau-Berger (2007) apontam para a necessidade de se investigar as relações entre reestruturação socioeconômica e urbana e entre mercado de trabalho e mercado habitacional, que, segundo os autores, se encontram submetidos a fortes tensões nas cidades incorporadas ao fenômeno de internacionalização. Para os referidos autores, tratar de internacionalização, ao invés de globalização, possibilita uma interpretação mais abrangente dos processos socioespaciais em curso, superando os paradigmas econômicos e possibilitando uma compreensão socioantropológica das transformações. Assim, o termo internacionalização sustenta a circulação entendida num sentido mais amplo: de indivíduos, saberes, modelos comuns ou científicos, normas espaciais e imagens.

Com base em pesquisas desenvolvidas na década de 2000, reconhece-se na metrópole de Curitiba uma série dessas tensões, materializadas, por exemplo: (i) pela evolução ascendente do preço da terra em Curitiba e a expansão dos domicílios informais nos municípios limítrofes ao polo (PEREIRA e SILVA, 2009); (ii) pela extensão e densificação da ocupação urbana na periferia metropolitana sobre áreas de proteção de mananciais (LIMA et. al., 2009); (iii) pelo aumento e intensidade dos fluxos pendulares de trabalhadores que se deslocam dos municípios periféricos em direção ao polo para executar serviços domésticos, historicamente pouco valorizados social e economicamente, mas fundamentais para a reprodução da vida cotidiana nas residências dos que moram nos bairros centrais e exercem as funções mais especializadas e valorizadas do mercado de trabalho formal (SANTOS, 2009).

Além das transformações socioespaciais apontadas nas duas últimas décadas, a metropolização em Curitiba constitui-se como um fato urbano na região. Segundo Firkowski (2001, p. 227), a partir da década de 1990 a metrópole revela-se a partir de outra dimensão da vida urbana e de uma forma urbana desconcentrada. A nova espacialidade formada, denominada pela autora de aglomeração urbana de caráter metropolitano ou aglomerado metropolitano, abrange 12 dos 26 municípios

que compõem a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) que, por constituir a expressão espacial da metropolização em curso, foi definido como o recorte territorial de abrangência da presente pesquisa. (FIGURA 1)

A partir do que foi exposto anteriormente, defende-se a tese de que o crescimento do número de domicílios e assentamentos informais ocorrido a partir da década de 1990 é parte integrante do mesmo processo de internacionalização, que foi responsável também pela chegada das montadoras de veículo, dos estabelecimentos de comércio e serviço especializados e dos novos produtos imobiliários.

Tal fenômeno, responsável pela ativação da metropolização em Curitiba apresenta duas faces, opostas e complementares, porém, normalmente apenas aquela que produz externalidades positivas ou consideradas racionais para o desenvolvimento do capitalismo, como os novos equipamentos de consumo e os novos espaços de moradias destinados à população de alta renda, é associada à internacionalização no sentido apresentado anteriormente.

Parte-se, portanto, de dois pressupostos: que a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia desempenha um papel principal na realização da metropolização de Curitiba, e que estes espaços constituem um elemento analítico fundamental para explicar a presente fase de reestruturação espacial e a formação de uma metrópole mais dispersa. Tal fenômeno difere de outras realidades, nas quais são os equipamentos de consumo, como os shopping centers ou os condomínios fechados de alta renda, os maiores responsáveis por esta extensão¹ descontínua, tal como identificam Vidal-Koppmann (2006) em Buenos Aires, Caldeira (2000) em São Paulo, Hidalgo, Borsdorf e Sánchez (2006) em Santiago do Chile, Vieillard-Baron (2006) nas metrópoles norte-americanas, e Goix (2006) nas europeias.

¹ Embora possam ser tomados como sinônimos, no presente trabalho são atribuídos sentidos distintos aos termos extensão e expansão. Expansão é do fenômeno urbano enquanto modo de vida e lógica de produção do espaço. Extensão é a materialização espacial do fenômeno urbano e refere-se à ampliação da mancha de ocupação urbana.

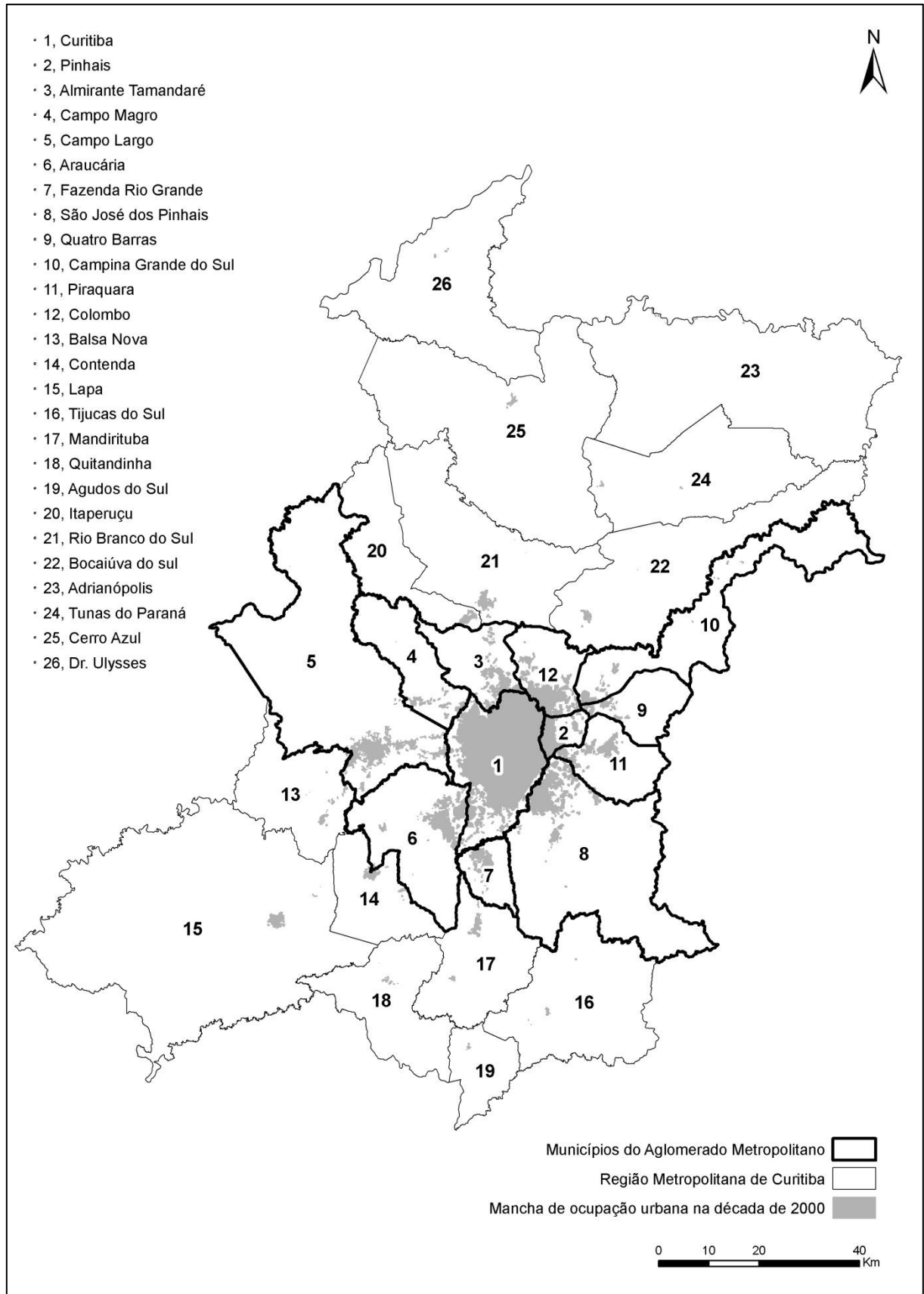


FIGURA 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, MUNICÍPIOS DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA E MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA – 2011
 FONTES: PARANÁ (2006), O Autor (2012)

Tomando como referência o problema orientador deste trabalho, os recortes temporais e espaciais definidos, bem como o conjunto de referências teóricas que embasam suas análises, o objetivo geral da pesquisa é compreender como o crescimento e a expansão dos espaços informais de moradia concorrem para a produção e reestruturação da metrópole de Curitiba à luz do processo de internacionalização acentuado a partir dos anos de 1990.

Para alcançar tais propósitos, o trabalho está organizado em seis capítulos. Nos três primeiros capítulos aprofundam-se os referenciais teóricos e o contexto histórico a partir do qual o problema de pesquisa se insere. Nos três subsequentes apresentam-se os resultados, as análises e sínteses desenvolvidos.

No Capítulo 2 apresenta-se o quadro teórico adotado na interpretação do fenômeno de metropolização contemporânea e exploram-se as contradições derivadas dos novos modos de vida e produção presentes neste processo, com destaque para a ampliação das desigualdades socioespaciais.

No Capítulo 3 percorrem-se os autores que teorizam a respeito das relações entre a produção dos espaços de moradia e a reestruturação metropolitana. Nele a reflexão está organizada em torno dos seguintes temas: a constituição de um novo paradigma de estruturação urbana; as transformações na dinâmica de produção dos espaços de moradia; e a relação entre estas mudanças e a reestruturação das metrópoles capitalistas na contemporaneidade.

O Capítulo 4 recupera estudos que exploram as contradições presentes na relação entre urbanização, informalidade na moradia e a inserção do Brasil na economia capitalista a partir de meados do século XX. Na seção final deste capítulo são apresentadas as principais tipologias dos espaços informais de moradia no País e as novas formas de produção desses espaços nas metrópoles brasileiras.

O Capítulo 5 detalha os procedimentos metodológicos e apresenta os resultados da pesquisa empírica. A interpretação dos dados levantados foi elaborada a partir de duas escalas espaciais: na primeira, para cada um dos municípios pesquisados; e na segunda, com o objetivo de reconstituir a totalidade do processo considera-se o aglomerado metropolitano. Neste Capítulo são também destacados os desafios metodológicos enfrentados para que a investigação pudesse ser levada a termo.

A partir dos resultados da pesquisa empírica, no Capítulo 6 apresenta-se a síntese do processo de reestruturação espacial à luz do recorte analítico da

pesquisa – os espaços informais de moradia. Nas Considerações Finais, estes resultados são confrontados com a teoria de base para aferir a validade da tese defendida.

Com base no exposto, espera-se que o presente trabalho possa agregar novos conteúdos explicativos à teoria adotada para a compreensão do fenômeno urbano em curso. Ao focalizar a relação entre metropolização e produção dos espaços informais de moradia, os resultados da pesquisa contribuem para a construção de interpretações teóricas que incorporam a totalidade dos fenômenos integrantes do processo de produção das metrópoles capitalistas contemporâneas, marcadas pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais e a emergência de novas contradições.

2 A METROPOLIZAÇÃO REVELADA NOS ANOS 1990

Curitiba constitui uma das principais aglomerações metropolitanas do Brasil², e a função por ela hoje desempenhada na rede urbana brasileira deriva de um processo marcado por transformações de ordem econômica, social e espacial que evoluiu ao longo das últimas quatro décadas. Nesse período, evidenciam-se duas fases: a primeira, que engloba as décadas de 1970 e 1980 em que se formam as bases da estruturação metropolitana vigente; e a segunda, que se inicia em 1990, a partir da qual a dinâmica metropolitana se realiza de fato e onde se observa a emergência de uma série de processos relacionados às transformações nos modos de vida e produção que caracterizam a atual fase da urbanização mundial.

Além de relacionadas, estas fases têm em comum o fato de vincularem-se a processos mais amplos, externos à aglomeração, que se manifestaram no território nacional a partir de meados do século XX: a concentração crescente da urbanização e das atividades econômicas dos setores secundário e terciário nas metrópoles brasileiras; e a expansão do capitalismo em nível mundial marcada por transformações no regime de acumulação.

Esses processos, ocorridos em escala nacional, definiram, segundo Santos e Silveira (2003, p. 28), um novo desenho da geografia do País, num período marcado pela passagem do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional³, que produziu o agravamento das diferenças regionais e o aumento

² Estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles, em 2005, contratado pelo Ministério das Cidades com o objetivo de identificar entre 37 espaços urbanos brasileiros aqueles que poderiam ser efetivamente considerados metropolitanos, posicionou Curitiba entre as principais aglomerações metropolitanas brasileiras, ocupando o sexto lugar entre aquelas onde foram observados maior integração dos municípios na dinâmica da aglomeração, e importante nível de concentração de atividades. Em ordem crescente, a aglomeração metropolitana de Curitiba ficou abaixo de Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. (MOURA; RODRIGUES, 2009)

³ Segundo Santos e Silveira (2003), sucederam-se no Brasil três meios geográficos: o natural, o técnico e o técnico-científico-informacional. No primeiro há um comando direto ou indireto da natureza sobre as ações humanas: as técnicas são precárias ou pobres e o corpo do homem constitui o principal agente de transformação, mas sempre se adaptando à natureza. O meio técnico surge com a emergência do espaço mecanizado, onde as lógicas e os tempos humanos impõem-se à natureza. Nesta fase, pode-se reconhecer no Brasil diversos momentos, num processo de evolução permanente: no primeiro o País é um conjunto de pontos no território onde se realiza a produção mecanizada; em seguida a circulação se mecaniza e a industrialização se manifesta; e, por último, estes pontos são interligados pela extensão e implantação de ferrovias e rodovias, criando as bases para integração do mercado e do território. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização, a união entre ciência e técnica, que já a partir de 1970 havia transformado o território brasileiro, e mais recentemente recebe novos e poderosos recursos da informação. Este

da importância da Região Concentrada com a hegemonia paulista e a ocupação de áreas periféricas com produções modernas.⁴ A partir de 1970, e, sobretudo, na década seguinte, ocorre a dispersão no território nacional de indústrias dinâmicas, da agricultura moderna e do crescimento do setor de serviços.

No cenário internacional, o período caracterizou-se por transformações no capitalismo mundial, que, segundo Harvey (1992), se manifestaram pelo início da crise do fordismo nos países industrializados da América do Norte, Europa Ocidental e Ásia, e pela redução do poder norte-americano na regulamentação do sistema financeiro internacional. Essa conjuntura provocou um movimento de instalação de multinacionais na América Latina e no Sudeste da Ásia, e teve como consequência a inauguração de uma nova fase de industrialização em países localizados nestas regiões.

No Brasil, essas dinâmicas coincidiram com o momento histórico e político de instauração do golpe militar de Estado em 1964, caracterizado por um governo autoritário e centralizado, que adotou uma política de desenvolvimento marcada pelo planejamento estatal e a utilização de estratégias liberais baseadas na economia de mercado para a retomada do crescimento do País. De acordo com Prado e Earp (2003, p. 218), aproveitando-se do cenário internacional favorável, o governo adotou medidas internas que tiveram como objetivos facilitar o financiamento e a captação de empréstimos externos para empresas brasileiras, ampliar a presença do capital estrangeiro no País e aproveitar as condições de crescimento do comércio mundial, período que ficou conhecido como “milagre econômico”.⁵

A articulação entre os fenômenos descritos transformou a estrutura industrial brasileira, que até a década de 1960, segundo Schiffer (2004, p. 84), se caracterizava por indústrias produtoras de bens de consumo tradicionais dispersas pelo território nacional e indústrias dinâmicas concentradas no Centro-Sul do País, especialmente em São Paulo⁶. A partir da década de 1970, iniciou-se um processo

meio irradia-se sobre o território em áreas contínuas no Sudeste e no Sul e constitui-se em manchas e pontos no restante do País.

⁴ De acordo com Santos e Silveira (2003, p. 27), a denominação Região Concentrada foi introduzida na literatura geográfica pelas pesquisas desenvolvidas na década de 1970 por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro, e abarca os seguintes Estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁵ Entre 1946 e 1960, a taxa média anual de crescimento da economia brasileira foi de 6,3%, uma das mais altas do mundo naquele período. No mesmo período, a Alemanha cresceu a uma taxa de 10,5%, o Japão 9,1%, a Coreia do Sul 6,5% e Taiwan 7,6%. (PRADO; EARP, 2003, p. 209)

⁶ Firkowski (2002, p. 81), citando Storper (1984), classifica as indústrias dinâmicas como aquelas que apresentam proporções mais elevadas de tecnologia e capital por pessoa empregada, diferenciando-

de desconcentração das atividades industriais a partir da metrópole paulista, que teve como objetivo, de acordo com a autora, incrementar a acumulação intensiva do capital através da ampliação e unificação do mercado interno, e desarticular o processo crescente de movimentos sindicais que abalavam o controle da produção pela classe dominante.

Nesse contexto, alterou-se a estrutura produtiva do Paraná, observando-se a substituição progressiva do peso do setor primário, que até 1970 sustentava sua economia, e o crescimento da indústria moderna e dinâmica. O processo de dispersão da indústria dinâmica, a partir do Sudeste brasileiro, produziu a concentração dos novos estabelecimentos na recém-criada RMC, em especial nos municípios de Curitiba e Araucária, e imprimiu à região um perfil industrial até então inexistente. (FIRKOWSKI, 2001)

Articulada à nova realidade florescente, entre 1970 e 1980 Curitiba e os municípios de seu entorno experimentaram uma urbanização intensa e um acelerado crescimento populacional, que foram potencializados pela migração de grandes contingentes populacionais vindos da zona rural do Estado, desencadeada pela crise derivada da forte geada de 1975, que dizimou os cafezais paranaenses, e o início da mecanização da agricultura. O curto espaço de tempo em que se realizaram estes fenômenos, somados à recessão econômica que caracterizou a década de 1980 no Brasil, elevaram os índices de desemprego na região, observando-se o crescimento da população de baixa renda e a ampliação das desigualdades socioespaciais.

Às transformações econômicas e sociais descritas somaram-se a implementação da política de ordenamento de uso do solo de Curitiba⁷ e a ocupação urbana de áreas na periferia da aglomeração, em especial as situadas nos municípios do entorno à Capital.

Segundo Firkowski (2001), essas dinâmicas caracterizaram-se pela estruturação de Curitiba por meio da implantação rígida e contínua de seu Plano

se das tradicionais, que se caracterizam pela predominância do trabalho intensivo e um número mais elevado de trabalhadores. O conjunto das indústrias dinâmicas engloba os seguintes gêneros industriais: metalúrgica, papel e papelão, química, farmacêutica, borracha, mecânica, material de transporte, material elétrico e de telecomunicações e produtos de matéria plástica.

⁷ Em 1965 foi elaborado o Plano Diretor de Curitiba pela Sociedade Serete de Estudos e Projetos LTDA (SERETE), empresa paulista associada ao escritório de arquitetura de Jorge Wilhem, e entre 1970 e 1974 assume a prefeitura do Município o grupo de arquitetos e engenheiros que havia composto a equipe de acompanhamento da SERETE durante a execução do Plano Diretor, passando a implantar as propostas nele contidas. (OLIVEIRA, 1991)

urbanístico e a fragilidade do planejamento territorial no restante da RMC, em especial no que diz respeito ao enfrentamento do processo de urbanização emergente. Essa debilidade revelou-se nas décadas seguintes pela completa inversão do ordenamento territorial proposto pelo Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC, elaborado em 1978⁸, observando-se a ocorrência de um intenso processo de ocupação urbana em todo o aglomerado metropolitano, inclusive em áreas destinadas para uso agrícola e de preservação, que foi comandado por interesses e disputas variadas: político-partidárias, econômicas, imobiliárias, entre outros. Além disso, a autora destaca a falta de diálogo entre as diretrizes de estruturação da cidade contidas no Plano Urbanístico de Curitiba e as demais cidades metropolitanas, que ao longo das décadas seguintes aprofundaram as diferenças socioespaciais entre o centro e a periferia da metrópole.

A rigidez do zoneamento e a implantação da infraestrutura de circulação de Curitiba produziram, também, o aumento do preço da terra no polo e a intensificação da ocupação urbana nas demais cidades do aglomerado metropolitano. Derivados da articulação de ações e interesses de agentes vinculados ao mercado imobiliário, ao setor produtivo e ao Estado, estes fenômenos significaram a extensão da mancha de ocupação urbana e a constituição de uma periferia pobre no entorno de Curitiba, formadas pela consolidação de uma urbanização precária e incompleta derivada da produção de loteamentos populares.

Embora o período 1970/1980 tenha se caracterizado como a fase em que se inicia a periferização da moradia da população de baixa renda, no PDI de 1978 inexistiam diretrizes voltadas para o enfrentamento desse processo. Observa-se, também, que a organização territorial nele proposta restringia-se a considerar os recursos hídricos e as fragilidades ambientais existentes, as atividades agropecuárias e industriais presentes no entorno de Curitiba, as terciárias situadas no polo, e, ainda, a geração de empregos. (PARANÁ, 1978)

Os processos desencadeados entre 1970/1980 possibilitaram, assim, o surgimento das dinâmicas socioespaciais observadas na década de 1990, a partir

⁸ Em 1978, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), órgão responsável pelo planejamento da recém-criada RMC, elaborou o PDI, que, segundo analisa Firkowski (2001), propunha uma organização territorial para a região que não tinha como preocupação central a ocupação urbana, pois considerava que esta era uma dinâmica concentrada em Curitiba. O que ocorreu nas décadas seguintes foi a total inversão dessa diretriz, observando-se a ocupação urbana de áreas destinadas a manancial de abastecimento a leste, das consideradas de dinamização rural ao sul, e de extração mineral ao norte.

das quais a metropolização de Curitiba tornou-se uma realidade. Esta década foi marcada também pela instauração de um fato novo, a incorporação da metrópole às mudanças observadas no regime de acumulação capitalista em escala mundial, que, segundo Harvey (1992), se relacionam ao movimento de passagem do paradigma de produção fordista para o baseado na flexibilização produtiva, e que significaram a inserção da metrópole na economia globalizada.

A incorporação de seu espaço a esse processo, segundo Moura e Rodrigues (2009, p. 20), explica-se pela reunião de condições favoráveis da economia do Paraná, que, no final da década de 1980, se encontrava inserida nas economias nacional e internacional, apresentando grande dinamismo nas relações de troca entre estes mercados e no aumento da importância dos produtos de segmentos mais modernos em substituição aos tradicionais. Além disso, de acordo com as autoras, em meados de 1990 a economia paranaense aproveitou-se da conjuntura macroeconômica e da implementação de uma política de atração industrial combinada às vantagens locacionais existentes, que desencadearam um novo ciclo de expansão de empresas de grande porte no Estado, e em particular na RMC, resultando na atração de indústrias do segmento metal-mecânico do gênero transporte, de fornecedores e empresas complementares.

O novo ciclo de industrialização, que se inicia em 1990, instaurou novas dinâmicas que transformaram o processo de produção do espaço metropolitano. Segundo Firkowski (2001, p. 164), a nova lógica de localização das atividades industriais, a partir de então observada, estendeu as condições gerais de reprodução de capital a outros municípios do aglomerado metropolitano, como São José dos Pinhais, Campo Largo, Pinhais, Colombo, Campina Grande do Sul, Piraquara e Quatro Barras, que na fase anterior encontravam-se praticamente restritas a Curitiba e Araucária. Além disso, os espaços apropriados pela indústria emergente apresentavam características e necessidades diferentes das observadas no ciclo de industrialização que marcou a fase 1970/1980, derivadas das transformações técnicas e organizacionais que singularizam o paradigma de produção flexível.

Capitaneadas pela instalação das novas indústrias, observou-se também o reforço das atividades ligadas aos setores de comércio e serviço, com destaque para os especializados, muitos deles viabilizados pelo capital internacional e voltados ao mercado global. Firkowski (2002) identifica vários segmentos ligados a estes setores surgidos a partir de 1990, como hipermercados, hotéis e flats, shopping centers,

agências de publicidade e propaganda e telecomunicação, que, segundo a autora, ampliaram as relações da metrópole de Curitiba com outras cidades do Brasil e do exterior.

Além dessas mudanças, transformou-se também a distribuição da população no interior do aglomerado metropolitano, observando-se, a partir deste período, a redução paulatina da participação de Curitiba e a ampliação dos outros municípios, equiparando a relação entre o polo da metrópole e os situados em seu entorno. (TABELA 1)

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE CURITIBA, DO AGLOMERADO METROPOLITANO E DA RMC ENTRE PERÍODOS CENSITÁRIOS – 1980 - 2010

RECORTE ESPACIAL	POPULAÇÃO				(%)			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Curitiba	1.024.980	1.315.035	1.587.315	1.746.896	67	62	57	55
Aglomerado metropolitano	1.368.443	1.897.060	2.560.161	2.933.859	89	90	92	92
Aglomerado metropolitano sem Curitiba	343.463	582.025	972.846	1.186.963	22	28	35	37
Demais municípios da RMC	163.940	204.621	208.233	235.121	11	9	7	7
RMC	1.532.383	2.101.681	2.768.394	3.168.980	100	100	100	100

FONTES: PARANÁ (2006), IBGE (2011b)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Parte da dinâmica demográfica observada a partir de 1990, segundo Moura e Rodrigues (2009), é explicada pelo reforço dos fluxos migratórios em direção à região, que foram também influenciados pelas estratégias de atração das atividades econômicas emergentes. De acordo com as autoras, esse movimento contribuiu para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais metropolitanas, pois mesmo tendo ocorrido o aumento da oferta de emprego, uma parcela significativa da mão de obra crescente permaneceu à margem do mercado de trabalho formal, ampliando a inserção dessa população na economia informal.

O conjunto de mudanças, desigualdades e contradições observadas no processo de metropolização de Curitiba, verificado nas duas últimas décadas, estendeu-se às condições de moradia, observando-se o aumento significativo do número de famílias residentes em ocupações irregulares em todos os municípios do aglomerado metropolitano a partir de 1990. Entre 1992 e 1998, o número de famílias

residentes em ocupações irregulares no conjunto da RMC evoluiu de 240.442 para 305.050, representando um crescimento de aproximadamente 27%. (MADE, 2004, p. 63)

Neste mesmo período, Firkowski (2001) identifica o surgimento de novas formas de habitat voltadas para as classes de alta renda, fenômeno que, somado à intensificação do processo de produção da moradia informal, expressa as contradições e desigualdade presentes.

As últimas duas décadas foram caracterizadas, portanto, pela entrada em cena de novos agentes econômicos, cujas ações e decisões instauraram novas relações entre escalas espaciais, com destaque para a intensificação do processo vinculado à expansão da globalização econômica; a presença de novas lógicas que alteraram a distribuição das atividades e da população, com impactos na produção e estruturação do espaço da metrópole; a intensificação das relações de interdependência e complementariedade, muitas vezes conflituosas, no âmbito dos municípios pertencentes à aglomeração metropolitana; e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Todos estes processos transformaram igualmente a função desempenhada pela metrópole no contexto da rede urbana brasileira.

Apesar de características próprias relacionadas à história da urbanização brasileira e da região, muitas das transformações observadas na metropolização de Curitiba, nas décadas de 1990 e 2000, apresentam-se, também, em outras metrópoles de diferentes continentes, e vinculam-se a fenômenos socioespaciais mais amplos, conforme será aprofundado nos tópicos subsequentes.

2.1 BASES TEÓRICAS E ANALÍTICAS PARA INTERPRETAÇÃO DA METROPOLIZAÇÃO

De acordo com estudo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no final da década de 2000, a metrópole de Curitiba constitui, atualmente, um dos principais centros urbanos brasileiros⁹, e a função por ela

⁹ Tomando como referência dados do ano de 2007, o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) identificou doze centros urbanos considerados metrópoles no Brasil em função do porte destes aglomerados, das fortes relações que mantêm entre si e da extensão da área de influência

desempenhada no contexto da rede urbana do País, como já destacado, deriva de transformações socioespaciais que evoluíram ao longo das últimas quatro décadas.

Em outra análise desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles¹⁰, em meados da década de 2000 a metrópole de Curitiba foi posicionada em sexto lugar entre as principais aglomerações metropolitanas do País. (TABELA 2)

TABELA 2 – INDICADORES DE CLASSIFICAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES CONSIDERADAS METROPOLITANAS NO BRASIL SEGUNDO O OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES NA DÉCADA DE 2000

AGLOMERAÇÃO	INDICADORES							SOMATÓRIA DE INDICADORES
	População estimada 2004 (mil hab.)	Número agências bancárias 2003	Operações bancárias e financeiras 2003 (R\$ milhão)	Massa de rendimento mensal 2000 (R\$ milhão)	Empregos formais em atividades de ponta 2002	Passageiros tráfego aéreo 2003 (mil)	Sedes 500 maiores empresas 2004	
São Paulo	19.127,4	2.211	290.370,4	9.088,6	575.693	15.892,6	178	42
Rio de Janeiro	11.298,5	1.104	70.874,4	4.902,1	182.045	7.885,1	60	35
Belo Horizonte	5.287,7	450	28.606,2	1.843,9	92.762	3.106,9	21	28
Porto Alegre	3.984,0	458	26.813,1	1.700,0	80.972	2.520,9	31	28
Brasília	3.370,3	215	44.982,7	1.432,1	40.276	5.908,9	8	28
Curitiba	3.110,5	288	24.926,3	1.267,8	70.746	2.339,7	14	27
Salvador	3.291,0	220	10.977,6	941,1	40.062	2.881,6	17	26
Recife	3.551,8	213	9.143,9	938,2	35.265	2.239,8	5	24
Fortaleza	3.283,7	158	11.757,5	755,3	21.885	1.473,8	6	24
Campinas	2.580,4	281	13.254,2	1.122,4	75.732	652,6	17	24
Manaus	1.592,6	68	2.659,3	368,9	38.810	1.083,5	18	22
Vitória	1.593,4	128	5.628,5	530,6	11.262	1.121,8	11	22
Goiânia	1.964,2	131	5.259,9	684,2	17.959	753,5	5	20
Belém	2.004,3	78	3.529,6	491,4	9.869	1.096,8	4	20
Florianópolis	912,3	118	3.345,5	400,4	12.890	1.112,1	2	19

FONTE: MOURA; RODRIGUES (2009)

NOTA: Esta classificação deriva do estudo demandado pelo Ministério das Cidades ao Observatório das Metrópoles com o objetivo de identificar as aglomerações efetivamente metropolitanas no Brasil na década de 2000. A metodologia utilizada está disponível em Observatório das Metrópoles (2005).

Tal classificação teve como referência indicadores como o número de agências bancárias, de operações bancárias e financeiras, de empregos formais em

direta. Essas metrópoles foram divididas em três subníveis de acordo com a extensão territorial e a intensidade das relações presentes: (i) Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, posicionado no primeiro nível da gestão territorial; (ii) Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões, respectivamente, também alocados no primeiro nível da gestão territorial; e (iii) Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), situadas no segundo nível de gestão territorial. (IBGE, 2008, p. 11)

¹⁰ Grupo que funciona em rede, do qual a presente investigação faz parte, que reúne instituições de instâncias universitárias, governamentais e não governamentais e dedica-se a estudar os desafios metropolitanos ao desenvolvimento nacional.

atividades de ponta, de passageiros de tráfego aéreo, a massa de rendimento mensal, o endereço das sedes das 500 maiores empresas do País e a população residente, sendo o primeiro mais expressivo em comparação com as regiões metropolitanas consagradas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Os indicadores expostos na (TABELA 2), somados às características da metropolização vigente, expressam a existência de dinâmicas externas à aglomeração de Curitiba, relacionadas às transformações na economia, na sociedade e na urbanização ocorridas em escala mundial, que caracterizam o tempo presente. Com base nesta constatação, nos tópicos seguintes apresentam-se os referenciais teóricos e analíticos para a compreensão da inserção da metrópole de Curitiba nesse processo.

2.1.1 Mudanças na economia e na sociedade e a metropolização do mundo

A partir do contexto exposto, a perspectiva teórica e analítica adotada para a interpretação do fenômeno de metropolização contemporânea, no qual Curitiba encontra-se inserida, terá como referência a relação entre urbanização e capitalismo. Parte-se da premissa de que a evolução da urbanização mundial, ao longo da história, tem forte relação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir do qual se realizou e se intensificou a urbanização da sociedade, numa dinâmica que vem transformando as metrópoles em espaços cada vez mais complexos.

A articulação entre urbanização e capitalismo dá-se pela necessidade da acumulação de capital, processo que transformou as cidades ao longo da história por se constituírem em lugares privilegiados da produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Uma característica dessa relação no tempo presente, de acordo com Benko (2002), é a “mundialização¹¹ da economia e a metropolização do mundo”. Na

¹¹Para Benko (2002, p. 45), a mundialização designa a crescente integração das diferentes partes do mundo sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso das novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transporte, etc. Refere-se, ainda, a processos específicos, que para

interpretação do autor, a metropolização da economia mundial se caracteriza pela concentração do crescimento, poder e riqueza num número limitado de grandes polos, que ao se desenvolverem alavancam as economias nacionais. A realização desses processos deu origem, segundo ele, a um novo ciclo das economias urbanas, caracterizado:

- a) pela concentração espacial dos pontos de crescimento;
- b) pela desconexão crescente entre a economia dos centros e das periferias;
- c) por uma economia relacional, na qual a performance econômica fundamenta-se na qualidade das relações entre os diferentes atores;
- d) por uma economia da incerteza, pois a mundialização conduz a um universo cada vez mais imprevisível.

Segundo o autor, a metropolização permitiu a realização desse novo ciclo da economia urbana, porque além de possibilitar um número grande de trocas, facilitando a organização flexível das cadeias produtivas, nas metrópoles reduzem-se os riscos das empresas, que podem se apoiar nos extensos mercados de mão de obra e na redução dos preços das atividades. Essas características explicam o crescimento dos serviços e dos setores industriais nesses aglomerados, atividades que dependem de grandes sistemas técnicos e da comunicação entre os distintos atores, diferenciando-se do período fordista, onde a produtividade estava baseada em operações standardizadas.

A mundialização da economia é um processo no qual as principais trocas econômicas estão concentradas nas metrópoles, tornando a metropolização um fenômeno comum em distintos países. Uma das características do tempo presente é que se intensificaram as conexões entre estes polos e tornaram-se mais débeis as destes com outras cidades ou partes do território, provocando a exclusão de certas áreas do processo, ampliando-se, assim, as desigualdades socioespaciais. (BENKO, 2002)

Para Ascher (2010), a urbanização em curso expressa a entrada das sociedades ocidentais numa nova fase da modernização¹². Segundo o autor, a fase

alguns são o prolongamento de tendências antigas e para outros marcam um novo período. Em termos anglo-saxões, a mundialização é conhecida como globalização.

¹² Segundo Ascher (2010), a modernização é um processo que surgiu antes do período denominado moderno, resultado da interação de três dinâmicas socioantropológicas (individualização, racionalização e diferenciação social), com traços encontrados em várias sociedades, mas que ao

que a antecedeu foi marcada pela Revolução Industrial, pela importância do pensamento técnico na sociedade e pela constituição do Estado do bem-estar¹³. A singularidade da atual deve-se a uma radicalização dos princípios que deram origem à sociedade moderna: a individualização, a racionalização e a diferenciação social.

A hipótese do autor apoia-se no surgimento de novos paradigmas técnicos e científicos, numa postura mais reflexiva da sociedade em relação a suas práticas, e na noção do risco como um critério definidor de normas e atitudes em relação ao mundo. Além disso, reconhece a existência de uma crescente autonomia em relação aos limites do tempo e do espaço, uma maior e contínua liberdade individual de se fazer escolhas e uma diferenciação social mais complexa em todas as esferas da vida social, do trabalho e da família. Segundo Ascher (2010), essas mudanças expressam a emergência de novos modos de vida e produção, que ele denominou de “sociedade hipertexto”¹⁴ e “capitalismo cognitivo”.

A “sociedade hipertexto” diferencia-se da que a antecedeu pela predominância de uma organização social em redes e o estabelecimento de uma solidariedade do tipo comutativa, com importantes reflexos na estruturação espacial. Segundo destaca o autor, na atualidade tornou-se possível a conexão cotidiana, real ou virtual, de indivíduos e organizações pertencentes a diferentes redes sociais interligadas, mas não necessariamente próximas geograficamente. A participação de cada indivíduo nesses distintos universos acontece de forma mais ou menos voluntária e durável, estabelecendo elos sociais numerosos no cotidiano, da escala local à global¹⁵, muitas vezes simultaneamente.

No “capitalismo cognitivo”, a economia desenvolve-se em grande parte pela produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informações e

entrarem em ressonância na Europa, durante a Idade Média, produziram a sociedade moderna. Em cada nova fase da modernidade observam-se grandes transformações nos modos de pensar, criar, conceber o poder, nas formas de representação social, nos critérios de eficácia e organização, bem como nos princípios e nos modos de concepção e organização dos territórios. Na sua interpretação, vive-se um momento de libertação do racionalismo simplista e suas certezas, que marcou a segunda fase da modernidade. Nesse aspecto, para o autor estaríamos de fato nos tornando modernos.

¹³ A referência do autor são os países Europeus.

¹⁴ Hipertexto é uma técnica de armazenamento e apresentação da informação baseada num sistema de referências cruzadas que forma uma rede de associações que ligam texto, imagens, sons e ações, permitindo a quem a utiliza procurar e encontrar itens relacionados e circular entre eles facilmente, ativando palavras-chave que dão acesso a outros documentos (DICIONÁRIO, 2008).

¹⁵ Para Ascher (2010, p. 20), a possibilidade de um mesmo indivíduo relacionar-se ao mesmo tempo com outros localizados em variadas escalas geográficas foi alcançada pela utilização dos diversos meios de comunicação disponíveis e ampliada pela evolução recente das técnicas de transporte e armazenamento de bens (b), informações (i) e pessoas (p), formando o que denominou de “sistema bip”.

procedimentos. Uma característica importante desta nova fase são as transformações estruturais sofridas pela indústria no processo produtivo, nas relações de trabalho e no modelo organizacional, com reflexos importantes na produção do espaço. O caráter estratégico da economia cognitiva é exemplificado por Asher (2010) pelo comportamento das grandes corporações, que concentram nas suas sedes as atividades de desenvolvimento de tecnologia, com utilização de capital e mão de obra qualificada, e dispersam a produção em várias partes do mundo.

Segundo o autor, nessa nova economia as metrópoles constituem lugares privilegiados para viabilizar a reprodução do capital, porque podem oferecer eficiência e rapidez nos transportes e nas comunicações. Esses atributos transformaram os critérios de localização e as atividades urbanas e reconfiguraram as centralidades, produzindo a reestruturação espacial. Para Ascher (2010), no desenvolvimento do “capitalismo cognitivo” e da “sociedade hipertexto” a evolução das tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel fundamental.

Na interpretação de Lencioni (2006), as mudanças verificadas nas condições gerais de reprodução do capital estão baseadas: (i) na emergência da empresa em rede¹⁶ e não mais na indústria motriz; (ii) no surgimento de novas e importantes atividades econômicas; (iii) no aumento e importância do poder dos grandes grupos econômicos que submeteram os Estados-nação; (iv) na desregulação financeira, (v) e na revolução da telemática. Segundo a autora, a presença em maior ou menor intensidade destes elementos pode alterar o fator de atração das cidades e regiões, produzindo a reestruturação de algumas e a marginalização de outras.

No caso brasileiro, Lencioni (2006) avalia que as transformações na economia industrial se devem muito mais ao surgimento de novas formas de organização do trabalho e sua precarização, do que a mudanças significativas no processo produtivo, apesar delas existirem. A fase presente seria, portanto, caracterizada pelo estabelecimento de relações recíprocas entre a forma global de organizar a produção e a existência de uma rede de fluxos, responsável pela constituição de um espaço global do qual o País também participa.

¹⁶ Lencioni (2006, p. 68) caracteriza uma empresa em rede, ou organizada em rede, como a que apresenta: tendência à divisão do trabalho flexível; à flexibilização nos contratos de trabalho, à terceirização da força de trabalho e das fases do processo produtivo; e à externalização de atividades não estratégicas.

Ainda de acordo com a autora, a partir dessas mudanças alteraram-se as relações entre escalas espaciais e desenvolveu-se a metropolização, dando origem a novos tipos de organização territorial, que constituem a manifestação socioespacial do capitalismo contemporâneo. Estes novos arranjos materializam as condições de reestruturação produtiva atual, estão fortemente vinculados à economia global e caracterizam-se por conter as estruturas econômicas e as dinâmicas territoriais que se complementam graças às redes de informação e comunicação. Na sua leitura, o que se apresenta não constitui apenas um novo fato urbano, mas uma nova forma de viver, e as dinâmicas e espacialidades derivadas da intensificação e da multiplicação das relações em rede em escala global constituem importantes elementos para compreender a racionalidade de tempo presente. (LENCIONI, 2006)

A partir de uma leitura comparativa da urbanização ocorrida na atual fase de produção capitalista e na antecedente, Sposito (2007) afirma que na Terceira Revolução Industrial¹⁷, que Ascher (2010) denomina de capitalismo cognitivo, conformou-se um território mais fluido e organizado em rede, onde a conexão direta das metrópoles com a escala internacional tem produzido a dissolução das fronteiras dos Estados Nacionais e o desmonte da organização territorial que marcou o período anterior¹⁸. A partir desse processo, as metrópoles aparecem como pontos de articulação dos territórios, influenciando as relações entre as demais escalas geográficas e contribuindo para a configuração das regiões.

De Mattos (2004) também reforça a tese da revalorização do papel das principais áreas metropolitanas a partir da incorporação dos países à dinâmica de globalização, e dedica-se a entender esse processo na América Latina. Segundo ele, essa incorporação teve início em meados da década de 1970 e deveu-se à opção, adotada pela maioria dos governos desses países, por um modelo de desenvolvimento diferente da industrialização por substituição de importações. Nas décadas seguintes, vários países latino-americanos aderiram às reformas estruturais organizadas pelo Consenso de Washington e preconizadas por organismos

¹⁷ Segundo Sposito (2007, p. 236-237), essa fase é caracterizada por mudanças no modo de produção capitalista derivadas da passagem do modelo de produção fordista para o toyotista.

¹⁸ Para a autora, a Segunda Revolução Industrial caracterizou-se pela definição de um espaço de regiões polarizadas e não mais homogêneas, no qual a especialização dos territórios, da escala intrarregional à intraurbana, impôs tanto a competitividade como a complementariedade entre regiões e cidades.

multilaterais¹⁹ como a solução para a retomada da competitividade e do crescimento econômico.

Segundo De Mattos (2004), a aplicação dessas reformas teve grande impacto nas economias nacionais, impulsionando a liberalização econômica, baseada na perda de importância e na neutralidade do Estado, marcada por medidas de desregulamentação, privatização, abertura externa, flexibilização salarial, entre outras. Além das reformas macroeconômicas, o autor destaca a difusão e adoção das novas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitaram a incorporação crescente dos países à dinâmica de globalização, consolidando as bases para uma nova fase da modernização capitalista “stricto sensu”, e, conseqüentemente, influenciando o processo de metropolização na América Latina.

Tomando como referência as questões expostas, nas últimas décadas as metrópoles passaram a desempenhar um papel cada vez mais importante e diferenciado na dinâmica econômica mundial, fenômeno em grande parte derivado das mudanças observadas no modo de produção capitalista, que a partir de meados do século XX se apresentou em diferentes continentes. Importantes centros da vida política, econômica e social na atualidade, estes grandes aglomerados urbanos sustentam a atual divisão territorial do trabalho e organizam as principais trocas que se estabelecem entre cidades e regiões.

A força das transformações presentes nas metrópoles na atualidade e o papel por elas desempenhado na presente fase do capitalismo mundial indicam a existência de mudanças qualitativas de igual intensidade no processo de urbanização. Estas são de tamanha relevância que podem ser comparadas às observadas no início da Era Moderna com o advento da industrialização, e apresentam singularidades, conforme aprofundado no tópico subsequente.

2.1.2 Complexidade e metamorfoses da urbanização

A **metropolização** tem sido recorrentemente tratada como um dos fenômenos mais importantes da atual fase da **urbanização** mundial, e, em função

¹⁹ Em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

de algumas características ímpares, sinaliza a emergência de um novo estágio ou uma metamorfose desse processo. As evidências de que nas três últimas décadas se experimenta uma nova etapa da urbanização da sociedade têm sido observadas em diferentes países e continentes, apesar da diversidade de dinâmicas que os caracterizam de forma particular.

Ascher (1995), Sposito (2004b), Lencioni (2006) e Sassen (2010) afirmam que a expansão, intensificação e singularidade da metropolização contemporânea, em escala planetária, expressam transformações importantes no padrão de urbanização que caracterizou a maior parte do Século XX e anunciam mudanças de igual teor na sociedade.

Na compreensão de Ascher (1995), a metropolização que se apresenta é uma continuidade do processo de urbanização, que teve início num período bastante pretérito da história da humanidade e vem evoluindo sem cessar ao longo do tempo, mesmo considerando-se os retrocessos e as derivações que o caracterizam. Em função do grau e das singularidades das mudanças experimentadas, o autor sustenta, no entanto, que o presente momento anuncia o início de uma nova etapa da urbanização da sociedade, que denomina de “terceira revolução urbana moderna”²⁰.

Para Lencioni (2006), a metropolização contemporânea constitui o momento mais avançado do processo de urbanização, mas a intensidade e os atributos das transformações em curso anunciam uma novidade radical na história da civilização, que, em certo aspecto, expressam uma pós-urbanização. Segundo afirma,

Esse processo imprime ao território características metropolitanas não importando o porte da cidade. Esse é o caso, por exemplo, de algumas cidades litorâneas reconvertidas pela atividade turística por meio da atuação do grande capital, a exemplo de Cancun, que apesar do porte urbano apresenta características que, até então, eram exclusivas das metrópoles, como a presença de um aeroporto internacional. Ou, o caso de cidades de porte médio que por estarem diretamente relacionadas à economia global apresentam algumas condições gerais de produção e determinados serviços que, anteriormente, só eram encontrados nas metrópoles modernas, o que não deixa de ser novidade. (LENCIONI, 2006, p. 72)

²⁰ Segundo Ascher (1995), a terceira revolução urbana moderna relaciona-se à entrada da sociedade atual na terceira fase da modernidade. A primeira modernidade gerou uma revolução urbana, que substituiu a cidade medieval pela cidade do renascimento. A segunda começou com a revolução agrícola e o desenvolvimento do capitalismo industrial, e produziu uma urbanização caracterizada por um crescimento demográfico e espacial extraordinários, e, também, o empobrecimento de parcela significativa da população.

A partir do fenômeno vigente, a metropolização se expressa pelo surgimento de uma nova configuração territorial, descrita como a ampliação da metrópole moderna herdada da urbanização e industrialização que a precedeu, mas que ao mesmo tempo constitui uma metamorfose do processo de urbanização. (LENCIONI, 2006, p. 71-72)

Apesar de divergirem em relação à continuidade ou ruptura do processo, tanto Ascher (1995) como Lencioni (2006) concordam que as cidades, e em especial as metrópoles, se comparadas ao padrão que marcou grande parte do século XX, vivenciam hoje profundas e complexas transformações espaciais, que indicam mudanças de igual conteúdo na sociedade.

Neste aspecto, Sassen (2010) destaca que as cidades constituem uma lente fundamental para se produzir conhecimento a respeito das transformações sociais que marcam a época atual. Tal compreensão deriva em grande parte do papel desempenhado pelas metrópoles na sociedade atual, que, para a autora, constituem locais estratégicos para se compreender as principais tendências responsáveis pela reconfiguração da ordem social no século XXI. Na sua interpretação:

As cidades emergem como um momento territorial ou escalar em dinâmica transurbana. A cidade, aqui, não é uma unidade limitada, mas uma estrutura complexa que pode articular uma variedade de processos transfronteiriços e reconstituí-los como uma condição parcialmente urbana. Além disso, esse tipo de cidade não pode ser simplesmente localizado numa hierarquia escalar que o coloca abaixo do nacional, do regional, e do global. Ele é um dos espaços do global, e o aciona diretamente, muitas vezes passando por cima do nacional. Algumas cidades talvez tenham tido esta capacidade muito antes da era atual, mas, hoje em dia, essas condições se multiplicam e amplificam, até o ponto em que podem ser lidas como algo que contribui para uma era urbana qualitativamente diferente. (SASSEN, 2010, p. 89)

A partir da consideração de Sassen (2010), reconhece-se que a metropolização é portadora de um importante conteúdo histórico e social, inerente à dinâmica de urbanização contemporânea, e que o estudo do fenômeno contribui para a apreensão das particularidades do tempo presente.

Tal compreensão tem como referência o conceito de urbanização apresentado por Sposito (2004), a partir do qual este fenômeno:

[...] contém/expressa a ideia de processo, remete, necessariamente, à análise da origem e evolução histórica das cidades, em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, ao estágio da divisão social e territorial do trabalho, às transformações de ordem política e social, às

manifestações de caráter cultural e estético, às revoluções e contrarrevoluções ideológicas e do conhecimento, à Filosofia e à especulação, à Ciência e ao quadro do cotidiano, como já destacou Lefebvre em sua obra. (SPOSITO, 2004b, p. 35)

Conforme adverte a autora, por filiar-se à ideia de **processo** é impossível interpretá-lo sem a apreensão do movimento **espaço↔tempo**. Em função do grau de complexidade que caracteriza a urbanização, para compreendê-la enquanto processo é necessário considerarem-se as múltiplas conexões derivadas da relação **espaço↔tempo**, incorporando não apenas a sucessão e a sincronia, mas o descompasso e a arritmia, os diferentes ritmos, as rupturas temporais, a participação e interação de diferentes escalas espaciais e as discontinuidades espaciais. Sposito (2004) destaca, ainda, que tal abordagem teórica pressupõe aceitar, ainda, que a urbanização contém e exprime a **divisão territorial do trabalho**.

Considerando, portanto, que a cidade é um produto social derivado de um processo que se realiza na relação **espaço↔tempo** e que a urbanização é permanentemente alterada pelas mudanças da sociedade, mais que o resultado cumulativo dos tempos e dinâmicas que a antecederam, a metrópole contemporânea materializa a complexidade das transformações socioespaciais presentes na atualidade e expressa a emergência de um novo paradigma espacial. Para compreender este novo paradigma torna-se necessário desconstruir e identificar os processos e elementos que o compõe, destacando-se em primeiro lugar a concentração e as relações que a partir das metrópoles são estabelecidas com outras partes do território em diferentes escalas geográficas.

A origem²¹ da palavra metrópole remete à relação de uma cidade maior com outras delas dependentes ou sob sua influência. A **concentração** é, portanto, a característica que expressa de forma primeira a origem, o sentido e a identidade de uma metrópole, centro em torno do qual se estabelecem inúmeras relações.

Para Ascher (1995), na atualidade a metropolização:

[...] concentra de maneira crescente os homens, as atividades e as riquezas nas aglomerações de várias centenas de milhares de habitantes, multifuncionais, fortemente integradas na economia internacional. Ela é acompanhada de transformações significativas das grandes cidades, de seus arredores e de seu ambiente, constituindo espaços urbanizados mais e mais vastos, heterogêneos, descontínuos, formados a partir de diversas grandes cidades, cada vez menos ligadas a uma economia regional, e cujos

²¹ “Metra” no grego significa útero, ventre, mãe (CUNHA, 1986).

interiores se transformam em espaços de serviços e de lazer. (ASCHER, 1995, p.33, tradução nossa).

Méo (2008) complementa destacando que a concentração não é um fenômeno estático, mas um movimento marcado pela atração e irradiação constantes de fluxos que influenciam a região polarizada e ao mesmo tempo transformam o núcleo. Ou seja, nesse movimento constante de chegada e saída as metrópoles sofrem transformações internas ao mesmo tempo em que produzem mudanças nos espaços que a ela se encontram conectados. Uma característica dessa dinâmica na contemporaneidade é que esse poder de atração e distribuição de fluxos materiais e imateriais é de tamanha extensão que a área de influência de uma metrópole pode atingir dimensões planetárias.

Conforme destaca o mesmo autor, essa dinâmica de troca constante em grandes dimensões territoriais imprime identidade à metropolização contemporânea, configurando em diferentes regiões do mundo espaços híbridos, marcados pela presença de elementos comuns, cuja origem não é o lugar onde se manifestam.

Sposito (2004b) destaca, ainda, como atributos do fenômeno vigente a **complexidade** e a **descontinuidade dos tecidos urbanos**. De acordo com a autora, complexidade e concentração sempre estiveram em crescente potencialização desde o início da urbanização, mas para compreender o momento atual faz-se necessário captar as especificidades da concentração e a forma como elas acentuam a complexidade do processo. Na sua interpretação, a grande mudança do presente em relação ao passado refere-se à continuidade dos tecidos urbanos, identificando-se hoje uma ruptura, marcada pela copresença de concentração e vazios, caracterizando uma descontinuidade que se manifesta em diferentes escalas e é responsável pelo surgimento de novas espacialidades.

Em escala urbana, essa descontinuidade tem sido responsável pela constituição de um espaço mais heterogêneo, formado por elementos muito distintos entre si, mas com grande homogeneidade interna, que tendem a se separar cada vez mais, configurando o que Méo (2008) denominou de um “mosaico de elementos atomizados”. Essa expansão urbana fragmentada, e que evolui de maneira constante, tem produzido o consumo acelerado do espaço geográfico e o surgimento de formas de ocupação do solo mais diluídas, num processo que vem transformando a relação rural↔urbano, cujos limites são cada vez mais difíceis de serem apreendidos.

Segundo Sposito (2009), o espraiamento descontínuo do tecido urbano alterou a distinção do que, desde a origem das cidades, se considerou campo e cidade, reconhecendo-se, a partir da realização desse fenômeno, uma ruptura no processo de urbanização. Essa mudança, segundo a autora, deve-se à intensificação das relações entre campo e cidade, derivadas da evolução do capitalismo, e é acompanhada da interpenetração de seus espaços, observando-se a ampliação dos valores, práticas e formas de uso do tempo relacionadas ao urbano sobre a vida e os valores até então reconhecidos como rurais. De acordo com a autora:

Desse ponto de vista, estaríamos vivenciando uma ruptura no longo processo de urbanização, que terá iniciado há cerca de 5.500 anos. Mantém-se uma divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade, expressa pelos papéis urbanos e rurais que são desempenhados nesses espaços. Amplia-se, progressivamente, a divisão interurbana do trabalho, em sociedades em processo de mundialização crescente da economia e globalização acentuada dos valores e da difusão de ideias e informações. Do mesmo modo, pode-se ainda reconhecer que há maior concentração dos papéis em espaços urbanos e maior dispersão de seus tecidos, progressivamente amalgamados com os espaços chamados rurais. Assim, a unidade espacial da cidade, em contraponto com o campo, encontra-se em processo de dissolução, em função do espraiamento do tecido urbano e da diminuição relativa das taxas de densidade demográfica em espaços urbanos e periurbanos. Cada vez menos se percebe com clareza onde termina a cidade e começa o campo. Cada vez mais se intensificam os fluxos de pessoas e mercadorias entre espaços rurais e urbanos, e o uso do tempo social cotidiano está se dividindo entre ambientes e paisagens que poderiam ser considerados, segundo enfoques conceituais correntes, como campo e como cidade (SPOSITO, 2009, p.39).

Outro aspecto desse processo é que a descontinuidade não está restrita às morfologias espaciais produzidas, e contempla as relações que se estabelecem entre distintas escalas geográficas, dinâmica na qual as metrópoles desempenham um papel de destaque. Leroy (2000), Agambem (2006), Lencioni (2006), Sposito (2007) e Sassen (2010) reconhecem que a urbanização presente se caracteriza pelo surgimento de múltiplas e não mais hierárquicas relações escalares, produzindo a reestruturação espacial e subvertendo as formas institucionalizadas de gestão dos territórios, dos níveis local ao regional.

Para Agambem (2006), as metrópoles contemporâneas expressam a instauração de um novo paradigma. A compreensão desse processo é explicada a partir da história de constituição das metrópoles, que já na idade antiga remetia a um fenômeno diferente da tradicional polis grega, considerada uma cidade política e

espacialmente isonômica. De acordo com o autor, por constituir uma cidade-mãe que se relaciona com outras, a metrópole refere-se tanto à ideia de deslocalização como de heterogeneidade espacial e política, e, nesse sentido, desde sua origem é substancialmente diferente da polis. Na sua compreensão, as mudanças hoje observadas no poder territorial e na capacidade de governabilidade das metrópoles, a partir das quais emergem conflitos de toda ordem, explicam-se pelo grau de heterogeneidade espacial e política derivado da multiplicidade de relações escalares que caracterizam a urbanização contemporânea.

Tomando-se como referência este fenômeno, de acordo com Agambem (2006) hoje:

[...] não se está diante de um processo de crescimento e desenvolvimento da antiga cidade, mas da instauração de um novo paradigma, cujo caráter deve ser analisado. Certamente um dos seus traços seguros é que há uma passagem do modelo da polis fundada sobre um centro, no qual há um espaço público, uma ágora, a uma nova espacialização metropolitana em que certamente está ocorrendo um processo de “des-politização”, cujo resultado é uma curiosa zona na qual não é possível decidir aquilo que é privado e o que é público. (AGAMBEM, 2006, tradução nossa).

Esta dinâmica expressa, também, a dificuldade em se definir univocamente os limites e a espacialidade das metrópoles na atualidade, porque estes, segundo o autor, são a projeção complexa de uma série de procedimentos e tecnologias individualizantes e articuladores.

Os processos derivados da descontinuidade são complementados pela **seletividade**, que participa das relações multiescalares incorporando e excluindo partes do território ao processo, potencializando a heterogeneidade, aprofundando as desigualdades socioespaciais em diferentes escalas geográficas, e transformando os sistemas urbanos.

A partir da seletividade, segundo Ascher (1995, 2010), a metropolização contemporânea produziu uma nova tipologia dos sistemas urbanos, que o autor denominou de “polos e raios”²², e marca a terceira revolução urbana moderna. Essa nova tipologia alterou o padrão de relação entre cidades, que passou a se caracterizar pela polarização em torno de metrópoles diretamente ligadas a cidades médias e pequenas, rompendo-se, assim, a antiga lógica hierárquica na qual uma cidade menor ligava-se a uma média e, de forma sucessiva e crescente, alcançava a

²² Tradução nossa, na edição francesa da obra Ascher (1995) utiliza o termo “*hubs and spokes*”.

de maior importância. Esse sistema urbano de “polos e raios” deu origem ao “efeito túnel”, que exclui da rede determinadas cidades, mesmo que estas possuam proximidade geográfica com o polo²³. Segundo esta lógica emergente, a proximidade espacial perdeu importância e as metrópoles constituem os pontos a partir dos quais o sistema urbano mundial se organiza.

A existência desse processo é também identificada por Lencioni (2006), quando afirma não ser mais possível aplicar nos dias atuais a antiga organização hierárquica escalar do tipo piramidal, que se dirigia de forma concatenada da local à internacional. Na sua compreensão, as escalas se integram hoje por meio de complexas e inúmeras ramificações, possibilitadas em grande parte pela densidade dos fluxos de comunicação que marcam as relações espaciais no presente, alterando a dinâmica de organização territorial.

Segundo a autora, nesse novo padrão estabelecem-se dois tipos de rede de relações espaciais: de proximidade territorial (material) e de proximidade relativa (imaterial). Na primeira, a fluidez e a rapidez das conexões reduzem as distâncias entre os pontos da rede, acentuando centralidades e alterando a relação entre as cidades. Neste tipo de rede, a maior ou menor possibilidade de fluidez e rapidez é que define a proximidade territorial entre as cidades e não mais as distâncias geográficas. Na rede de proximidade relativa, derivada em grande parte dos avanços da telemática, o que no passado se encontrava geograficamente distante ficou próximo, responsável por estruturar um sistema mundial de cidades em rede. A partir dessas duas redes de proximidade estabelece-se a seletividade, sendo comum identificarem-se relações mais intensas entre cidades distantes do que entre próximas. O acelerado crescimento e a complexidade que caracterizam o sistema mundial de cidades em rede produziu a expansão de um espaço definido por fluxos, onde se manifesta o tempo simultâneo, considerado uma particularidade da sociedade na atualidade. (LENCIONI, 2006).

Seletividade e descontinuidade são também destacadas por Sassen (2010) quando analisa o papel das metrópoles na produção da economia global. Segundo a autora, a economia necessita hoje de lugares estratégicos para sua realização, que

²³ Ascher (1995, p. 35-36) afirma que o padrão de hierarquia urbana tipo rede “christelariana” perdeu pertinência nos dias atuais e foi substituído por uma rede do tipo “*hubs and spokes*”. No primeiro tipo, a caracterização do sistema urbano se fazia pela classificação das cidades segundo uma hierarquia estabelecida em função do tamanho de cada uma delas, na qual a influência e as relações de uma sobre a outra se dava numa progressão que ia da maior em direção à média, e desta para a menor.

se encontram dispersos e não estão presentes em todos os países e cidades. Essa dinâmica definiu uma nova geografia da centralidade, responsável por um processo simultâneo de dispersão e concentração espacial que se realiza dos níveis metropolitano ao global.

Para Sposito (2007), o processo descrito por Sassen (2010) é uma característica da Terceira Revolução Industrial, marcada pela necessidade do estabelecimento de relações de cooperação entre as cidades que participam da rede de dimensões globais. Na interpretação da autora, no atual contexto de reestruturação produtiva estabelecem-se relações transversais entre as escalas geográficas, ou seja, conexões diretas entre cidades de países diferentes e com importâncias distintas. Esse processo transformou a lógica de organização da rede urbana, observando-se a ocorrência da sobreposição de fluxos pertencentes a diferentes escalas geográficas e ampliando as disparidades entre os lugares. Assim, além da relação realiza-se a sobreposição de escalas geográficas, que a autora denomina de relações transversais.

Segundo De Mattos (2004), tal fenômeno explica o surgimento de novas centralidades metropolitanas em distintos continentes, derivado da necessidade de dispersão territorial com a seletividade espacial requerida pelas redes de empresas transfronteiriças que integram o processo de globalização econômica. De acordo com o autor, para essas empresas não interessa qualquer lugar, somente alguns estrategicamente escolhidos em função de seus predicados, dentre os quais se destacam:

[...] existência ou disponibilidade de sistemas de comunicação capazes de permitir contatos instantâneos com o ambiente global em seu conjunto, oferta diversificada e eficiente de serviços avançados especializados, contingentes amplos e capacitados de recursos humanos, condições para uma comunicação direta ("face to face") cotidiana entre as pessoas que desenvolvem tarefas mais modernas e inovadoras, presença de tecido produtivo amplo e diversificado e mercado capaz de garantir o acesso a uma demanda solvente ampla, diversificada e em expansão. (DE MATTOS, 2004, p. 164).²⁴

Essa lógica explícita, segundo De Mattos (2004), a forma de organização dos sistemas urbanos e o papel desempenhado pelas metrópoles na rede urbana mundial na contemporaneidade. Conforme explica, por receberem um número

²⁴ DE MATTOS, C. A., Movimientos Del capital y expansión metropolitana en las economías emergentes latinoamericanas. **Revista de Estudios Regionales**, Málaga, n. 60, mai/ago 2001.

crescente de endereços de empresas funcionando em rede em escala global, as metrópoles estruturam uma malha de cidades que interagem dispersas pelo mundo, o que possibilita a organização e otimização da valorização do capital em escala global. Destaca, ainda, que a dinâmica descrita transformou a base econômica metropolitana, observando-se o maior crescimento relativo dos serviços comparado ao da indústria e uma maior urbanização da economia.

A partir desse processo e levando-se em conta a extensão da rede urbana mundial, segundo De Mattos (2004) as aglomerações metropolitanas concentram hoje: (i) as funções de direção, gestão, coordenação e controle das principais empresas globalizadas, (ii) os serviços mais especializados de apoio à produção e as atividades ligadas às novas tecnologias de comunicação e informação, (iii) uma parte importante das atividades mais dinâmicas e inovadoras da nova indústria, (iv) as atividades relacionadas à distribuição e comercialização dos produtos globais. Na sua interpretação, a presença maior ou menor destes elementos numa metrópole depende do seu grau de inserção no processo de globalização e relaciona-se à concentração relativa de riqueza e poder no território de cada país, influenciando o crescimento metropolitano.

Para Ascher (1995), as transformações socioespaciais descritas fizeram com que a metropolização em curso ultrapassasse os conceitos até então utilizados para descrever grandes aglomerações urbanas. Esta constatação permitiu ao autor criar o neologismo “metápole”, que, segundo explica, engloba e ao mesmo tempo ultrapassa o sentido de “polis”, mas assegura que se refere a espaços metropolizados, “meta+metrópole”. O conjunto formado por uma metápole supera e ao mesmo tempo incorpora as áreas metropolitanas no sentido estrito do termo, constituindo-se, assim, em:

[...] espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma só bacia de empregos, de habitantes e de atividades. Os espaços que compõem uma metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contínuos. Uma metápole compreende ao menos algumas centenas de milhares de habitantes. (ASCHER, 1995, p. 34, tradução nossa).

As metápoles são, portanto, espaços heterogêneos, descontínuos, mas integrados, observando-se a partir de sua constituição o surgimento de elementos de natureza metropolitana em áreas que até então não estavam vinculadas ao processo

de metropolização. Para o autor, grande parte dessa nova configuração espacial é explicada pelo crescimento de uma população alternante, que se desloca cotidianamente dentro do território metropolitano para exercer as funções de moradia, trabalho e estudo. Esse deslocamento, possibilitado pela evolução dos sistemas de transporte e estocagem de bens, informações e pessoas, permite que a mancha metropolitana estenda-se de modo crescente e permanente, conformando o que denominou de metropolização “metastásica”, porque se expande sem cessar em direção a espaços cada vez mais distantes e descontínuos. (ASCHER, 1995; 2010)

Outra característica do momento atual é que em escala mundial a metropolização se manifesta por algumas dinâmicas comuns, que permitem comparar diferentes metrópoles entre si e reconhecer as singularidades do processo de urbanização presente. Conforme destaca Lencioni (2006, p. 66), de abrangência global, a metropolização em curso fez com que diferentes metrópoles de distintos países se tornassem semelhantes. Ou seja, sem que percam suas singularidades, na atualidade, o que surpreende não é o que as metrópoles têm de diferente, mas sim o que elas têm de similar.

De Mattos (2004) também considera que a centralidade ocupada pelas áreas metropolitanas com a globalização econômica é um fenômeno presente em países com diferentes graus de desenvolvimento, mas destaca que na reestruturação desses espaços estão presentes tanto elementos comuns, ligados diretamente ao avanço desse processo, como particulares, vinculados a dinâmicas locais. Tomando como referência os comuns, reconhece que as transformações observadas anunciam uma nova cidade emergente, que está presente em vários pontos do planeta, e resgata os termos cunhados por diferentes autores com o objetivo de identificá-la, tais como: cidade informacional (CASTELLS, 1989), cidade difusa (INDOVINA, 1990), cidade global (SASSEN, 1991), metápole (ASCHER, 1995), cidade pós-moderna (AMENDOLA, 1997), metrópole desbordada (GEDDES, 1997), cidade reticular (DEMATTEIS, 1998), cidade dispersa (MONCLUS, 1998), pós-metrópole (SOJA, 2000), entre outros.

Em relação às particularidades do processo na América Latina, De Mattos (2004) destaca o crescimento da polarização social e a expansão e dilatação metropolitana, que apesar de constituírem características já esboçadas no período anterior, adquiriram características próprias relacionadas ao novo período de modernização capitalista.

Em síntese, por estar presente em diferentes partes do mundo, com características comuns, a interpretação da metropolização contemporânea permite, portanto, certas generalizações, mas a análise não pode negligenciar os elementos particulares, responsáveis por agregar maior complexidade ao fenômeno. Neste aspecto, acredita-se que a apreensão das singularidades figura entre os principais objetivos dos estudos a respeito da metropolização contemporânea em países latino-americanos, pois além de uma urbanização recente e diferenciada, comparada aos países europeus e norte-americanos, suas metrópoles não desempenham a mesma função das pertencentes aos países considerados centrais para o desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

A metropolização contemporânea refere-se, portanto, a um fenômeno socioespacial vinculado à evolução histórica da urbanização, que expressa e ao mesmo tempo possibilita transformações nos modos de vida e produção em escala mundial. A partir desse processo, as metrópoles emergem como pontos de concentração de fluxos e articulação transversal entre escalas geográficas, contribuindo para a realização de uma dinâmica na qual se rompem fronteiras territoriais, consolida-se um espaço de dimensões globais e se estabelece uma nova forma de organização do sistema urbano.

A partir destes atributos, segundo Méo (2008, p.7) a metropolização se diferencia e supera a urbanização, porque cria, preserva e experimenta centralidades geográficas qualificadas, distinguidas, valorizadas e eficazes, instituindo uma nova economia política dos territórios.

A partir dos autores apresentados, é possível afirmar que a metropolização vigente imprime, assim, à urbanização um grau de complexidade até então não experimentado na história das cidades, que se expressa pelas transformações na relação rural↔urbano e pelas novas configurações dos tecidos e dos sistemas urbanos. A nova arquitetura de organização dos sistemas urbanos, derivada de combinações variadas, transversais e não mais hierárquicas entre as escalas geográficas, marcada pela presença do tempo simultâneo, caracteriza-se pela mutabilidade, flexibilidade, velocidade e densidade de fluxos materiais e imateriais, seletividade e descontinuidade espacial. Nesse novo sistema, as escalas não estão dadas, constituem-se de forma dinâmica e mutável na medida em que as relações socioespaciais se realizam, produzindo transformações importantes na dinâmica de ordenamento do território.

Além dos elementos destacados, a metropolização contemporânea concentra também as contradições derivadas da relação urbanização e capitalismo, sobretudo em países como o Brasil. Dentre elas destaca-se a concentração da riqueza e da pobreza, relevante para a compreensão do processo de expansão dos espaços informais de moradia observado nas últimas décadas na metrópole de Curitiba.

2.2 METRÓPOLE: LUGAR DE DESIGUALDADES E CONTRADIÇÕES

Como já afirmado, a concentração é o atributo do processo de metropolização mais facilmente apreensível. Destaca-se, no entanto, conforme Ascher (1995), que uma das características da concentração no atual estágio da urbanização capitalista é que ela não está restrita à especialização das atividades econômicas, dos empregos, das categorias sociais abastadas e das riquezas, mas também é marcada pela presença de uma grande proporção de população pobre, desempregada e excluída.

A reunião de contradições nas metrópoles tem sido responsável por conformar espaços mais heterogêneos, fragmentados e desiguais. Na interpretação de Gottdiener (1997, p. 271), a desigualdade de desenvolvimento é um produto dos processos capitalistas tardios de crescimento²⁵, e, por isso, mesmo em áreas que experimentam grande crescimento econômico observa-se a manifestação espacial da pobreza, materializada pela presença de espaços segregados, deprimidos e degradados.

Estas contradições também se apresentam na metrópole de Curitiba, que a partir da década de 1990 experimenta um novo período de crescimento econômico, ao mesmo tempo em que apresenta indicadores que apontam para a ampliação das desigualdades socioespaciais, em especial no que tange às condições de trabalho e moradia da população residente.

²⁵ Capitalismo tardio é o termo utilizado pelo autor para fazer referência à fase atual desse modo de produção. Segundo Gottdiener (1997, p. 267), “a forma produtiva fenomenal do capitalismo tardio é a corporação multinacional, e, no caso dos Estados Unidos, a forma espacial correlativa é a polinucleação do espaço desconcentrado, não a cidade corporativa dos economistas políticos”.

Esta realidade marcada por contrastes é destacada por Moura e Rodrigues (2009). Conforme demonstram as autoras, entre 1990 e 2003, dos 184.514²⁶ empregos formais gerados no Paraná 31,10% ocorreram na RMC; e em 2000, a região concentrava 76,59% do total das empresas dos setores secundário e terciário do Estado. Nesse mesmo ano, 204 mil²⁷ pessoas na RMC estavam desocupadas e o município de Curitiba, que em 2002 respondia por 48,89% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, concentrava 57% desse total. Observou-se, também, o crescimento de ambulantes e biscateiros, que, somados às taxas de desocupação, demonstram, segundo as autoras, os ajustes sofridos pelo mercado de trabalho no período.

Elevaram-se também as taxas de pobreza na região em 2000, que embora tenham sido maiores nos municípios com baixo grau de integração em relação ao polo, foram igualmente expressivas nos pertencentes ao aglomerado metropolitano, onde residiam 92% da população da RMC. Em 2000, Curitiba, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais concentravam 74,4% do total de famílias pobres da RMC. No município de Curitiba, algumas regiões apresentavam taxas de pobreza superiores à média metropolitana, conformando espaços que representavam a maior concentração de ocupados residindo em moradias informais no conjunto da RMC. (MOURA; RODRIGUES, 2009, p. 69)

O aprofundamento das desigualdades socioespaciais, observado nas décadas em que se consolida a metropolização em Curitiba, é um processo presente em metrópoles em diferentes continentes com o advento da globalização. Segundo Ribeiro (2011), tal dinâmica é explicada por correntes teóricas distintas (pós-industrialismo x pós-fordismo) e pela análise de casos diferentes de globalização (globalização financeira x globalização produtiva), com distintos resultados.

Conforme o autor, para o pós-industrialismo e na globalização financeira, a bipolarização social, com segmentação do mercado de trabalho em termos de estrutura socioprofissional e renda, deve-se ao papel desempenhado pelas metrópoles na rede da economia globalizada. Relacionada à hipótese das cidades globais, de acordo com esta corrente transformaram-se a divisão territorial do

²⁶ Segundo Moura e Rodrigues (2009, p. 39), este número representa um aumento de 46,1% no período.

²⁷ Conforme dados apresentados na (TABELA 1), este número corresponde a 7,37% do total da população residente na RMC no ano de 2000.

trabalho e a estrutura produtiva industrial, e expandiram-se as atividades de serviços e finanças, produzindo maior diferenciação social entre ricos e pobres.

Para o pós-fordismo e a globalização produtiva, não ocorreu bipolarização, mas o crescimento das desigualdades sociais em termos de renda, explicado (i) pela redução dos investimentos públicos nas políticas sociais, com impacto nas categorias de baixa renda; (ii) pelas transformações na estrutura familiar, observando-se que o crescimento de famílias unipessoais alterou a distribuição da renda; e (iii) pela reconfiguração das profissões típicas da classe média, derivadas da reestruturação produtiva e dos novos padrões organizacionais e tecnológicos, que influenciaram a estrutura social. (RIBEIRO, 2011)

Ribeiro (2011) esclarece, ainda, que para o pós-industrialismo a análise baseia-se na emergência da economia de serviços, cuja produtividade está assentada fundamentalmente no uso econômico do saber e da informação, fenômeno denominado por Ascher (2010) de “capitalismo cognitivo”. No pós-fordismo, a análise refere-se à reconfiguração da industrialização fordista, cuja produtividade depende da flexibilização das relações de trabalho e da desverticalização da indústria, fenômenos destacados por Lencioni (2006) ao estudar a relação entre globalização e metropolização no Brasil.

Segundo Ribeiro (2011), nas análises que têm como referência o processo de globalização financeira são examinados os efeitos sobre a estrutura social das mudanças no mercado de trabalho derivadas da hegemonização da estrutura produtiva pelo circuito financeiro. Já nas que têm como referência a globalização produtiva, para compreender tais efeitos são analisadas metrópoles onde o circuito produtivo continua sendo dominante.

Vinculando-se à corrente teórica do pós-industrialismo, ao estudar as cidades globais Sassen (2010) identifica a emergência de novas configurações sociais entre velhas condições sociais, responsáveis pelo surgimento de novas formas de desigualdade. Dentre elas, destaca as articulações entre empresas, setores e trabalhadores, que, apesar de parecerem ter pouca conexão com a economia urbana dominada pelas finanças e os serviços especializados, cumprem funções dela integrantes, que se realizam em condições de segmentação social, salarial e muitas vezes racial e étnica. Para a autora, esses trabalhos e trabalhadores, normalmente desconsiderados como parte da economia global,

integram a infraestrutura de empregos responsável por administrar e implementar o sistema econômico e expressam novas formas de desigualdades.

Para De Mattos (2004) o crescimento da polarização social na América Latina, observado a partir da metropolização vigente, apesar de presente em períodos anteriores, adquiriu características próprias relacionadas à nova fase de modernização capitalista *strictu sensu*²⁸.

Neste contexto, a potencialização das funções que formam o circuito de acumulação superior impulsionou ao mesmo tempo o crescimento de atividades de menor importância, como os serviços de baixa produtividade desempenhados por trabalhadores de baixa qualificação e que recebem baixos salários, com predominância do trabalho precário, que, em geral, integram o setor informal. A configuração de uma base econômica dessa natureza tem transformado o quadro social e a evolução das metrópoles latino-americanas nas últimas décadas, identificando-se o aumento das desigualdades intrametropolitanas e da polarização social.

O autor afirma, no entanto, que esse processo não se dá de forma dual ou bipolar, mas expressa uma dinâmica social muito mais complexa. Neste sentido, ele observa que, apesar de diferenças, a persistência e o aumento das desigualdades socioespaciais com a metropolização contemporânea, no atual contexto de globalização econômica, estão presentes tanto na América Latina como nas sociedades mais desenvolvidas, permitindo considerar que elas constituem um elemento universal desse processo.

A partir de estudo comparativo realizado entre metrópoles situadas no sul e no norte do planeta, Berry-Chikhaoui; Deboulet; Roulleau-Berger (2007) observam que a reunião de processos relacionados à globalização econômica não se restringe ao aumento das redes de conectividade global, à ampliação dos investimentos de empresas transnacionais ou dos fluxos financeiros. Segundo os autores, a concentração e o aumento da vulnerabilidade socioespacial de uma parcela significativa dos seus habitantes é identificada de forma geral em diferentes continentes, percebendo-se nas ligações entre reestruturação socioeconômica e

²⁸ Segundo De Mattos (2004), na América Latina esse período presenciou a reestruturação das economias nacionais por meio da liberalização e a emergência de princípios de subsidiariedade e neutralidade do Estado, observando-se a desregulamentação, privatização, abertura externa, flexibilidade salarial, dentre outras.

urbana a ampliação da precariedade, em especial pela falta ou ampliação da insegurança no emprego e pelo aumento dos valores fundiários e imobiliários.

Os autores destacam, ainda, que nas metrópoles que não ocupam posições de comando na economia global, a vulnerabilidade se expressa de forma mais aguda. Neste aspecto, destacam que, apesar de um papel considerado menor no que diz respeito à concentração de atividades superiores e menos especializadas, essas metrópoles desempenham uma função importante nos fluxos regionais, participando de variadas manifestações do fenômeno que extrapolam as trocas econômicas, como, por exemplo, o fornecimento de mão de obra barata. Tal dinâmica tem produzido uma série de transformações nesses aglomerados, dentre elas a modificação das aparências urbanas e econômicas, novas e múltiplas combinações e configurações sociopolíticas e socioespaciais, além de reações e tensões por parte de seus habitantes. (BERRY-CHIKHAOUI; DEBOULET; ROULLEAU-BERGER, 2007)

De acordo com Ribeiro (2011), uma característica desse processo, no momento atual, refere-se às rupturas observadas na antiga ordem socioespacial da cidade fordista, que embora também fosse marcada por desigualdades perseguia tendências integradoras, e que hoje foram substituídas por movimentos de fragmentação socioespacial, onde cada pedaço da cidade tende a se organizar segundo dinâmicas próprias. Para o autor, grande parte desse fenômeno é explicada pelas transformações do papel regulador do Estado derivadas da emergência da globalização.

Neste aspecto, conforme De Mattos (2004, p. 169) uma dinâmica importante derivada da relação entre globalização econômica e reestruturação metropolitana na América Latina refere-se à emergência de um tipo de gestão urbana subsidiária, com fortalecimento da ação privada. Para o autor, a redução do poder regulatório do Estado, amplamente preconizada pela normativa neoliberal adotada nas últimas décadas, possibilitou que o uso do espaço urbano tenha ficado cada vez mais atrelado às necessidades e decisões do mercado, influenciando a localização de empresas e famílias e, por consequência, a evolução e transformação das metrópoles. Segundo afirma, nesse modelo de gestão a maximização da mais-valia

urbana²⁹ tornou-se o principal critério urbanístico, contribuindo para ampliar as condições de afirmação da lógica capitalista na produção e reprodução metropolitana.

Essa interpretação aproxima-se da reflexão de Sassen (2010), quando afirma que mais do que um papel minguante, o Estado constitui um dos domínios institucionais estratégicos para viabilizar a expansão da globalização, e um dos principais responsáveis pela transformação das relações entre os domínios públicos e privados e as forças locais e globais. Para a autora, esse papel realiza-se fundamentalmente por meio de prerrogativas que lhe são exclusivas e que acomodam os interesses das corporações, tais como a aprovação e execução de atos legislativos, decisões judiciais e ordens executivas.

Para Vainer (2000) a ampliação das desigualdades socioespaciais nas cidades, com a globalização da economia e a mundialização da comunicação, deve-se à introdução da lógica da competitividade urbana, que, a partir de então, se tornou um princípio norteador das políticas urbanas. Emergindo como a nova questão social e substituindo os temas considerados centrais em períodos anteriores, como o crescimento desordenado, a distribuição dos equipamentos de consumo coletivo, a racionalização do solo urbano e a participação dos movimentos sociais urbanos, esta lógica reflete a apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados.

Efetivada pela adoção de um modelo de planejamento urbano vinculado aos interesses privados, a lógica da competitividade urbana depende do banimento da política, dos conflitos e das condições do exercício da cidadania. A partir dela, segundo Vainer (2000), a cidade transformou-se numa mercadoria que deve oferecer os atributos e insumos valorizados pelo capital transnacional, devendo ser destinada com prioridade ao seleto grupo de visitantes e usuários solváveis. Neste processo, a gestão urbana passou a ser equiparada com a de uma empresa, onde produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica de mercado comandam. O autor destaca, no entanto, que o marketing urbano, ferramenta adotada por esse modelo de planejamento urbano preocupado com a venda da

²⁹ O conceito, cuja origem deriva da Teoria da Renda da Terra elaborada por Karl Marx, relaciona-se aos efeitos de valorização fundiária produzidos pela intervenção do Estado no espaço urbano, seja por meio da alteração da legislação ou do investimento público direto numa determinada região.

cidade, não abre mão da intervenção estatal, desde que esta esteja voltada aos interesses do mercado.

Por estar baseada num objetivo unificado no qual a identidade dos cidadãos com a cidade apoia-se num projeto empresarial e não de transformação social, Vainer (2000) destaca que a “cidade-empresa” nega o sentido da política. A competição entre cidades alterou também o modelo estabelecido de gestão dos territórios, reforçando os poderes locais e esforçando-se para diminuir os das demais instâncias. A partir dessa lógica, a gestão local procura relacionar-se diretamente com as corporações, consolidando o que o autor denominou de “cidade-pátria”. À luz dessa racionalidade, a “cidade-pátria, empresa e mercadoria” deve preparar-se para vender uma imagem global capaz de atrair grandes corporações, objetivo que transformou o foco das políticas urbanas, ampliando as desigualdades socioespaciais metropolitanas.

A incorporação da metrópole de Curitiba à lógica descrita por Vainer (2000) é destacada por Firkowski (2001, p. 226) ao analisar o esforço do Estado em vender uma imagem positiva de cidade no período de disputa pela atração das novas corporações no início da década de 1990. Referenciando-se na reconhecida experiência de planejamento urbano da cidade-polo, essa imagem foi explorada como uma vantagem competitiva em relação a outras metrópoles brasileiras, e ajuda a explicar o conjunto de transformações socioespaciais experimentadas a partir de então. Conforme a autora,

A relação entre estes dois conjuntos de fatores pode ser considerada na explicação da recomposição de Curitiba. O primeiro se relaciona ao processo interno de produção de uma imagem positiva da cidade, cujo planejamento urbano teria produzido uma cidade diferente, com uma atratividade diretamente relacionada às iniciativas de intervenção urbana que se acumularam desde a década de 1960 e tomaram o rumo do “urbanismo de exaltação” no início da década de 1990. O segundo conjunto de fatores se relaciona à atratividade que Curitiba passou a ter após a fase recente de implantação de importantes indústrias no aglomerado metropolitano, o que desencadeou a implantação de distintas atividades relacionadas aos serviços, às novas indústrias e às pessoas a elas ligadas. Como resultado dessa conjugação, Curitiba passou a se destacar enquanto lugar privilegiado de negócios e, conseqüentemente, uma série de novas atividades passaram a se implantar, motivadas pela perspectiva da conciliação entre o desenvolvimento de atividades econômicas dos mais variados tipos e a “qualidade de vida”, produto supostamente abundante em Curitiba e raro nas metrópoles brasileiras. Do mesmo modo, essas atividades emergentes possibilitaram uma maior especialização dos serviços e do comércio, na perspectiva de inserir Curitiba no conjunto de atividades melhor equipadas e aptas a dar continuidade ao processo de atração de novas atividades, numa relação cíclica. Igualmente tais

atividades permitem que se apreenda uma transição importante, qual seja a constituição da metrópole. (FIRKOWSKI, 2001, p. 226-227).

A autora destaca, ainda, os esforços empreendidos pelo poder público para criar todas as condições desejadas pelas novas corporações emergentes, em especial no campo fiscal, na infraestrutura, na oferta e no uso de áreas. No planejamento territorial, estes esforços traduziram-se em investimentos nos sistemas rodoviário, ferroviário, aeroportuário e de infovias, e em alterações das leis de uso e ocupação do solo, que tornaram aptas as áreas escolhidas pelas empresas recém-chegadas para receber os novos empreendimentos.

Justificadas pelo anúncio dos empregos a serem gerados e a inibição da ocupação irregular do solo sobre as áreas de manancial, as alterações na legislação possibilitaram, por exemplo, a implantação de novas indústrias em São José dos Pinhais e Quatro Barras, e de grandes empreendimentos imobiliários como o Alphaville em Pinhais e os Condomínios Residenciais que deram origem ao Ecoville em Curitiba. (FIRKOWSKI, 2001)

Berry-Chikhaoui, Deboulet e Roulleau-Berger (2007) observam que, apesar de não constituir uma estratégia nova, os projetos de requalificação urbana executados a partir da década de 1990 se estenderam das grandes metrópoles do capitalismo avançado em direção a outras metrópoles do mundo, a toda a hierarquia urbana e a espaços que não necessariamente correspondem aos bairros centrais. Segundo os autores, estas intervenções, posicionadas entre os principais objetivos das políticas urbanas e justificadas como uma estratégia de competição da cidade no mercado global, têm produzido graves conflitos urbanos, em especial nas metrópoles formadas por expressiva população ocupada no mercado de trabalho informal ou em situação de pobreza. Materializadas pelos grandes projetos do terciário especializado, pelos equipamentos urbanos de transporte e comunicação, pela aprovação de códigos urbanísticos que reforçam as interfaces da cidade com o País e o mundo, estas estratégias não têm apenas o objetivo de reforçar a atratividade das atividades de direção e controle, mas também de encobrir ou fazer desaparecer as áreas precárias, que, segundo a lógica da competitividade urbana, podem macular a imagem das cidades.

Vainer (2000) afirma, ainda, que em metrópoles que passaram a se lançar no projeto de competitividade e produtividade urbana, essa preocupação com a imagem traduz-se pela negação dos conflitos e das desigualdades socioespaciais.

Segundo o autor, isso explica porque a pobreza e a miséria têm sido muitas vezes tratadas pelos novos projetos de requalificação urbana como um problema paisagístico, um “entorno social”, pois podem condicionar e influenciar as decisões dos agentes econômicos e a atratividade da cidade. De acordo com essa lógica, os pobres são tratados como entorno e não como cidadãos, já que não constituem o público consumidor específico e qualificado que a “cidade empresa” pretende atrair.

A partir do exposto, é possível afirmar que, apesar da concentração de contradições nas cidades não ser uma novidade na história da urbanização capitalista, o fenômeno hoje observado nas metrópoles contemporâneas é marcado por uma dinâmica socioespacial muito mais complexa comparada às fases anteriores da urbanização, observando-se a ampliação das desigualdades socioespaciais em países com diferentes graus de desenvolvimento.

Esse agravamento é explicado por dinâmicas relacionadas às estratégias de reprodução do capitalismo e pelo papel exercido pelo Estado nesse processo. Desta forma, embora existam similaridades derivadas da relação entre a difusão da globalização econômica e a produção das metrópoles contemporâneas, as particularidades históricas e políticas de cada país e região devem ser incorporadas à análise, pois dependem das coalizões estabelecidas entre o Estado local e os demais agentes sociais produtores do espaço, em especial os ligados aos interesses de reprodução do capital atuantes em escala mundial. As alianças estabelecidas entre estes agentes podem aprofundar as desigualdades socioespaciais na medida em que as políticas urbanas se aproximam mais dos interesses privados e menos dos coletivos, ou, nos termos de De Mattos (2004), tornem-se subsidiárias dos interesses do capital privado.

A difusão da metropolização em escala mundial, marcada pela concentração de contradições derivadas do modo pelo qual se viabiliza a acumulação do capital e a reprodução social na atualidade, tem sido caracterizada por maior fragmentação socioespacial, conformando metrópoles que, como sintetiza Méo (2008),

[...] são implacáveis máquinas de triar e de canalizar indivíduos assim como os grupos que elas acolhem. Em virtude de leis sociais que as regem, elas distribuem, repartem homens e mulheres segundo seus meios econômicos, por vezes em função de seus grupos étnicos e culturais, num espaço urbano fractal e quase sem limites que expõe uma impressionante fragmentação morfológica e social. (MÉO, 2008, p.3)

Levando-se em conta a produção dos espaços de moradia, esse processo é marcado tanto pela multiplicação de comunidades e áreas residenciais fechadas para a alta renda, como pela difusão de guetos, favelas e áreas degradadas habitadas pelos mais pobres, conformando espaços fragmentados e desiguais, que são divididos em função da renda, da raça e da nacionalidade de seus residentes.

Essa realidade, marcada pela ampliação das desigualdades socioespaciais, também se apresenta na atual fase da metropolização de Curitiba, pois ao mesmo tempo em que se desconcentram as condições gerais de reprodução de capital do polo em direção aos outros municípios que integram o aglomerado metropolitano, também se aprofundam a precariedade e a vulnerabilidade dos grupos sociais de renda mais baixa, materializadas, dentre outros, pelo crescimento e expansão das ocupações irregulares em toda a sua extensão.

Apesar de reproduzirem um fenômeno que não é novo, qual seja, a repartição e distribuição de diferentes classes sociais em distintas áreas das cidades, cujo acesso aos benefícios da urbanização está restrito àqueles que podem pagar pelas localizações mais privilegiadas, o surgimento de novas morfologias espaciais, destinadas à moradia dos mais pobres e dos mais abastados, transformaram os paradigmas de estruturação urbana, observados no período de urbanização precedente, produzindo a reestruturação dos espaços urbanos, conforme dinâmica aprofundada no próximo capítulo.

3 ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS: O PAPEL DA MORADIA

Como uma das repercussões do processo analisado anteriormente, a partir da década de 1990 transformações nos espaços de moradia das classes de alta e baixa renda alteraram o processo de produção do espaço na metrópole de Curitiba, observando-se a difusão dos condomínios residenciais fechados e dos espaços informais de moradia.

A expansão dos condomínios residenciais fechados introduziu novas formas de habitar e deu origem a novos vetores de residência das classes de renda mais elevada, até então historicamente concentradas no entorno do centro de Curitiba. Em relação a este processo, Firkowski (2001) observa que,

[...] evidenciam-se significativas mudanças no que diz respeito a moradia da população de alta renda, denotando a intensificação de um novo padrão de habitação, bem como alterando a localização tradicional em Curitiba para áreas mais distantes, localizadas além dos limites municipais, ou quando permanecem em Curitiba, o fazem em áreas requalificadas através de investimentos públicos, voltadas ao aprofundamento da imagem criada. (FIRKOWSKI, 2001, p. 253)

Dentre os vetores onde crescem estas novas morfologias de habitat residencial, a autora destaca o Alphaville Graciosa, no município de Pinhais, e o Ecoville³⁰, no bairro Mossunguê, município de Curitiba.

Além da alteração na localização tradicional da moradia de alta renda, a implantação desses grandes empreendimentos imobiliários produziu, também, a mudança do perfil socioeconômico da população residente nos setores onde eles passaram a se difundir.

No Ecoville, por exemplo, segundo Polucha (2010, p.137), até 1991, antes da construção dos condomínios residenciais fechados, mais de 50% dos chefes de domicílio do Mossunguê tinham renda até cinco salários mínimos; e em 2000, implantados e concluídos 16 empreendimentos, esta situação inverte-se, mais de 50% dos chefes de domicílio tinham renda superior a cinco salários mínimos. O

³⁰ Área localizada no oeste de Curitiba, e assim denominada na década de 1990 por empreendedores ligados ao mercado da construção civil como estratégia de marketing para inaugurar o novo vetor de expansão dos lançamentos imobiliários de alto padrão no Município.

autor destaca, ainda, que a tendência de elitização do bairro foi crescente nos anos que se sucederam, e em 2009 já haviam sido construídos 43 condomínios residenciais verticais fechados de alto padrão.

No tocante aos espaços de moradia da classe de renda mais baixa, dados levantados na década de 1990 já indicavam mudanças importantes na dinâmica de produção desses assentamentos. Dentre elas, o surgimento de novos espaços informais de moradia nos municípios do entorno de Curitiba e o aumento do número de domicílios informais na cidade-polo, observando-se a expansão e intensificação do fenômeno em todo o aglomerado metropolitano. (TABELA 3)

TABELA 3 – DOMICÍLIOS E POPULAÇÃO RESIDENTE EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA – 1992, 1998

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS				POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1992	(%)	1998	(%)	1992	(%)	1998	(%)
Curitiba	44.713	83,67	53.162	65,90	165.438	82,15	196.699	65,89
Pinhais	1.556	2,91	2.293	2,84	6.302	3,13	8.484	2,84
Colombo	3.303	6,18	6.253	7,75	13.740	6,82	23.136	7,75
Almirante Tamandaré	1.536	2,87	4.785	5,93	6.451	3,20	17.705	5,93
Campo Magro	-	-	1.723	2,14	-	-	6.375	2,14
Campo Largo	423	0,79	730	0,90	1.709	0,85	2.701	0,91
Araucária	509	0,95	1.552	1,92	2.102	1,04	5.742	1,92
Fazenda Rio Grande	440	0,82	1.557	1,93	1.874	0,93	5.761	1,93
São José dos Pinhais	581	1,09	3.838	4,76	2.353	1,17	14.201	4,76
Quatro Barras	-	-	-	-	-	-	-	-
Piraquara	197	0,37	4.199	5,21	648	0,32	15.536	5,21
Campina Grande do Sul	188	0,35	584	0,72	788	0,39	2.161	0,72
Total	53.446	100	80.676	100	201.405	100	298.501	100

FONTE: PROGRAMA DE DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (2004)

NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

As mudanças no processo de produção dos espaços de moradia dos mais ricos e dos mais pobres, a partir dos anos 1990, sinalizam a ocorrência de transformações importantes no processo de produção da metrópole de Curitiba, dentre elas a refuncionalização de espaços, a existência de novas frentes de expansão urbana, a mudança do perfil socioeconômico de residentes em áreas consolidadas, e o surgimento de novas formas de habitat, que, em conjunto, inauguram uma fase de reestruturação espacial.

Segundo Soja (1993), reestruturação é um fenômeno caracterizado por rupturas, mudanças de direção numa dada ordem ou configuração. Essas rupturas resultam de crises e conflitos entre a ordem estabelecida e a possibilidade de construção de uma nova ordem, compondo um processo complexo e com variadas nuances. De acordo com o autor:

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente. (SOJA, 1993, p.194).

Para Sposito (2004b, p. 312), toda reestruturação expressa igualmente uma desestruturação, pois representa a superação de lógicas e dinâmicas que em períodos anteriores orientaram a estruturação da cidade. Essa característica explica porque o movimento de transformação, hoje observado no processo de produção da cidade, é assinalado não apenas pela expansão territorial ou o acréscimo de usos do solo, mas também pela destruição de formas urbanas e a supressão ou substituição de usos do solo pré-existentes, mesmo em lugares que no passado desempenharam funções econômicas ou papéis simbólicos importantes. Outra marca do período atual, segundo a autora, é que a superação dessas lógicas e dinâmicas distingue-se pela instabilidade e a imponderabilidade, fazendo com que as mudanças estejam mais presentes do que as permanências espaciais.

A reestruturação vigente obriga, portanto, de acordo com Soja (1993), que se ajustem os paradigmas utilizados na interpretação do processo de produção das metrópoles. Conforme observa, as metrópoles transformaram-se num mosaico em permanente alteração, um “caleidoscópico”, cuja espacialidade é cada vez mais distinta do modelo de cidade que as antecedeu, concluindo que “a antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos interpretativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural”. (SOJA, 1993, p. 193)

Na leitura de Gottdiener (1997, p. 230), no atual contexto da produção do espaço da cidade capitalista a reestruturação é ao mesmo tempo um produto das mudanças contemporâneas e um fenômeno de organização socioespacial que reage contra outros processos. Assim, a forma aparentemente desordenada com que ela se realiza expressa que apenas certos aspectos do espaço são funcionais para o capital, enquanto outros não o são. A partir dessa compreensão dialética, o autor propõe um paradigma crítico alternativo para interpretar a reestruturação das

metrópoles na atual fase do capitalismo, que contrasta com as interpretações críticas convencionais.

Para adotar o paradigma crítico alternativo proposto por Gottdiener (1997), torna-se necessário considerar o conceito de “processo de produção elaborado” por Lefebvre, como recomenda Sposito (2004b). À luz do materialismo dialético, Lefebvre o traduz a partir de um duplo sentido, historicidade e práxis, ou seja, numa dimensão mais abrangente como obra³¹ humana, e num sentido mais restrito como produção de coisas. Nessa perspectiva, o processo de produção do espaço urbano unifica historicidade e práxis, sendo a cidade a expressão da produção humana ao longo do tempo (sentido amplo), que ao se materializar como obra possibilita a produção de bens e serviços (sentido restrito). (SPOSITO, 2004b, p. 48-49)

Compreender a cidade como um processo produtivo e não como um produto leva a análise a se voltar para a compreensão do conjunto de relações e lógicas que a produziram, num movimento contínuo de passagem da temporalidade à espacialidade. A partir dessa interpretação, para Sposito (2004b, p. 51) “a produção do espaço urbano compreende o conjunto de ações, de interesses, de valores, de idéias que, no plano material e simbólico, põe em movimento toda a sociedade e, por meio desse movimento e a ele dando suporte, cria e recria o mundo urbano e as cidades”.

Corrêa (1989, 2011) destaca, ainda, que a produção da cidade capitalista é resultado das ações de agentes sociais concretos, dotados de interesses e estratégias próprias, muitas vezes divergentes, inseridos no tempo e no espaço. Ou seja, não provém de um mercado invisível ou de processos aleatórios que atuam sobre um espaço abstrato, mas é fruto de interações e disputas entre os diferentes agentes sociais com vistas à reprodução social e acumulação de capital, em meio a contradições e conflitos que provocam uma constante reorganização espacial.

Outra característica do processo de produção do espaço, de acordo com este autor, é que os atos humanos se realizam em diferentes escalas espaciais, que expressam os distintos objetivos, os meios e os significados das ações dos agentes sociais numa dada temporalidade, e considera que:

³¹ Conforme esclarece a autora, obra no sentido abrangente da palavra, ou seja, produção intelectual e manifestação de sentimentos humanos.

A escala espacial constitui um traço fundamental da ação humana, relacionada a práticas que se realizam em âmbitos espaciais limitados ou mais amplos, mas não dissociados entre si. Envolvem distâncias e superfícies variáveis. Âmbitos ou escalas espaciais, parafraseando Berque (1998), são marcas e matrizes da ação do homem inseridas na sua complexa espacialidade, que envolve distintos propósitos, meios e sentidos. Pode-se falar em escalaridade, parte integrante da ação humana, a qual, por outro lado, é dotada de uma temporalidade, no bojo da qual se definem e redefinem as escalas espaciais de ação humana. (CORRÊA, 2011, p.41-42).

Sposito (2007b) e Corrêa (2011) afirmam, ainda, que a reestruturação espacial vigente se caracteriza pela articulação de duas escalas em especial, a da rede urbana e a intraurbana. De abrangência regional, a partir da primeira alteram-se as lógicas de estruturação espacial, produzindo o que Sposito (2007b) denominou de reestruturação urbana. Na escala intraurbana transformam-se as morfologias espaciais produzindo-se, segundo a autora, a reestruturação da cidade.

A partir da perspectiva analítica exposta, na reestruturação espacial atualmente experimentada mudaram as lógicas que até então norteavam os processos de estruturação urbana e da cidade, transformando radicalmente o movimento de concentração↔dispersão no qual as novas formas de produção dos espaços de moradia dos mais ricos e dos mais pobres atuam de maneira principal.

3.1 OS ESPAÇOS DE MORADIA E OS PADRÕES DE ESTRUTURAÇÃO URBANA E DA CIDADE

Tendo como referência a história das cidades, segundo Santos (1994, p. 89) o principal movimento de estruturação espacial tem sido o de concentração↔dispersão, que em cada período da urbanização adquiriu expressões particulares. A partir desse movimento conformou-se o padrão denominado centro-periferia, que até o final do século XX constituiu o modelo de estruturação espacial característico da maioria das metrópoles brasileiras. A reestruturação espacial observada nas últimas décadas é marcada por transformações radicais nesse padrão, e as mudanças observadas nas formas de produção dos espaços de moradia desempenham um papel fundamental.

Outra questão relevante para a compreensão da lógica a partir da qual esse movimento de concentração↔dispersão se realiza é que centro e periferia devem ser considerados opostos apenas de maneira relativa, tornando-se impossível, segundo Sposito (2004a), compreender um sem estabelecer a relação com o outro, obrigando-se, assim, que se incorpore à análise do processo de estruturação espacial a variável temporal e o tamanho da cidade.

Além desse aspecto, conforme destaca Villaça (1998, p. 238), nenhuma área é ou não é centro, mas torna-se centro, porque é fruto de fenômenos sociais e mutáveis, devendo o mesmo raciocínio ser transposto para a compreensão da noção de periferia.

Em síntese, por derivarem do par dialético concentração↔dispersão, centro e periferia devem ser compreendidos em relação e a partir do movimento constante e cambiante que caracteriza a produção social do espaço urbano.

3.1.1 Concentração ↔ dispersão: o padrão centro-periferia

Presente na estruturação de cidades de diferentes países, o padrão centro-periferia caracterizou-se genericamente pela formação de periferias dependentes em termos funcionais do centro principal da aglomeração.

De acordo com Villaça (1998, p. 238-239), o centro é uma área densamente ocupada por um conjunto de instituições sociais de caráter coletivo que ajudam a organizar a produção e o consumo, e que por isso constituem o principal ponto de cruzamento de fluxos, o lugar que otimiza os deslocamentos dentro de uma cidade.

Sposito (2004a, p. 120) esclarece, ainda, que apesar dos centros reunirem o comércio, o serviço e os valores simbólicos desde a cidade antiga, a intensificação dessas atividades nessas áreas se acentuou com o desenvolvimento do capitalismo, que produziu a ampliação da concentração dos fluxos de transporte transformando-os em lugares com grande acessibilidade. Esta dinâmica, segundo a autora, expressa de maneira exemplar as relações existentes entre processos, formas espaciais e funções urbanas.

O movimento de descentralização em direção à periferia é explicado por Corrêa (1989) a partir de diferentes fatores, dentre eles, o aumento do preço da

terra, o surgimento e a intensificação de deseconomias produzidas pela aglomeração, a necessidade de espaço para o desenvolvimento de novas atividades, o aumento de restrições legais, e a ausência e/ou perda de amenidades.

O mesmo autor destaca, ainda, que com sua evolução a realização do padrão centro-periferia agregou maior complexidade à dinâmica de produção do espaço urbano, fazendo surgir núcleos secundários de produção e consumo de bens e serviços que alteraram os fluxos de deslocamento no interior da aglomeração, possibilitando a abertura de novas frentes de comercialização de terras e investimentos imobiliários.

A estruturação urbana derivada desse padrão tornou-se uma marca da urbanização que se consolidou com o desenvolvimento do capitalismo industrial e produziu a extensão das cidades. Embora a estruturação tenha se consolidado em cidades de diferentes continentes, nem todos os seus aspectos podem ser comparados de modo universal, especialmente se a análise tiver como referência os conteúdos socioespaciais dos centros e das periferias e o início do processo na história das diferentes cidades. Desta forma, ainda que o vetor de expansão urbana no padrão centro-periferia tenha se dirigido das áreas centrais para as periféricas, nas cidades brasileiras e latino-americanas os espaços produzidos tiveram conteúdos distintos dos que caracterizam as cidades europeias e norte-americanas.

Na Europa Ocidental, o modelo centro-periferia produziu a suburbanização, caracterizada por uma mudança lenta e constante da localização dos espaços de moradia das classes de renda média e alta. Segundo Munford (1998, p. 527), na Inglaterra do século XVIII já se apresentava um movimento de deslocamento das classes mais abastadas em direção aos subúrbios com o objetivo de fugir dos crescentes problemas ambientais e da salubridade experimentados pelas cidades com o avanço da industrialização. A expansão em direção às áreas periféricas na cidade europeia nesse período derivou, também, de acordo com o mesmo autor, da necessidade de abertura de novos espaços para moradia da população que crescia com o desenvolvimento industrial, fenômeno que vinha produzindo um grande adensamento urbano.

No século XIX, a crítica ao modelo da cidade industrial que se consolidava na Europa, defendida pelos ideais românticos de convívio com a natureza, bem como a evolução dos meios de transportes possibilitaram e aceleraram o movimento em direção à periferia, surgindo novas morfologias de habitat e áreas para moradia.

Derivam desse período as cidades-jardim concebidas por Ebenezer Howard na Inglaterra, que ilustram bem esse novo ideal e que no século XX influenciariam o movimento suburbanização observado nas cidades norte-americanas. (MUNFORD, 1998; GOIX, 2006)

Nos Estados Unidos da América (EUA), os subúrbios se generalizaram a partir do final da Segunda Guerra Mundial e resultaram do deslocamento de famílias de classe média da cidade central. Este movimento transformou o modelo de habitat residencial no país e derivou do desejo de aquisição de uma residência unifamiliar em meio a amplos terrenos próximos da natureza. De acordo com Sposito (2004a, p. 121), apesar de influenciados pelas propostas de Ebenezer Howard, os subúrbios norte-americanos tiveram um padrão urbanístico menos elaborado e uma ocupação mais padronizada, pois o interesse maior nesse período era beneficiar a indústria da construção, acelerando a venda de casas a preços acessíveis no país.

Goix (2006, p.110) destaca, ainda, que embora inspirados no urbanismo romântico, na transposição de seus princípios para os subúrbios norte-americanos foram introduzidas quatro inovações: (i) a rede viária circular acentuando o bucólico no assentamento; (ii) a noção de governo privado dos espaços coletivos; (iii) a existência de um regulamento de copropriedade acordado entre os moradores, excluindo qualquer outro tipo de atividade que não a residencial; (iv) o controle de acesso, materializado pelo anúncio de “Propriedade particular. Não entre.” De acordo com o autor, essas inovações influenciaram as formas a partir das quais funcionam, vendem-se e se produzem atualmente os condomínios residenciais fechados.

No caso brasileiro, o modelo centro-periferia adquiriu características distintas das descritas anteriormente para a Inglaterra e os EUA. No tocante aos processos socioespaciais de abrangência regional, o processo derivou-se: (i) do forte crescimento demográfico ocorrido num curto espaço de tempo, marcado pelo aumento das taxas de natalidade e a intensificação da migração campo-cidade nas décadas de 1960 e 1970, período em que ocorre a inversão do lugar de residência da população, que a partir de então passou a viver majoritariamente em cidades; (ii) do desequilíbrio na distribuição territorial da população crescente, que se concentrou em algumas regiões do País e nas grandes aglomerações urbanas, especialmente nas metrópoles; (iii) do modelo de industrialização adotado a partir de meados do século XX, no qual a inserção do País na economia internacional realizou-se por

meio de uma alta concentração da renda, que rebaixou o custo da mão de obra por meio do pagamento de baixos salários. (SANTOS, 1994; SCHIFFER, 2004; FERREIRA, 2005)

No Paraná, esses eventos ocorreram a partir da década de 1970. A aceleração da urbanização acompanhou o desenvolvimento industrial e a migração campo-cidade e concentrou-se especialmente na RMC. De acordo com Ultramari e Moura (1994, p. 6), o expressivo crescimento da participação da população urbana no Estado a partir dessa década, em comparação com as anteriores, marca a inserção do fenômeno de metropolização no processo de urbanização paranaense. (TABELA 4)

TABELA 4 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO DÉCADAS – PARANÁ – 1940-2010

ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		
	Situação de domicílio		Total
	Urbana	Rural	
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,58	-2,62	1,39
2000/2010	1,36	-1,48	0,89

FONTES: SILVA (2006), MAMMARELLA (2012)

Considerando a escala intraurbana, a formação da periferia nas cidades brasileiras deveu-se em primeiro lugar às mudanças sofridas pelas áreas centrais a partir do final do século XIX. De acordo com Villaça (1998, p. 227), até esse período os centros das cidades no Brasil agregavam a moradia e as funções cívicas e religiosas, e com o passar do século XX transformaram-se em lugares de comércio e serviços, no principal local do emprego das classes de alta renda. Além disso, a concentração de investimentos públicos e privados realizados nestas áreas provocou o aumento do preço da terra, tornando cada vez mais difícil o acesso à moradia formal por parte da população sem renda suficiente para pagar os custos de uma localização central e a reunião da moradia das classes de renda mais elevada no seu entorno imediato.

Como grande parte da urbanização brasileira concentrou-se nas metrópoles a partir desse período, suas periferias avançaram concomitantemente e no mesmo ritmo de crescimento da necessidade de moradia dos pobres urbanos, que

passaram a compor a maioria da sua população. Marcadas por carências de todo tipo e localizadas em áreas cada vez mais distantes dos centros, o crescimento das periferias pobres tornou-se uma característica da urbanização acelerada e desigual observada no Brasil a partir de meados do século XX.

O processo de periferização da pobreza, descrito por Kowarick (2000) ao referir-se à metrópole paulistana, pode ser transposto às demais metrópoles brasileiras e deu origem a periferias, conforme analisa:

Periferias... No plural. Isto porque são milhares de Vilas e Jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas do dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não dos justiceiros. Lá é por excelência o mundo da subcidadania. (KOWARICK, 2000, p.43)

A metrópole de Curitiba não fugiu a esse padrão, e a partir de 1970 a periferização marca o fenômeno de produção de seu espaço. Ultramari e Moura (1994, p. 30-31) destacam que esse processo foi capitaneado pela oferta de áreas parceladas a preços mais reduzidos nos municípios limítrofes a Curitiba e facilitado pelo financiamento de terras oferecido pela iniciativa privada nesses municípios, que tinham a vantagem de possuir uma legislação de parcelamento do solo mais flexível.

A periferização das cidades brasileiras ocorrida nesse período produziu paisagens urbanas marcadas pela presença de moradias autoconstruídas e conjuntos residenciais financiados pelo Estado, sempre habitadas por população de baixa renda, que com a intensificação da urbanização avançaram sobre áreas cada vez mais distantes das áreas centrais e dos locais de emprego da população. Os espaços das periferias caracterizaram-se, ainda, pela precariedade de serviços públicos e regras urbanísticas, apresentando um aspecto inacabado e precário, em permanente transformação, conforme descrevem Ultramari e Moura (1994) ao referir-se à metrópole de Curitiba:

Se nas áreas centrais as facilidades urbanas já estão à disposição do futuro morador, nas periferias levantar a casa no lote é apenas o primeiro passo. Adquire-se o lote e se constrói a casa. Falta o calçamento da rua, assim como a água, o esgoto, a luz, os equipamentos sociais – escolas, postos de

saúde, praças – e outras benfeitorias apenas prometidas ou precárias. As ruas têm traçados não bem definidos e a paisagem frequentemente não tem verde. O verde que aí existe é apenas um resto de mato, logo fadado a desaparecer seja pela construção de mais uma moradia, seja pelo uso como lenha. Isso explica, um pouco, a imagem de espaço desarrumado e recém-desbravado que configura as periferias, expondo seus habitantes como pioneiros. Uma área extensamente horizontalizada, recortada e em alguns pedaços tomadas por pequenas casas mal acabadas, inconclusas, sempre em obras; ou por conjuntos habitacionais repetindo a composição de pequenos prédios ou casas; ou por terrenos à espera de uma meia água, por vezes temporariamente feito campo de recreação, ponto de venda de ‘fumo’, área propícia à invasão. (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p.38)

Caldeira (2000) caracteriza o padrão centro-periferia consolidado no Brasil por quatro atributos: (i) uma forma dispersa ao invés de concentrada, observando-se taxas decrescentes de densidade populacional urbana ao longo das décadas em que ele se concretizou; (ii) as classes de média e alta renda passaram a viver longe da de baixa renda: as primeiras nas áreas mais centrais, regulares e bem equipadas, e a outra, dos pobres urbanos, em periferias distantes, precárias e muitas vezes irregulares; (iii) a aquisição da casa própria tornou-se regra e generalizou-se entre todas as classes sociais, mas com diferenças na forma de produção e nas condições de moradia dos seus habitantes, que variaram em função da renda; (iv) o tipo de transporte utilizado para o deslocamento intraurbano também se diferenciou segundo a classe social: o coletivo, ônibus mais comumente, para os moradores da periferia, e o automóvel individual para as classes média e alta residentes nas áreas mais centrais.

O padrão centro-periferia marcou a estruturação³² das metrópoles brasileiras ao longo do século XX e consolidou um modelo cujos traços, conforme Caldeira (2000), foram a concentração e distribuição diferenciada das classes sociais em espaços distantes entre si e profundamente heterogêneos. Os pobres vivendo em casas autoconstruídas nas periferias precárias, distantes e em grande parte irregulares, e as classes mais abastadas em imóveis próprios, comercializados pelo mercado imobiliário formal e localizados em bairros bem equipados e centrais.

A partir de meados do século XX, as periferias urbanas expandiram-se de forma regular e irregular nas cidades brasileiras. A irregular, constituída por favelas, loteamentos clandestinos e irregulares, singularizou-se pela precariedade e

³² Levando-se em conta as atividades econômicas, o modelo centro-periferia definiu um padrão de estruturação urbana no Brasil em que a periferia passou também a receber as novas indústrias implantadas a partir de meados do século XX. Nesse mesmo período, o centro consolidou-se como lugar do comércio e do serviço.

insegurança generalizada de seus moradores. A regular foi formada pelos loteamentos populares produzidos pelo Estado e pela iniciativa privada, e caracterizou-se por um tipo de urbanização com mínimos investimentos em equipamentos e serviços urbanos.

Kowarick (2000, p. 44) observa, ainda, que a versatilidade e a rápida expansão do ônibus facilitou a concretização desse modelo, pois possibilitou a transformação lucrativa de áreas rurais, sem nenhuma infraestrutura, em urbanas, já que “o importante era unir aos locais de emprego as moradias edificadas em terrenos destituídos de benfeitorias [...] ao mesmo tempo em que a venda desses lotes ‘clandestinos’ gerava grandes lucros imobiliários”. Segundo o autor, o crescimento urbano periférico ocorrido no Brasil nesse período revela a produção de uma cidade típica do “subdesenvolvimento industrializado”.

O padrão centro-periferia reproduziu-se em grande parte dos países da América Latina e deu origem a uma estrutura espacial singular. Ao estudar o caso de Buenos Aires, Vidal-Koppmann (2006, p. 15) observa que esse modelo consolidou uma cidade radioconcêntrica, que se expandiu de maneira contínua e conformou uma ocupação urbana em forma de “mancha de azeite”.

A partir do exposto compreende-se porque, embora o modelo de estruturação espacial tenha sido similar, a expansão das cidades norte-americanas e europeias, ao longo do século XX, caracterizou-se por morfologias espaciais com conteúdos distintos das que se consolidaram nas cidades brasileiras e latino-americanas.

Nos EUA e na Europa, o padrão centro-periferia realizou-se por meio da produção de subúrbios plenamente urbanizados e regularmente implantados, vendidos através do mercado imobiliário formal e adquiridos ao longo do tempo pelos trabalhadores. Nos países da América Latina sua consolidação deu-se pela rápida implantação de assentamentos populares, regulares e irregulares, marcados pela precariedade e inexistência de infraestrutura e serviços urbanos, com habitações autoconstruídas e igualmente carentes, expressão das disparidades sociais e econômicas que caracterizaram a urbanização ocorrida no período.

A consolidação do padrão centro-periferia nestes distintos continentes teve, portanto, conteúdos e temporalidades que variaram de acordo com o modelo de urbanização de seus países. Todavia, guardadas essas diferenças, foi a partir dele

que ao longo do século XX as metrópoles tornaram-se mais estendidas e menos adensadas.

Na passagem do século XX para o século XXI, transformações vinculadas à nova fase da urbanização emergente instauraram uma nova lógica de organização espacial, que, à luz do processo de produção dos espaços de moradia indica a superação do padrão centro-periferia.

3.1.2 Novas relações centro-periferia e o paradigma emergente

Nas últimas décadas, a emergência de novas relações entre centro e periferia tem sido responsável por conformar um novo padrão de estruturação espacial, processo no qual as novas formas de produção dos espaços de moradia, formais e informais, desempenham um papel fundamental.

No caso dos espaços produzidos pelos agentes que integram o mercado imobiliário formal, de acordo com Goix (2006) essas transformações foram desencadeadas pela difusão de um novo produto, as comunidades residenciais fechadas que possibilitaram o enclausuramento voluntário das classes de renda mais elevada do restante da sociedade.

O nome “comunidades fechadas”, como são denominadas nos EUA, revela de forma precisa os objetivos implícitos perseguidos pelos clientes desses novos produtos imobiliários: a exclusividade social e o isolamento da cidade. Conforme Goix (2006, p. 113), a utilização coletiva de um bem partilhado e exclusivo, que se faz de forma seletiva, constitui o principal atributo desse novo produto porque para usufruir desse bem o pertencimento à comunidade se realiza pela aquisição de uma propriedade. Ou seja, a aquisição da propriedade permite a adesão automática de um indivíduo ou família a um seletivo grupo, que por meio dela passa a se tornar membro da comunidade.

De acordo com o mesmo autor, o apelo comercial desses novos produtos imobiliários associa-se à venda de um modo de vida tranquilo, seguro e exclusivo, em geral longe da cidade e em meio ao verde, com garantia de segurança e a existência de serviços privativos regulamentados por contratos privados estabelecidos entre seus proprietários.

Vidal-Koppmann (2006, p. 39) observa que o surgimento dos “*barrios privados*” na metrópole de Buenos Aires evidencia interesses de grupos da sociedade de agrupar-se em comunidades homogêneas cuja condição de ingresso é a renda auferida pelos seus proprietários. A autora destaca, ainda, que embora tal condição norteie a comercialização e expansão destes novos empreendimentos imobiliários ela ocorre de forma velada, e é comumente justificada pela necessidade dos cidadãos em buscar qualidade de vida e escapar dos “males da cidade aberta”.

Entre os fenômenos que compõem o atual modelo de estruturação espacial derivado desse novo produto imobiliário, a autora identifica, também, a tendência de deterioração das áreas centrais e o surgimento de novas frentes de urbanização sobre a zona rural ao longo de eixos de circulação de alta velocidade.

A partir desses atributos, conclui que essa expansão em direção à periferia conforma uma espacialidade em “arquipélago”, e não mais em “mancha de óleo” como no padrão centro-periferia precedente. Essa “cidade arquipélago” caracteriza-se pela descontinuidade da ocupação urbana e o não estabelecimento de relações de vizinhança com as comunidades residentes nas áreas em que ela passa a se localizar. Essa ruptura com a cidade tradicional permite, ainda segundo a autora, que grupos sociais seletos escapem do que para eles são consideradas “patologias urbanas”. (VIDAL-KOPPMANN, 2006, p. 16)

Nos EUA, a expansão descontínua da cidade em direção a áreas periféricas cada vez mais distantes, derivada da difusão de comunidades fechadas, tem provocado não somente o esvaziamento do centro tradicional, mas também dos subúrbios produzidos pelo padrão centro-periferia. A crescente perda de vínculo entre os espaços pré-existent e as novas áreas urbanas em expansão constitui, portanto, uma das principais características do novo paradigma de estruturação espacial emergente.

Conforme observa Vieillard-Baron (2006, p. 12), no antigo modelo, apesar de constituírem cinturões residenciais periféricos, os subúrbios mantinham relações funcionais com os centros urbanos tradicionais. Esta dinâmica difere do atual padrão derivado da difusão dos novos assentamentos residenciais fechados, caracterizados pela reunião de habitação privada e centros comerciais diretamente conectados a centros de negócio e parques industriais por meio de ágeis sistemas de mobilidade.

O mesmo autor reconhece que a implantação periurbana das comunidades residenciais fechadas nos EUA produziu uma urbanização descontínua, que deu

origem a espaços com funcionamento e centralidade próprios, e que é radicalmente diferente da que caracterizou a suburbanização ocorrida no século XX. A partir destas características Ascher (1995) denomina a nova urbanização emergente de “metastásica” e Vidal-Koppmann (2006) de “em arquipélago”.

Tal fenômeno também é identificado por Hidalgo, Borsdorf e Sánchez (2006, p. 77) ao estudar a difusão destas novas formas de moradia na Área Metropolitana de Santiago do Chile. Os autores destacam que uma das principais singularidades desses novos projetos imobiliários deriva do aumento da variedade de equipamentos e serviços oferecidos nos territórios periféricos da aglomeração metropolitana. A partir destes atributos, os novos espaços urbanos derivados da emergência da “cidade cercada” produziram a inflexão no desenho do habitat residencial, na forma como o modo de vida urbano se expande sobre as áreas rurais e no processo de estruturação espacial das aglomerações urbanas.

Para Vidal-Koppmann (2006), a difusão desse modelo de cidade em Buenos Aires expressa, ainda, a função de nó articulador que as metrópoles latino-americanas passaram a desempenhar na rede urbana mundial com a emergência da globalização. Ao cumprir este papel, a autora identifica que a difusão desses novos enclaves, associados ao modelo global de cidades, promove ao mesmo tempo a ampliação dos espaços que ficam marginalizados desse processo. Na sua interpretação, tal dinâmica, que se materializa por maior fragmentação espacial, marca a realidade urbana no continente a partir do século XXI.

Os efeitos da fragmentação socioespacial derivados da expansão das comunidades residenciais fechadas são sentidos principalmente pelos que vivem fora dos seus muros, identificando-se a partir desse processo inúmeras externalidades negativas. Dentre elas, Caldeira (2000) e Goix (2006) destacam o desaparecimento ou redução dos espaços de convívio público, o aumento do preço da terra, a ampliação de atos de delito e violência dentro e fora de seus muros³³, e a crescente ingovernabilidade dos aglomerados urbanos.

Na avaliação de Vieillard-Baron (2006) essa dinâmica impactou, ainda, o processo de gestão das cidades, reconhecendo-se, no caso dos EUA, a desvinculação dessas novas formas de habitat dos limites político-administrativos

³³ Caldeira (2000) identifica um aumento de atos de delito ao estudar os condomínios fechados em São Paulo, que diferente da ideia vendida, não só existem como crescem, mas que normalmente são tratados à revelia do sistema judiciário como se fosse um assunto privado.

instituídos. O autor avalia, ainda, que quando esses arranjos espaciais associam-se às novas formas de mobilidade e temporalidade que marcam a sociedade atual o processo em curso constitui um verdadeiro desafio à urbanidade, colocando em risco o próprio conceito de cidade.

A expansão incessante dessas novas formas de morar em distintos continentes permite a Goix (2006) concluir que esse novo padrão de estruturação espacial, marcado pela difusão de “cidades privadas”, expressa uma urbanização radicalmente diferente da produzida na fase em que se consolidou o modelo centro-periferia.

No caso brasileiro, a emergência de novas relações entre centro e periferia, a partir do surgimento dessas formas de habitat, é igualmente percebida, mas as especificidades dos modelos de urbanização e desenvolvimento do País agregam conteúdos e características singulares ao processo. Dentre as particularidades destacam-se não apenas a difusão das comunidades residenciais fechadas, mas também as mudanças ocorridas na produção dos espaços informais de moradia.

Ao estudar a reestruturação espacial ocorrida na metrópole de São Paulo, Caldeira (2000) identificou mudanças nos conteúdos das áreas centrais e periféricas a partir da década de 1980, derivadas das transformações nas formas de produção da moradia dos habitantes de baixa e alta renda. No caso dos espaços de moradia da população de baixa renda, expandiram-se as favelas e os cortiços; e nos de renda mais elevada, difundiram-se as comunidades fechadas, ou os condomínios residenciais fechados.

A autora reconhece, ainda, que, na presente fase da urbanização, tanto as antigas periferias como as recentemente produzidas passaram a ser ocupadas por residências das classes de alta renda, ampliando o grau de heterogeneidade socioespacial em escala intraurbana.

Caldeira (2000, p. 235) destaca, também, que embora o movimento de extensão da mancha urbana em direção à periferia da metrópole de São Paulo continue sendo capitaneado pela necessidade de áreas para moradia da população pobre, ele ocorreu de forma mais lenta a partir do final do século XX, e quando se realizou ocupou áreas cada vez mais periféricas, estendendo-se para fora dos limites do município-polo e incorporando outros municípios metropolitanos ao processo. Na metrópole de São Paulo, segundo a autora, tal fenômeno realiza-se fundamentalmente pela produção de novas favelas.

Em relação à expansão dos condomínios residenciais fechados de alta renda, a nova dinâmica de estruturação espacial difere entre os verticais e os horizontais. No caso dos verticais, segundo Caldeira (2000) observou-se, pela primeira vez na história da cidade de São Paulo, o deslocamento da moradia das classes mais abastadas do centro tradicional em direção às periferias. Esse movimento caracteriza-se pela ocupação das periferias formadas entre 1950 e 1970, que ao longo do século XX receberam investimentos públicos em infraestrutura e serviços urbanos³⁴.

A implantação crescente desses empreendimentos imobiliários nas proximidades de favelas e loteamentos populares consolidados, observa a autora, produziu uma organização espacial que reduziu a distância física entre as habitações de pobres e ricos, mas ampliou a distância relacional entre esses grupos sociais, evidenciada pela existência de muros, guaritas, aparatos de vigilância e controle de acesso dos não residentes.

Os condomínios residenciais horizontais fechados diferem dos verticais em relação à localização e ao padrão de ocupação, e, segundo Caldeira (2000), transformaram a forma de produção das novas áreas de urbanização na periferia, que passaram a ser marcadas por maior heterogeneidade espacial. A tipologia construtiva dos condomínios residenciais horizontais fechados é caracterizada pela produção de habitações unifamiliares implantadas em terrenos individuais, que para se viabilizarem economicamente necessitam de grandes glebas de baixo custo e fácil acesso. A expansão desses empreendimentos provoca a ocupação de áreas rurais dos municípios situados no entorno do polo metropolitano, que, somada à produção das novas favelas, promove a extensão horizontal da mancha de ocupação urbana da metrópole paulista.

Essa difusão periférica dos condomínios residenciais horizontais fechados de alta renda observada em São Paulo transformou, também, o perfil socioeconômico da população residente nos municípios da periferia metropolitana, anteriormente composto por população predominantemente rural e de baixa renda. Tais dinâmicas ampliaram os níveis de desigualdade social entre as diferentes áreas residenciais periféricas, que no padrão de urbanização centro-periferia eram

³⁴ Segundo Caldeira (2000), contraditoriamente, grande parte das melhorias urbanas implantadas nas periferias paulistanas derivou da luta pelo direito à cidade empreendida pelos movimentos populares a partir do final da década de 1970, processo que forçou a reorientação dos investimentos do Estado para as áreas de moradia dos trabalhadores de baixa renda.

fundamentalmente formadas por população de baixa renda. Caldeira (2000) destaca, no entanto, que apesar das favelas e dos condomínios de alta renda passarem a compor os conteúdos das novas periferias produzidas, cada uma dessas morfologias situa-se, em geral, em regiões distintas e afastadas entre si.

A autora observa, ainda, que a localização dos condomínios fechados transformou também a área central de São Paulo, não somente pela existência de um novo vetor de expansão residencial das classes de renda mais elevada, mas também pelo surgimento de novas centralidades de comércio e serviço implantadas junto com esses empreendimentos nas novas frentes de expansão que se deslocam em direção à periferia.

O processo descrito produziu, ainda, o abandono da região central pela população de renda mais elevada, e possibilitou a sua ocupação pelos habitantes de menor renda, verificando-se em São Paulo a difusão de cortiços em antigos edifícios desocupados. Essa dinâmica, muitas vezes interpretada como a 'decadência' das áreas centrais, é, segundo Villaça (2010), a expressão da reestruturação espacial vigente, marcada pelo surgimento de novos produtos imobiliários e novas formas de morar das classes de renda mais elevada.

Vidal-Koppmann (2006, p. 24) conclui, ainda, que a sobreposição destes distintos espaços revela que o fenômeno de reestruturação espacial se caracteriza por conter, simultaneamente, o traçado da antiga cidade fordista, que não desapareceu, e o traçado da nova cidade pós-moderna. Segundo a autora, cada uma destas distintas cidades está reservada a um grupo diferente da população: na mais antiga, a heterogeneidade da comunidade é alta; e na emergente, a homogeneidade em relação ao nível de renda de seus habitantes é a característica mais importante. A partir desse processo afirma que a fragmentação espacial que se realiza é a expressão da ampliação da polarização social derivada da emergência da globalização na América Latina, observando-se o crescimento simultâneo de assentamentos precários e de investimentos imobiliários de alto padrão.

Considerando a relação entre reestruturação da cidade e produção da moradia informal, Abramo (2009) observa, ainda, que no período atual o crescimento da informalidade desencadeou dois movimentos, de dispersão e de concentração. A dispersão é provocada pela expansão de favelas e loteamentos clandestinos em direção a áreas cada vez mais periféricas. O movimento de concentração deve-se ao adensamento dos assentamentos mais antigos e já consolidados, que, com o

avanço da urbanização ocorrido ao longo das décadas, se situam hoje em áreas que já não constituem as mais periféricas ou as mais carentes de serviços urbanos.

Em estudo desenvolvido nas favelas da metrópole paulista na década de 2000, Baltrusis (2005, p. 105) verifica que as mais recentes surgiram nas novas áreas de periferia e em zonas ambientalmente frágeis, e as já existentes, localizadas nas regiões mais centrais, ou foram removidas ou se adensaram.

As transformações observadas no processo de produção da moradia das classes de alta e baixa renda evidenciam, portanto, a presença de novas relações entre centro e periferia, e a emergência de um novo padrão de estruturação espacial. Nesse aspecto, conforme destaca Caldeira (2000),

Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

Firkowski (2001) identifica a ocorrência do mesmo processo descrito pelos autores na metrópole de Curitiba e o exemplifica a partir da continuidade espacial observada entre o condomínio residencial horizontal fechado Alphaville Graciosa e a favela existente na época da implantação desse empreendimento denominada Vila Zumbi dos Palmares³⁵,

Tal exemplo é particularmente importante para que se supere a noção de periferia limitada à sua dimensão territorial, ou seja, quando as áreas mais distantes do centro são tomadas como sinônimo de pobreza, bem como da ausência de toda a sorte de infraestrutura. Na Curitiba metropolitana, mesclam-se espaços que expressam a pobreza e a riqueza, o moderno e o arcaico; coexistem loteamentos de luxo com ocupações irregulares; indústrias modernas e tradicionais; o subemprego e os serviços especializados. (FIRKOWSKI, 2001, p. 258)

Esse conjunto de transformações em curso, que a partir da produção dos novos espaços de moradia revela uma reestruturação espacial que se caracteriza pela dificuldade de se reconhecer onde está o centro e onde está a periferia, traz a consideração, segundo Sposito (2007a, p. 243), a existência de centros e periferias,

³⁵ O condomínio foi implantado no início da década de 2000 e a regularização fundiária da Vila Zumbi dos Palmares ocorreu no final da mesma década.

fazendo com que os critérios de análise devam estar mais voltados para entender os conteúdos e funções destas espacialidades do que para identificar suas posições nas estruturas das cidades. Conforme observa a autora,

O desafio parece-me compreender como novos centros e periferias não apenas se relacionam, mas se sobrepõem, combinando-se de forma aparentemente caótica, quando lidamos com uma única escala (a da cidade ou das grandes regiões, por exemplo), mas coerente quando tratamos de ver as iniciativas e interesses que promovem as mudanças que se estabelecem em múltiplas escalas. (SPOSITO, 2007a, p. 243)

A autora destaca, ainda, a importância em se considerar a articulação entre escalas espaciais nesse processo, pois, segundo afirma, através do movimento que a partir delas se estabelece torna-se possível compreender a lógica que conduz o atual processo de reestruturação espacial.

Diante do exposto, para compreender a dinâmica responsável pela ocorrência da reestruturação espacial vigente faz-se necessário incorporar à análise a relação entre produção social do espaço e capitalismo, a partir da qual a terra urbana torna-se importante fonte de acumulação de capital.

3.2 A CENTRALIDADE DOS ESPAÇOS DE MORADIA NA PRODUÇÃO DAS CIDADES CAPITALISTAS

O papel principal que o capital imobiliário desempenha no processo de produção das cidades capitalistas não é novo, a novidade é que no atual estágio da urbanização ele se realiza a partir de algumas dinâmicas peculiares ligadas à emergência de novos modos de vida e produção, responsáveis por inaugurar uma fase de reestruturação espacial.

Nas metrópoles latino-americanas, dentre essas dinâmicas destacam-se: (i) as ações e relações postas em prática pelo Estado e pelos agentes sociais que participam do mercado imobiliário e atuam em diferentes escalas geográficas; (ii) o surgimento de novos produtos imobiliários responsáveis por transformar os paradigmas de estruturação espacial e os modos de vida urbana; (iii) a emergência de novas formas de produção dos espaços informais de moradia onde a lógica da necessidade se vincula à do mercado.

Segundo Gottdiener (1997), a reestruturação do espaço observada nas cidades capitalistas contemporâneas deriva-se da relação entre os ciclos de acumulação de capital³⁶ e a extração da renda fundiária, que integram o processo de desenvolvimento desse modo de produção³⁷. Ao analisar a reestruturação das metrópoles norte-americanas no período recente, o autor afirma, ainda, que as novas formas espaciais produzidas derivam dessa relação e das ações dos agentes sociais ligados aos setores de propriedade e do Estado. Conforme destaca:

[...] as formas de espaço são produzidas, [...] pelo que se evidenciou especificar como de articulação entre estruturas capitalistas tardias e as ações do setor de propriedade, especialmente os efeitos de grupos escolhidos e do Estado na canalização do fluxo de desenvolvimento social para lugares e modelos específicos. É este último processo – até agora negligenciado como tópico de estudo – que constitui a essência das ‘novas’ investigações engendradas pela idéia de que o espaço é produzido por um processo social de estruturação [...] (GOTTDIENER, 1997, p. 226-227)

Em relação à articulação entre os agentes sociais apontados por Gottdiener (1997), Hidalgo, Borsdorf e Sánchez (2006, p. 67) complementam afirmando que no atual estágio de produção espacial das metrópoles latino-americanas o capital imobiliário se projeta a partir de grandes investimentos aproveitando-se de todas as vantagens concedidas pelo aparato público responsável pela regulação do uso e ocupação do solo urbano, evidenciando-se nesse processo uma grande flexibilidade do Estado em acolher os investimentos dos grandes empreendedores residenciais.

Para compreender a forma como se efetiva essa articulação, deve-se considerar a existência da propriedade privada da terra, fundamental na produção da cidade capitalista. Nesse aspecto, Sposito (2004b) reconhece que as disputas de interesse que orientam a reestruturação das cidades na atualidade derivaram dos conflitos oriundos do par dialético – necessidades individuais x necessidades coletivas –, que apesar de presentes desde o início da história da urbanização se acentuaram com o desenvolvimento do capitalismo, não apenas porque as cidades aumentaram em número e tamanho demográfico, mas fundamentalmente pela instituição da propriedade privada, que ao mediar o acesso à terra traduziu-se na

³⁶ Segundo Gottdiener (1997, p. 243), os ciclos de acumulação de capital, denominados de “ondas de Kondratieff”, integram o processo de desenvolvimento do capitalismo e tem uma influência direta na produção do ambiente construído e nas mudanças observadas na forma urbana.

³⁷ Compreender o processo de produção social do espaço e a reestruturação das metrópoles contemporâneas a partir desse paradigma de análise, segundo o autor, derruba os argumentos utilizados pela análise crítica convencional, baseados no determinismo tecnológico. (GOTTDIENER, 1997, p. 242-244)

possibilidade diferenciada dos grupos sociais de obterem plenas condições de vida urbana.

A regulação do uso e ocupação do solo urbano pela propriedade privada da terra transformou o solo das cidades capitalistas numa mercadoria, negociada entre os agentes sociais através do mercado imobiliário. A partir desse processo, a terra urbana passou a constituir um bem material, fracionado e consumido de acordo com as regras de reprodução e acumulação de capital, e importante fonte de mais-valia.

Com base nessa dinâmica, Gottdiener (1997) afirma existir uma relação importante entre o mercado imobiliário residencial e a reprodução e acumulação de capital, que orienta decisivamente o atual processo de reestruturação espacial. Para o autor, as transformações na lógica de estruturação espacial da cidade capitalista contemporânea derivam dos ciclos de acumulação do capital e dependem da natureza e das características dos investimentos no mercado imobiliário.

Conforme explica, nos períodos de apogeu de cada ciclo de acumulação é produzida uma crise de superacumulação dentro do circuito primário de capital que provoca a canalização de recursos volumosos para investimentos imobiliários, desencadeando um movimento de especulação que afasta temporariamente a crise. Tendo como referência o processo ocorrido nos EUA em meados do século XX, Gottdiener (1997) observa que:

A natureza do desenvolvimento habitacional e imobiliário em termos de oferta não apenas funcionou a contento na superação dos aspectos depressivos da economia; talvez tenha funcionado bem demais. A partir dos anos 40, os recursos econômicos fluíram para o circuito secundário em escala maciça [...] Essa superexpansão do investimento no circuito secundário foi ajudada pela aprovação do Federal Aid Highway Act em 1956, que criou o sistema interestadual de rodovias de defesa. Esse programa era virtualmente um achado muito rico para especuladores, na medida em que ajudou a abrir a periferia rural ao desenvolvimento suburbano e ao mercado da segunda casa, de lazer. (GOTTDIENER, 1997, p. 244)

A formulação teórica do autor deriva das mudanças observadas nos padrões de localização e nas morfologias dos espaços residenciais norte-americanos promovidos pelo movimento de suburbanização ocorrido em meados do século XX neste país, que produziram o aumento da construção de novas unidades habitacionais pela indústria imobiliária a partir de 1970 e do número de famílias que se tornaram proprietárias de suas moradias.

Gottdiener (1997, p. 241-242) reconhece, ainda, que o crescimento da construção e venda de habitações nos EUA nesse período foi consequência da intervenção direta do Estado e esteve relacionado à crise de subconsumo que afetava o país desde 1930. A liberação de hipotecas por parte do Estado na época teve o efeito de potencializar o mercado imobiliário, reequilibrando a demanda e resgatando os bancos norte-americanos do colapso. O crescimento da indústria da construção civil na década de 1970 foi determinante para o desenvolvimento da economia do país e gerou uma renda de 100 milhões de dólares, enquanto a indústria automobilística, apenas 13 milhões.

De acordo com Gottdiener (1997), a economia americana empregou tantos recursos nessa atividade, ao longo do século XX, que mesmo em contextos de recessão econômica, no qual o capital deveria ser resgatado para investimento em atividade produtiva, verifica-se o empenho em socorrer o setor imobiliário³⁸. Essa mesma dinâmica foi observada na “crise das hipotecas subprime”³⁹ na década de 2000, conforme analisa Harvey (2011) ao estudar a interrupção do fluxo de capital observada na economia mundial a partir desse evento.

O fenômeno exposto evidencia, segundo Gottdiener (1997), que a indústria da construção civil tem um papel “essencial” e não “acidental” no desenvolvimento da economia capitalista, constituindo ela própria uma fonte de realização de mais-valia. Além disso, o autor afirma que essa indústria mostra-se relativamente inacessível nos momentos de crise que compõem os ciclos de acumulação de capital, concluindo que:

[...] a atividade imobiliária reflete o papel do espaço tanto como fonte de criação quanto de realização de mais-valia; é relativamente impervia aos ciclos de acumulação de capital, exceto no tocante a mudanças em suas formas de investimento (digamos habitação suburbana para os edifícios de escritório e shopping centers na cidade); e representa um processo mais fundamental de riqueza do que entenderam os teóricos da acumulação de capital. (GOTTDIENER, 1997, p. 245)

³⁸ Esse processo é ilustrado por Gottdiener (1997) pelos inúmeros projetos de revitalização elaborados atualmente para as áreas centrais vazias e degradadas com vistas à sua revalorização, que no caso dos EUA representam pesados investimentos em hipotecas.

³⁹ Evento que levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento norte-americanos em 2008 e provocou o congelamento de todos os mercados globais de crédito e empréstimo. Segundo afirma Harvey (2011, p. 10), “no epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca ‘tóxicos’ detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre”.

A realização da atividade imobiliária transforma o espaço da cidade capitalista numa importante fonte de criação de riqueza. A importância desse processo na dinâmica de reestruturação espacial observada nas cidades brasileiras é identificada por Sposito (2004b) ao analisar as atuais estratégias de crescimento adotadas pela indústria da construção civil.

Segundo Sposito (2004b), baseada na exploração e criação de necessidades e desejos, a atividade imobiliária está cada vez menos orientada para a satisfação habitacional dos que não possuem residências próprias, e encontra-se direcionada à criação de produtos que substituam as necessidades já satisfeitas da parcela solvável da população. O objetivo principal da atividade imobiliária tornou-se, portanto, a criação cada vez mais acelerada de desejos de consumo nos já proprietários, considerados potenciais compradores dos novos empreendimentos imobiliários. Essa dinâmica de sucessão de lançamentos de produtos insere novos valores no mercado imobiliário, transformando a estruturação das cidades, que se tornam mais complexas e mutáveis, potencializando os lucros imobiliários. Conforme afirma, a partir desse processo,

Os usos do solo modificam-se, continuamente, os valores objetivos e subjetivos, que sejam atribuídos aos seus diferentes espaços alteram-se, os equivalentes monetários desses valores também mudam, tendencialmente alterando para cima os preços dos imóveis e parcelas do espaço urbano que contém inovações do momento, ampliando o gradiente, segundo o qual, se realizam as rendas fundiárias e imobiliárias nas cidades. (SPOSITO, 2004b, p.317)

A autora complementa destacando que na cidade capitalista a negociação da terra-mercadoria não se dá apenas pelo fracionamento e venda de terrenos e edificações com valores e preços determinados por qualidades objetivas, mas também por valores subjetivos, produzidos no imaginário social, que se encontram cada vez mais orientados pelo marketing associado à produção imobiliária. Essa dinâmica revela que,

[...] novas lógicas orientam a produção do espaço e não se trata mais de reprodução simples, mas de uma reprodução ampliada, como parte do processo de reprodução capitalista das cidades. São apresentados e realizados como mercadorias, os fragmentos materiais e imaginários, partes das cidades e, ao mesmo tempo, todos eles referenciados a uma totalidade maior – o urbano, em múltiplas dimensões e escalas: da casa ao shopping center, da cidade pequena associada à vida bucólica à metrópole cosmopolita, da possibilidade de uso da rua aos ícones da modernidade

que se associam ao mundo urbano. Assim, no contexto de uma estruturação urbana complexa, o processo de produção do espaço urbano, o que inclui produção de imagens e valores a ele associados, torna-se essencial para compreender o conjunto de mudanças a que nos referimos, [...]. A partir dessa perspectiva, a dinâmica de produção do espaço urbano interessa não apenas como expressão do processo de produzir, mas também como condição desse processo, da acepção mais restrita à mais ampla do conceito de produção. (SPOSITO, 2004b, p.53-54)

Considerando a urbanização brasileira, a autora destaca três aspectos que contribuíram para a realização desse processo: o declínio da taxa de crescimento demográfico, a diminuição relativa do poder aquisitivo médio, e o aumento da sensação de perigo e de violência urbanos. Os dois primeiros provocaram a aceleração do ritmo das inovações no mercado imobiliário, porque diminuiu a parcela da população capaz de adquirir imóveis residenciais através do mercado imobiliário formal. O terceiro favoreceu a venda do produto “segurança”, responsável pela expansão dos condomínios residenciais fechados.

No caso da realização desse fenômeno na metrópole de Curitiba, Firkowski (2001, p. 250) identifica, também, a exploração comercial do “apelo ecológico” dos novos empreendimentos imobiliários. Segundo a autora, além de se fazer valer da imagem de “cidade ecológica” construída em torno de Curitiba, essa estratégia de marketing realizou-se também por meio do estabelecimento de parcerias público-privadas de “aparência socialmente relevante”.

[...] as iniciativas públicas de construção de parques, jardins, locais de espetáculos dentre outros, que acabaram sendo transformados em símbolos da cidade na década de 90, parecem ter uma missão por vezes mais profunda que o simples lazer, qual seja a valorização de terrenos em áreas onde isso não ocorreria sem que houvesse a intervenção pública. Dessa forma, novos espaços de moradia foram criados para as classes de maior poder aquisitivo, promovidos pela valorização do solo em áreas requalificadas e provocando a saída da população que anteriormente residia no local. (FIRKOWSKI, 2001, p.252)

A imagem de “cidade ecológica” e as parcerias público-privadas foram exploradas, por exemplo, no processo de implantação do Ecoville, e ajudaram a justificar a alteração da legislação urbanística incidente na zona, reduzindo a densidade da ocupação e favorecendo a implantação dos grandes empreendimentos imobiliários voltados para as camadas de renda mais elevada que cresceram a partir da década de 1990.

De acordo com Polucha (2010), o Ecoville foi implantado numa zona anteriormente destinada a receber uma alta densidade residencial, denominada Conectora 5, que deveria atender a população trabalhadora, em função da proximidade com a CIC e da infraestrutura de transporte coletivo existente. Por pressão dos incorporadores imobiliários, que desde a década de 1970 passaram a adquirir terrenos na área, a alteração da legislação urbanística ocorrida na década de 1990 viabilizou a produção de um espaço homogeneamente ocupado por condomínios residenciais verticais fechados, implantados em amplos terrenos com grandes porcentagens de áreas verdes e livres, que deu origem a um novo vetor de expansão da moradia das classes de alta renda em Curitiba.

Esse tipo de parceria, na qual os interesses dos agentes do mercado imobiliário são viabilizados pela atuação do Estado, comprova a hipótese de Gottdiener (1997) de que a atividade imobiliária tem um papel central no processo de acumulação de capital, conforme identificou Polucha (2010) ao estudar a lógica a partir da qual se realizou a produção do Ecoville,

[...] Em 1996 quase a metade dos terrenos já era de propriedade de empresas. De um total de 102 terrenos estudados, 49 eram de propriedade de pessoas jurídicas. Uma empresa detinha 8 terrenos e outra 11. Além disso, desses 49 terrenos 42 estavam vazios, sem nenhum tipo de uso. A legislação recém-promulgada foi determinante para o tipo de ocupação desses terrenos na Conectora 5. A permissão de incorporação em lotes com mais de 5.000 m² e a exigência de amplos recuos nos edifícios direcionou um determinado tipo de empreendimento: edifícios de alto padrão, isolados em terrenos de grande dimensão, geralmente com muita área verde. (POLUCHA, 2010, p. 126-127)

O processo descrito demonstra o poder de atuação dos agentes sociais interessados na crescente extração da renda fundiária e o papel do Estado no processo de estruturação espacial. Além disso, revela as reais intenções do marketing “ecológico”, que por meio de alterações nas diretrizes de ocupação urbana possibilitou, na verdade, o surgimento de uma nova fronteira de expansão imobiliária. A mudança na legislação não só viabilizou os novos empreendimentos como potencializou os lucros dos investimentos, já que a área passou a ser destinada aos novos produtos imobiliários emergentes, os condomínios residenciais fechados.

Goix (2006) explica que a potencialização dos lucros promovida pelos condomínios residenciais fechados de alta renda se realiza porque esse tipo de

produto imobiliário possibilita a venda de um pacote, um bem mais um conjunto de serviços privados e exclusivos, que viabiliza a extração de lucros superiores em relação a um loteamento padrão. Os superlucros são ainda derivados da localização periférica dos empreendimentos, que se valem dos preços mais baixos praticados nessas áreas em comparação às mais centrais e totalmente urbanizadas. O autor alerta, no entanto, que não interessa qualquer área periférica, somente aquelas capazes de maximizar a rentabilidade desses produtos que, embora muitas vezes fora da aglomeração principal, precisam situar-se em lugares de privilegiado acesso, próximos a corredores de transporte, observando-se que sua localização é mais frequente em zonas submetidas à pressão urbana.

Além desses aspectos, o discurso da exclusividade e da segurança produz uma valorização notável das propriedades comercializadas nesse tipo de empreendimento, na medida em que o controle de acesso reforça a ideia da adesão a um clube⁴⁰, no qual somente são admitidos sujeitos alheios se convidados pelos proprietários que vivem dentro dessas áreas residenciais.

Goix (2006) observa, finalmente, que a difusão desses novos produtos imobiliários em áreas ocupadas por população de médio e baixo poder aquisitivo tem o efeito de elevar o preço da terra, impactando a produção de moradias de todas as classes sociais, mas, em especial das que auferem as menores rendas e têm maiores dificuldades de se inserir no mercado imobiliário formal. A difusão dessas novas formas de habitat possibilita uma importante fonte de criação de riqueza e acumulação de capital, seja pela venda de imóveis ou pelo aumento do preço da terra, tanto no entorno como na área onde são realizados os empreendimentos.

A partir desse processo, conclui o autor, numa cidade capitalista construída essencialmente por agentes imobiliários, o mercado, a especulação e as lógicas de rendimento da terra são as principais forças de reestruturação do espaço urbano, e influenciam a produção da moradia de todas as classes sociais.

A partir do exposto, é possível afirmar, portanto, que a dinâmica responsável pela incessante oferta desses novos produtos imobiliários destinados à parcela solvente da população, com o objetivo de ampliar os lucros proporcionados pela

⁴⁰ A palavra é utilizada pelo autor com o objetivo de expressar que as “cidades privadas” vendem a ideia de que estes espaços aceitam grupos restritos de pessoas que se associam para alcançar um fim comum, em especial a exclusividade e a segurança, e que a partir da compra de um imóvel passam a ter o poder de controlar o acesso dos que vivem fora dele.

atividade imobiliária, está intrinsicamente relacionada com o crescimento da moradia informal em países da América Latina.

Maricato (2001) observa que as moradias informais constituem uma alternativa integrante da estrutura de provisão habitacional no Brasil, que apesar de ilegal é funcional tanto para a economia quanto para o mercado imobiliário. Para a economia, porque barateia a força de trabalho, e para o mercado imobiliário formal, que fica livre para canalizar seus investimentos à parcela solvável da população. Essa solução, afirma a autora, permite, ainda, que a orientação dos investimentos públicos nas áreas urbanas continue sendo dirigida pela lógica da extração concentrada e privatista da renda fundiária, que faz parte da histórica parceria entre Estado, proprietários fundiários e setor imobiliário no País.

De acordo com a autora, o mercado privado de habitação no País é tão limitado e as políticas sociais são tão irrelevantes que para a maioria da população não resta alternativa senão a informalidade. Segundo Maricato (2001, p. 132), esta é uma questão central para a promoção de um efetivo desenvolvimento socioespacial nas cidades brasileiras, pois, por se referir à maioria da população do País, a questão da moradia social se identifica com a questão da moradia em geral.

Com base em pesquisa realizada nas favelas de São Paulo, Baltrusis (2005) reconhece que para a compreensão do processo de crescimento dos espaços informais de moradia nas cidades brasileiras, observado nas últimas décadas, deve-se ter como referência uma análise aprofundada do processo de produção do espaço urbano, que tem como contradição fundamental a questão fundiária, principal responsável pela intensificação da dicotomia entre cidade legal e cidade informal.

Segundo o autor, essa relação ocorre porque:

- a) a lógica do mercado imobiliário tem como base a propriedade privada da terra;
- b) uma das potencialidades da cidade informal é que ela se reproduz sem atender as normas urbanísticas, historicamente voltadas para os interesses das elites proprietárias;
- c) a cidade informal se desenvolve à margem das estatísticas oficiais;
- d) surgem novas formas de acesso à moradia informal, com destaque para o crescimento da comercialização de imóveis nas favelas a partir da década de 2000.

Na interpretação de Baltrusis (2005, p.85), “a informalidade é a expressão da incapacidade estrutural do mercado e das políticas públicas em prover uma oferta suficiente de solos servidos a preços acessíveis”.

Considerando tal dinâmica, Abramo (2009) observa que a relação entre reestruturação do espaço e crescimento das moradias informais nas cidades brasileiras e latino-americanas, na atualidade, deriva da relação de duas lógicas: a lógica do mercado e a lógica da necessidade.

A partir do exposto, a difusão de novos produtos imobiliários voltados à parcela solvente da população revela o surgimento de novas contradições, que no caso brasileiro se expressa tanto pela desconsideração das necessidades habitacionais do País como pelo aumento da parcela da população que terá dificuldade em acessar os produtos comercializados pelo mercado imobiliário formal, ampliando os que habitam a cidade da informalidade. Tal dificuldade é ampliada, conforme afirma Goix (2006), pelo efeito que estes novos empreendimentos têm em elevar de forma generalizada o preço da terra, impactando, desta forma, todos os cidadãos.

Hidalgo, Borsdorf e Sánchez (2006, p. 77) reconhecem, ainda, que a maior dependência dos mecanismos de mercado e o retrocesso do Estado nas políticas de habitação social, observados com o advento da globalização na América Latina, produziram metrópoles marcadas pela existência de profundos contrastes, “zonas de poder e luxo” e “ilhas de pobreza”, que singularizam a nova polarização social.

Essa situação é agravada pela precarização das relações de trabalho que integram as mudanças observadas no modo de produção capitalista na atualidade. Taschner (2003, p. 20) identifica que os processos de flexibilização das relações de trabalho impactaram as novas formas de acesso à moradia das classes de baixa renda no Brasil, resultando na ampliação da informalidade urbana.

No ano de 2000, segundo Moura e Rodrigues (2009), os ajustes do mercado de trabalho observados na metrópole de Curitiba caracterizaram-se: por um baixo crescimento da ocupação; a precarização do trabalho, em especial pelo aumento da informalidade; o aumento das taxas de desemprego; e uma mudança na distribuição setorial da ocupação, com redução da participação das atividades industriais no total dos empregos. Os efeitos desse processo refletiram-se nas condições de moradia da população trabalhadora, exemplificadas pelas autoras ao estudarem o município de Curitiba, que em 2000 possuía 29,7% de sua população recebendo até $\frac{1}{2}$ salário

mínimo e residindo em áreas que representavam a maior concentração de população ocupada da RMC em assentamentos informais.

Para Abramo (2003, p. 189), as mudanças observadas no mercado de trabalho e no mercado imobiliário, nas últimas três décadas, transformaram a trajetória e as estratégias residenciais dos pobres nas grandes cidades brasileiras, revelando uma grande heterogeneidade social das famílias que auferem rendimentos não assalariados e que residem em moradias informais. Segundo o autor, existe uma relação direta entre mercado de trabalho e mercado imobiliário, “onde a informalidade do primeiro impede a entrada no mercado formal do segundo”.

Hidalgo, Borsdorf e Sánchez (2006, p. 69) complementam observando que a informalidade na América Latina não está limitada à construção, mas é um fenômeno que estrutura toda a sociedade, constituindo um importante fator de diferenciação socioespacial nas cidades do continente.

Tomando como referência as contradições reveladas pelas novas formas de produção dos espaços de moradia dos mais ricos e dos mais pobres nas cidades brasileiras e latino-americanas, recupera-se a ilação de Gottdiener (1997) de que as desigualdades socioespaciais hoje observadas resultam da forma aparentemente desorganizada pela qual o desenvolvimento do capitalismo tardio transforma a sociedade e produz espaço, e do modo pelo qual a mais-valia é expropriada. Devem-se, ainda, à forma pela qual o desenvolvimento desigual reestrutura a força de trabalho, tornando-se necessário compreender como se desenvolvem as segmentações do mercado de trabalho, como elas são produzidas no espaço e como se manifestam globalmente. Segundo afirma o autor,

O processo contemporâneo de produção do espaço mescla uns poucos ganhadores com muitos perdedores pequenos. A reestruturação espacial é desordenada naqueles níveis necessários para tornar justo esse resultado; conseqüentemente, a maioria dos cidadãos são compelidos a viver em ambientes que se beneficiaram de um crescimento coordenado. No entanto, a sociedade não pode planejar o desenvolvimento de modo adequado, pois as relações de produção existentes impedem qualquer tentativa de alterar a autonomia dos interesses privados do controle da terra. Isso evoca para nós a contradição essencial da sociedade capitalista, ou seja, a base social de toda a riqueza é sua expropriação privada pela classe capitalista. (GOTTDIENER, 1997, p. 259-260)

Gottdiener (1997) conclui afirmando que na atual fase do capitalismo essa contradição manifesta-se por um tipo perverso de crescimento, no qual as desigualdades socioespaciais não expressam a competição entre os lugares, mas

refletem a existência de uma relação de complementariedade entre os que ganham e os que perdem nesse processo. Segundo afirma o autor, neste tipo de crescimento, rápido e desordenado durante os períodos de expansão porque a partir desse movimento constitui fonte de superlucros, no caso do setor imobiliário realiza-se pela busca incessante de investimentos através da transferência da terra.

A manifestação desse processo é exemplificada pela implantação de grandes empreendimentos imobiliários em áreas recentemente ocupadas; pelos projetos de revitalização de espaços consolidados, onde se promovem mudanças no uso e ocupação do solo e a substituição do conteúdo social; por meio da criação incessante de novos produtos; e mesmo pelas novas formas de organização do mercado imobiliário, tudo visando a obtenção de lucros crescentes.

Deve-se, ainda, considerar, segundo Gottdiener (1997), que em todos esses casos o setor imobiliário avança sempre em parceria com o Estado, responsável pelas normas urbanísticas, a implantação da infraestrutura e os subsídios públicos. A partir desse processo aparentemente desorganizado, as transformações promovidas pela atividade imobiliária provocam a reestruturação do espaço urbano.

As novas frentes de expansão e as transformações sofridas pelas antigas áreas ocupadas, derivadas das mudanças nos espaços de moradia dos mais ricos e dos mais pobres, revelam a importância do espaço urbano como fonte de geração de riqueza, que se viabiliza pela contínua extração da renda fundiária através da atividade imobiliária.

Uma contradição fundamental desse processo é que a apropriação dos benefícios dessa urbanização emergente está cada vez mais restrita a uma minoria de cidadãos – os que podem pagar para ter acesso aos novos produtos imobiliários, mas os impactos negativos estendem-se para toda a população, observando-se a expansão dos espaços informais de moradia, onde habitam os excluídos desse mercado altamente valorizado.

Tendo como referência as questões até aqui desenvolvidas, no Capítulo seguinte apresentam-se as origens da moradia informal no Brasil e o papel desempenhado pelo Estado na evolução desse processo com o avanço da urbanização no País.

4 MORADIA INFORMAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Grande parte da discussão teórica a respeito da produção da moradia informal nas cidades brasileiras destaca seu papel na constituição das periferias e áreas urbanas marcadas por carências de toda ordem, fenômeno que se manifestou desde o início da urbanização do País, mas que se intensificou a partir da metade do século XX.

Conforme apresentado no capítulo anterior, o fenômeno de periferização da pobreza foi fundamental para a formação das metrópoles brasileiras e consolidou o modelo denominado centro-periferia. Na presente fase da urbanização dá-se a emergência de um novo padrão, no qual as transformações nos espaços de moradia dos mais pobres e dos mais abastados desempenham um papel central na produção do espaço desses grandes aglomerados urbanos e expressam as contradições presentes nesse processo.

Norteando-se por estas questões, no presente capítulo resgatam-se as origens, a história da produção e as tipologias dos espaços informais de moradia no Brasil, a partir das quais se elabora uma síntese do processo de produção destes assentamentos na metrópole de Curitiba no período precedente à década de 1990.

4.1 PRODUÇÃO DA MORADIA INFORMAL NO BRASIL: ORIGENS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO

O surgimento da moradia informal no Brasil acompanha a história da urbanização do País, dinâmica que foi marcada por um processo crescente de concentração da população em cidades com o avanço do século XX.

Segundo Santos (1994), o início da urbanização brasileira ocorre no final do século XIX, observando-se uma evolução acelerada do fenômeno no século seguinte. Entre 1940/1980 dá-se a inversão do lugar de residência da população brasileira, que se desloca da zona rural para as áreas urbanas em todas as regiões do País.

Neste mesmo período a urbanização brasileira foi também marcada por elevados índices de natalidade, a redução de índices de mortalidade e a intensificação da industrialização nas grandes cidades. A combinação desses fatores desempenhou um papel decisivo na metropolização, que passou a se desenvolver a partir de meados do século XX em distintas aglomerações urbanas do País, dentre as quais na de Curitiba.

Conforme já destacado no capítulo introdutório, no Paraná tal processo foi influenciado pela crise do café e o movimento de modernização da agricultura na década de 1960, e acompanhou o desenvolvimento industrial do Estado a partir de 1970, quando tem início a metropolização em Curitiba. No ano de 1980 as cidades já constituíam o lugar privilegiado de moradia dos paranaenses, recebendo 58,93% da sua população. (IBGE, 2012)

Outra característica do modelo de urbanização brasileiro é que desde sua origem ele tem sido marcado pela dificuldade de acesso à terra urbanizada e formal por parte da população de baixa renda. Esse processo tem forte relação com a instituição da propriedade privada da terra, a partir da qual para se ter acesso ao uso do solo urbano é preciso pagar por ele.

A regulamentação da propriedade privada da terra, característica principal da produção do espaço nas cidades capitalistas, é fundamental para explicar a crescente carência de moradias por parte da população de baixa renda no Brasil. Do ponto de vista da reprodução social, o acesso à terra, que a partir de então passou a ser por ela mediado, traduziu-se na possibilidade diferenciada das classes sociais segundo a renda de obterem plenas condições de vida urbana. Na história brasileira, sua instituição relaciona-se ao início da formação do País como Estado-nação independente, momento marcado pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a Proclamação da República e o crescimento da economia urbana.

Segundo Ferreira (2005), a aprovação da Lei de Terras em 1850 teve estreita relação com a abolição da escravatura e a formação da classe assalariada no País. Estes fenômenos sociais vinculam-se à substituição do critério de medida da riqueza no Brasil nessa época, que de número de escravos passou a ser contabilizada pela quantidade de terras. Derivam, ainda, do interesse de ampliação

do mercado consumidor brasileiro para aquisição dos produtos industrializados ingleses, país em que primeiro se desenvolve a Revolução Industrial⁴¹.

A partir da aprovação desta Lei, a transformação da terra em mercadoria dividiu a sociedade brasileira em duas categorias: os que tinham renda para se tornarem proprietários fundiários e os excluídos desse mercado, isto é, as classes de baixa renda. Este processo foi reforçado no século XX pela consolidação de uma industrialização e uma urbanização baseadas na adoção de baixos salários, que restringiram e dificultaram o acesso à terra urbanizada e formal por uma fração majoritária da população brasileira. (FERREIRA, 2005)

A instituição da propriedade privada da terra, somada às características da estrutura fundiária brasileira fundamentada no latifúndio, impuseram aos que tinham pouca ou nenhuma renda a condição dos primeiros residentes de moradias informais. Essa população, inicialmente composta por escravos recém-libertos, foi ampliada nas primeiras décadas do século XX pelos trabalhadores urbanos das primeiras indústrias, conforme demonstram os estudos sobre a origem dos cortiços e favelas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, pioneiras no processo brasileiro de industrialização. (RIBEIRO e PECHMAN 1983; BONDUKI, 2004; PICCINI, 2004; VALLADARES, 2005)

De acordo com Piccini (2004, p. 21-24), os cortiços, junto com as vilas operárias construídas no início da industrialização, são a modalidade mais antiga de habitação destinada aos trabalhadores urbanos no Brasil. Segundo Valadares (2005, p. 24), no final do século XIX os cortiços eram considerados o lócus da pobreza nas cidades brasileiras, e até as primeiras décadas do século XX constituíram o principal tipo de moradia dos pobres urbanos. Conhecidos como o “antro da vagabundagem e do crime”, foram classificados no Rio de Janeiro nesse período como um “inferno social”, lugares propícios ao desenvolvimento de epidemias que ameaçavam a ordem social e moral.

Localizados nas áreas centrais, os cortiços foram alvo de intervenções por parte das administrações municipais das maiores cidades brasileiras já no início do século XX. Dentre elas, uma das mais conhecidas foi a remoção e demolição

⁴¹ Segundo Ferreira (2005, p. 2), o fim da escravidão no Brasil explica-se mais pelos interesses comerciais da Inglaterra, potência hegemônica da época, do que pelos ideais abolicionistas. A expansão comercial inglesa, derivada do desenvolvimento da Revolução Industrial, ampliou o interesse do país no comércio brasileiro e na América Latina e, conseqüentemente, as pressões para impedir qualquer tipo de restrição aos seus produtos e garantir o aumento do mercado, que incluíam o fim da mão de obra escrava e a implantação do assalariamento no Brasil.

massiva dessas habitações populares no centro do Rio de Janeiro, então capital da República, promovidas pelo Prefeito Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906.

De acordo com Ribeiro e PECHMAN (1983, p. 66), a demolição dos cortiços na área central do Rio de Janeiro, justificada pela administração municipal pela intenção de “sanear e civilizar” a cidade, teve a principal função de modernizar a capital da República. Esse objetivo era norteado pela crença da classe dominante de que para se tornar civilizado era necessário extinguir tudo que lembrasse a herança colonial, as tradições e a cultura popular brasileiras, consideradas atrasadas, bárbaras e desprezíveis, e reproduzir os modelos urbanísticos europeus implantados ao longo do século XIX⁴².

Justificadas por tal lógica, as reformas urbanas implementadas por Pereira Passos abriram grandes “bulevares” sobre bairros populares, acomodaram a burguesia nas melhores áreas da cidade e reconfiguraram o antigo centro colonial da capital da República, onde se concentrava a maior parte dos cortiços.

Os autores destacam, ainda, que a reserva das zonas deterioradas para fixação da moradia dos trabalhadores, normalmente localizadas nas proximidades das indústrias em expansão, a erradicação dos cortiços existentes no centro e a proibição de obras de melhorias ou construções de novos cortiços, agravaram a falta de moradia das classes populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Essa escassez produziu a subida do preço dos aluguéis, situação agravada pelo aumento do preço da terra derivado das reformas urbanas praticadas, produzindo, como consequência, a favelização dos morros no centro da cidade nas décadas seguintes. (RIBEIRO e PECHMAN, 1983, p. 67)

Na década de 1940, a aceleração da urbanização e uma série de iniciativas adotadas pelo governo do então Presidente da República Getúlio Vargas aumentaram ainda mais a carência de moradias no País, em especial nas cidades que ganhavam população e se industrializavam. Para Bonduki (2004), esse agravamento foi desencadeado por dois fatores: o congelamento dos aluguéis instituído pela Lei do Inquilinato de 1942 e as novas oportunidades de investimento derivadas das transformações econômicas em curso.

⁴² O Engenheiro Antônio Pereira Passos, nomeado Prefeito do Rio de Janeiro pelo então Presidente da República Rodrigues Alves, formou-se na França e assistiu os trabalhos de remodelação de Paris empreendidos pelo Barão de Haussmann.

Segundo o mesmo autor, até essa década a locação⁴³ compunha a principal forma de acesso à moradia dos trabalhadores e da classe média, e a construção de residências para este fim constituía um dos principais investimentos de capital. A promulgação da nova Lei do Inquilinato alterou definitivamente este cenário e vinculou-se às reformas efetuadas pelo Estado nesse período, que tinham como objetivo direcionar a economia do País para um novo e mais dinâmico ciclo de acumulação baseado numa estrutura urbano-industrial. Dentre as estratégias adotadas para o desenvolvimento econômico pretendido, destacavam-se a redução do custo da reprodução da força de trabalho, a ampliação da taxa de acumulação de capital e a transferência para o setor industrial dos investimentos que historicamente seriam direcionados para a produção de imóveis para locação.

Nesse contexto, a habitação para a população de baixa renda passou a ganhar destaque nas discussões das políticas econômicas e sociais do País, reconhecendo-se pela primeira vez na história o impacto que a falta de moradia produzia na vida do trabalhador, absorvendo grande parte do seu salário e influenciando inclusive sua formação ideológica⁴⁴.

Bonduki (2004) destaca, ainda, que o agravamento da crise de moradia na década de 1940 deveu-se ao fato de que a redução a um determinado patamar dos custos de moradia do trabalhador e por consequência do custo de vida urbana, que segundo o governo seriam promovidos pelo congelamento dos aluguéis, não se realizou. Na verdade, o aumento dos aluguéis pelos proprietários ocorria à revelia da Lei, provocando um processo em cadeia de achatamento dos níveis salariais,

⁴³ No período que antecedeu o Governo Vargas, conhecido como Velha República, era grande o poder dos proprietários de imóveis para locação, capazes de impedir qualquer iniciativa do governo que pudesse reduzir os lucros do mercado rentista. A força política desses agentes sociais prevaleceu mesmo durante o período em que princípios higienistas de intervenção urbana foram adotados pelo Estado para conter os surtos epidêmicos que assolavam importantes cidades brasileiras. Grandes cortiços de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo pertenciam a estes proprietários. (BONDUKI, 2004, p. 77)

⁴⁴ Segundo Bonduki (2004, p. 77-78), o acesso à moradia assumiu papel central no discurso e nas realizações do governo do Presidente Getúlio Vargas nesse período. Considerado símbolo da valorização do trabalhador e prova de que a política populista getulista de amparo aos brasileiros estava sendo efetivada, a casa própria difundia a concepção idealizada de que o trabalho dignificava e gerava frutos. A partir dessa ideia, a casa própria passou a simbolizar para o trabalhador urbano progresso material, até então um privilégio das elites. Desta forma, viabilizando o acesso à propriedade para o trabalhador a sociedade estaria valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza, compensando décadas de sacrifício. A difusão da expectativa de aquisição da propriedade pelos trabalhadores era usada ainda como um instrumento para dar estabilidade ao governo, contrapondo-se às ideias socialistas e comunistas que ganhavam força no Brasil, neste período.

despejos de inquilinos pelos locatários e surgimento de soluções habitacionais de baixo custo e o crescimento das periferias em diferentes cidades brasileiras.

O congelamento provocou, ainda, a redução da rentabilidade dos aluguéis, desestimulando a produção imobiliária rentista e diminuindo a oferta de habitações, gerando uma crise habitacional sem precedentes no País. Bonduki (2004) afirma que a empresa industrial foi a única que ganhou com a aprovação da Lei do Inquilinato de 1942, porque se beneficiou de uma mão de obra paga com menores salários e recebeu um afluxo intenso de capital.

A crise de moradia observada a partir de meados do século XX no Brasil articula-se, portanto, ao desenvolvimento da estrutura urbana industrial do País e integra o processo de consolidação de um modelo de cidade denominada por Santos (1994) de “corporativa”, no qual o Estado foi um importante agente produtor da escassez urbana. O autor destaca que tal papel não se deve apenas à política urbana e habitacional praticada, mas também à canalização e priorização de investimentos públicos nos setores da cidade que interessavam ao desenvolvimento das corporações industriais. Conforme afirma, nesse modelo de urbanização:

A ideologia do desenvolvimento que tanto apreciamos nos anos 50 e sobretudo a ideologia do crescimento reinante desde fins dos anos 60 ajudam a criar o que podemos chamar de metrópole corporativa, muito mais preocupada com a eliminação das já mencionadas deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem estar coletivo. (SANTOS, 1994, p. 110)

A partir desse período difundiram-se as soluções informais de moradia nas cidades brasileiras, em especial nas que ganhavam população e se industrializavam. Em 1950 as favelas passam a ser reconhecidas nas cidades brasileiras e são contabilizadas pela primeira vez pelo Censo Demográfico.

Considerada uma tipologia com características socioespaciais próprias e não mais restrita aos morros do Rio de Janeiro, a favela foi identificada como um espaço de moradia marcado pela precariedade da habitação e do assentamento. Valladares (2005, p. 71) destaca que no recenseamento de 1950 identifica-se pela primeira vez a existência de assentamentos similares em outras cidades do Brasil, evidenciando a difusão desses espaços num país que se urbanizava e industrializava.

A falta de moradias para a população de baixa renda foi agravada também pela forma pela qual se deu a inserção do Brasil na economia internacional no

período, de acordo com Schiffer (2004), em condições de atraso e dependência em relação aos países já industrializados. Conforme a autora, essa inclusão ficou condicionada a um padrão de alta concentração de riqueza, cujas bases assentaram-se na manutenção de uma mão de obra de baixo custo. Tal realidade fica evidente quando a autora confronta os dados referentes à distribuição de renda entre as décadas de 1960 e 1980, período em que a população brasileira se torna urbana e a industrialização com internacionalização do capital encontrava-se em franco desenvolvimento. Segundo demonstra, no início de 1960 os 10% mais ricos detinham 35% da renda nacional, passando a contabilizar em 1980 47% do total. Entre as mesmas décadas, os 40% mais pobres reduziram sua participação de 16% da renda nacional em 1960 para 10% em 1980. (SCHIFFER, 2004, p. 97-99)

Para Ferreira (2005, p. 12), a consolidação desse modelo de “industrialização com baixos salários” teve um impacto importante na possibilidade de acesso à terra urbanizada por parte da população assalariada e produziu uma “urbanização com baixos salários”.

A redução da participação da população mais pobre na distribuição da riqueza do Brasil ao longo da segunda metade do século XX ampliou a dificuldade de acesso à moradia nas cidades e, em especial, nas metrópoles, que receberam grande parte do crescimento demográfico e dos empreendimentos industriais nesse período, impulsionando o crescimento da informalidade e o surgimento de alternativas mais baratas como forma de resolver essa necessidade básica. Dentre os efeitos desse processo destaca-se a expansão das moradias populares autoconstruídas em periferias e áreas impróprias para ocupação.

Conforme identifica Bonduki (2004, p. 264), a partir da década de 1940 em São Paulo, metrópole que recebeu grande parte das indústrias dinâmicas na segunda metade do século XX, tanto os moradores das favelas quanto os da periferia regular eram formados pelo mesmo estrato social: trabalhadores despejados por não poderem mais assumir os custos crescentes dos aluguéis e migrantes recém-chegados, que não conseguiam arcar com os custos da vida na cidade.

O autor afirma, ainda, que a crise da habitação que se instalou no Brasil a partir de então, e se aprofundou nas décadas seguintes, transformou o modo de provisão habitacional no período, ao longo do qual se consolidou a sociedade urbano-industrial do País,

Na década de 1940, em consequência da crise habitacional, da desestruturação do mercado rentista e da incapacidade do Estado em financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, consolidou-se uma série de expedientes de construção de casas à margem do mercado formal e do Estado que, de modo sintético, irei chamar de autoempreendimento de moradia popular, baseado no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução (Bonduki, 1992). Esse processo acabou predominando em São Paulo e em grande parte das cidades brasileiras, tornando-se a forma mais comum de moradia dos setores populares. (BONDUKI, 2004, p. 281)

A autoconstrução da casa própria predominou no Brasil a partir desse período, e para Kowarick (2000) tornou-se a expressão da forma espoliativa⁴⁵ a que ficou sujeito o trabalhador brasileiro que precisava sobreviver nas metrópoles que se industrializavam. Nesse modelo os encargos da construção recaem sobre a família, que em geral não utiliza mão de obra remunerada, exigindo um tempo de trabalho extra dos trabalhadores. Além disso, a família vê-se obrigada a lançar mão de expedientes alternativos para ampliar a renda e concluir o projeto. Por tais razões, segundo o autor a autoconstrução expressa a existência de um sobretrabalho gratuito, pois o tempo a ela dedicado permite que o custo da habitação não seja incluído no valor da força de trabalho, mantendo-se assim os salários rebaixados.

Outra característica desse modelo, segundo Bonduki (2004), é que além de possibilitar a desvinculação do aluguel, reduzindo o custo de vida na grande cidade, a casa própria autoconstruída permitiu à classe trabalhadora a obtenção de uma renda extra por meio da locação de uma segunda habitação construída no mesmo terreno de sua moradia, potencializando sua aspiração e difusão entre a classe de baixa renda. Conforme avalia, numa sociedade marcada pela inexistência ou desrespeito dos direitos sociais, a casa própria podia proporcionar aos seus proprietários condições mais favoráveis de sobrevivência em relação aos que dependiam do aluguel, mesmo que a realização do projeto pudesse representar sacrifícios familiares ao longo de muitos anos.

No que se refere ao tipo de espaço derivado da autoconstrução, Bonduki (2004) destaca, ainda, que a autoconstrução da casa própria produziu moradias de

⁴⁵ Kowarick (2000, p. 22) cunha o termo “espoliação urbana” para expressar a somatória de extorsões a que ficaram sujeitos os trabalhadores urbanos no Brasil, e que se realizam pela falta ou precariedade de serviços de consumo coletivo e a dificuldade de acessar à terra e à moradia, elementos necessários para sua reprodução, configurando uma situação que, conforme afirma, aprofunda ainda mais a “dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, a falta desta”.

péssima qualidade habitacional, resultado de técnicas rudimentares, em áreas destituídas de serviços públicos e em grande parte das vezes distantes do emprego e das áreas urbanizadas. Destaca, ainda, que a gestão urbana também foi impactada por esse modelo, porque a difusão dessas habitações em áreas periféricas, precárias e em situação de risco significou a ampliação crescente dos gastos públicos na implantação de serviços e equipamentos urbanos.

Outro aspecto derivado das transformações na forma de provisão da moradia de baixa renda a partir da década de 1940, e que até hoje norteia as políticas públicas de produção de habitação social no País, segundo o mesmo autor, deve-se ao fato de que o direito à moradia e à cidade passou a vincular-se a um direito de proprietários, mesmo que os serviços urbanos quando implantados levassem décadas para chegar às áreas periféricas e irregulares.

O acesso à moradia por meio da propriedade privada da terra prevaleceu como solução para a questão no Brasil desde o Governo Vargas, e se dividiu em dois tipos de ação: a autoconstrução da casa própria e a produção de habitação pelo Estado. Ambas influenciaram as políticas e a produção da habitação das classes populares desde meados do século XX e compartilham dois desafios comuns: a baixa capacidade de investimento do Estado e a baixa renda da população. (BONDUKI, 2004)

Embora a autoconstrução viabilizada pela expansão da periferia e da informalidade tenha predominado como solução de acesso à moradia, dentre as ações do Estado na produção de habitação Bonduki (2004) destaca a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964 e do Sistema Brasileiro de Habitação (SFH) em 1967, durante o período da ditadura militar.⁴⁶

Norteados pela viabilização da aquisição da casa própria através da produção da habitação pela indústria da construção civil, a criação e implementação do BNH e do SFH teve para o autor dois objetivos principais: (i) buscar o apoio ao governo autoritário que se impunha através da produção de habitações, mediante

⁴⁶ A primeira dessas iniciativas ocorre durante o Governo Vargas, na década de 1930, pela utilização de recursos previdenciários dos Institutos de Aposentarias e Pensões (IAPS), direcionados para a construção de moradias de trabalhadores sindicalizados. A segunda no mesmo governo, em 1940, com a criação da Fundação Casa Popular, primeiro órgão de âmbito federal para este fim. Na avaliação de Bonduki (2004, p. 127), apesar de uma produção irrisória e concentrada em algumas cidades e regiões do País, merecem destaque por duas razões principais: (i) terem sido pioneiras no enfrentamento da questão pelo Estado; (ii) pela qualidade arquitetônica e urbanística de muitos de seus conjuntos habitacionais, em especial, os produzidos pelos IAPS, num contexto em que se desenvolvia no Brasil a arquitetura moderna.

um discurso baseado na minimização da crise de moradia que se aprofundava em função da acelerada urbanização; (ii) criar uma política permanente de financiamento que estruturasse nos moldes capitalistas o setor da construção civil. O último destes objetivos foi o que acabou prevalecendo.

Para Bonduki (2008), apesar das inúmeras críticas recebidas pelo SFH a produção de unidades habitacionais durante sua vigência não pode ser desconsiderada, mesmo tendo ficado muito aquém das demandas e necessidades da população ⁴⁷. Tal consideração fundamenta-se, segundo ele, porque foi a primeira vez que o País teve uma Política de Habitação de alcance nacional, com destinação de recursos estáveis, permanentes e vultosos⁴⁸. Além de recursos, possuía estratégias claras e estrutura organizacional capazes de implementar em escala nacional as ações definidas.

Apesar dessas potencialidades, o que se observou na prática é que o SFH não conseguiu reduzir a falta de moradias das classes de renda mais baixa, na qual incide a maior faixa do déficit habitacional no Brasil. Dentre as principais críticas ao programa o autor destaca: (i) a administração centralizada e autoritária típica do regime ditatorial vigente na época; (ii) a inexistência da participação social na concepção dos programas e projetos e no controle da gestão dos recursos; (iii) a casa própria como única forma de acesso à moradia; (iv) a não incorporação de soluções derivadas do esforço e da capacidade organizativa da população em seus programas; (v) e a adoção de critérios de financiamentos bancários, sem outras fontes de subsídios, que excluiu a parcela da população de renda mais baixa. Outro aspecto a ser considerado e questionado pelos importantes reflexos na estruturação das cidades brasileiras refere-se às soluções urbanísticas e arquitetônicas adotadas e financiadas pelo BNH, observando-se a implantação periférica da maioria dos conjuntos habitacionais, sem qualquer preocupação com a inserção urbana, o meio físico e a qualidade construtiva, e a execução de projetos padronizados e uniformizados, desconsiderando as diversidades ambientais e culturais do País. (BONDUKI, 2008, p. 73-75).

⁴⁷ Segundo Bonduki (2008, p.73), em vinte e dois anos de funcionamento, o BNH financiou 4,3 milhões de unidades com recursos do FGTS para o setor popular e 1,9 milhões com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para a classe média.

⁴⁸ Conforme explicita Bonduki (2004), esses recursos advinham do FGTS, composto pela poupança compulsória dos assalariados, e do SBPE, formado pela poupança voluntária dos brasileiros.

Santos (1994, p. 111-112) destaca, também, a contradição derivada do papel desempenhado pelo BNH na preparação das cidades brasileiras para o desenvolvimento do capitalismo industrial, que ao financiar a infraestrutura urbana e a construção de habitações para a classe média com recursos dos trabalhadores estimulou a especulação imobiliária e a periferização da cidade, contribuindo com a promoção e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Na avaliação de Maricato (2001, p. 85-86), ao incrementar a produção imobiliária, a atuação do BNH, somada à inexistência de uma política urbana que tivesse como objetivo transformar a situação fundiária do País dificultou ainda mais o acesso à moradia pelas classes de renda mais baixa, na medida em que os recursos investidos no financiamento habitacional alimentaram a especulação imobiliária, produzindo o aumento do preço da terra e o custo de habitar a cidade.

Na década de 1980, a crise econômica caracterizada pela recessão, inflação, desemprego e queda dos salários reduziu a capacidade do Estado em investir e financiar novas unidades habitacionais e ampliou a inadimplência dos mutuários, gerando um déficit cuja consequência foi a extinção do BNH, em 1986. Mesmo com todas as críticas à política praticada ao longo da sua existência, tal fato significou o aprofundamento da crise de moradia no País.

Para Abramo (2009), a intensificação da urbanização e a crise econômica observadas na década de 1980 produziram a fragilização dos sistemas de provisão pública de habitação popular e fizeram com que a informalidade passasse a se constituir na forma dominante de acesso da população de baixa renda à terra urbana, a partir da década de 1990.

De acordo com Kowarick (2000), em 1985 uma parte importante da população da maior metrópole brasileira, São Paulo, ganhava baixos salários e vivia em favelas, cortiços e habitações autoconstruídas, compondo um quadro que expunha o grau de precariedade e pobreza urbana a que estava sujeito o centro da economia do País. O autor complementa, ainda, afirmando que a crise econômica e a recessão ocorridas a partir dos anos de 1980 transformaram em desempregados 15% da população economicamente ativa da metrópole paulista, observando-se o aumento das taxas de subemprego, contexto agravado pelo incremento demográfico que se mantinha em curva ascendente.

Cardoso (2007, p. 222) explica o crescimento da favelização observado ao longo do século XX pela ocorrência de três processos.

O primeiro deriva do modelo de desenvolvimento observado entre 1940 e 1970, caracterizado por um razoável crescimento econômico com alto nível de desigualdade, que deixou uma parcela importante da população brasileira abaixo da linha da pobreza. Pobreza e desigualdade, que, segundo o autor, associaram-se nas últimas décadas à precarização e à informalização das relações de trabalho, deixando parte da população trabalhadora com insuficiência ou insegurança de renda, que limitaram suas possibilidades de endividamento e, por consequência, a possibilidade de acesso ao mercado formal de moradia.

Em segundo lugar porque a relação entre desenvolvimento econômico e urbanização caracterizou-se por uma incapacidade do Poder Público em realizar investimentos em infraestruturas urbanas e em regular o mercado fundiário e imobiliário. Tal fenômeno consolidou cidades marcadas pela periferização da pobreza em áreas de urbanização precária, favoreceu a especulação fundiária e imobiliária e produziu o crescimento de conflitos ambientais derivados da ocupação de áreas inadequadas.

Por fim, Cardoso (2007) destaca a ausência ou ineficácia das políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda. Na sua avaliação, o problema do financiamento habitacional para esta classe permanece até hoje sem solução, mesmo se forem considerados os esforços recentes empreendidos pelo Estado para ampliar o financiamento habitacional no Brasil.

Segundo Abramo (2009, p. 4), outro fator que explica o crescimento da informalidade no País é a existência de uma legislação urbanística que historicamente se caracterizou pela imposição de parâmetros de uso e ocupação do solo que inviabilizaram a construção de moradias para a população de baixa renda na cidade formal. Essa mesma lógica ajudou a consolidar um padrão de urbanização marcado pela ação irregular e clandestina de loteadores, que promoveram a ocupação de glebas vazias nas periferias onde a norma urbanística é pouco exigida e a terra é mais barata.

A partir do final dos anos de 1980, o Brasil atravessou duas décadas sem qualquer política habitacional de abrangência nacional, período em que se ampliou o déficit de moradias para a faixa de renda até três salários mínimos. Com a extinção do BNH, a nova estratégia de gestão dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exercida pela Caixa Econômica Federal (CEF), dificultou ainda mais o acesso ao crédito habitacional para a baixa renda, que objetivando evitar a

inadimplência passou a se nortear por critérios bancários de financiamento, privilegiando, assim, a classe média, que possuía os requisitos que passaram a ser exigidos pelo banco.

Segundo Bonduki (2008, p. 80), entre 1995 e 2003 do total de recursos financiados pela CEF 78,84% foram destinados a famílias com renda superior a cinco salários mínimos, e apenas 8,47% para aquelas com renda até três salários mínimos, que compõem 83,2% do déficit habitacional quantitativo no País. O autor observa, ainda, que o quadro foi agravado pelas restrições de ordem macroeconômica que caracterizaram a década de 1990, que limitaram o financiamento do setor público e reduziram os espaços de intervenção estatal na execução das políticas sociais. Para o autor, a ação destes agentes, comum em todos os países latino-americanos, constitui uma das principais características do processo de produção do espaço das cidades brasileiras, que, somada às condições socioeconômicas, produziram o crescimento das moradias informais em todo o continente nas últimas décadas. (ABRAMO, 2009)

A inexistência de recursos públicos federais para a execução de uma política habitacional de interesse social e o agravamento do problema de moradia fez, de acordo com Cardoso (2007, p. 228), com que na década de 1980 surgissem as primeiras iniciativas dos governos estaduais e municipais para promoção da urbanização de assentamentos precários, prática que se disseminou na década de 1990 em grande parte das cidades brasileiras. Tal processo foi reforçado pela aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, instrumento normativo que passou a orientar as ações da política urbana no País, e a partir do qual a permanência da população em áreas ocupadas ganha um caráter de legalidade antes inexistente.

Baltrusis (2005) avalia, no entanto, que apesar de acontecerem de forma regular e apresentarem resultados positivos revelando experiências exitosas, esses programas alternativos não foram capazes de diminuir a produção da irregularidade, pelo contrário, o que se verificou no Brasil foram o aumento e a consolidação dos assentamentos urbanos precários ao longo da década de 1990.

Dentre os desafios e limites observados nos programas de urbanização de favelas, Cardoso (2007, p. 235) destaca, ainda, a falta de políticas de oferta de novas oportunidades habitacionais para os mais pobres. Esta carência é histórica e ainda perdura, mesmo no atual contexto do Programa Minha Casa Minha Vida

lançado em 2009 pelo Governo Federal para criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais.

Conforme analisam Nascimento e Tostes (2011), apenas 40% das unidades desse Programa são destinadas à população que ganha até três salários mínimos, número que reduziria apenas 7,13% do total do déficit habitacional dessa faixa de renda, que, como já afirmado, contribui com a maioria do déficit habitacional no Brasil.

Além disso, segundo as mesmas autoras, o Programa reproduz vários aspectos da já criticada política do extinto BNH, dentre eles: a ideia da casa própria como única solução para o provimento da moradia da população de baixa renda; a desvinculação da produção habitacional da promoção dos princípios que deveriam nortear a política urbana no Brasil, o direito à cidade e o cumprimento da função social da propriedade urbana, definidos pelo Estatuto da Cidade; e a utilização de regras de redução de inadimplência que seguem a lógica das instituições financeiras e servem fundamentalmente para garantir a rentabilidade de capital de construtoras e incorporadoras.

Nascimento e Tostes (2011) destacam, ainda, que o Programa alia-se mais à política de mitigação dos impactos da crise econômica mundial hoje observada do que a uma política de promoção de habitação de interesse social, porque visa garantir através de inversões públicas a atividade da indústria da construção civil.

O agravamento das necessidades habitacionais no Brasil, a partir da década de 1990, é, ainda segundo Baltrusis (2005, p. 18), derivado da instauração da ideologia do aumento da produtividade e da competitividade urbana que norteia o modelo a partir do qual a globalização econômica difundiu-se em escala mundial.

Neste aspecto, Rolnik (2007, p. 277) destaca o impacto negativo produzido pelo paradigma da “cidade eficiente e competitiva nos mercados globalizados”, que passou a dominar a agenda da política urbana em escala internacional. Conforme observa a autora, ao fomentar a guerra fiscal entre cidades tal modelo inviabiliza a execução de projetos regionais e a organização de estruturas de cooperação, fazendo com que as administrações locais abram mão de receitas próprias para atrair investimentos privados internacionais. Esse processo enfraqueceu os poderes locais e reforçou o poder das grandes corporações, avolumando os problemas socioespaciais e ampliando o déficit habitacional do País nos últimos anos.

No ano de 2007 o déficit habitacional brasileiro foi estimado em 6.273 milhões de domicílios e correspondia a 11,1% do estoque de domicílios particulares permanentes do País. Deste total, 82,6% estavam localizados nas áreas urbanas, que concentravam também 89,4% do déficit habitacional na faixa de renda de até três salários mínimos. (BRASIL, 2007)

Outro componente fundamental para a caracterização do quadro atual das necessidades habitacionais⁴⁹ brasileiras refere-se ao déficit qualitativo, que abrange o número de domicílios que necessitam de intervenção para terem acesso a condições dignas de moradia. Em 2007 a carência de infraestrutura afetava a maior parcela da população, conformando um cenário onde 10,5 milhões de domicílios não dispunham de um, ou mais serviços básicos de iluminação elétrica, abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. A inadequação fundiária urbana foi identificada como o segundo fator com maior impacto sobre o déficit habitacional qualitativo, contabilizando-se 1.880.000 de domicílios nesta condição, sendo 54,8% destes localizados em regiões metropolitanas. (BRASIL, 2007)

A caracterização do déficit qualitativo comprova que a dificuldade de acesso à moradia no Brasil não está restrita à necessidade de novas unidades habitacionais, embora ao longo da história da política habitacional do País este tenha sido o principal indicador adotado. Revela, ainda, a lógica da produção do espaço presente na formação das metrópoles brasileiras, marcada, desde sua origem, por profundas diferenças, pois ao mesmo tempo em que estes grandes aglomerados urbanos reúnem uma parte relevante da economia brasileira concentram, também, a pobreza e a informalidade.

⁴⁹ Segundo a caracterização do Déficit Habitacional no Brasil em 2007, no conceito de necessidades habitacionais estão contemplados os déficits qualitativo e quantitativo. De acordo com a metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro, responsável pelo estudo, o quantitativo foi denominado de déficit habitacional, e o qualitativo de inadequação de domicílios. No primeiro levantou-se a necessidade de construção de novas moradias necessárias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, e que foi dividido em déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. Para o qualitativo foram levantadas as habitações inadequadas, que não proporcionam condições desejáveis de moradia nas áreas urbanas, mas que não implicam na necessidade de construção de novas unidades. Como inadequados foram classificados os domicílios com: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação. (BRASIL, 2007, p. 15)

A concentração do déficit nas maiores aglomerações urbanas do País já havia sido identificada pelo Censo Demográfico de 2000, e manteve-se no levantamento efetuado em 2010.

Segundo Cardoso (2007, p. 221), em 2000 56,91% da população residente em aglomerados subnormais vivia em treze municípios com mais de 1.000.000 de habitantes. De acordo com o mesmo autor, dos doze municípios brasileiros com maior volume de população residente em favelas neste ano todos pertenciam a RMs: Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador, Manaus, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Curitiba⁵⁰.

De acordo com o Censo 2010, 88,6% dos aglomerados subnormais do País concentram-se em vinte RMs, destacando-se em volume de população residente nestes assentamentos São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, que somados concentram 43,7% dos habitantes destes espaços no País. Segundo a mesma fonte e de acordo com o mesmo indicador acima destacado, a RM de Curitiba ocupa o 12º lugar. (IBGE, 2012)

Segundo Ribeiro e PECHMAN (1983, p. 7-9), as péssimas condições habitacionais, o encarecimento do preço da moradia e a segregação das classes sociais no espaço são três marcas fundamentais da urbanização brasileira. Para os autores, o déficit habitacional no Brasil refere-se à exclusão de grande parte da população brasileira do mercado imobiliário formal, em função da distribuição desigual da renda gerada pela economia e das condições que regem a produção capitalista das moradias, responsáveis por impor um preço elevado ao direito para habitar na cidade.

4.1.1 Os espaços de moradia popular na metrópole de Curitiba no período precedente a 1990

No período que antecede a década de 1990, a carência crescente de moradia para a população de baixa renda na metrópole de Curitiba acompanha a dinâmica observada em grande parte das cidades brasileiras, apresenta-se com a

⁵⁰ Em ordem decrescente de maior volume populacional, conforme Cardoso (2007, p. 221).

intensificação da urbanização e da industrialização em meados do século XX e evolui de modo ascendente nas décadas seguintes.

Embora a questão acompanhe de modo geral a conjuntura observada no País, a produção dos espaços populares de moradia apresenta-se nesta metrópole, neste período, com algumas particularidades: (i) na periferia situada no entorno da cidade-polo derivou da ação de proprietários de terra e incorporadores imobiliários; (ii) as favelas surgem e concentram-se em Curitiba; (iii) a produção de habitação pelo Estado concentra-se na cidade-polo.

A formação da periferia metropolitana entre as décadas de 1950 e 1970 foi, em geral, regularmente produzida e localizou-se nos limites territoriais de Curitiba e municípios do seu entorno. A ocupação destes loteamentos ao longo das décadas que se sucederam se consolidou pela autoconstrução da casa própria em terrenos adquiridos pelo mercado formal.

Ou seja, a provisão dos espaços populares de moradia na periferia metropolitana durante as décadas de maior fluxo migratório em direção à RMC realizou-se pela ação regular de proprietários de terra e incorporadores imobiliários, conforme dinâmica analisada por Silva (2006) ao estudar a produção do espaço urbano de Araucária, município que entre 1970 e 1980 recebeu, junto com Curitiba, a maior parte dos estabelecimentos industriais da região.

Uma característica do processo de aprovação destes loteamentos no período deve-se à inexistência e/ou fragilidade das normas de parcelamento, uso e ocupação do solo na região. Ele antecede a aprovação do primeiro Plano de Ordenamento Territorial da região, o PDI de 1978; dos primeiros Planos Diretores da maior parte dos municípios incorporados à recém-criada RMC; e da Lei Federal 6766 de 1979. (MADE, 2004, p. 56)

A fragilidade de legislação que disciplinasse a ação da atividade imobiliária possibilitou o parcelamento de áreas rurais com baixo preço e a implantação de loteamentos com um mínimo de infraestrutura, viabilizando a produção de lotes com pouco investimento e baixo custo. O tipo de produto comercializado atendia tanto a demanda dos compradores em potencial – migrantes vindos da zona rural do Paraná, antes ocupados com atividades agrícolas e com recursos financeiros escassos – como os interesses de proprietários fundiários de terras na periferia, que com pequenos investimentos se beneficiaram com um extraordinário aumento do preço da terra.

Neste contexto, entre 1950 e o final de 1970 uma quantidade significativa de loteamentos precários e distantes dos núcleos então urbanizados foram aprovados na RMC, em especial no leste, com grandes fragilidades ambientais. Permitiu, ainda, que muitos dos novos lotes produzidos fossem vendidos antes dos parcelamentos terem sido totalmente implantados, dando origem a espaços marcados pela precariedade.

De acordo com MADE (2004, p.56), na década de 1950 foram aprovados 75.729 lotes em toda a RMC, sendo 66,52% destes em apenas três municípios, Piraquara (21.427), Pinhais (10.954)⁵¹ e São José dos Pinhais (18.006), todos situados no leste. Na década de 1970 consolida-se de forma definitiva a ocupação da periferia metropolitana em áreas ambientalmente frágeis no leste da RMC.

A realização do processo deu origem décadas mais tarde a importantes conflitos fundiários e ambientais até hoje presentes na metrópole. Parte deles explica-se pelo fato de que nas décadas seguintes o leste da RMC foi definido como uma das áreas de manancial da região, inviabilizando a ocupação de loteamentos, que embora aprovados na época não haviam sido implantados, mas já tinham sido comercializados.

Tais disputas fizeram com que muitos destes parcelamentos fossem ocupados à revelia das normas vigentes a partir da década de 1990, e explicam a existência dos loteamentos irregulares atualmente existentes em Pinhais, São José dos Pinhais e Piraquara. Dentre eles destaca-se o Guarituba, situado em Piraquara, o maior assentamento informal da metrópole de Curitiba.

No ano de 1979, em função da aprovação da Lei Federal 6766, muda o vetor da atividade imobiliária formal destinada à produção de lotes populares na periferia. Ao condicionar a aprovação, implantação e venda dos novos loteamentos a exigências ambientais, jurídicas e projetuais, a Lei teve o efeito de ampliar os custos destes negócios imobiliários, fazendo com que a atividade se voltasse para áreas mais apropriadas à ocupação e diminuísse de intensidade no leste da RMC.

Na década de 1980, destacam-se em número de lotes aprovados os municípios de Araucária, Campo Largo e Fazenda Rio Grande⁵², a oeste da RMC,

⁵¹ Nesta década o território onde hoje está localizado Pinhais pertencia ao município de Piraquara. O desmembramento só ocorreu na década de 1990, conforme se explicita no item 5.2.2.

⁵² Nesta década o território onde hoje está localizado Fazenda Rio Grande pertencia ao município de Mandirituba. O desmembramento só ocorreu na década de 1990, conforme exposto no item 5.2.7.

embora esse processo tenha se caracterizado por um menor dinamismo em relação às décadas anteriores. (MADE, 2004, p. 58)

Do ponto de vista da produção dos espaços populares de moradia, essa década foi também marcada pelo crescimento da informalidade na cidade-polo. De acordo com Curitiba (2007), na década de 1960 já se observa o surgimento de favelas em diferentes pontos do território municipal, e os primeiros registros desses assentamentos constam das décadas de 1940 e 1950. No entanto, é na de 1980 que o fenômeno se torna intenso.

O processo de produção das favelas em Curitiba acompanhou, portanto, a implantação do Plano Diretor aprovado em 1966, uma contradição importante presente no processo de urbanização do Município, reconhecido dentro e fora do Brasil pela sua preconizada modelar experiência de planejamento urbano.

Segundo Albuquerque (2007), entre as décadas de 1970 e 2000, período em que foram executadas as principais intervenções no zoneamento, no sistema viário, a implantação dos parques urbanos, dentre outros projetos que se tornaram ícones da cidade, 16% do incremento domiciliar de Curitiba foi absorvido pelos assentamentos informais de moradia. A autora destaca, ainda, que a produção da moradia informal em Curitiba não foge ao padrão ocorrido no País, caracterizado por um processo crescente de favelização da baixa renda, mas se singulariza porque manifesta de forma exemplar “a contradição presente entre a imagem de uma cidade tecnicamente planejada, veiculada pelo discurso, e sua realidade concreta desigual: conflituosa e contraditória” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 39).

O crescente processo de produção dos espaços informais a partir da década de 1960 em Curitiba acompanhou também a implantação dos primeiros programas de habitação de interesse social na região, realizados durante a vigência do BNH. Uma das características desses programas nesse período é que grande parte dos investimentos na produção de moradias populares ficaram restritos a Curitiba e não se estenderam de forma importante aos demais municípios metropolitanos. A concentração de investimentos para a produção de moradias populares na cidade-polo perdurou nas décadas seguintes, conforme identifica o diagnóstico produzido para o Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC no início da década de 2000:

A atuação da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR – está predominantemente voltada para o interior do Estado, enquanto a da Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB-CT, está mais concentrada

no município-polo. A Região Metropolitana de Curitiba, e mais especificamente o seu Núcleo Urbano Central, excetuando-se o polo, acabaram ficando praticamente sem investimentos das Companhias de Habitação nos últimos anos. Entre 1993 e 1999, 90% da produção da COHAB - CT ficaram concentradas em Curitiba. (PARANÁ, 2001, p. 112)

No que tange à política de intervenção em assentamentos informais, o primeiro programa de desfavelamento em Curitiba foi implantado em 1967, quando foram transferidas famílias de distintas áreas para o Núcleo Habitacional Nossa Senhora da Luz, um conjunto habitacional com 2.150 casas situado numa área periférica e contígua à CIC, executado com recursos do SFH pela recém-criada Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB – CT)⁵³.

A implantação do Núcleo Habitacional Nossa Senhora da Luz seguiu o modelo consolidado no Brasil durante a vigência do BNH, a execução de loteamentos populares em áreas distantes dos núcleos urbanizados a partir da difusão da ideologia da casa própria, conforme se verifica na publicação que resgata a história de atuação da Companhia:

O presidente [Castelo Branco] recebeu a chave simbólica da Vila e, depois, visitou algumas casas modelo, como a de Dona Pasqualina, que trabalhara com o marido na lavoura e havia se tornado favelada até ser levada para a vila, onde, com uma prestação de 12 cruzeiros mensais e uma mercearia no fundo do quintal, iria sustentar sete filhos. Suas noras e netos iriam trabalhar na CIC anos mais tarde, tornando realidade aquela possibilidade de ascensão social que a conquista do sonho da casa própria já havia anunciado, quando chegara à Vila Nossa Senhora da Luz. Para ela e para os primeiros “vilanos”, a vida não era fácil: até para ir à cidade era preciso pegar o trem que ainda passava na Estação do Barigüi e seguia até a Estação Rebouças, ou então ir de charrete. (CURITIBA, 2006, p. 12)

A CIC, localizada no oeste de Curitiba, foi uma importante área destinada à produção de loteamentos populares pelo Estado na década de 1970. Este bairro é hoje, junto com o Cajuru, um dos que concentram o maior número de domicílios informais.

De acordo com o Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente elaborado pela COHAB - CT e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) em meados da década de 2000, em 1974

⁵³ As COHABs surgiram no Brasil com a promulgação da Lei Federal 438/1964 junto com o SFH, o BNH, as Cooperativas Habitacionais e as Sociedades de Crédito Imobiliário que conduziram a política habitacional no período do Regime Militar. A COHAB-CT foi criada como uma sociedade anônima de economia mista pela Lei Municipal 1545/1965, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de Curitiba. (CURITIBA, 2006, p. 4-5)

Curitiba possuía 40.83 domicílios informais distribuídos em 35 assentamentos, que em 1979 já tinham evoluído para 46 áreas e 6.067 domicílios. Neste mesmo período, 20% da população residente em favelas foram realocadas pela política de desfavelamento em execução na época e nove assentamentos foram extintos. (CURITIBA, 2005, p. 52)

A comparação do número de domicílios informais em 1979 com o de novas casas e apartamentos produzidos entre 1974 e 1979, aproximadamente 13.000 segundo Curitiba (2005, p. 52), revela a crescente dificuldade de acesso à moradia através da aquisição de um imóvel formal pelas famílias de baixa renda no período, ainda durante a vigência do BNH.

A partir de 1980, assim como no restante do País o crescimento das favelas em Curitiba intensifica-se e a carência de moradia se agrava. Entre 1982 e 1987, o número de domicílios em favelas no Município passa de 7.716 para 11.929, e no ano de 1996 já somavam 33.778. (CURITIBA, 2005, p. 54)

Na mesma década, em função da carência de recursos para produção estatal de habitação e da crise econômica, transforma-se a política de atendimento às necessidades habitacionais no Município. Segundo Curitiba (2005, p. 52-53), o empobrecimento da população, derivado da recessão econômica, tornou inacessível às famílias com renda abaixo de três salários mínimos a aquisição das unidades residenciais que vinham sendo produzidas pela COHAB – CT, que passa então a produzir lotes urbanizados destinados à autoconstrução.

O crescimento da informalidade e a dificuldade de inserção da população mais pobre no mercado formal de moradia em Curitiba aumentam nas décadas seguintes, conforme identifica Albuquerque (2007, p. 45) ao comparar dados dos Censos de 1980 e 1991. De acordo com a autora, entre 1980 a 1991 o Município teve um acréscimo de 109.687 domicílios, e destes, aproximadamente 35 mil estavam situados em aglomerados subnormais. A maior fração da porcentagem desses domicílios foi produzida nos dois primeiros anos da década de 1990, correspondente a aproximadamente 20.000.

A partir de 1990 não apenas cresce o número de assentamentos e domicílios informais, mas transforma-se também o processo de produção desses espaços de moradia popular em Curitiba. Além disso, nesta década a informalidade expande-se em direção aos demais municípios do entorno ao polo, processo que

transforma os paradigmas de estruturação do espaço metropolitano, conforme análise apresentada nos Capítulos 5 e 6.

4.2 TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA, MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Conforme anteriormente afirmado, as últimas décadas foram marcadas pelo crescimento do número de domicílios em assentamentos informais especialmente concentrados nas metrópoles brasileiras. Tal crescimento materializou-se por tipologias de espaços características e a emergência de novas formas de produção desses assentamentos, compondo um quadro marcado pela ampliação da dificuldade de acesso à terra formal e urbanizada por parte da população de baixa renda.

Consideram-se espaços informais de moradia todas as tipologias derivadas de um processo de produção do espaço urbano que se realiza a revelia das normas urbanísticas com o objetivo de atender às necessidades habitacionais de seus residentes. Ao longo da história da urbanização, as principais tipologias identificadas nas cidades brasileiras são os cortiços, as favelas, os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares, que se diferenciam entre si pelos agentes sociais responsáveis por sua produção, pelas formas de irregularidade e a morfologia espacial produzida.

Os cortiços constituem o tipo mais antigo de moradia informal no Brasil e estão presentes desde o século XIX. É uma tipologia caracterizada pela densidade excessiva, a precariedade da habitação e a locação do imóvel.

Piccini (2004) conceitua cortiços como habitações coletivas de aluguel destinadas à moradia das famílias pobres, que apresentam total ou parcialmente as seguintes características:

- ser constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano, com ocupação excessiva, subdivididas em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título, à revelia da legislação que regula as relações entre inquilinos e proprietários (Lei do Inquilinato);
- ter várias funções exercidas no mesmo cômodo;

- ter acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações elétrica e sanitária (banheiros, cozinhas e tanques);
- ter circulação e infraestrutura precárias. (PICCINI, 2004, p. 25)

Segundo a autora, os cortiços tiveram sua origem e ainda são mais comuns nas áreas centrais, embora pesquisas recentes demonstrem que esta localização não é mais exclusiva, observando-se também a presença desta tipologia atualmente em áreas periféricas.

A localização em áreas centrais oferece como vantagem aos seus moradores a possibilidade de viver em locais próximos à infraestrutura e aos serviços existentes, com menor custo de deslocamento. Nas periferias, os cortiços surgem, em geral, depois que o morador constrói sua própria habitação e edifica no restante do lote cômodos para locação. Esse processo confirma não apenas a manutenção, mas o aprofundamento da precariedade a que está sujeita a população pobre das cidades brasileiras, pois é a classe de baixa renda, já sem acesso à moradia formal, que está construindo para outra classe ainda mais pobre. (Piccini, 2004, p. 27)

Segundo Valladares (2005), os estudos já desenvolvidos sobre os cortiços no Rio de Janeiro permitem reconhecer nesse tipo de habitat o “germe” da favela. Segundo a autora, a palavra favela tem origem numa ocupação irregular ocorrida no final do século XIX no Morro da Favella⁵⁴, cidade do Rio de Janeiro, iniciada por ex-combatentes da Guerra de Canudos que se instalaram no local para pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados. Nas décadas que se sucederam, favela passou a designar todo conjunto de barracos aglomerados, sem traçado viário nem serviços públicos, construídos de forma ilegal sobre terrenos de propriedade pública ou privada. Na década de 1920, a palavra favela tornou-se um substantivo genérico para designar um tipo de hábitat pobre, de ocupação irregular, geralmente localizado nas encostas dos morros. (VALLADARES, 2005, p. 26)

O agravamento da crise de moradia ocorrido a partir da segunda metade do século XX produziu o crescimento do número de favelas nas cidades brasileiras. Como já afirmado, o primeiro levantamento oficial das favelas foi executado pelo IBGE no Censo Demográfico de 1950, surgindo a necessidade de se aprofundar a discussão metodológica acerca desta tipologia, diferenciando-a das outras

⁵⁴ De acordo com Valladares (2005, p. 26), o nome Morro da Favella já existia com o nome de Morro da Providência.

existentes. De acordo com Guimarães⁵⁵ (1953, p. 258) apud Valladares (2005, p. 68), a preocupação do levantamento de 1950 foi identificar características como a localização geográfica, que já não era mais exclusiva dos morros, a tipologia construtiva das habitações e a determinação dos limites do assentamento, considerado um importante desafio metodológico.

O avanço desta discussão deu origem ao termo aglomerado subnormal, que passou a ser utilizado nos recenseamentos pelo IBGE para denominar assentamentos enquadrados de forma simultânea, total ou parcialmente nas características abaixo relacionadas:

1. Proporções Mínimas – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. Tipo de Habitação – Predominância no agrupamento de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
3. Condição jurídica da ocupação – Construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
4. Melhoramentos públicos – Ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
5. Urbanização – Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento. (GUIMARÃES apud VALLADARES, 2005, p. 69-69).

Nos Censos Demográficos seguintes, o IBGE passou a denominar como aglomerados subnormais “favelas e assemelhados caracterizados por um conjunto de no mínimo 51 domicílios, que ocupam ou ocuparam até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), normalmente dispostos de forma desordenada e densa, e carentes dos serviços públicos essenciais” (BRASIL, 2007, p. 16).

Segundo Corrêa (1989, p. 30), é através da produção da favela que a população sem acesso à moradia formal se torna um agente modelador do espaço, processo que na maioria dos casos ocorre a despeito dos demais agentes sociais. Esta constitui a principal diferença entre a produção das favelas e a ocupação dos cortiços.

As outras tipologias dos espaços informais de moradia são os loteamentos clandestinos e irregulares. Ambos configuram parcelamentos do solo produzidos por

⁵⁵ GUIMARÃES, A. P. As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, jul./set. 1953, p. 250-270.

proprietários de terra e incorporadores imobiliários, mas se diferenciam por apresentarem diferentes graus de irregularidade.

Segundo Gasparini (1993), loteamento clandestino é um tipo de parcelamento de solo executado sem a autorização ou o conhecimento do Poder Público municipal, instância federativa a quem compete a concessão do direito de fracionar o solo urbano no Brasil.

Loteamento irregular é um tipo de parcelamento do solo que, embora aprovado pelo Poder Público, foi executado em desacordo com a legislação existente, com o ato de aprovação expedido pelo município, ou ainda, que não foi registrado no cartório após sua implantação. Ou seja, os loteamentos irregulares pressupõem a existência do ato de aprovação junto ao Poder Público, constituindo a principal diferença entre estes e os clandestinos. (GASPARINI, 1993, p. 3-4)

4.2.1 Novas formas de produção dos espaços informais de moradia

Segundo Carlos (1994, p. 85), a dinâmica do mercado imobiliário relaciona-se intrinsecamente à produção da cidade capitalista, que se caracteriza pelo fato de que a ação dos agentes sociais na disputa pelo uso do solo urbano é mediada pela propriedade privada da terra. A partir dessa lógica, para se ter acesso a uma fração de solo urbano é preciso pagar por essa mercadoria, negociação que se realiza entre os agentes sociais que participam da atividade imobiliária, seja ela formal ou informal.⁵⁶

De acordo com Baltrusis (2005), a partir da década de 1990 as pesquisas a respeito da produção da cidade informal passaram a explorar a teoria econômica sobre a formação das favelas. A partir desta teoria reconheceu-se a existência de um novo segmento do mercado imobiliário, o informal, que atende a população de baixa renda sem acesso aos imóveis comercializados pelo mercado formal, ou aos programas.

Abramo (2009) destaca que, apesar de presente desde o final do século XIX, por meio da locação de cortiços ou outras formas de subabitação o mercado informal

⁵⁶ A expressão mercado imobiliário abarca tanto o formal como o informal.

de moradia passou a desempenhar um papel determinante na formação espacial das cidades latino-americanas somente a partir da década de 1950.

De meados ao final do século XX, o mercado imobiliário informal foi estruturado fundamentalmente pela ação ilegal de loteadores e pelos movimentos de ocupação popular de glebas urbanas e periurbanas, responsáveis, respectivamente, pela produção e expansão dos loteamentos clandestinos e irregulares e das favelas.

Os loteamentos clandestinos e irregulares materializam as pressões de agentes sociais interessados na extração da renda fundiária, em geral proprietários de terras situadas na periferia ou em áreas com restrições legais ao parcelamento do solo.

No caso das primeiras favelas, segundo Abramo (2009) a lógica da necessidade foi o principal motor das ações individuais e coletivas responsáveis por sua produção, que se concretizou pela realização do ciclo:

ocupação→autoconstrução→autourbanização→consolidação
--

Estas etapas compreendem: (i) a ocupação de uma gleba ou lote; (ii) a rápida construção de uma moradia precária; (iii) um longo tempo de investimento familiar na melhoria da residência; (iv) e o desmembramento da unidade residencial em frações familiares. A forma clássica de produção das favelas é composta, portanto, por estas quatro etapas e define dois tipos de irregularidade, a urbanística e a fundiária. (ABRAMO, 2009)

A fundiária manifesta a impossibilidade de aquisição de um terreno pelas famílias para construir sua moradia. A urbanística é a expressão de que os padrões construtivos previstos nas leis de uso e ocupação do solo não atendem às necessidades dos residentes nos assentamentos informais. Nas favelas, a irregularidade urbanística revela, também, a forma como se realiza a estruturação de seu território; marcada pela necessidade de garantir de maneira rápida a área tomada, ela se realiza por um tipo de ocupação espontânea que obedece à disponibilidade de recursos de cada família. (ABRAMO, 2003)

Cardoso (2007, p. 220) destaca, também, a diversidade de características observadas na produção destes assentamentos em diferentes cidades e regiões do Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, as favelas ocuparam os morros, os mangues e alagados, as áreas públicas e os terrenos pouco valorizados pelo mercado imobiliário formal, e caracterizaram-se por um tipo de ocupação sem parcelamento regular prévio, a precariedade das moradias, ausência da infraestrutura e a

irregularidade da propriedade. No Nordeste era comum o aluguel de áreas não parceladas, com a permissão da ocupação pelo próprio proprietário, que se efetivava pelo pagamento de um arrendamento da terra sem o estabelecimento de contratos formais. No Sudeste as favelas surgiram preferencialmente nos terrenos públicos, situação que aumentava a possibilidade de permanência de seus moradores e que em muitos casos era apoiada extraoficialmente por políticos e agentes públicos seguindo um esquema clientelista. Outra característica é que grande parte das favelas se localizava em áreas impróprias à ocupação, em margens de rios e cursos d'água, encostas de alta declividade e mangues. No caso dos mangues, o terreno ia sendo produzido junto com a construção da habitação mediante a execução de aterros sucessivos.

Segundo Abramo (2009), na história urbana recente observam-se mudanças importantes na forma de acesso à moradia nas favelas brasileiras, que da forma clássica, baseada na lógica da necessidade, transformou-se, passando a ser preponderante a presença do mercado imobiliário informal. Levando em conta as peculiaridades desse mercado imobiliário, o autor reconhece existir nas grandes cidades latino-americanas uma divisão deste em dois submercados: o de loteamentos clandestinos e favelas e o dos assentamentos populares consolidados para comercialização ou locação.

De acordo com o autor, cada um destes submercados informais desempenha um papel distinto no processo de reestruturação do espaço urbano localizando-se em áreas precisas e diferenciadas. O submercado de loteamentos clandestinos e favelas produz o fracionamento de áreas na periferia e conforma o principal vetor de extensão da mancha urbana. Ele é responsável pela expansão das periferias, que nas cidades latino-americanas historicamente caracterizam-se pela precariedade e a baixa acessibilidade urbana. O dos assentamentos populares consolidados para comercialização ou locação contribui para a densificação das áreas urbanas, pois em geral estão localizados em áreas mais centrais, se comparados ao outro. Este submercado caracteriza a urbanização recente e diferencia-se pela presença de duas externalidades positivas: a liberdade urbanística e o papel desempenhado pelos vínculos comunitários nesses espaços⁵⁷. (ABRAMO, 2009)

⁵⁷ Segundo Abramo (2003), a favela é uma territorialidade urbana com fortes laços primários de relacionamento, e o sentimento identitário de pertencer a uma “comunidade” constitui um dos

Segundo o autor, a liberdade urbanística permite ao seu comprador exercer livremente o parcelamento e o solo criado, pois nos espaços informais de moradia não são aplicadas as normas urbanísticas. O resultado é a densificação dos assentamentos pelo fracionamento crescente do solo, o aumento da densidade demográfica, ou a soma de ambos. Este fenômeno provoca o aumento do número de famílias residentes no mesmo lote ou na mesma habitação, observando-se a tendência à verticalização das construções, e deriva da inexistência de restrições à ocupação extensiva e intensiva da terra nestes assentamentos.

A segunda externalidade positiva explica-se pelo papel desempenhado pelos vínculos comunitários que se estabelecem nesses assentamentos, que resultam da chamada “economia de reciprocidades”. Baseada na constituição de redes sociais, ela permite às famílias integrantes acessarem bens e serviços sem o desembolso de valores monetários. Ou seja, estabelece-se uma dinâmica de trocas baseadas em relações de confiança e lealdade, úteis à realização das estratégias de sobrevivência de seus participantes. (ABRAMO, 2009, p. 11).

Baltrusis (2005) e Abramo (2009) reconhecem, ainda, que a produção dos espaços informais de moradia a partir da emergência do mercado imobiliário informal caracteriza-se por uma nova forma de irregularidade, a econômica, que se soma à fundiária e urbanística. Abramo (2009, p. 6-7) afirma que este novo tipo de irregularidade caracteriza o período recente, no qual a lógica da necessidade articula-se à do mercado. O seu surgimento indica a existência de instituições informais que garantem o funcionamento do mercado imobiliário informal, permitindo, ao longo do tempo, a sucessão das gerações e dos contratos de natureza implícita estabelecidos nas transações de comercialização, em geral baseadas na confiança e na lealdade. (ABRAMO, 2009, p. 6-7).

Em pesquisa desenvolvida no ano de 2005 em favelas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Baltrusis (2005, p. 94) identifica que 1/3 dos imóveis nelas localizados estavam destinados para locação, enquanto no início da década não ultrapassavam 10%. Para o autor, o crescimento do submercado de locação confirma que o mercado informal de compra e venda se consolidou ao longo

principais motivos dos seus moradores em permanecer nos seus locais de moradia quando perguntados a respeito de outras opções residenciais. A sinergia familiar e os laços de amizade construídos ao longo do tempo de convívio (efeito de proximidade de vizinhança) dão origem a redes de relacionamentos baseadas em trocas, que alimentam uma “economia da solidariedade” que constitui uma importante estratégia de sobrevivência familiar.

da década de 2000. Esse processo reflete, ainda, a valorização dos preços dos imóveis localizados em favelas e a inexistência de financiamentos acessíveis para a população nelas residentes, que é compulsoriamente levada a recorrer a este tipo de irregularidade para resolver seu problema de moradia. (BALTRUSIS, 2005)

Na metrópole de Curitiba também se observa a expansão do mercado imobiliário informal. Pesquisa desenvolvida por Pereira e Silva (2009) entre 2003 e 2008 em favelas localizadas nos municípios de Curitiba, Pinhais, Piraquara, Colombo e Almirante Tamandaré confirmou, por exemplo, a prática de comercialização de imóveis, apesar do morador não possuir título de propriedade. Assim, além do crescimento do número de domicílios situados em espaços informais de moradia, a década de 2000 foi marcada também pela emergência de novas formas de produção desses assentamentos.

Abramo (2009, p. 13) relaciona o fenômeno de densificação dos assentamentos consolidados para comercialização e locação ao aumento dos custos de transporte, à precarização das relações de trabalho e à dificuldade de aquisição da terra por parte das novas gerações. As dificuldades com transporte impulsionam as famílias a procurarem áreas urbanas com melhor acessibilidade, potencializando o mercado de locação nesses assentamentos. A precarização das relações de trabalho e a dinâmica intergeracional caracterizada pela baixa capacidade de poupança familiar resultam na inexistência do capital necessário para adquirir um lote ou uma casa própria, mesmo através do mercado informal.

De acordo com o autor, a precarização das relações de trabalho estimula, ainda, a complementação do orçamento por parte das famílias que possuem um lote nesses assentamentos, que se realiza por meio do fracionamento da sua unidade residencial, que passa a ser comercializada para locação de outras famílias. Todos esses fatores são potencializados pelo próprio mercado imobiliário informal, que tem taxas de rentabilidade de locação superiores ao valor de referência nos imóveis formais.

Por fim, Abramo (2009) destaca que o funcionamento destes dois submercados informais de solo se retroalimenta. Ou seja, um provoca a demanda do outro e vice-versa, de forma circular e contínua, revelando a existência de uma lógica perversa. O submercado dos loteamentos clandestinos e favelas impõe custos de transporte crescentes para a população, que passa a morar em áreas periféricas e cada vez mais distantes do centro. Por outro lado, a precarização do mercado de

trabalho e o crescimento da participação em trabalhos eventuais exige a presença destes trabalhadores em alguma centralidade, impondo, no caso dos residentes na periferia, um custo de deslocamento que não será necessariamente compensado com o rendimento diário de seu trabalho.

A partir desse processo produz-se uma demanda para os assentamentos populares consolidados, que não pode ser correspondido com maior oferta em função da inelasticidade deste mercado. Neste caso, de acordo com Abramo (2009), os preços dos imóveis nestas áreas tendem a crescer, aumentando a intenção das famílias com imóveis nelas situados em vendê-los e capitalizarem-se, comprando novos lotes na periferia e, assim, alimentando o submercado dos loteamentos clandestinos e favelas.

Ao produzir uma cidade que se adensa em áreas informais consolidadas e difunde-se a partir de novos assentamentos em áreas de periferia, esta retroalimentação é perversa porque, segundo o autor:

[...] a “cidade informal” COM-FUSA é portadora de uma precarização do habitat popular, como também de uma perda de eficiência no uso do solo urbano. Também podemos afirmar que o circuito perverso de retroalimentação promove um crescimento dos preços do mercado informal de solo incrementando as distribuições regressivas da riqueza capturada na forma de valorização do solo. (ABRAMO, 2009, p. 14)

Essa nova dinâmica observada na produção dos espaços informais de moradia, resultado da articulação entre as lógicas da necessidade e do mercado, tem desempenhado um papel decisivo na produção e estruturação do espaço das metrópoles brasileiras nas últimas décadas.

No capítulo subsequente serão apresentados os resultados da pesquisa empírica desenvolvida visando caracterizar a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba a partir da década de 1990.

5 PRODUÇÃO E EXPANSÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NA METRÓPOLE DE CURITIBA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

No presente capítulo são apresentados os resultados da pesquisa empírica desenvolvida com o objetivo de analisar a relação entre o processo de produção das ocupações irregulares e o fenômeno de metropolização de Curitiba ocorrido nas duas últimas décadas.

Na primeira parte do capítulo são expostos os métodos adotados na organização das informações, as fontes de pesquisa, as justificativas para a delimitação final do recorte territorial, e a explicitação dos obstáculos metodológicos identificados ao longo da fase de coleta e sistematização dos dados.

Na sequência, são analisados os resultados da pesquisa empírica a partir de duas escalas espaciais: na primeira são discutidas as particularidades da dinâmica de produção e expansão das ocupações irregulares em cada um dos municípios estudados; na segunda os resultados individualizados foram agregados para caracterizar a totalidade do processo na dimensão metropolitana.

Esta opção metodológica justifica-se pela necessidade de decomposição e recomposição entre as partes e o todo e de articulação entre escalas espaciais que caracterizam as investigações geográficas, em especial aquelas cujo objeto de análise é o fenômeno de metropolização.

Conforme destaca Sposito (2004, p. 19), em toda pesquisa geográfica estão presentes dois recortes: o territorial e o analítico. O primeiro define a parcela do território onde se espacializam as informações e os dados, e privilegia o que está fixo no território. O segundo ultrapassa esta dimensão e abarca a geográfica, responsável por reconhecer as relações que se dão não somente no que está fixo, mas, fundamentalmente, em decorrência da identificação dos fluxos que se estabelecem entre os vários pontos do território.

A preocupação em articular partes integrantes de um mesmo fenômeno, segundo Lefebvre (1963), deve-se ao fato de que toda análise acaba por romper e dividir a totalidade, e o exercício de reencontrá-la e recompô-la faz parte do exercício de síntese elaborado pelo pesquisador.

Considerando as questões metodológicas expostas por Lefebvre (1963) e Sposito (2004), tanto o aglomerado metropolitano como cada um dos municípios

pesquisados foram tomados ora como parte ora como todo, exercício que permitiu apreender a espacialidade derivada do processo analisado. A ocorrência de um único fato urbano, representada pela dinâmica espacial presente no cotidiano do aglomerado metropolitano, justifica, portanto, a opção metodológica apresentada. A definição do recorte territorial foi fundamental para a obtenção dos resultados obtidos, e a articulação entre escalas permitiu identificar as conexões e contradições presentes na relação entre a produção dos espaços informais de moradia e a constituição da metrópole.

A pesquisa empírica procurou, também, identificar as formas espaciais derivadas do processo de produção dos assentamentos informais de moradia, cujo propósito final foi reconhecer, à luz deste recorte analítico, as lógicas de reestruturação da metrópole nas duas décadas estudadas. Tal definição insere outra questão de caráter metodológico e analítico destacada por Lefebvre (2001) ao refletir a respeito da forma urbana. Segundo o autor,

Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma **unidade** entre forma e conteúdo. A análise rompe a unidade. Faz aparecer a pureza da forma, e a forma remete ao conteúdo. A unidade, indissolúvel e, no entanto, rompida pela análise é conflitante (dialética)... Através da razão dialética os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim a uma dupla existência. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto, separa-se deles. (LEFEBVRE, 2001, p. 87)

De acordo com esse raciocínio, é possível articular a produção dos espaços informais de moradia à constituição da metrópole, fenômenos que na região de Curitiba tiveram suas relações intensificadas nas duas últimas décadas, conforme processo analisado no presente capítulo.

5.1 DESAFIOS METODOLÓGICOS DAS FONTES E RECORTE ESPACIAL DE ANÁLISE

A definição das técnicas e procedimentos utilizados na coleta e sistematização dos dados levantados⁵⁸, detalhados no decorrer do presente tópico, foi norteadas por duas questões.

Primeira questão, verificar se a expansão dos assentamentos informais de moradia na metrópole de Curitiba a partir de 1990 integra a mesma fase de produção espacial caracterizada pela difusão dos novos conteúdos espaciais vinculados às transformações nos modos de vida e produção que marcam a urbanização contemporânea.

A segunda questão, complementar à primeira, objetiva compreender a forma pela qual o processo de produção dos espaços informais de moradia participa da dinâmica de reestruturação metropolitana. Conforme exposto no capítulo introdutório, parte-se do pressuposto que a expansão dos espaços informais de moradia constitui um fenômeno central para explicar tal dinâmica e, portanto, não deve ser considerado residual ou menor nesse processo.

Tendo como referência o crescimento do número de assentamentos informais a partir da década de 1990 no aglomerado metropolitano de Curitiba, o primeiro procedimento foi identificar as fontes disponíveis. Um aspecto relevante é que os dados existentes nestas fontes deveriam possibilitar a realização de um estudo comparativo entre os municípios integrantes desta espacialidade, nas décadas de 1990 e 2000, e incorporar todas as tipologias e assentamentos existentes.

Este objetivo constituiu-se no primeiro desafio metodológico a ser vencido, pois desde a década de 1950, quando foram desenvolvidas as primeiras pesquisas

⁵⁸ Esta etapa teve início no primeiro semestre de 2009 e foi concluída no segundo semestre de 2011. Foi realizada com a participação de bolsistas de Iniciação Científica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e utilizou a estrutura física e material do Laboratório de Habitação e Urbanismo (LAHURB), que integra o Departamento de Arquitetura e Urbanismo. A viabilização material realizou-se também por meio do auxílio financeiro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles, Núcleo Curitiba, que durante o período dessa pesquisa foi coordenado pela Profª Drª Olga Lúcia Castreghini Firkowski e com apoio da UFPR através da concessão de duas bolsas de Iniciação Científica (Editais 2009 e 2010). A conclusão da pesquisa no ano de 2011 foi possível graças à participação voluntária dos alunos bolsistas.

acerca do processo de produção informal dos espaços de moradias no Brasil, a base de dados mais utilizada é derivada dos Censos demográficos, que não contabilizam todos os assentamentos informais existentes. Os levantamentos censitários atêm-se a identificar os aglomerados subnormais que, como já explicitado, correspondem a assentamentos com 50 ou mais domicílios, recorte que limita e simplifica a totalidade do processo que se pretende apreender.

Em função disso, optou-se por abandonar a base censitária e levantar os dados pretendidos junto aos órgãos de planejamento territorial a partir de duas escalas espaciais: a municipal e a metropolitana. O objetivo foi obter para cada um dos espaços informais de moradia: a toponímia; a propriedade da terra (pública ou privada); as características do sítio (em Área de Preservação Permanente - APP, em Área de Proteção Ambiental - APA, em área sujeita a risco de acidente ambiental); a tipologia (favela, loteamento clandestino e loteamento irregular); a superfície ocupada (em hectares); o número de domicílios; a renda média dos residentes; a localização geográfica e o perímetro do assentamento.

Na etapa que precedeu a coleta de dados, foi elaborada uma tabela indicando os dados desejados, as unidades de medida e a forma de sistematização. A elaboração dessa tabela teve como referência a teoria de base da pesquisa, que, em seguida, foi enviada aos órgãos de planejamento identificados como os detentores das informações pretendidas.

A primeira fonte utilizada foi o mapa com a espacialização das ocupações irregulares publicado pela COMEC no PDI da RMC de 2006, elaborado a partir de um levantamento realizado pelo órgão em 1997. Esse levantamento abrange 19 dos 26 municípios da RMC e permitiu constatar que o aglomerado metropolitano concentrava aproximadamente 97% dos assentamentos informais da região no final da década de 1990. (PARANÁ, 2006, p. 137)

Com base nesta constatação, o recorte territorial, a partir do qual os dados da pesquisa empírica passaram a ser levantados, ficou restrito aos doze municípios integrantes do aglomerado metropolitano.

O passo seguinte consistiu no levantamento dos documentos técnicos e das bases de dados existentes nos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo planejamento territorial e a política de habitação nos doze municípios do aglomerado metropolitano. Junto à COMEC, obteve-se o arquivo digital com os perímetros dos assentamentos e as cópias impressas do levantamento realizado pelo órgão em

1997 em nove municípios do aglomerado metropolitano. Através dos documentos impressos constantes desse levantamento, foi possível identificar a toponímia, a propriedade da terra, a superfície do assentamento e o número de domicílios em cada um dos espaços informais de moradia existentes neste ano nesses municípios. Tais informações foram ligadas à espacialização digital, pois o levantamento impresso continha um mapa com o perímetro, a localização e a toponímia dos assentamentos.

Em Curitiba, Campo Magro e Quatro Barras não foi possível obter os dados referentes ao final da década de 1990 nos arquivos da COMEC. Para esses municípios, o número de assentamentos e domicílios foi retirado do PDI-RMC 2006 e do Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente do município de Curitiba.

Constatado que as informações da COMEC relativas aos espaços informais de moradia não tinham sido atualizadas na década de 2000, tornou-se necessário buscar outras fontes de pesquisas junto às Prefeituras Municipais. Para tanto, utilizou-se como referência para a coleta de dados a mesma tabela modelo definida para a organização das informações referentes à década de 1990.

Em Curitiba, Pinhais, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais e Campina Grande do Sul foram utilizados os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) desenvolvidos pelos municípios na segunda metade da década de 2000. Em Campo Magro e Quatro Barras, recorreu-se a documentos integrantes do processo de elaboração de seus Planos Diretores e a relatórios técnicos executados pelos órgãos municipais na última década.

Em todos os municípios, a coleta e sistematização dos dados foram complementadas por visitas e entrevistas com gestores das secretarias municipais responsáveis pelo planejamento e gestão urbana e a política habitacional.

Conforme se observa no (QUADRO 1), não foi possível uniformizar o ano do levantamento, nem obter as informações desejadas em todos os municípios do aglomerado metropolitano. Os municípios de Colombo e Piraquara foram excluídos da pesquisa porque não foi possível obter fontes confiáveis e dados atualizados para

a década de 2000, dentro do cronograma da pesquisa. Em função disso, a análise ficou restrita a dez dos doze municípios do aglomerado metropolitano.⁵⁹ (FIGURA 2)

QUADRO 1 – ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES E ANO DO LEVANTAMENTO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA

MUNICÍPIO	ÓRGÃO	ANO
Curitiba	Companhia de Habitação Popular de Curitiba e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba	2005
Pinhais	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	2009
Colombo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	...
Almirante Tamandaré	Secretaria Extraordinária Municipal de Urbanismo e Habitação	2010
Campo Magro	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	2005
Campo Largo	Departamento de Habitação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	2008
Araucária	Secretaria Municipal de Planejamento e Companhia de Habitação de Araucária	2010
Fazenda Rio Grande	Secretaria Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho	2009
São José dos Pinhais	Secretaria Municipal de Habitação	2009
Piraquara	Secretaria Municipal de Urbanismo	...
Quatro Barras	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras	2009
Campina Grande do Sul	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento / Departamento de Urbanismo	2008

FONTE: O autor (2012)

NOTA: ... Informação inexistente

Na etapa que se seguiu à coleta e sistematização de dados foi produzida a Base de Informações Georreferenciadas com os espaços informais de moradia na escala do aglomerado metropolitano, elaborada a partir da espacialização dos dados coletados e organizada por meio do software ArcGis. É oportuno afirmar que, além de subsidiar a análise comparativa pretendida, a organização desta base para as décadas de 1990 e 2000 constitui um produto original desta Tese.

O segundo desafio metodológico enfrentado no processo de realização da pesquisa empírica derivou-se do fato de que, mesmo quando realizados, os levantamentos referentes aos assentamentos informais, em geral, não são incorporados aos sistemas de informação geográfica existentes nos municípios.⁶⁰

⁵⁹ Estes dois municípios encontram-se, atualmente, em fase de desenvolvimento de seus PLHIS.

⁶⁰ Em Curitiba existem levantamentos elaborados em décadas anteriores às pesquisadas, mas nem todos foram incorporados ao sistema municipal de informações. Muitos desses estudos encontram-se arquivados na biblioteca do IPPUC. Em Pinhais e São José dos Pinhais, o levantamento elaborado na década de 2000 foi incorporado no sistema de informações municipal. Até a data da coleta não haviam sido georreferenciados os dados do levantamento das ocupações irregulares elaborado pela COMEC em 1997. Neste caso, em arquivo digital constam apenas os perímetros dos assentamentos.

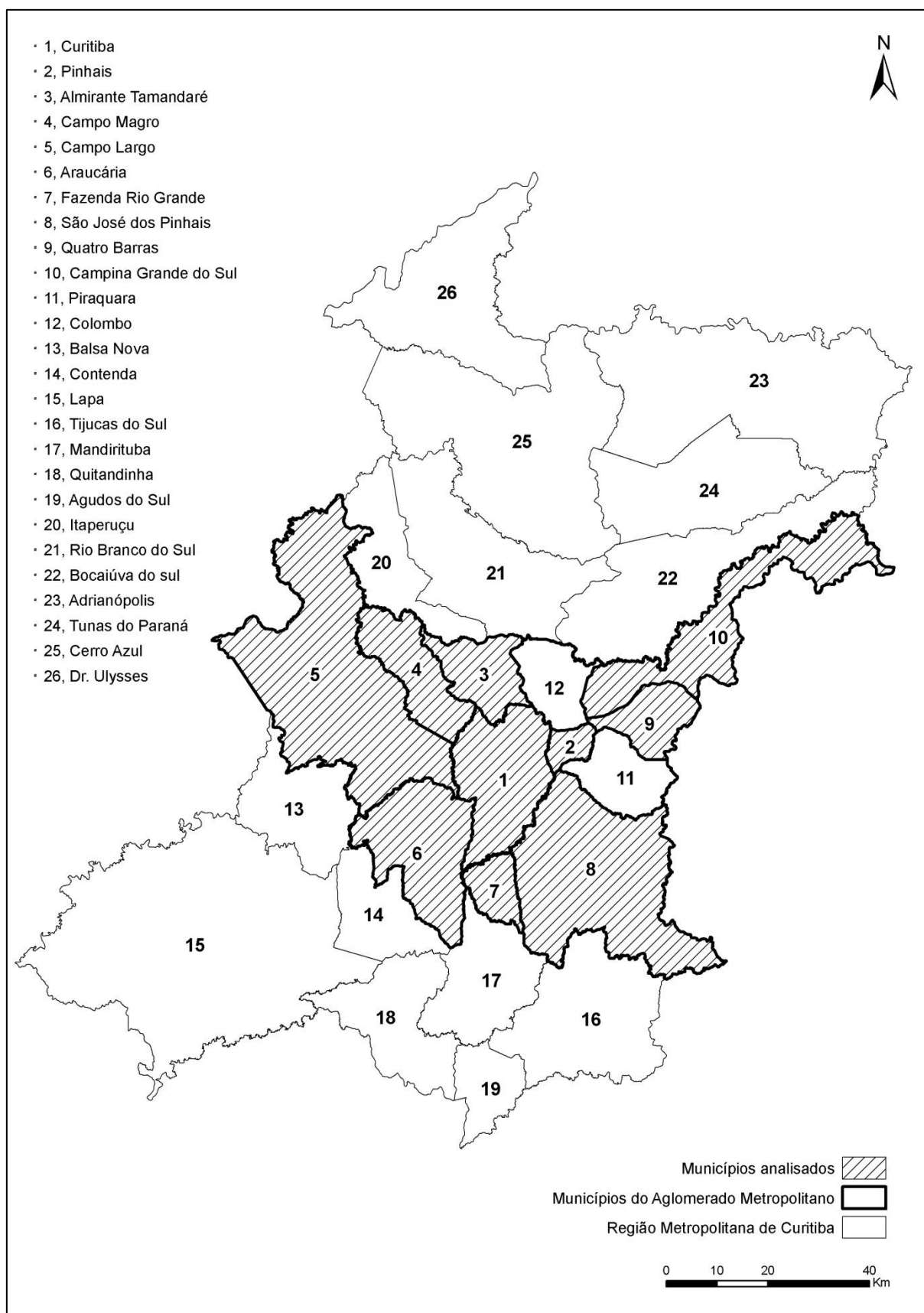


FIGURA 2 – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA E MUNICÍPIOS ANALISADOS – 2011
FONTES: PARANÁ (2006), O Autor (2012)

A pesquisa comparativa nos municípios somente efetivou-se porque a etapa de coleta de dados coincidiu com o período de produção dos PLHIS pelas Prefeituras. Esses Planos vêm sendo elaborados pelas administrações municipais nos últimos anos por exigência do Governo Federal, caso pretendam ser incorporados em programas federais de habitação de interesse social.

Uma constatação da conclusão das etapas de coleta, tabulação e georreferenciamento dos dados é que na maioria dos municípios pesquisados não se constitui uma prática a realização de levantamentos sistemáticos a respeito dos espaços informais de moradia existentes. Neste sentido, os levantamentos constantes nos PLHIS podem ser considerados um avanço no desenvolvimento institucional, na medida em que reconhecem e quantificam a informalidade urbana.

Outro desafio encontrado nesta etapa refere-se à dificuldade de enquadramento dos espaços informais de moradia nas tipologias adotadas como referência pela pesquisa, as favelas, os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares. Tal dificuldade decorreu, em primeiro lugar, pela disparidade de nomenclaturas e classificações utilizadas nos diferentes municípios estudados, conforme pode ser observado no (QUADRO 2).

QUADRO 2 – NOMENCLATURAS UTILIZADAS NAS FONTES DE PESQUISA PARA CARACTERIZAR AS TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS ANALISADOS

MUNICÍPIO	FAVELA	LOTEAMENTO CLANDESTINO	LOTEAMENTO IRREGULAR
Curitiba	Assentamento Espontâneo	Loteamento Clandestino	-
Pinhais	Ocupação Irregular	-	Loteamento Irregular
Almirante Tamandaré	Ocupação Irregular, Invasão em Área Particular	Loteamento Irregular	Loteamento Irregular
Campo Magro	Área de Invasão Pública	Área de Loteamento Irregular	...
Campo Largo	Ocupação Irregular	Loteamento Clandestino	Loteamento Clandestino
Araucária	Favela	-	Loteamento Irregular
Fazenda Rio Grande	Ocupação Irregular	Ocupação Irregular	Ocupação Irregular
São José dos Pinhais	Invasão	Ocupação	Ocupação
Quatro Barras	-	Loteamento Irregular, Loteamento Clandestino	-
Campina Grande do Sul	Ocupação Irregular, Assentamento Subnormal	Loteamento Clandestino	Loteamento Irregular

FONTE: O autor (2012)

NOTA: - Inexiste esta tipologia

... Informação inexistente

Somou-se a essa dificuldade o fato de que nem todos os PLHIS consultados expunham com clareza os parâmetros e critérios adotados para o enquadramento dos assentamentos em tais nomenclaturas e classificações. Em função desta limitação, a etapa de coleta e sistematização de dados foi a que mais comprometeu o cronograma da pesquisa, pois para que as dúvidas pudessem ser esclarecidas as Prefeituras Municipais e as Consultorias responsáveis pela elaboração desses documentos tiveram que ser entrevistadas.

Além disso, durante essas entrevistas constatou-se que os gestores e técnicos municipais tinham dificuldade para diferenciar as tipologias dos espaços informais de moradia, particularmente as favelas. Neste caso, decorrente de dois fatores: o primeiro, de natureza objetiva, a variedade de irregularidades que as caracterizam; e o segundo, em função da interpretação dada pelos gestores urbanos ao conceito de aglomerado subnormal adotado pelo IBGE, especialmente no que se refere ao padrão de parcelamento do solo.

Estas dúvidas foram dirimidas através de uma segunda rodada de entrevistas com gestores e técnicos das Prefeituras Municipais e das Consultorias responsáveis pela elaboração dos PLHIS. Com essa estratégia sanaram-se as questões surgidas no processo de sistematização dos dados levantados, apresentando-se as nomenclaturas e os conceitos das tipologias adotados no presente trabalho.

Para caracterizar o sítio em que estão implantados os espaços informais de moradia, foram utilizados os PLHIS e a delimitação das APPs e APAs. As APPs foram obtidas pelo desenho das faixas de 30 metros ao longo das margens dos rios e de 50 metros no entorno das nascentes. Os perímetros das APAs foram disponibilizados em formato digital pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Em Curitiba, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais as fichas de caracterização dos assentamentos constantes dos PLHIS indicavam os sujeitos a enchente, deslizamento, ou atingidos por faixas de domínio de rodovias, ferrovias e linhas de alta tensão. Nos demais municípios não foi possível obter esta informação. Os dados referentes ao sítio foram utilizados para identificar os espaços informais inseridos em áreas impróprias à ocupação e/ou sujeitas a risco de acidente ambiental.

Outra questão importante refere-se à composição do indicador relativo à densidade demográfica. Neste caso, utilizou-se como referência o número de

domicílios e não o número de habitantes, usualmente adotado. Desta forma, no presente trabalho a densidade dos assentamentos refere-se ao número de domicílios por hectare ocupado e não ao número de habitantes por hectare.

Apenas os PLHIS de Curitiba, Araucária e Fazenda Rio Grande levantaram a renda média dos residentes em cada um dos assentamentos existentes. Nos demais municípios, a renda média constante nos documentos consultados refere-se à região em que os espaços informais de moradia estão inseridos, ou toma como base a média das famílias inscritas nos cadastros municipais utilizados na execução dos programas de produção de moradia. Comparando-se a renda média no assentamento com a renda média na região, ou da fila de inscritos, observou-se que as últimas apresentam em geral uma renda mais elevada que a primeira, razão pela qual a análise ateve-se aos dados derivados do levantamento individualizado.

A diversidade de fontes e dados, e a consequente dificuldade de produzir informações comparativas a respeito do processo de produção dos espaços informais de moradia, constituíram-se os maiores desafios desta pesquisa.

5.2 ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA EM CADA MUNICÍPIO PESQUISADO

Tomando-se como referência as questões metodológicas e analíticas expostas anteriormente, no presente tópico são apresentados os resultados da pesquisa realizada em cada um dos dez municípios levantados, e que, posteriormente, foram agregados visando à elaboração da síntese do processo na escala metropolitana.

5.2.1 Curitiba

Polo da metrópole, Curitiba tem um território integralmente urbano e destaca-se pelo maior número de assentamentos e domicílios irregulares entre os municípios pesquisados. De acordo com o Censo 2010, é o município mais populoso

da RMC, com 1.746.896 habitantes, número que representa 55% da população da região. (TABELA 5)

TABELA 5 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1.587.315	-	1.587.315	1.746.896	-	1.746.896

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Curitiba limita-se com oito municípios do aglomerado metropolitano, exceção feita a Piraquara, Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Em Curitiba estão presentes redes de circulação viária e de transportes, que permitem sua conexão com todo o espaço metropolitano.

A mancha de ocupação urbana abrange grande parte de seu território, observando-se a sua fusão com aquelas relativas às áreas urbanas de Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Araucária e São José dos Pinhais. Proporcionalmente à sua superfície, restam poucas áreas não parceladas, mas ainda existem áreas sem ocupação em bairros das regiões sul, norte e noroeste do Município. (FIGURA 3)

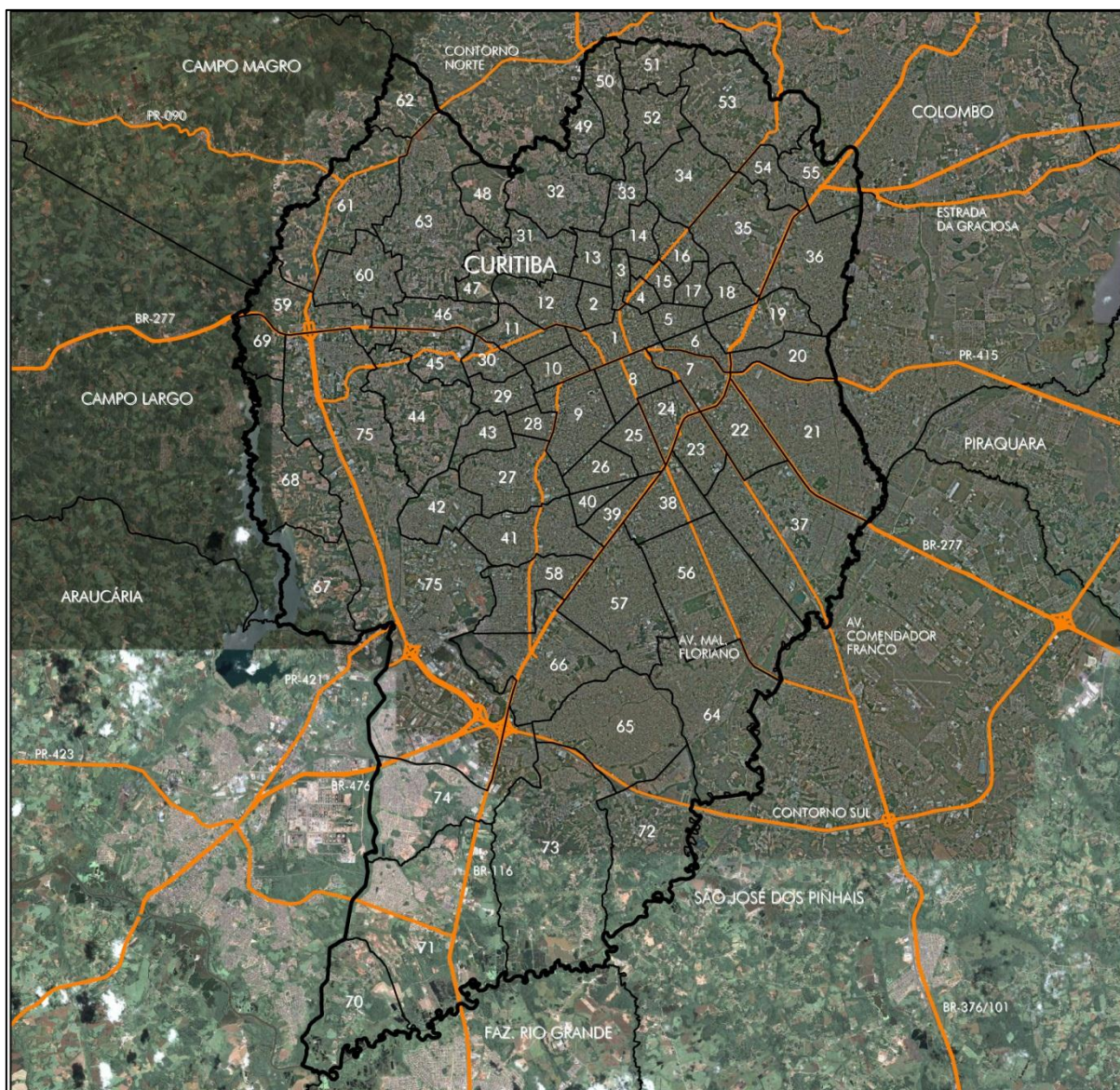
Segundo o levantamento realizado em 2005, o número total de espaços informais de moradia em Curitiba é 341, distribuídos em favelas e loteamentos clandestinos. O acréscimo entre 1996 e 2005 foi de 174 novos assentamentos, e o número de domicílios passou de 33.778 para 59.064. (TABELA 6)

TABELA 6 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 1996, 2005

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1996	167	33.778	...
2005	341	59.064	1202,88

FONTES: CURITIBA (2007), O Autor (2012)

NOTA: ... Dado numérico não disponível



LEGENDA

- LIMITE DO MUNICÍPIO E DO PERÍMETRO URBANO
- VIAS PRINCIPAIS
- LIMITES DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO

BAIRROS

01 CENTRO	20 CAPÃO DA IMBUIA	39 FANNY	58 CAPÃO RASO
02 SÃO FRANCISCO	21 CAJURU	40 LINDÓIA	59 ORLEANS
03 CENTRO CÍVICO	22 JARDIM DAS AMÉRICAS	41 NOVO MUNDO	60 SÃO BRAZ
04 ALTO DA GLÓRIA	23 GUABIROTUBA	42 FAZENDINHA	61 BUTIATUVINHA
05 ALTO DA RUA XV	24 PRADO VELHO	43 SANTA QUITÉRIA	62 LAMENHA PEQUENA
06 CRISTO REI	25 PAROLIN	44 CAMPO COMPRIDO	63 SANTA FELICIDADE
07 JARDIM BOTÂNICO	26 GUÁIRA	45 MOSSUNGUÊ	64 ALTO BOQUEIRÃO
08 REBOUÇAS	27 PORTÃO	46 SANTO INÁCIO	65 SÍTIO CERCADO
09 ÁGUA VERDE	28 VILA IZABEL	47 CASCATINHA	66 PINHEIRINHO
10 BATEL	29 SEMINÁRIO	48 SÃO JOÃO	67 SÃO MIGUEL
11 BIGORRILHO	30 CAMPINA DO SIQUEIRA	49 TABOÃO	68 AUGUSTA
12 MERCÊS	31 VISTA ALEGRE	50 ABRANCHES	69 RIVIERA
13 BOM RETIRO	32 PILARZINHO	51 CACHOEIRA	70 CAXIMBA
14 AHÚ	33 SÃO LOURENÇO	52 BARREIRINHA	71 CAMPO DE SANTANA
15 JUVEVÊ	34 BOA VISTA	53 SANTA CÂNDIDA	72 GANCHINHO
16 CABRAL	35 BACACHERI	54 TINGUI	73 UMBARÁ
17 HUGO LANGE	36 BAIRRO ALTO	55 ATUBA	74 TATUQUARA
18 JARDIM SOCIAL	37 UBERABA	56 BOQUEIRÃO	75 CIC
19 TARUMÃ	38 HAUER	57 XAXIM	



FIGURA 3 – LIMITES MUNICIPAL, URBANO E DE BAIRROS, PRINCIPAIS VIAS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CURITIBA – 2011
 FONTE: O autor (2012)

De acordo com Curitiba (2007), os primeiros espaços informais de moradia no município datam das décadas de 1940 e 1950, mas, tal como no restante do Brasil, a partir de 1980 é que se observa a aceleração do processo. Na (TABELA 7) verifica-se que o fenômeno continuou em ascensão e se agravou nas décadas seguintes, apurando-se que do total de assentamentos informais existentes em 2005, aproximadamente 25% tiveram origem na década de 1990 e 18% na de 2000.

TABELA 7 – ASSENTAMENTOS E DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 1979, 1987, 1996, 2000, 2005

ANO	ASSENTAMENTOS	DOMICÍLIOS
1979	46	6.067
1987	87	11.929
1996	167	33.778
2000	301	57.333
2005	341	59.064

FONTE: CURITIBA (2007)

A partir dos dados obtidos na fonte pesquisada, não foi possível analisar a evolução da extensão territorial dos assentamentos ao longo das décadas de 1990 e 2000, e nem identificar a situação e dimensão das áreas regularizadas nesse período. No entanto, o cruzamento das informações a respeito da localização e da década de origem dos assentamentos existentes permite verificar que, ao longo do tempo, a expansão dos espaços informais de moradia tem contribuído para a extensão da mancha urbana em todas as direções do território do Município. (FIGURA 4)

A partir da análise da (FIGURA 4), observa-se, ainda, que ao sul da área urbana central de Curitiba está concentrado o maior número de assentamentos informais, cuja origem são as décadas anteriores à de 1990, enquanto ao norte destacam-se os surgidos a partir da década de 2000.

Em 2005, o número de domicílios em espaços informais de moradia correspondia a 11,90% do total de domicílios de Curitiba, distribuídos em 1.202,88 ha, número que corresponde a aproximadamente 2,85% da superfície municipal. (CURITIBA, 2007)

No que diz respeito às condições sociais dos residentes em assentamentos informais, o estudo apurou que 57,48% da população possuem renda de até três salários mínimos, sendo a maior porcentagem na faixa de até dois salários mínimos, isto é, 41,31% do total. Segundo a fonte pesquisada, 4,36% dos residentes não possuíam renda, 27,88% ocupavam-se com trabalhos informais, e mais da metade é

jovem com até 25 anos de idade e baixo grau de escolaridade, apenas o ensino fundamental, e muitas vezes incompleto. (CURITIBA, 2007, p. 66-69)

O maior número de assentamentos informais concentra-se nos limites do território municipal. No oeste, localizam-se nas sub-bacias dos rios Barigui e Passaúna, que se limitam com Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo, Araucária e Fazenda Rio Grande. A maioria dos situados no leste assenta-se sobre a sub-bacia do Rio Atuba-Bacacheri, que se limita com Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais. Tendo como referência os bairros de Curitiba, o maior número de domicílios em espaços informais de moradia está situado no CIC e no Cajuru, localizados nas sub-bacias supracitadas. (Curitiba, 2007)

A partir da espacialização dos assentamentos informais, verificou-se que no sul e oeste estes se distribuem no interior da malha urbana, enquanto no nordeste e sudeste concentram-se em áreas limítrofes aos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo e Almirante Tamandaré. (FIGURA 5)

Levando-se em conta o total de assentamentos existentes, 63,22% localizam-se em APPs, com grande parte em áreas sujeitas a inundações. A maior porcentagem deles, um total de 104, localizam-se a oeste, na sub-bacia do Rio Barigui, e as demais a leste, na sub-bacia do Rio Atuba-Bacacheri. Curitiba (2007)

No ano de 2005, as favelas representavam 74% dos assentamentos, 88% dos domicílios e 81% do total da superfície dos espaços informais de moradia de Curitiba. Desse total, 42% estão situadas em áreas de propriedade mista (pública e privada), 26% de propriedade privada e 19% de propriedade pública. Das 252 favelas existentes, 58% tiveram origem entre 1950 e 1980, 23% são da década de 1990 e 7% surgiram na década de 2000. (TABELA 8)

TABELA 8 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA - 2005

TIPOLOGIAS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Assentamentos		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	252	73,90	52.052	979,41	49	66	107
Loteamento Clandestino	89	26,10	7.012	223,46	2	84	1
Loteamento Irregular	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: CURITIBA (2007), O Autor (2012)

NOTAS: 30 favelas e dois loteamentos clandestinos não dispunham do número de domicílios

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

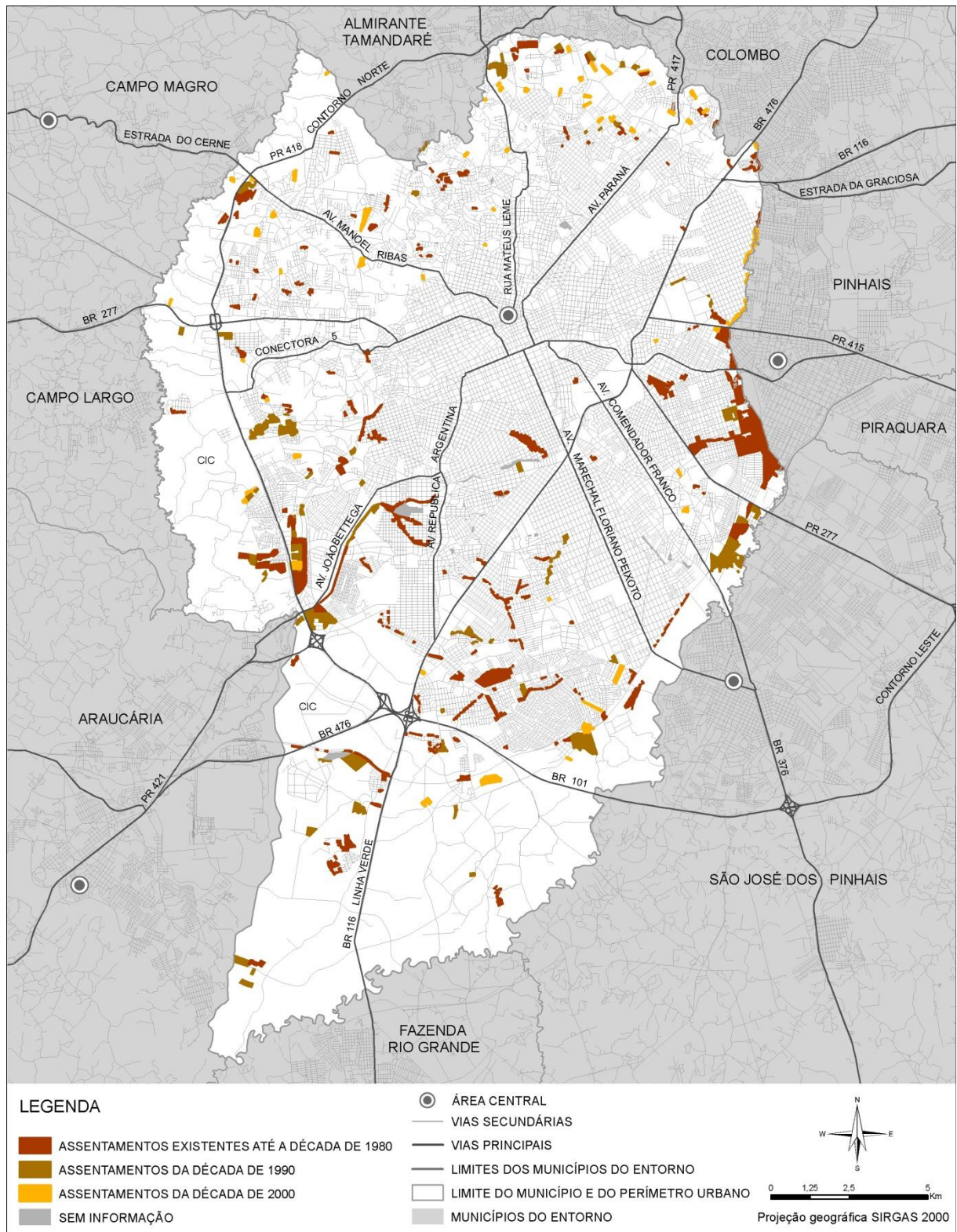


FIGURA 4 – DÉCADA DE ORIGEM DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CURITIBA – 1980, 1990, 2000

FONTES: CURITIBA (2007), O autor (2012)

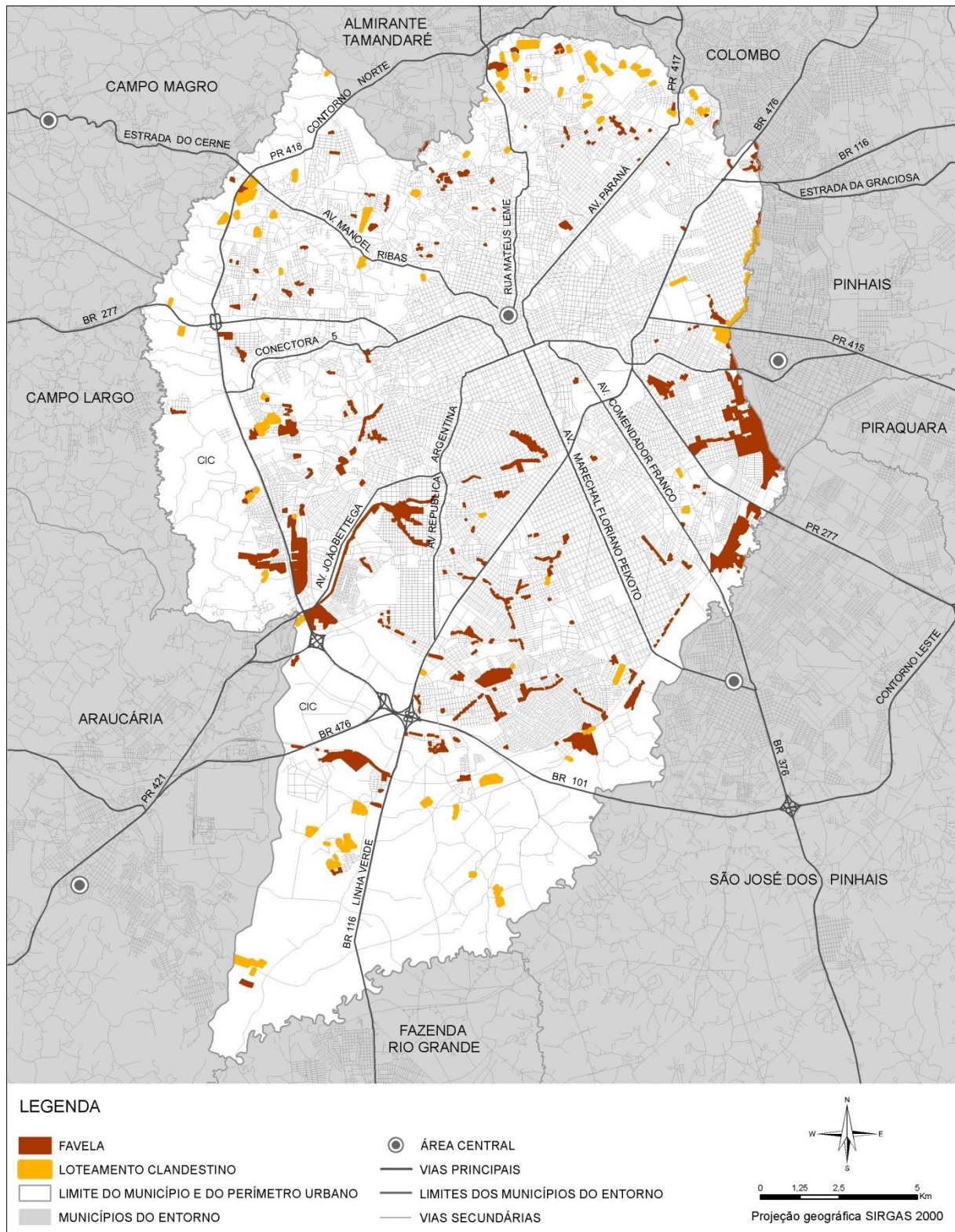


FIGURA 5 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CURITIBA – 2005
 FONTES: CURITIBA (2007), O autor (2012)

Os loteamentos clandestinos correspondem a 26% dos assentamentos, 12% dos domicílios e 19% da superfície total dos assentamentos informais. A maioria dos loteamentos clandestinos (94%) situa-se em áreas de propriedade privada, identificando-se dois de propriedade pública e um de propriedade pública e privada. Os dois loteamentos clandestinos de propriedade pública tiveram suas áreas adquiridas pelo Município para implantação de projetos de regularização fundiária, e o de propriedade mista é uma área em que o Município e o proprietário particular disputam judicialmente a propriedade.

Dos 89 loteamentos clandestinos existentes, 22% tiveram origem entre 1950 e 1980, 28% são da década de 1990, e 48% da década de 2000⁶¹. Esses dados revelam, portanto, que essa foi a tipologia de assentamento que cresceu de forma mais expressiva nas duas últimas décadas. A ocorrência de tal fenômeno revela a existência de um paradoxo no processo de planejamento urbano de Curitiba e expressa a falta de controle no uso e ocupação do solo. (TABELA 8)

A partir da análise da (FIGURA 5) observa-se que os loteamentos clandestinos concentram-se na região norte de Curitiba, em especial na área limítrofe ao perímetro urbano de Almirante Tamandaré. Embora em menor número, também são identificados assentamentos informais pertencentes a esta tipologia no extremo sul do Município.

Os dados levantados a respeito da origem e tipologia dos espaços informais de moradia indicam, portanto, que o Município apresenta um processo crescente de produção de novos assentamentos desde 1950, com maior intensidade nas últimas décadas, observando-se que 45% dos assentamentos existentes em 2005 surgiram a partir de 1990. Outra característica verificada é que embora as favelas componham a maioria dos assentamentos informais, nas duas últimas décadas, em especial na de 2000, cresceu o número de loteamentos clandestinos, que de 22 passaram a contabilizar 89.

Em relação à localização das diferentes tipologias, constatou-se que, comparativamente às favelas, os loteamentos clandestinos situam-se em áreas mais periféricas do território municipal, próximas, em geral, de seus limites político-administrativos ou da mancha urbana ocupada.

⁶¹ Segundo Curitiba (2007), dois loteamentos clandestinos, ou 2% do total dessa tipologia no Município não possuíam tal informação.

Em 2005, 30,48% dos espaços informais de moradia levantados passavam por algum tipo de procedimento de regularização fundiária, e 57,75% das favelas encontravam-se urbanizadas. (CURITIBA, 2007)

5.2.2 Pinhais

Situado a leste de Curitiba, além do polo o Município faz divisa com São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e Colombo, pertencentes ao aglomerado metropolitano. Ao longo da extensão de seu limite territorial com Curitiba, materializado pelo Rio Atuba, observa-se uma mancha de ocupação urbana contínua ao polo e densamente ocupada, na qual se destacam os espaços informais de moradia. Esse processo de avanço da urbanização periférica de Curitiba em direção ao território de Pinhais deu origem ao município de Pinhais, que se desmembrou de Piraquara em 1992. (PARANÁ, 2006)

Junto com Curitiba, Pinhais compõe o conjunto de municípios metropolitanos que possuem população integralmente urbana. Segundo o Censo 2010, Pinhais possui 117.166 habitantes, número que representa aproximadamente 3,7% da população da RMC e 4% da população residente no aglomerado metropolitano. (TABELA 9)

TABELA 9 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
100.726	2.259	102.985	117.166	-	117.166

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

O Município é cortado no sentido leste-oeste por três vias principais de acesso: a BR 116, a PR 415 e a Estrada da Graciosa. A BR 116 é um eixo de ligação entre os Estados do Sul e Sudeste do País, e localiza-se ao norte do seu território, permitindo, também, o acesso aos demais municípios integrantes do aglomerado metropolitano. A PR 415 conecta a área urbana de Pinhais às áreas urbanas de Curitiba e Piraquara. A Estrada da Graciosa liga Pinhais a Quatro Barras e aos municípios do Litoral paranaense. (FIGURA 6)

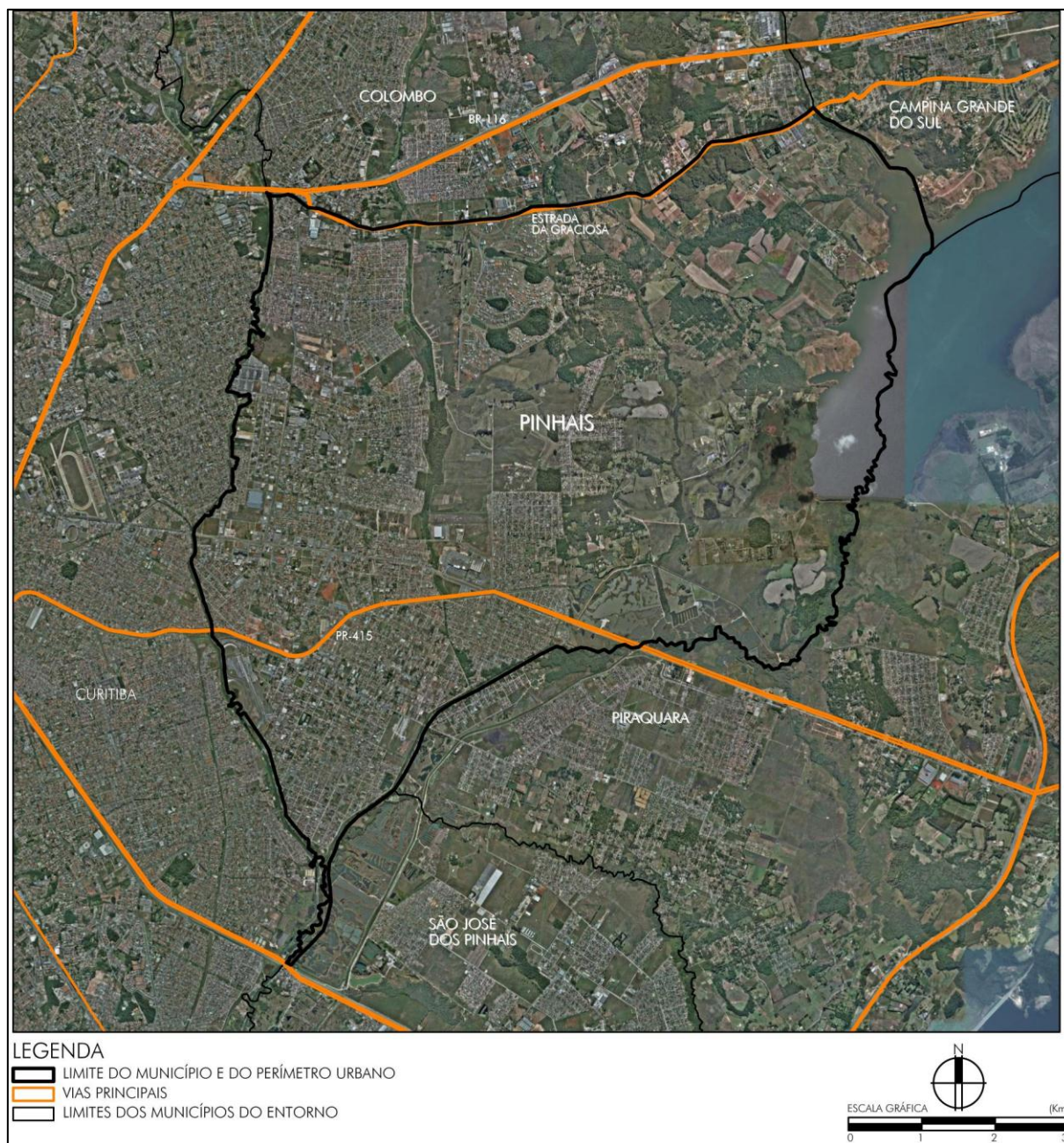


FIGURA 6 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – PINHAIS – 2011
 FONTE: O Autor (2012)

Além dessas vias principais, o sistema viário intraurbano de Pinhais está também conectado ao de Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais e Piraquara por outras vias que cruzam seu território nos sentidos norte-sul e leste-oeste, indicando que a fusão da sua mancha de ocupação urbana não ocorre somente com o polo, mas também com outros municípios do aglomerado metropolitano.

Com base em Pinhais (2010), verifica-se que o processo de expansão dos espaços informais de moradia no município cresceu nas últimas décadas,

fundamentalmente pelo surgimento de novas favelas. Em 2009, o Município possuía 38 assentamentos informais, distribuídos entre favelas e loteamentos clandestinos. No período 1997/2009, observou-se um crescimento de 58% no número de assentamentos (14) e um aumento de 60% no número de domicílios (1.303). (TABELA 10)

TABELA 10 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – 1997, 2009

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	24	2.194	73,11
2009	38	3.497	376,45

FONTES: PARANÁ (1997f), PINHAIS (2010), O Autor (2012)

Entre 1997 e 2009, a densidade variou de 30 domicílios/ha para 9,28 domicílios/ha. A redução desse indicador explica-se pela incorporação dos loteamentos irregulares no levantamento de 2009, que, embora existentes em 1997, não tinham sido contabilizados nessa época. Além disso, porque a maior parte da área desses loteamentos irregulares encontra-se ainda hoje desocupada.

A existência de loteamentos irregulares, seis no total, deve-se ao fato de que seus projetos aprovados antes da década de 1970 não foram imediatamente implantados e ocupados, e na década de 1990 as áreas em que estão situados tiveram a legislação urbanística alterada, fazendo com que deixassem de cumprir os requisitos exigidos para o parcelamento do solo. Essa alteração inviabilizou a execução do parcelamento então aprovado e, conseqüentemente, a sua ocupação. Com o passar do tempo, parte das glebas pertencentes a estes loteamentos vem sofrendo um processo de ocupação irregular, que em 2009 somava 665 domicílios. (PINHAIS, 2010)

Excluindo os loteamentos irregulares do cálculo da densidade e considerando somente as favelas existentes em 2009, a relação obtida foi de 27 domicílios/ha, similar à encontrada em 1997. Conclui-se, portanto, que o crescimento no período foi maior pela extensão da área do que pelo adensamento.

Na (FIGURA 7) observa-se que, com exceção dos loteamentos irregulares localizados a leste do Município, os novos espaços informais de moradia são contínuos aos assentamentos existentes no final da década de 1990. Verifica-se, ainda na (FIGURA 8), que os situados nas proximidades da mancha urbana mais

adensada, no limite com Curitiba, concentram-se ao norte da PR 415, sendo a maior parte constituída de favelas.

Verificou-se, também, que as favelas representam 86,49% dos assentamentos, e que 80% dos seus residentes recebem até três salários mínimos. Aproximadamente 37% das favelas localizam-se em áreas de propriedade particular, e 44% em áreas de propriedade pública. Entre os loteamentos irregulares, o assentamento de propriedade pública existente pertence a uma autarquia do Estado do Paraná⁶². (TABELA 11)

TABELA 11 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – 1997, 2009

TIPOLOGIAS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Assentamentos		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	32	84,22	2.832	104,16	14	12	6
Loteamento Clandestino	-	-	-	-	-	-	-
Loteamento Irregular	6	15,78	665	272,28	1	5	-

FONTES: PINHAIS (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Dois loteamentos irregulares não dispunham de informação a respeito do número de domicílios

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

A partir dos dados levantados, apurou-se que 72,97% dos espaços informais de moradia estão situados em APPs, especialmente nas margens dos rios Palmital e Atuba.

Considerando o total de domicílios particulares levantados pelo Censo IBGE 2010 (38.213), o número de domicílios em assentamentos informais (3.497) representa aproximadamente 9,15% do total do Município. (IBGE 2011b; Pinhais, 2010)

⁶² Segundo Pinhais (2010, p. 79), o proprietário do Chácaras Paulivíneas é o Paraná Previdência.

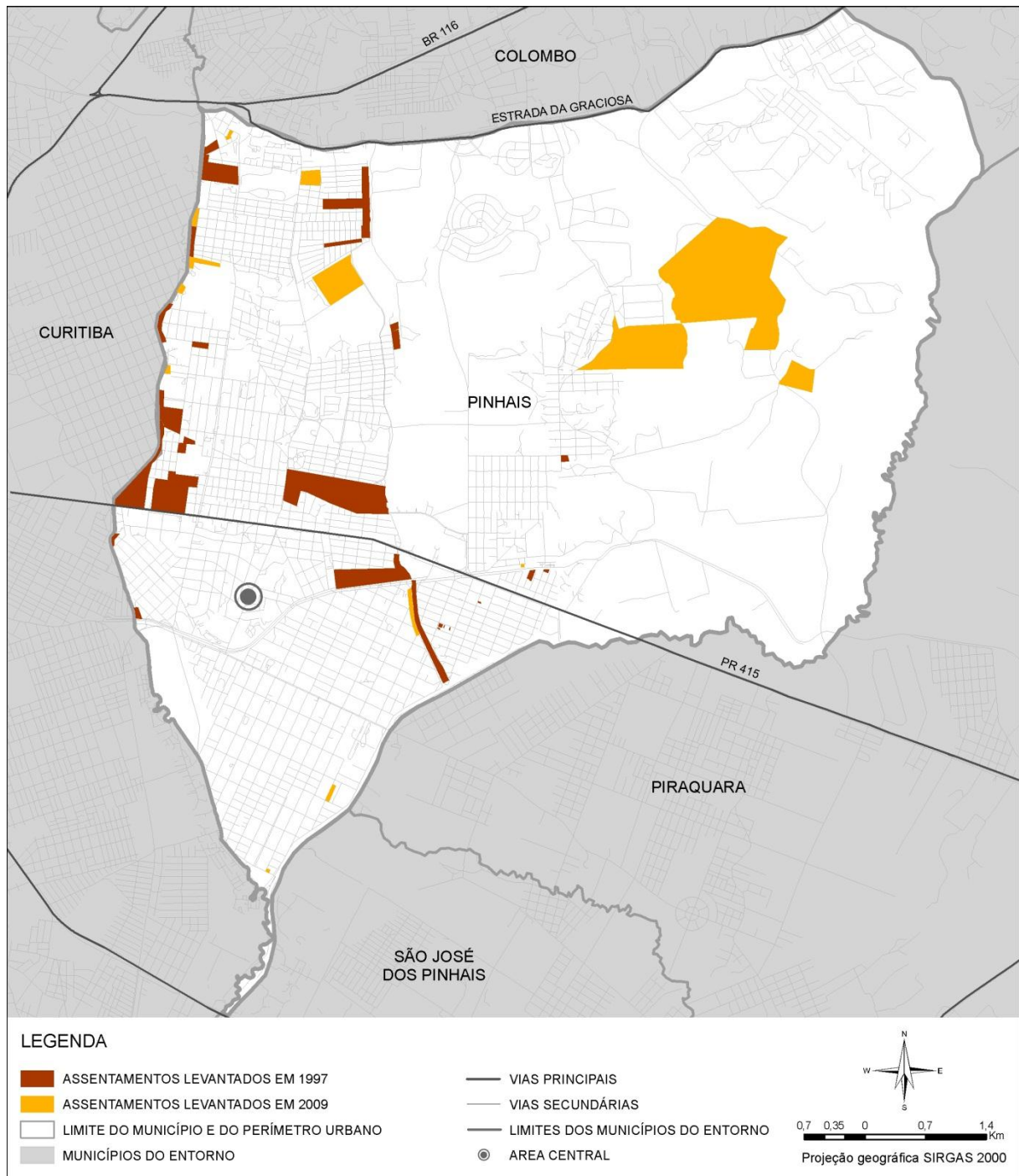


FIGURA 7 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – PINHAIS – 1997, 2009
FONTES: PARANÁ (1997F), PINHAIS (2010), O autor (2012)

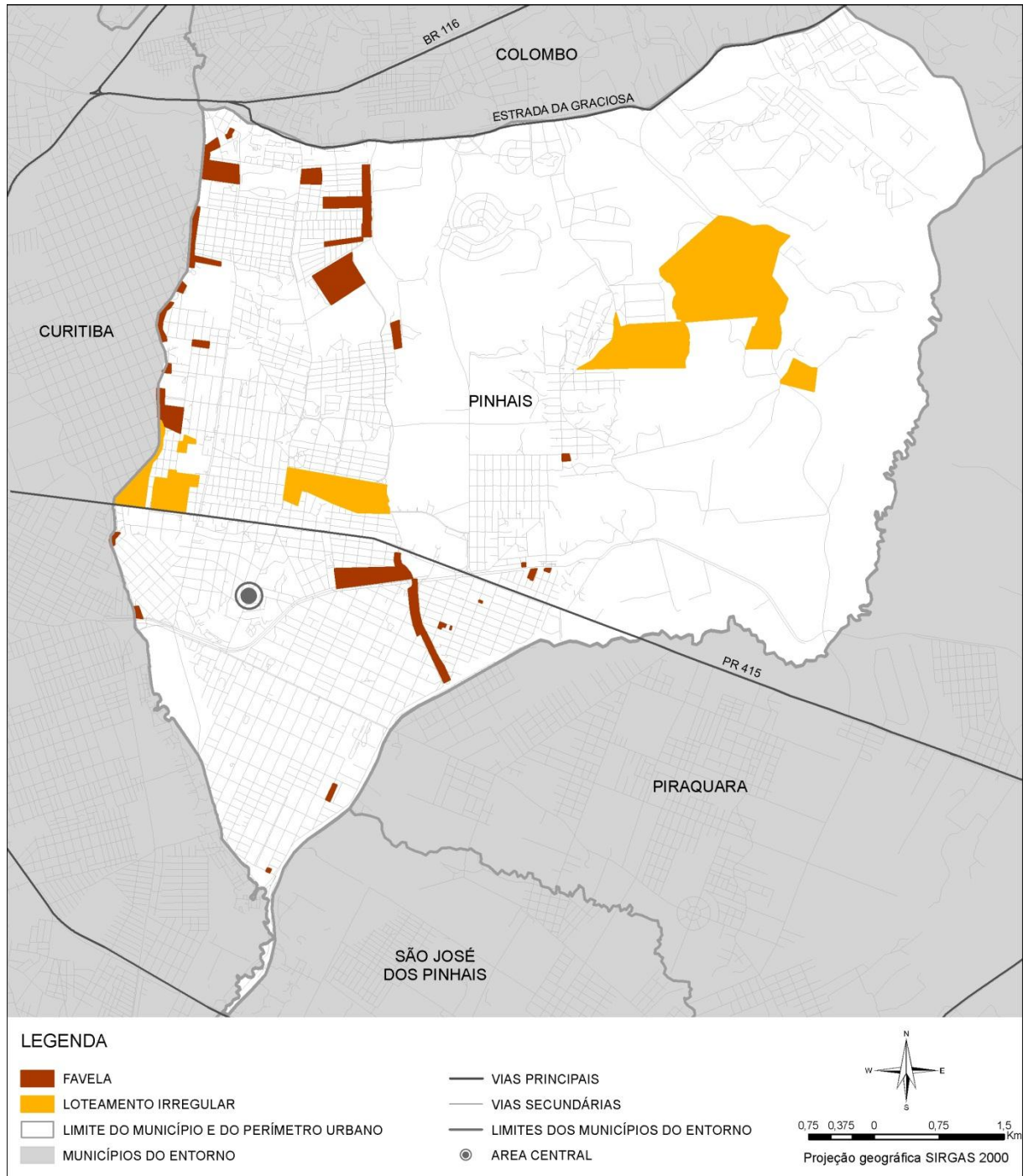


FIGURA 8 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – PINHAIS – 2009
FONTES: PINHAIS (2010), O autor (2012)

5.2.3 Almirante Tamandaré

Situado ao norte de Curitiba, além da cidade-polo Almirante Tamandaré compartilha limites político-administrativos com Colombo, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Campo Magro. (FIGURA 9)

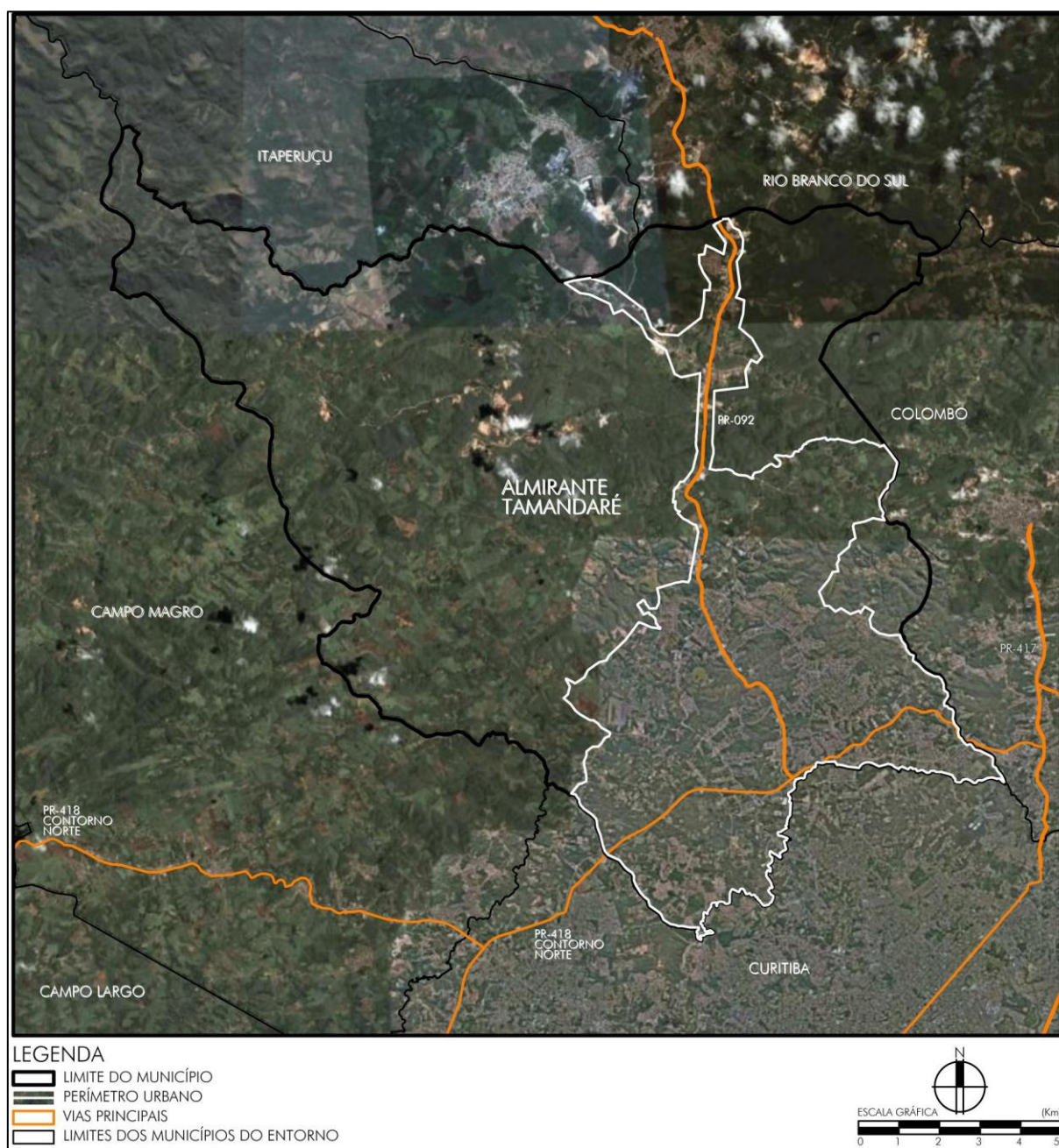


FIGURA 9 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2011
FONTE: O autor (2012)

Segundo o Censo 2010, o Município possui 98.954 habitantes, sendo aproximadamente 96% destes residentes na área urbana. Tomando como referência esse mesmo ano, Almirante Tamandaré participa com 3% da população da RMC e 3,4% da população do aglomerado metropolitano de Curitiba. (TABELA 12)

TABELA 12 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
84.755	3.522	88.277	98.954	4.291	103.245

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

As vias principais de acesso ao Município são a PR 092 (Rodovia dos Minérios), a PR 509 e o Contorno Norte. A PR 092 conecta o Município a Curitiba, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, e a PR 509 faz a ligação da sua área urbana central com a de Colombo. O Contorno Norte desempenha a função de anel viário de integração entre os municípios do aglomerado metropolitano, e distribui os fluxos regionais às principais rodovias estaduais e federais que cruzam a RMC.

Além dessas vias principais, outros dois eixos viários, a Avenida Francisco Krüger e a Rua Raposo Tavares, conectam o Município ao polo metropolitano. A primeira é contínua à Avenida Anita Garibaldi, situada em Curitiba, e cruza os bairros Cachoeira, Abranches, Barreirinha, Boa Vista e Ahú, pertencentes à Capital. A Rua Raposo Tavares permite a ligação do Bairro Tanguá, localizado a sudoeste da mancha urbana de Almirante Tamandaré, com os bairros São João e Pilarzinho, localizados no norte de Curitiba.

A ocupação urbana é mais intensa no limite sul do Município, e funde-se com a de Curitiba nas proximidades dos bairros Cachoeira e Abranches. Essa ocupação periférica limítrofe ao município-polo é mais importante em termos de superfície que a observada no entorno da área urbana central de Almirante Tamandaré.

O levantamento dos espaços informais de moradia, realizado em 2010, contabilizou 117 assentamentos, divididos entre favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares. No período 1997/2010, verificou-se um crescimento de 33% no número de assentamentos e 30% no de domicílios, indicando uma evolução

ascendente do processo de produção irregular do espaço urbano no Município. (TABELA 13)

TABELA 13 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1997, 2010

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	88	4.797	131,17
2010	117	6.238	177,58

FONTES: PARANÁ (1997a), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), O Autor (2012)

Entre as três tipologias existentes, 82,91% dos espaços informais de moradia do Município são favelas. Verificou-se, ainda, que aproximadamente 70% das áreas são de propriedade pública e correspondem a favelas. (TABELA 14)

TABELA 14 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1997, 2010

TIPOLOGIAS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Assentamentos		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	97	82,91	4.275	97,76	82	11	4
Loteamento Clandestino	18	15,38	1.028	46,84	-	18	-
Loteamento Irregular	2	1,71	935	32,98	-	2	-

FONTES: ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), O Autor (2012)

NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

A relação entre número de domicílios e superfície ocupada por assentamentos informais indica maior adensamento das favelas, correspondente a 43,72 domicílios/ha. Nos loteamentos clandestinos, o índice encontrado foi de 21,94 domicílios/há, e nos loteamentos irregulares foi de 28,35 domicílios/ha.

A espacialização dos espaços informais de moradia permitiu constatar que a maioria deles distribui-se no interior da mancha urbana mais adensada e se concentra na região limítrofe a Curitiba. Na última década, identificou-se, também, o surgimento de novos assentamentos em áreas próximas da divisa com Rio Branco do Sul e Itaperuçu, ao norte do perímetro urbano do Município. (FIGURA 10)

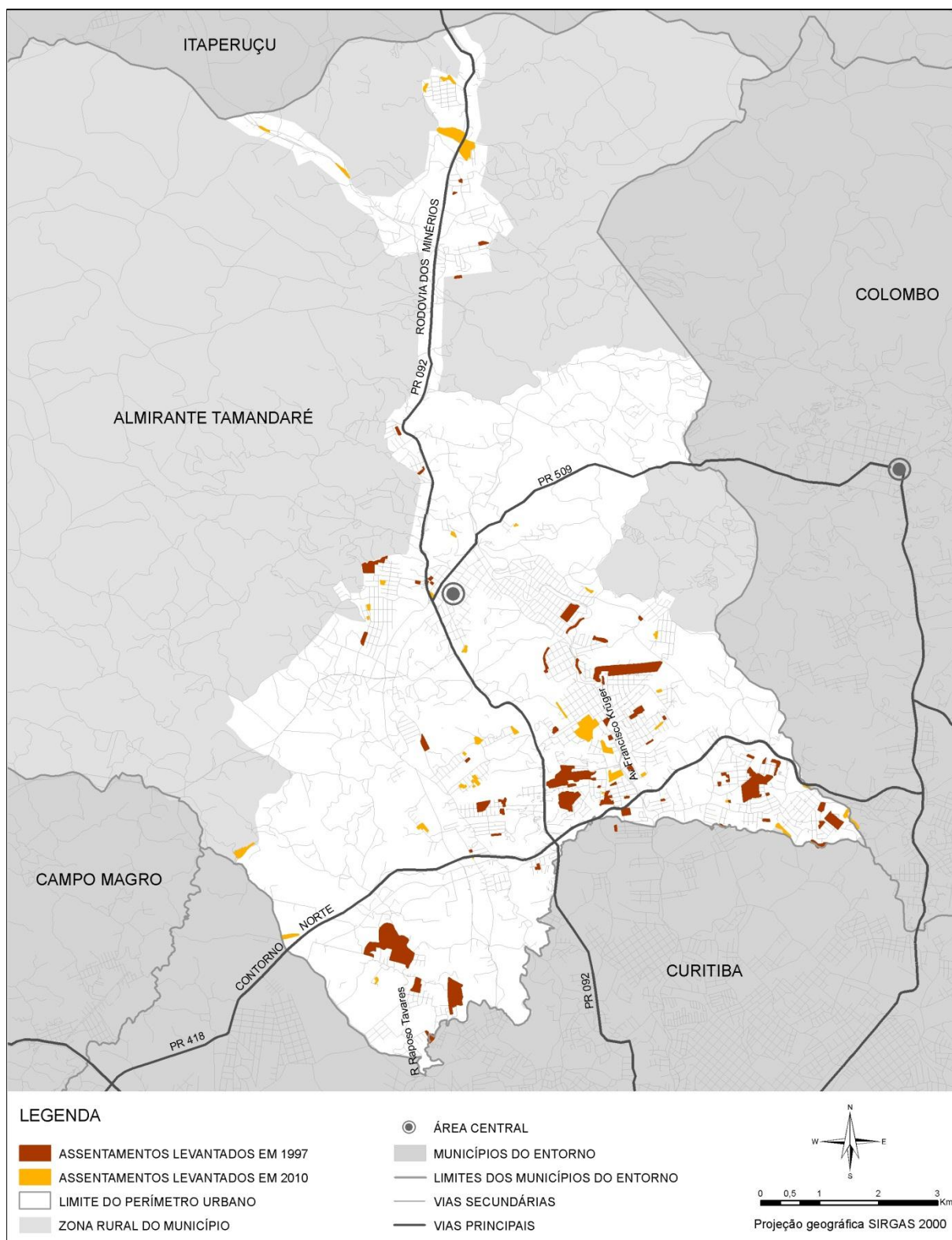


FIGURA 10 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ALMIRANTE TAMANDARÉ – 1997, 2010
FONTES: PARANÁ (1997a), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), O Autor (2012)

A maioria das favelas está localizada no interior da mancha urbana mais adensada e distribuída na região localizada entre o limite com Curitiba e a área urbana central do Município. Embora também existam favelas na periferia, estas áreas concentram o maior número de loteamentos clandestinos e irregulares, a maioria deles em torno do Contorno Norte e da PR 092, com acesso pela Avenida Francisco Krüger e a Rua Raposo Tavares, situadas em Curitiba. (FIGURA 11)

De acordo com o PLHIS, 81% do déficit habitacional do Município são compostos por população com renda de até três salários mínimos. O Plano identificou, ainda, que 37% dos assentamentos informais situam-se em áreas sujeitas a risco de inundações e deslizamentos. (ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2010)

Considerando-se o total de domicílios particulares contabilizados pelo Censo IBGE 2010 (32.594), o número de domicílios em espaços informais de moradia (6.238) representa 19,14% do total do Município. (IBGE 2011a; ALMIRANTE TAMANDARÉ, 2010)

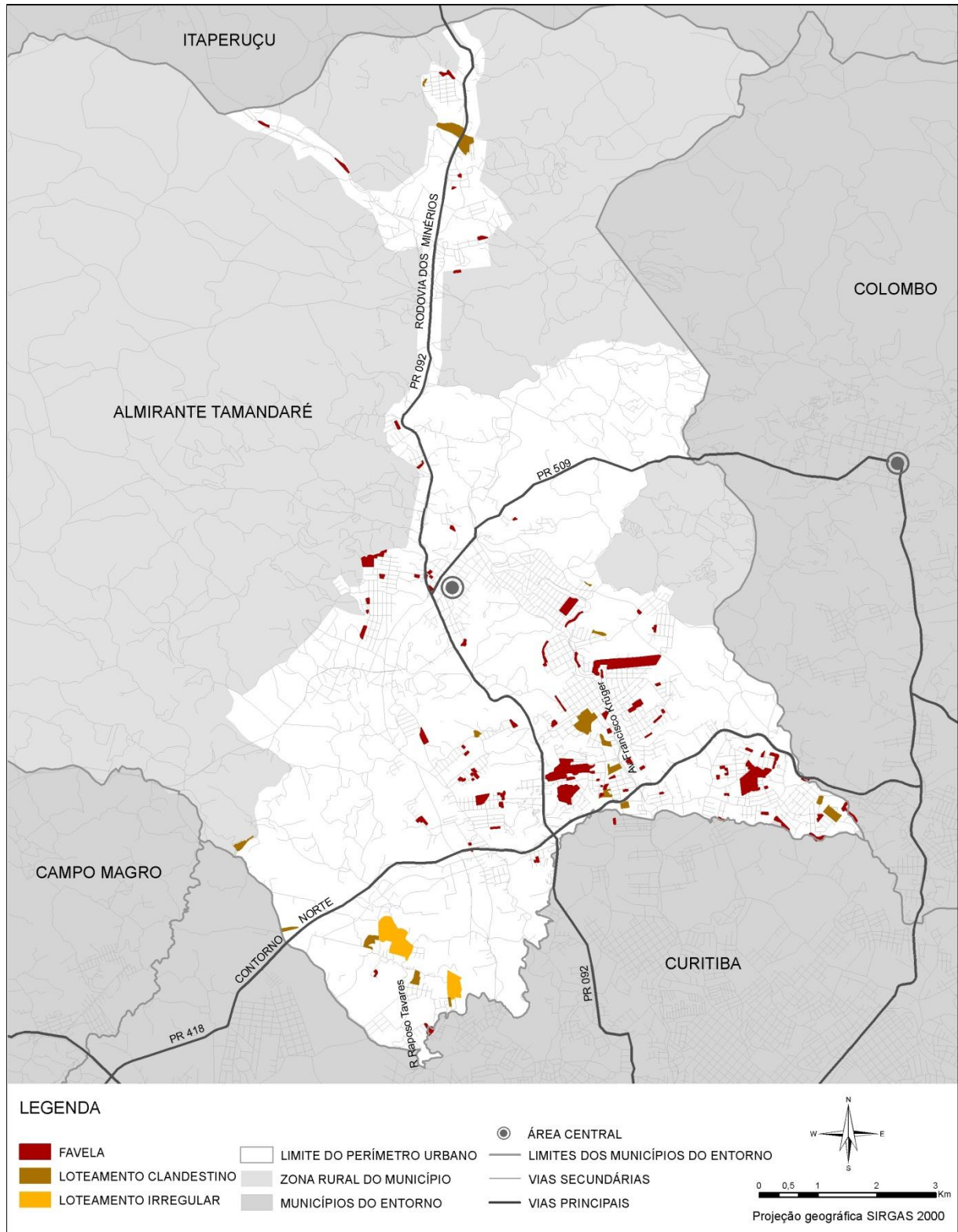


FIGURA 11 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA -- ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2010
FONTES: ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), O Autor (2012)

5.2.4 Campo Magro

Localizado ao norte de Curitiba, além da cidade-polo o Município limita-se com Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Campo Largo. Criado em 1995, desmembrou-se de Almirante Tamandaré.

Dos 24.836 habitantes levantados pelo Censo 2010, aproximadamente 79% residem na área urbana. De acordo com este levantamento, Campo Magro participa com aproximadamente 0,85% da população da RMC e do aglomerado metropolitano. (TABELA 15)

TABELA 15 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2.501	17.908	20.409	19.548	5.288	24.836

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

As vias principais de acesso são a PR 418 (Contorno Norte) e a PR 090 (Estrada do Cerne). A Estrada do Cerne liga o Município a Campo Largo e Curitiba, e é contínua à Avenida Manoel Ribas, que conecta o noroeste da cidade-polo à sua área urbana central. A PR 090 é também o principal eixo de ligação intraurbana de Campo Magro. O Contorno Norte faz a ligação de Campo Magro com os municípios metropolitanos situados a leste e a oeste de seu território. (FIGURA 12)

O perímetro urbano está situado ao sul do Município, nas proximidades do limite com Curitiba, e define uma superfície que se distribui ao longo de toda a extensão da PR 090. A ocupação urbana é dispersa e situa-se no entorno desta rodovia, observando-se maior concentração na região limítrofe à cidade-polo.

Comparando-se os dados dos Censos 2000 e 2010, identificou-se uma dinâmica de crescimento demográfico ascendente, tendo o número de domicílios sofrido um acréscimo de 58,67% no período, passando de 5.357 para 8.500. A mesma dinâmica é também verificada no processo de expansão dos espaços informais de moradia, que entre 1997 e 2005 quintuplicou, passando de 9 para 42. (TABELA 16)

TABELA 16 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – 1997, 2011

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	9	230	...
2011	42	...	358,40

FONTES: IBGE (2010a, 2010b), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), O Autor (2012)

NOTAS: O número de domicílios em 2011 existia para apenas sete assentamentos e correspondia a 477

... Dado numérico não disponível

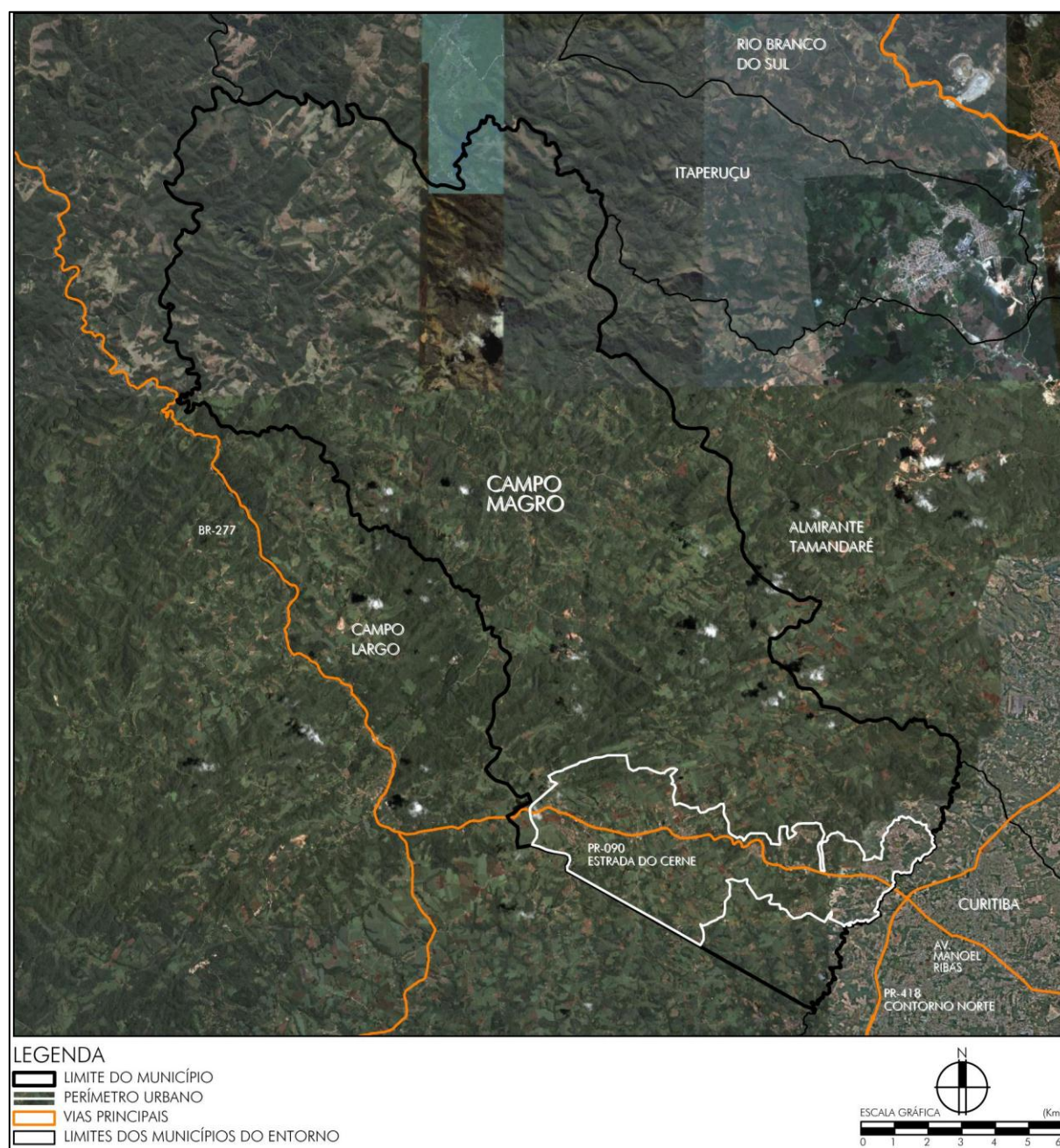


FIGURA 12 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CAMPO MAGRO – 2011

Fonte: O Autor (2012)

A espacialização dos assentamentos informais existentes no ano de 2005 permite identificar dois principais vetores de extensão da mancha de ocupação urbana, que têm provocado o parcelamento do solo em áreas ainda não ocupadas. O primeiro avança sobre áreas rurais em direção aos limites com os municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré; e o segundo distribui-se ao longo da Estrada do Cerne em direção à divisa com Campo Largo. (FIGURA 13)

De acordo com os dados fornecidos pelo Município, todos os espaços informais de moradia existentes são loteamentos clandestinos. (TABELA 17)

TABELA 17 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO – 1997, 2011

ASSENTAMENTOS			DOMICÍLIOS ¹	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	-	-	-	-	-	-	-
Loteamento Clandestino	42	100	...	358,40
Loteamento Irregular	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), O Autor (2012)

NOTAS: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

... Dado numérico não disponível

A inexistência do PLHIS não permitiu que o Município em questão pudesse ter sua dinâmica de produção informal do espaço analisada, à semelhança do que este estudo procedeu com os outros integrantes do aglomerado metropolitano, o que prejudicou uma compreensão mais aprofundada da dinâmica ocorrida.

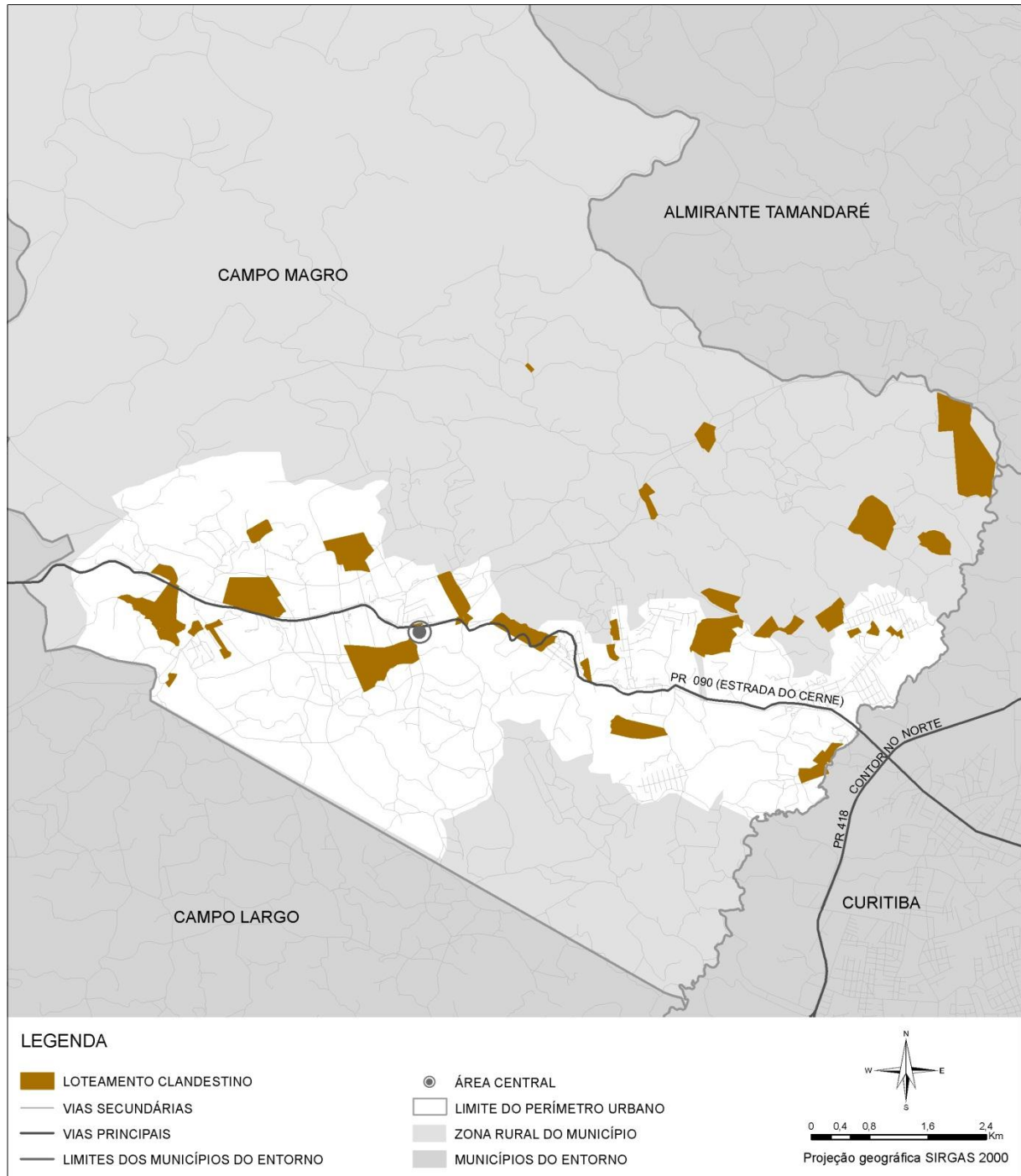


FIGURA 13 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPO MAGRO – 2011
FONTES: CAMPO MAGRO (2011), O Autor (2012)

5.2.5 Campo Largo

Situado a oeste da cidade-polo, Campo Largo divide seus limites político-administrativos com Curitiba, Campo Magro, Itaperuçu, Balsa Nova, Araucária, pertencentes à RMC, e com os municípios de Palmeira e Ponta Grossa, localizados no segundo planalto paranaense. (FIGURA 14)

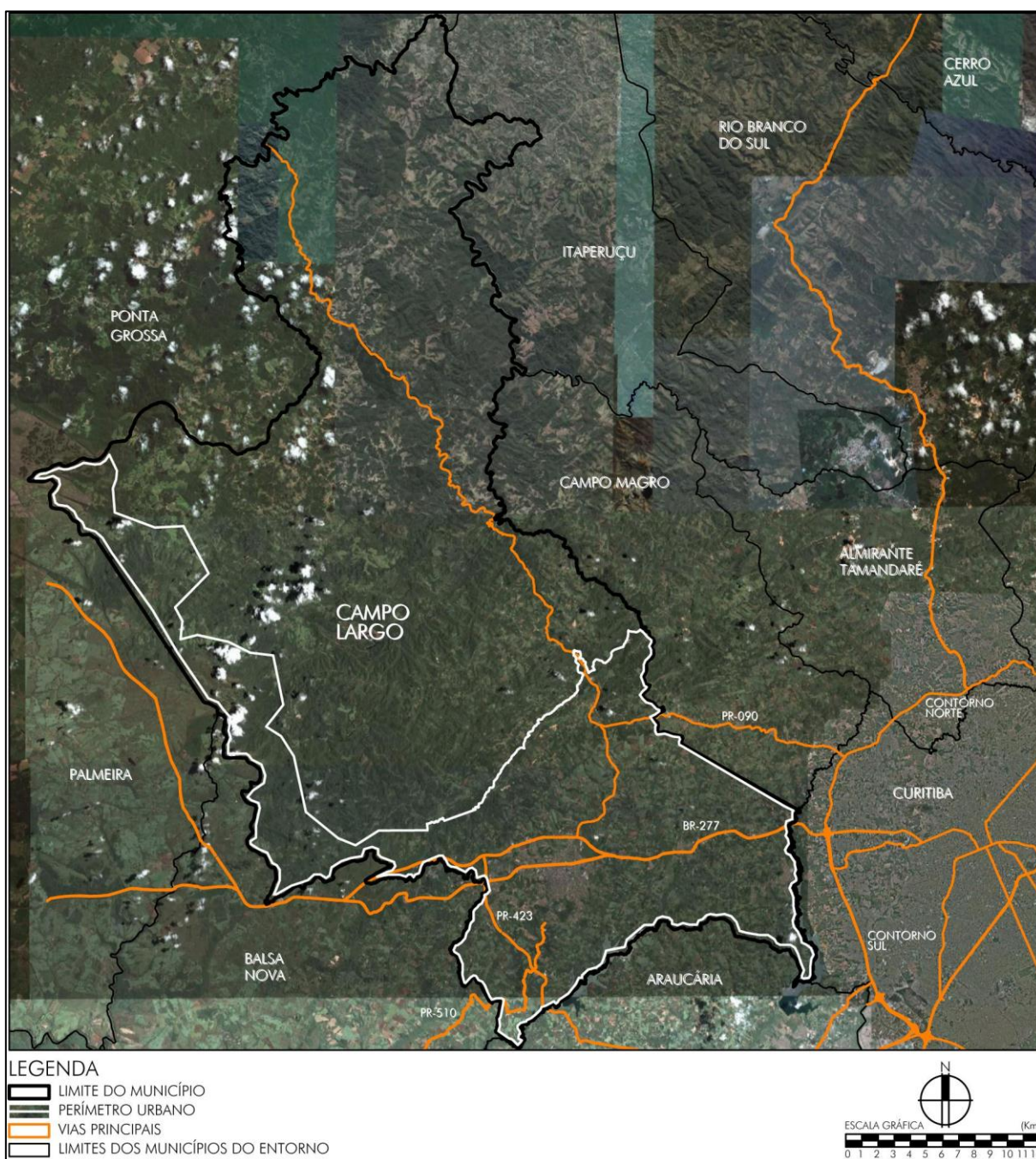


FIGURA 14 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CAMPO LARGO – 2011
FONTE: O Autor (2012)

As vias principais de acesso são a BR 277, a PR 090 (Estrada do Cerne), a PR 510 e a PR 423. A BR 277 localiza-se ao sul do Município e cruza seu perímetro urbano. Esta rodovia constitui um importante eixo de ligação regional, conectando a RMC ao Centro-Oeste do País e ao Porto de Paranaguá, no Litoral paranaense. A PR 090 liga a área urbana de Campo Largo com a de Campo Magro, e a PR 510 com o município de Balsa Nova. A PR 423 é uma via de ligação intrametropolitana que se dirige ao CIAR, possibilitando a conexão do Município com a BR 277 e a BR 116.

De leste a oeste, seu perímetro urbano estende-se ao longo da BR 277 e é definido pelos limites de Curitiba e Balsa Nova, e ao norte acompanha a Estrada do Cerne em direção a Campo Magro. A ocupação urbana concentra-se na região próxima ao cruzamento das quatro vias principais acima destacadas, e é complementada por outros núcleos menores, afastados da aglomeração principal, situados nas proximidades de Curitiba e Campo Magro. (FIGURA 14)

De acordo com o Censo 2010, a população total do Município é de 112.486 habitantes, sendo 84% destes residentes na área urbana. Campo Largo contribui com 3,83% da população do aglomerado metropolitano e 3,55% da população da RMC. (TABELA 18)

TABELA 18 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
77.223	15.559	92.782	94.253	18.233	112.486

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

Segundo o PLHIS, os primeiros assentamentos informais em Campo Largo surgiram no final da década de 1960, e na década de 1970 passaram a ocupar áreas de propriedade pública pertencentes ao Município. Apesar do levantamento realizado em 2008 restringir-se à área urbana, o documento destaca a existência de assentamentos na zona rural. (CAMPO LARGO, 2008)

De acordo com os dados levantados, identificou-se uma intensificação significativa do processo de produção dos espaços informais de moradia entre 1997 e 2008. Neste período, o crescimento no número de assentamentos foi de 65 para

194, no de domicílios foi de 1.729 para 4.534, e de mais de seis vezes a superfície ocupada. (TABELA 19)

TABELA 19 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – 1997, 2008

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	65	1.729	58,51
2008	194	4534	440,23

FONTES: IBGE (2010a, 2010b), PARANÁ (1997d), CAMPO LARGO (2008), O Autor (2012)

NOTA: 92 assentamentos não possuíam dados referentes ao número de domicílios em 2008

Em Campo Largo prevalecem as favelas em áreas públicas, que correspondem a 67% do total dos espaços informais. Os demais assentamentos (33%) são loteamentos clandestinos em áreas particulares. (TABELA 20)

TABELA 20 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – 1997, 2008

ASSENTAMENTOS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	130	67	...	71,47	126	3	1
Loteamento Clandestino	63	32	...	368,76	1	62	-
Loteamento Irregular	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: CAMPO LARGO (2008), O Autor (2012)

NOTAS: Uma ocupação irregular não possuía dado referente à tipologia

Os dados referentes ao número de domicílios não estavam desmembrados por tipologia

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

... Dado numérico não disponível

As favelas correspondem a 16% da superfície total dos assentamentos informais, sendo o restante relativo aos loteamentos clandestinos. A pequena dimensão das superfícies das favelas (em média 0,55 ha) deve-se ao fato de que a maioria delas ocupa áreas públicas destinadas à preservação ou ao uso institucional em loteamentos regularmente aprovados. Os loteamentos clandestinos estão em glebas com maiores dimensões (em média 5,85 ha) e representam 83,76% da superfície ocupada por estes espaços no Município. (FIGURA 16)

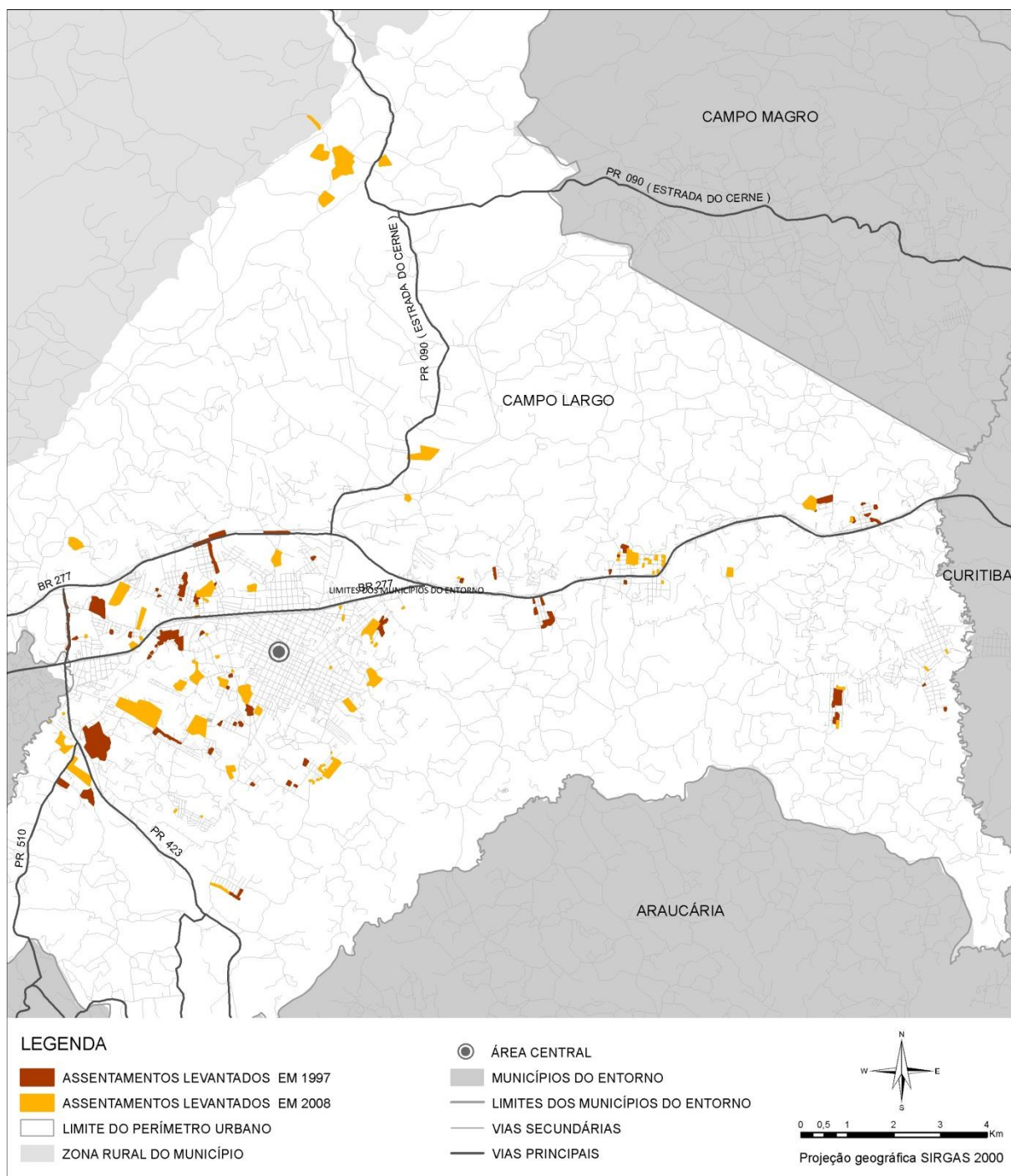


FIGURA 15 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPO LARGO – 1997, 2008
FONTES: PARANÁ (1997d), CAMPO LARGO (2008), O Autor (2012)

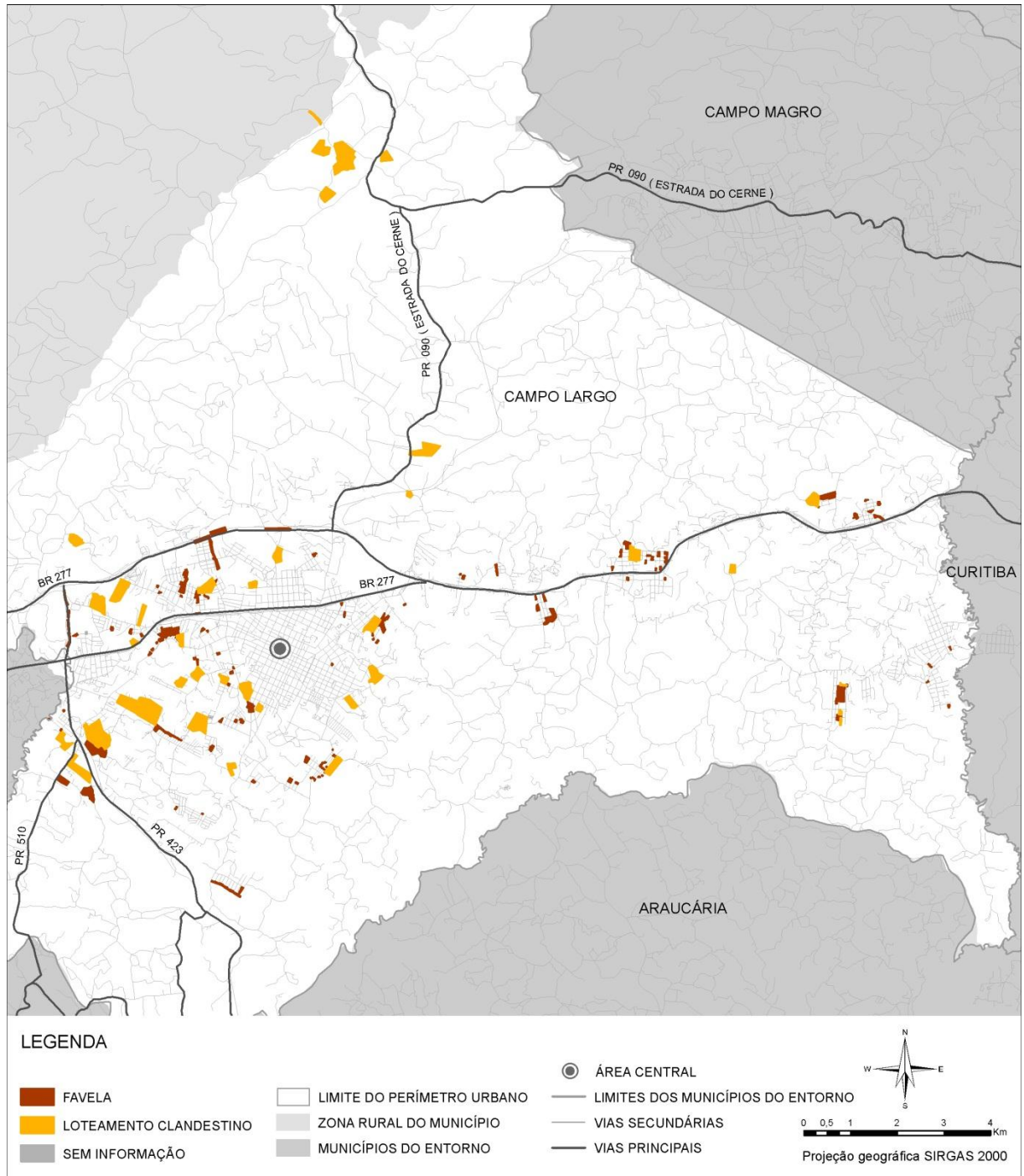


FIGURA 16 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPO LARGO – 2008
FONTES: CAMPO LARGO (2011), O Autor (2012)

Segundo o PLHIS, grande parte dos assentamentos informais não é passível de regularização fundiária, pois se situam em áreas de risco de acidente ou de preservação ambiental. O risco de acidente ambiental atinge em geral as favelas. Nos loteamentos clandestinos a maior restrição deve-se ao fato destes localizarem-se em APAs, APPs ou infringirem a legislação de uso e ocupação do solo. (CAMPO LARGO, 2008)

Nos assentamentos informais mais distantes da área urbana central, foram encontradas as maiores carências em infraestrutura, sendo a coleta e o tratamento de esgoto sanitário a principal deficiência. Neles residem as famílias com a renda mais baixa, em especial as situadas no sul e noroeste do perímetro urbano, nas proximidades dos limites com Araucária e Balsa Nova.

A faixa etária média dos adultos residentes em espaços informais de moradia do Município está entre 20 e 39 anos, 90% deles são alfabetizados e as mulheres compõem a maior parte dos chefes de domicílio. Entre as crianças, a maioria tem entre 7 e 14 anos.

Segundo o PLHIS, os residentes em assentamentos informais em Campo Largo ganham entre dois e quatro salários mínimos, e a principal fonte de renda provém de trabalhos informais, sendo a construção civil, os trabalhos domésticos e o artesanato em cerâmica as atividades mais presentes. (CAMPO LARGO, 2008)

5.2.6 Araucária

Situada a sudoeste de Curitiba, limita-se com o polo ao norte e leste de seu perímetro urbano. A maior parte da mancha de ocupação urbana contínua observada entre Araucária e Curitiba encontra-se entre o CIAR e a CIC, que conformam uma importante zona industrial metropolitana, cuja origem deriva do ciclo de industrialização ocorrido na década de 1970 na RMC. (SILVA, 2006, p. 20)

Ao sul do CIAR a divisa entre os dois municípios realiza-se pelos bairros Campina da Barra e Caximba, localizados em Araucária e Curitiba, respectivamente. No Campina da Barra o uso do solo é predominantemente residencial, e no Caximba, além desse uso, situa-se o principal aterro sanitário da RMC. Com Campo

Largo ao norte, Fazenda Rio Grande a sudeste, Contenda a oeste e Mandirituba ao sul, a divisão de seus limites político-administrativos realiza-se entre zonas rurais.

A região a sudeste de seu perímetro urbano é próxima do perímetro urbano de Fazenda Rio Grande, separados pela várzea do Rio Iguaçu, pelo aterro sanitário e por áreas rurais. Não existe ligação viária direta entre estas áreas urbanas.

O Município é densamente servido por vias de ligação regional, destacando-se a BR 476 (Rodovia do Xisto), a PR 421 e a PR 423. A BR 476 possibilita sua conexão com Curitiba e o sudoeste do Paraná, e cruza o perímetro urbano no sentido nordeste-oeste passando pelo CIAR. A PR 421 liga as áreas industriais da CIC e do CIAR e permite o acesso ao Contorno Sul e à BR 376, rodovia que se dirige ao sul do País e ao norte do Paraná. A PR 423 conecta o Município a Campo Largo e à BR 277, rodovia que liga o Litoral ao oeste do Paraná. (FIGURA 17)

De acordo com o Censo 2010, Araucária tem uma população de 119.207 habitantes, sendo 92% dela urbana. Com base nos dados deste levantamento, constata-se, também, que a área urbana recebeu a maior taxa de crescimento demográfico no período 2000/2010. O Município contribui com aproximadamente 4% da população do aglomerado metropolitano e da RMC. (TABELA 21)

TABELA 21 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
86.111	8.147	94.258	110.293	8.914	119.207

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

Com base nos levantamentos realizados no Município em 1997 e 2010, observa-se nesse período uma redução no número de assentamentos informais, que de 64 passaram a contabilizar 58. Tal redução deve, no entanto, ser relativizada e não indica o declínio do processo, conforme comprovam os demais indicadores encontrados.⁶³ Os dados referentes ao número de domicílios e à área dos assentamentos informais no período indicam, na verdade, uma intensificação do processo de produção dos espaços informais de moradia, correspondente a um aumento de 61% no primeiro e de 107% na superfície ocupada. (TABELA 22)

⁶³ Segundo o PLHIS, essa redução é explicada pela implantação de projetos de regularização fundiária executados ao longo da década de 2000.

TABELA 22 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 1997, 2010

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	64	1.621	55,61
2010	58	2.611	115,21

FONTES: PARANÁ (1997b), ARAUCÁRIA (2011), O Autor (2012)

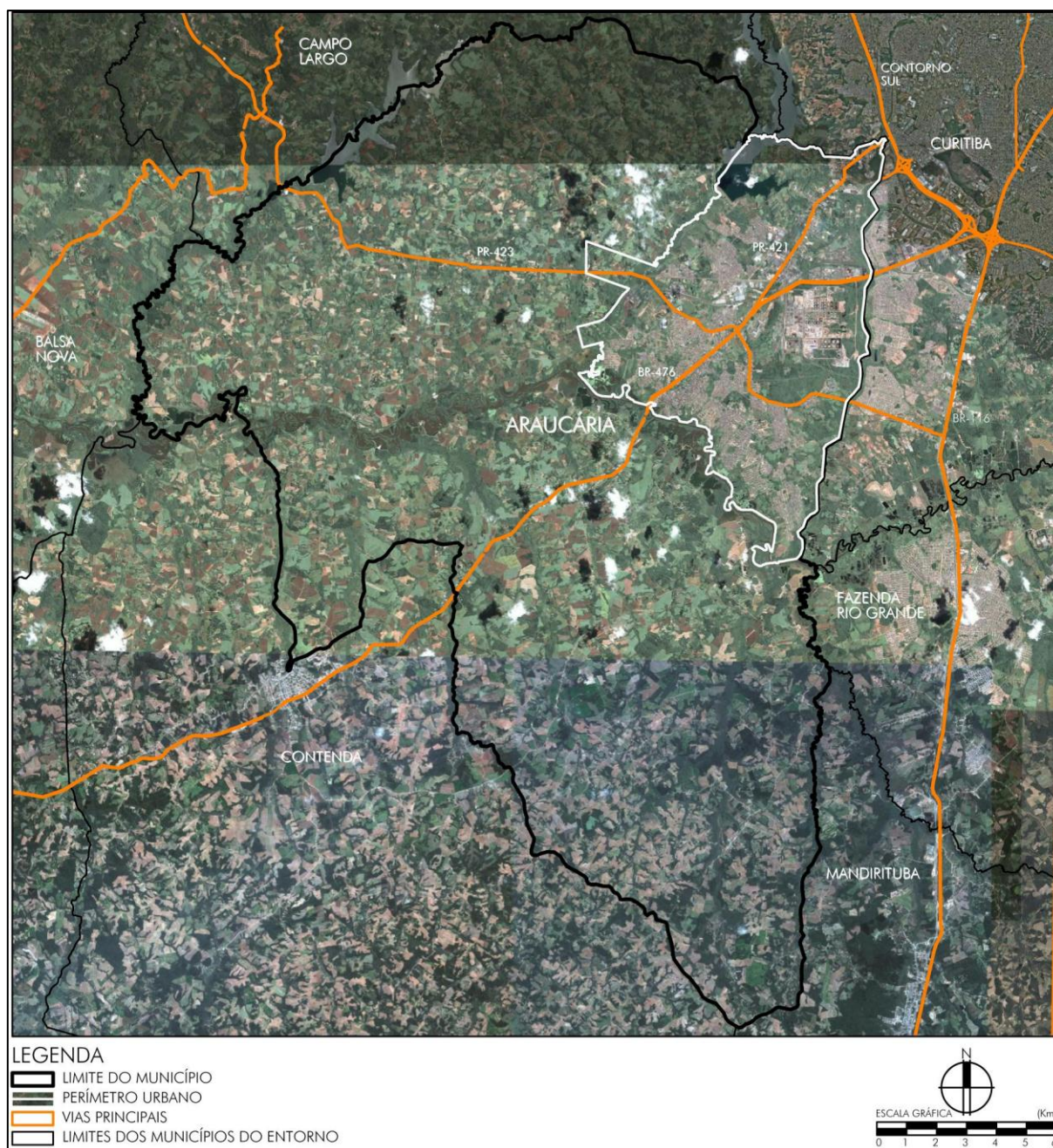


FIGURA 17 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – ARAUCÁRIA – 2011
 FONTE: O Autor (2012)

Esse crescimento é também comprovado ao se comparar os assentamentos identificados em 1997 com os contabilizados no levantamento de 2010. Neste caso, apurou-se que 20 dos existentes na última década não constavam do levantamento anterior, número que representa 34,48% do total dos espaços informais de moradia existentes na última década.

A análise da (FIGURA 18) permitiu, ainda, verificar que esses novos assentamentos situam-se em áreas periféricas e concentram-se no norte, sul e leste da mancha urbana. Outra característica é que os espaços informais de moradia constantes do levantamento de 2010 possuem áreas mais extensas se comparadas com as do levantamento de 1997.

Os assentamentos informais estão predominantemente situados na área urbana, mas também foram identificados quatro na zona rural, que somam 170 domicílios. O maior deles está na localidade de Lagoa Grande, a oeste do território municipal, nas proximidades de Contenda, e possui 95 domicílios. Segundo o PLHIS, os assentamentos informais situados na zona rural têm mais de três décadas de existência. Todas as ocupações irregulares da zona rural encontram-se ao sul da BR 476, distribuem-se de forma esparsa pelo território e não estão próximas de eixos viários regionais e nem do perímetro urbano. (ARAUCÁRIA, 2010)

Outro dado levantado é que 74% dos assentamentos informais situam-se em APPs, sendo 55% deles sujeitos a inundações ou deslizamentos. (ARAUCÁRIA, 2010)

Em relação às tipologias prevalecem as favelas⁶⁴, correspondendo a 74% dos assentamentos informais. As favelas ocupam de maneira equivalente áreas de propriedade pública e privada, e são encontradas em toda a extensão do perímetro urbano. Foram identificados oito loteamentos clandestinos e três irregulares e, deste total, cinco tinham sido contabilizados em 1997. (TABELA 23)

Todos os loteamentos clandestinos e irregulares são de propriedade particular e situam-se ao sul da Rodovia do Xisto. (FIGURA 19)

⁶⁴ Embora o número total de assentamentos coincida com o contabilizado pelo PLHIS, o número de favelas, loteamentos clandestinos e irregulares difere do identificado no documento. Tal diferença deve-se ao reenquadramento das tipologias organizado por esta pesquisa, com base nos conceitos adotados e explicitados na metodologia. Para tanto, efetuou-se uma análise individualizada dos dados de cada assentamento informal, com base nas fichas de levantamento constantes em Araucária (2010, 280-430), e quando diagnosticada incompatibilidade de conceitos ou carência de informação realizou-se nova entrevista com técnicos da Companhia Municipal de Habitação de Araucária (COHAB – AR).

TABELA 23 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 1997, 2010

ASSENTAMENTOS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	43	74,14	2.249	77,95	18	23	2
Loteamento Clandestino	8	13,79	308	10,36	-	8	-
Loteamento Irregular	3	5,17	54	0,85	-	3	-

FONTES: ARAUCÁRIA (2011), O Autor (2012)

NOTAS: Quatro assentamentos situados da zona rural não dispunham de informações sobre o número de domicílios

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

A densidade dos assentamentos informais, no período 1997/2010, não apresentou variação relevante, com pequeno decréscimo de 29 para 23 domicílios/ha, explicado pelo aumento observado na superfície dos assentamentos. O crescimento mais importante em área permitiu concluir que a evolução do processo de produção informal dos espaços de moradia no Município tem ocorrido mais pela ocupação extensiva do que pela ocupação intensiva do solo.

Aproximadamente 53% das famílias residentes nos espaços informais de moradia de Araucária recebem até dois salários mínimos, pagam aluguel e se ocupam de empregos formais. Os assentamentos informais localizados nos bairros periféricos, que ficam no entorno dos limites com Curitiba, têm maior proporção de famílias que recebem até dois salários mínimos. Nas famílias residentes nestes assentamentos situados em bairros mais próximos da área urbana central, a porcentagem de famílias com renda média nesta faixa é de 37%. Nos espaços informais de moradia localizados na zona rural a renda dos residentes é mais baixa, apurando-se que 32% das famílias ganham até um salário mínimo e 38% delas dois salários mínimos.

Outra carência identificada refere-se ao acesso da população residente nestes assentamentos à infraestrutura de saneamento, com destaque para o abastecimento de água e o serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário. (ARAUCÁRIA, 2010)

Comparando-se o número de domicílios particulares levantados pelo Censo 2010 (39.916) com o de domicílios em espaços informais de moradia identificados pelo PLHIS (2.611), estes representam 6,54% do total do Município. (IBGE, 2011a; ARAUCÁRIA, 2010)

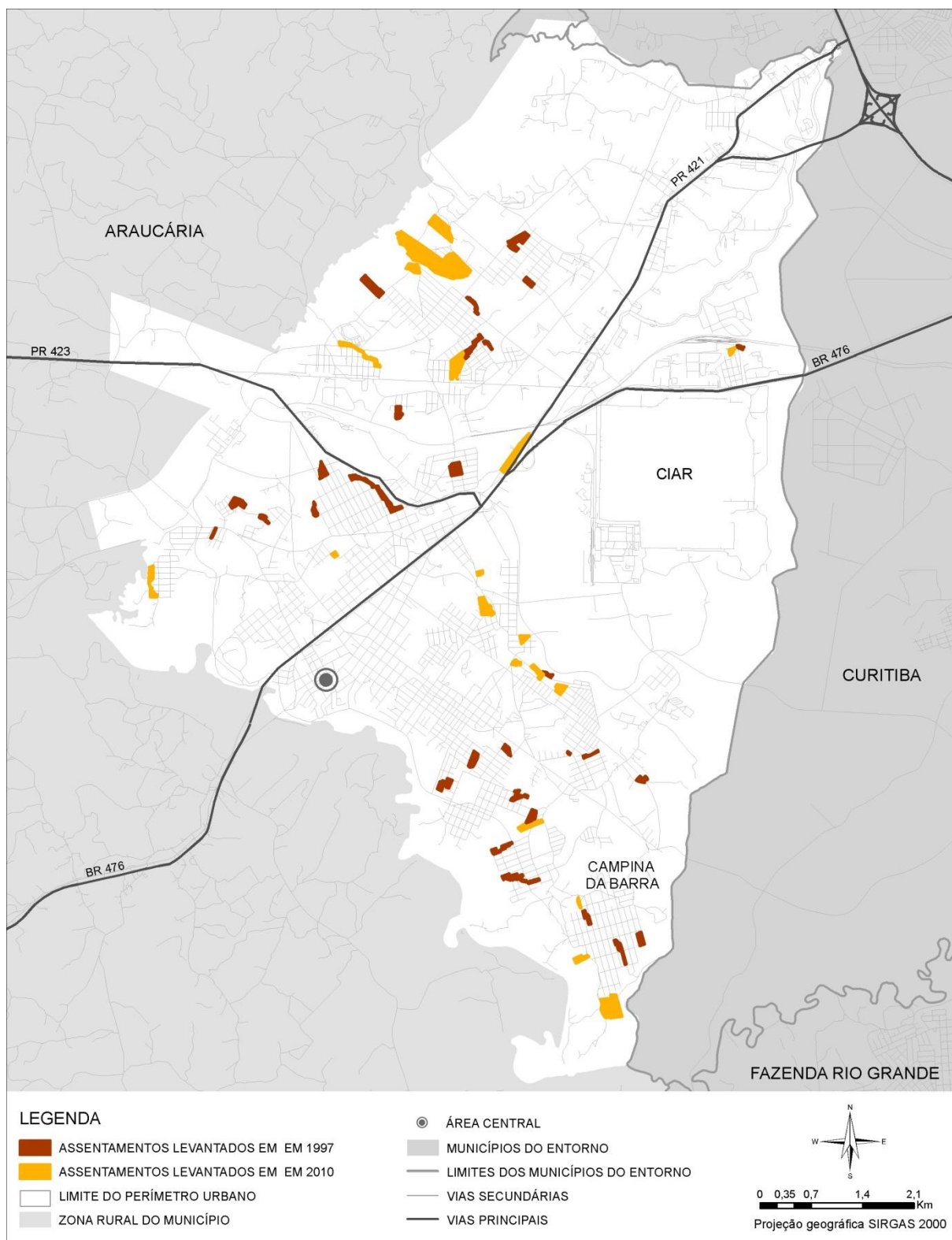


FIGURA 18 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ARAUCÁRIA – 1997, 2010
FONTES: PARANÁ (1997b), ARAUCÁRIA (2011), O Autor (2012)

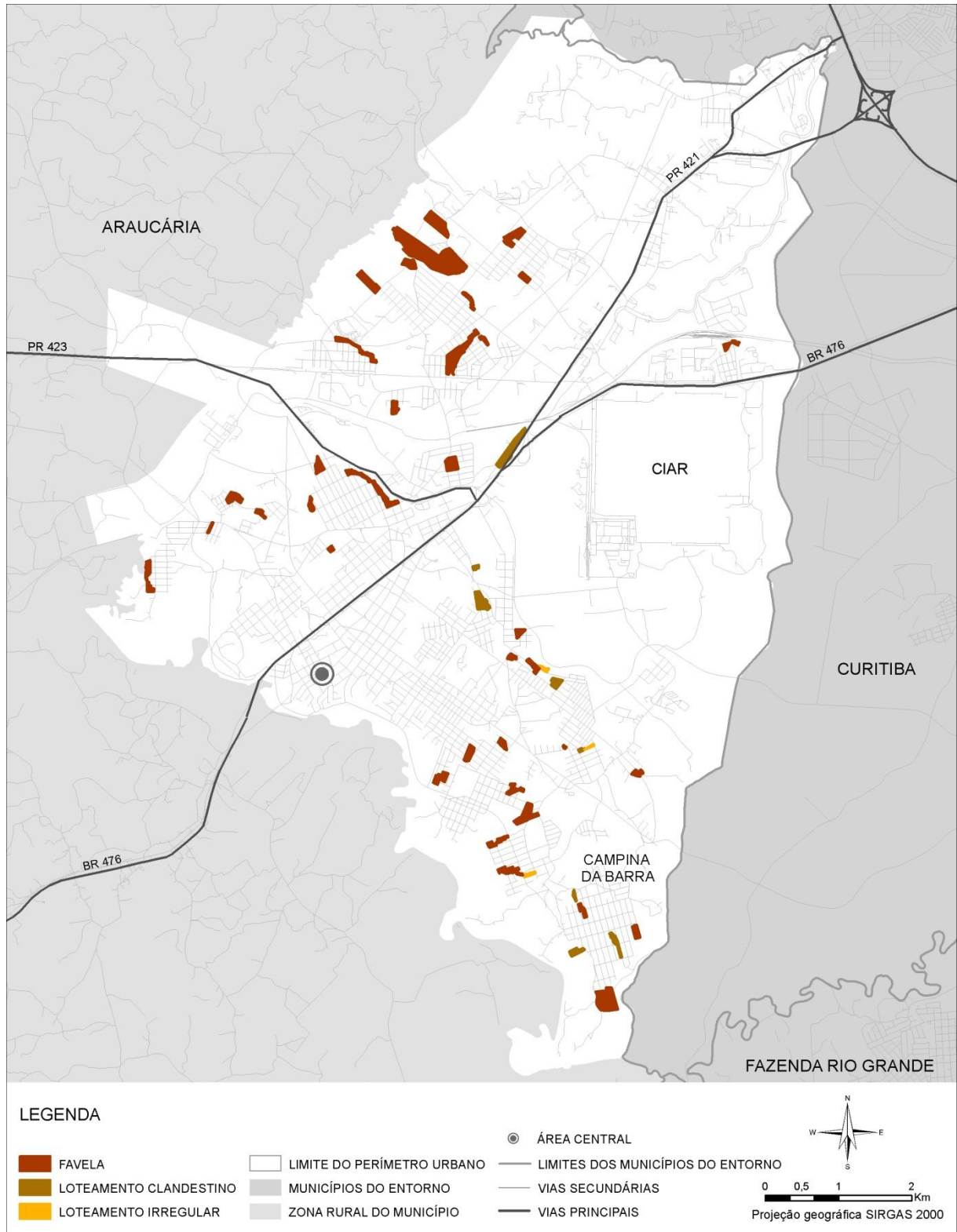


FIGURA 19 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – ARAUCÁRIA – 2010
FONTE: ARAUCÁRIA (2011), O Autor (2012)

5.2.7 Fazenda Rio Grande

O Município foi criado no ano de 1990 e nasceu do desmembramento de Mandirituba. Localiza-se ao sul de Curitiba e seu limite com o polo é definido pelo Rio Iguaçu. As demais divisas são compartilhadas com as zonas rurais de Araucária, Mandirituba e São José dos Pinhais. Dos municípios citados, apenas Mandirituba não integra o aglomerado metropolitano. (FIGURA 20)

A única via regional de acesso à Fazenda Rio Grande é a BR 116, que permite sua ligação com o Sul do País, Curitiba e demais integrantes da RMC. Esta rodovia constitui também o principal eixo de ligação intraurbana, cruzando o perímetro urbano no sentido norte-sul e passando nas proximidades da área central.

De acordo com Paraná (2006), Fazenda Rio Grande caracteriza-se por um padrão de crescimento demográfico elevado, em comparação ao observado para o restante da população brasileira. Sua pirâmide etária é formada por uma grande proporção de população jovem, e possui altas taxas de fecundidade e intensos fluxos migratórios com Curitiba.

O crescimento demográfico manteve-se elevado entre 2000/2010, e sua população passou de 62.877 para 81.687 habitantes no período. Conforme dados constantes na (TABELA 24), observa-se que 95% da sua população é urbana.

TABELA 24 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
59.196	3.681	62.877	75.940	5.747	81.687

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

No conjunto da RMC, Fazenda Rio Grande contribui com aproximadamente 2,58% da população total, e no aglomerado metropolitano participa com 2,78%.

Nas últimas décadas, o Município integra um importante vetor de atividade imobiliária, o que tem contribuído para a extensão da mancha urbana de Curitiba em direção ao sul do aglomerado metropolitano. As dinâmicas demográficas e imobiliárias que nele se apresentam têm ajudado a sustentar o ritmo de crescimento populacional metropolitano observado entre as décadas de 1990 e 2000. Uma

característica do Município é o fato de servir como cidade-dormitório, funcionando como um bairro popular de Curitiba. (PARANÁ, 2006)

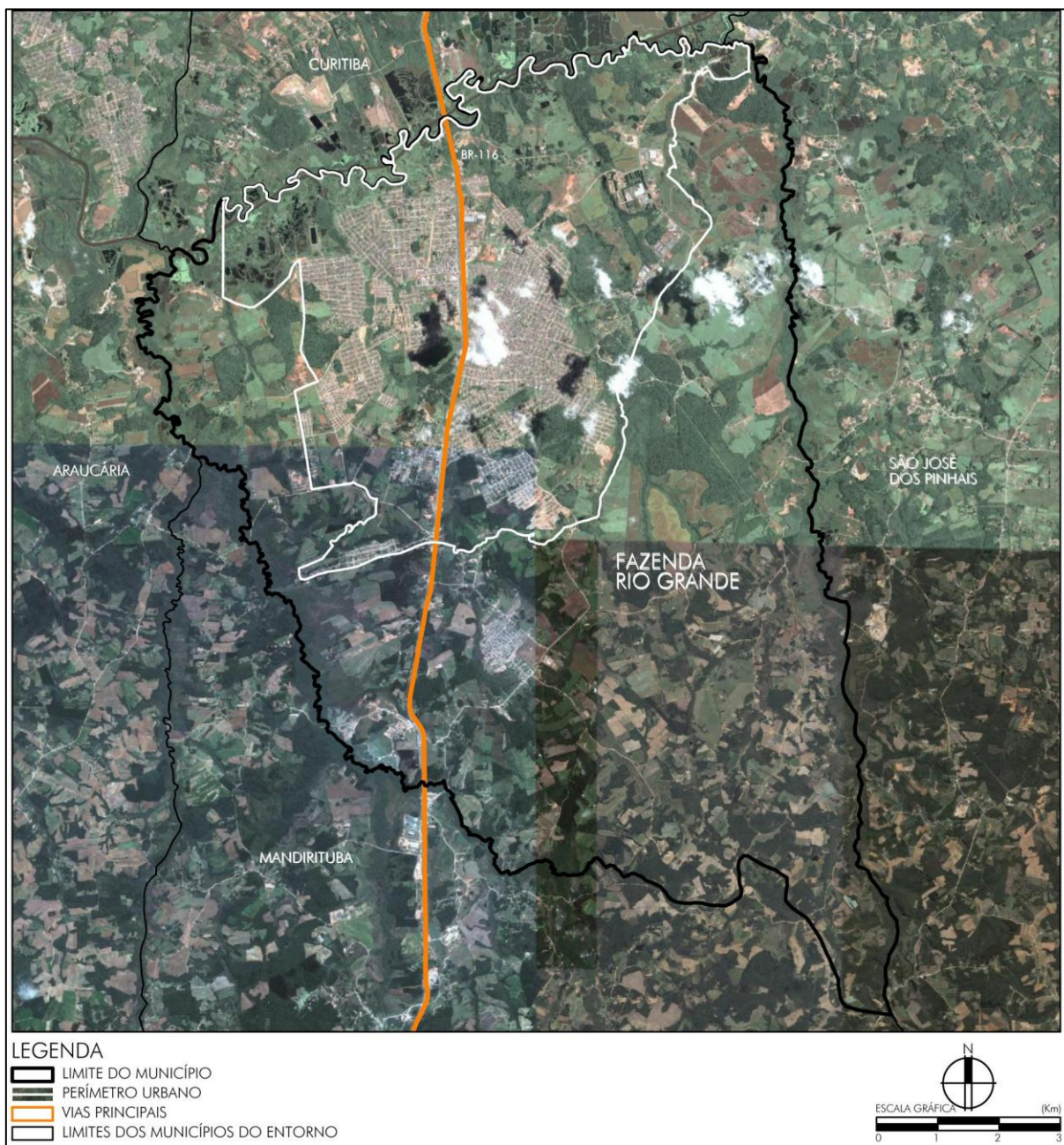


FIGURA 20 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LÍMITROFES – FAZENDA RIO GRANDE – 2011
FONTE: O Autor (2012)

Com base nos dados levantados em 2009, observou-se que os espaços informais de moradia existentes situam-se no interior da mancha urbana ocupada e distribuem-se em toda a sua superfície. A partir da observação da (FIGURA 21), apura-se, ainda, que a maioria desses espaços concentra-se a sudeste do perímetro

urbano. Foram identificados dois assentamentos informais na zona rural, ao sul do perímetro urbano, com acesso pela BR 116.

Entre 1997 e 2009 surgiram 16 novas áreas irregulares, um aumento de 72,72%. Em relação ao número de domicílios, o crescimento no período foi de 24,90%, correspondente a 387 novas unidades. Destes, 222 localizam-se nos dois assentamentos informais situados na zona rural.

Observou-se, também, uma redução na superfície total ocupada pelos assentamentos informais no período, que, segundo a Prefeitura Municipal, resulta da execução de projetos de regularização fundiária na última década. Por outro lado, a densidade desses espaços aumentou de 26,73 domicílios/ha para 34 domicílios/ha. (TABELA 25)

TABELA 25 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE - 1997, 2009

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	22	1.554	58,13
2009	38	1.941	57,10

FONTES: PARANÁ (1997e), FAZENDA RIO GRANDE (2010), O Autor (2012)

Em relação ao perfil socioeconômico, de acordo com o cadastro dos inscritos na Secretaria Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho a renda média das famílias residentes em assentamentos informais em 2009 era de 1,72 salários mínimos, ou R\$ 268,96. Esta média é a mais baixa identificada entre os municípios pesquisados. (FAZENDA RIO GRANDE, 2010)

Em sua maioria, os espaços informais de moradia são favelas, que correspondem a 97,37% do total dos assentamentos e se distribuem de forma equivalente entre áreas públicas e privadas. (TABELA 26)

TABELA 26 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – 1997, 2009

ASSENTAMENTOS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	37	97,37	1.604	55,37	13	16	8
Loteamento Clandestino	1	2,63	337	1,73	-	1	-
Loteamento Irregular	-	-	-	-	-	-	-

FONTES: FAZENDA RIO GRANDE (2010), O Autor (2012)

NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

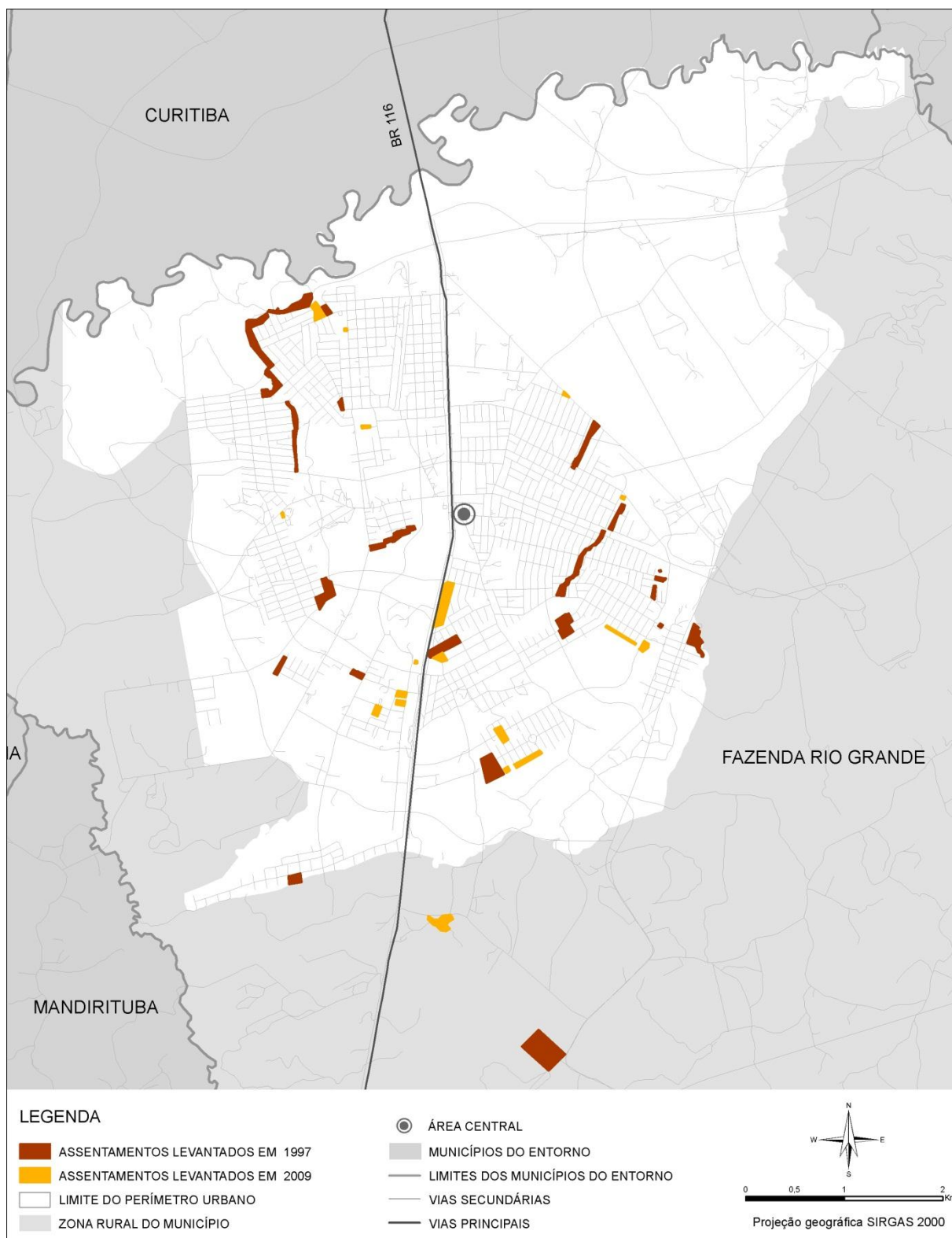


FIGURA 21 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – FAZENDA RIO GRANDE – 1997, 2009
 FONTES: PARANÁ (1997e), FAZENDA RIO GRANDE (2010), O Autor (2012)

A partir da análise da (FIGURA 22), constata-se, também, que mais da metade dos espaços informais de moradia (57%) localizam-se em APPs.

Comparando-se o número de domicílios em assentamentos informais levantados pelo PLHIS (1.941) com o número total de domicílios particulares contabilizados pelo Censo 2010 (27.628), 7,03% do total de domicílios do Município situam-se em espaços informais de moradia. (IBGE, 2011a; FAZENDA RIO GRANDE, 2010)

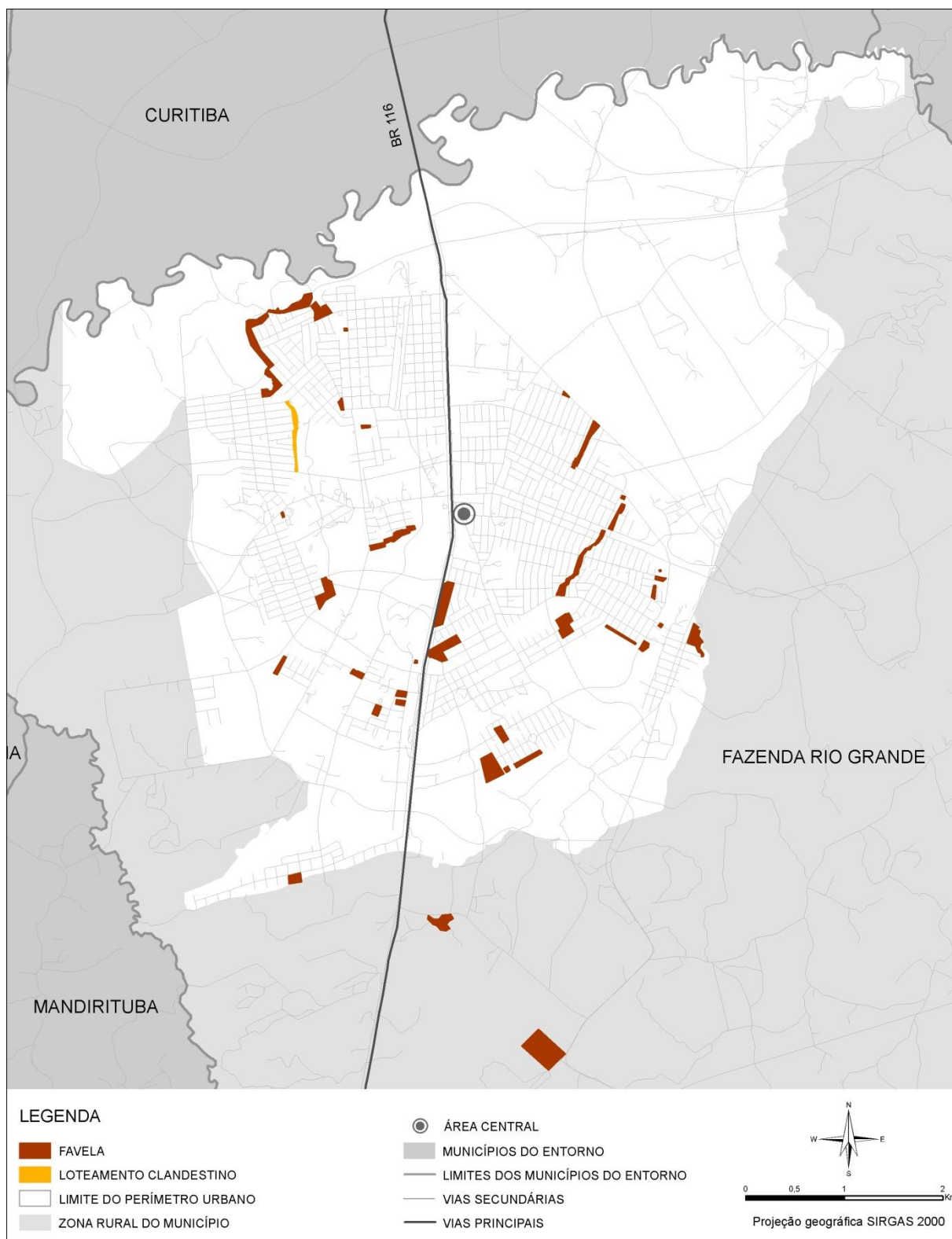


FIGURA 22 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – FAZENDA RIO GRANDE – 2009

FONTES: FAZENDA RIO GRANDE (2010), O Autor (2012)

5.2.8 São José dos Pinhais

De acordo com o Censo 2010, São José dos Pinhais é o município mais populoso da RMC depois de Curitiba, com 263.488 habitantes. Este número representa 8,31% da população da RMC e 8,98% da população do aglomerado metropolitano. (TABELA 27)

TABELA 27 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
183.366	20.950	204.316	236.233	27.255	263.488

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

O Município está localizado a sudeste do polo e delimita-se, também, com Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Tijucas do Sul, Piraquara, Pinhais e os municípios litorâneos de Guaratuba e Morretes. (FIGURA 23)

As principais vias regionais de acesso são a BR 376, a BR 101, a BR 277 e o Contorno Leste. A BR 376 e a BR 101 ligam o Município ao interior do Paraná e ao sul do País pelo litoral catarinense; e a BR 277 liga-o ao interior e ao Litoral do Estado. O Contorno Leste conecta São José dos Pinhais aos demais municípios do aglomerado metropolitano. Todos esses acessos citados cruzam o perímetro urbano.

Dentre as vias de ligação intraurbana destacam-se as Avenidas das Américas, das Torres e Rui Barbosa. A Avenida das Américas liga sua área urbana central à Avenida Marechal Floriano Peixoto, situada em Curitiba, que cruza os bairros Boqueirão, Vila Hauer e Rebouças e alcança a área central da cidade-polo. A Avenida das Torres, contínua à Avenida Comendador Franco, pertencente a Curitiba, também conecta as áreas urbanas dos dois municípios e possibilita o acesso à BR 376, à BR101 e ao Aeroporto Internacional Afonso Pena. A Avenida Rui Barbosa cruza a aglomeração urbana de São José dos Pinhais no sentido sudoeste-nordeste e permite a ligação do Município com o Contorno Leste, a BR 277 e bairros de Piraquara.

A concentração da aglomeração urbana de São José dos Pinhais realiza-se nas proximidades do Rio Iguaçu, no limite com Curitiba, observando-se entre estes municípios a existência de uma mancha de ocupação contínua. A fusão de manchas urbanas também é observada a nordeste do perímetro urbano e ocorre com áreas periféricas de Pinhais e Piraquara.

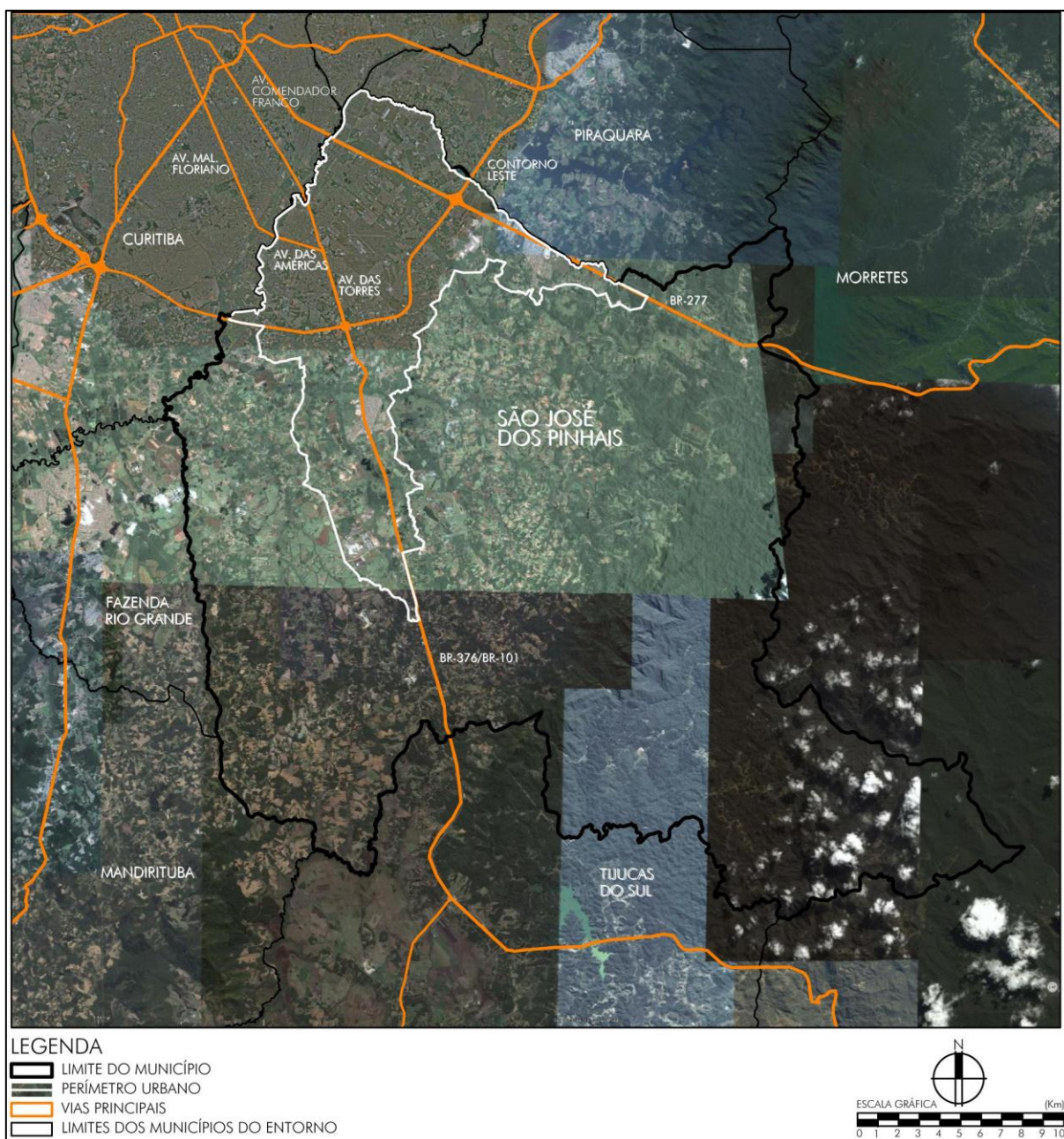


FIGURA 23 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2011
FONTE: O Autor (2012)

Os espaços informais de moradia estão distribuídos em toda a superfície do perímetro urbano, observando-se maior concentração no entorno dos eixos viários regionais e nas áreas limítrofes a Curitiba e Piraquara. Os dados levantados em 2009 indicaram que 37% dos assentamentos informais situam-se sobre APPs e APAS, e 23% estão sobre Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs)⁶⁵. Segundo o mesmo levantamento, existem sete ocupações irregulares na zona rural.

Entre 1997 e 2009 observou-se um crescimento de 27% no número de novos espaços informais de moradia, correspondente a 26 assentamentos e 1.597 domicílios, que representam um acréscimo de 41,53%. O crescimento em superfície ocupada pelos assentamentos informais, na década de 2000, foi mais intenso que os indicadores anteriormente citados e representou a ocupação de 126,22 ha, um acréscimo de aproximadamente 2,5 vezes no período 1997/2009.

A densidade dos espaços informais de moradia evoluiu de 45,87 domicílios/ha em 1997 para 25,91 domicílios/ha em 2009. Tal redução é explicada pelo maior aumento da área dos assentamentos do que do número de domicílios, e permitiu constatar que a dinâmica é marcada por um processo extensivo de produção informal do espaço. (TABELA 28)

TABELA 28 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1997, 2009

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	70	3.845	83,81
2009	96	5.442	210,03

FONTES: PARANÁ (1997g), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), O Autor (2012)

A partir da análise da (FIGURA 24), identifica-se uma tendência de expansão do processo em direção a áreas periféricas, embora também tenham surgido novos assentamentos no interior da mancha de ocupação urbana mais consolidada, especialmente na região situada entre a Avenida das Torres/BR 376 e a BR 277.

⁶⁵ Instrumento de ordenamento de uso e ocupação do solo das áreas de mananciais situadas na RMC sujeitas à pressão urbana. O objetivo das UTPs é procurar conciliar a ocupação urbana com a proteção ambiental. (PARANÁ, 2012)

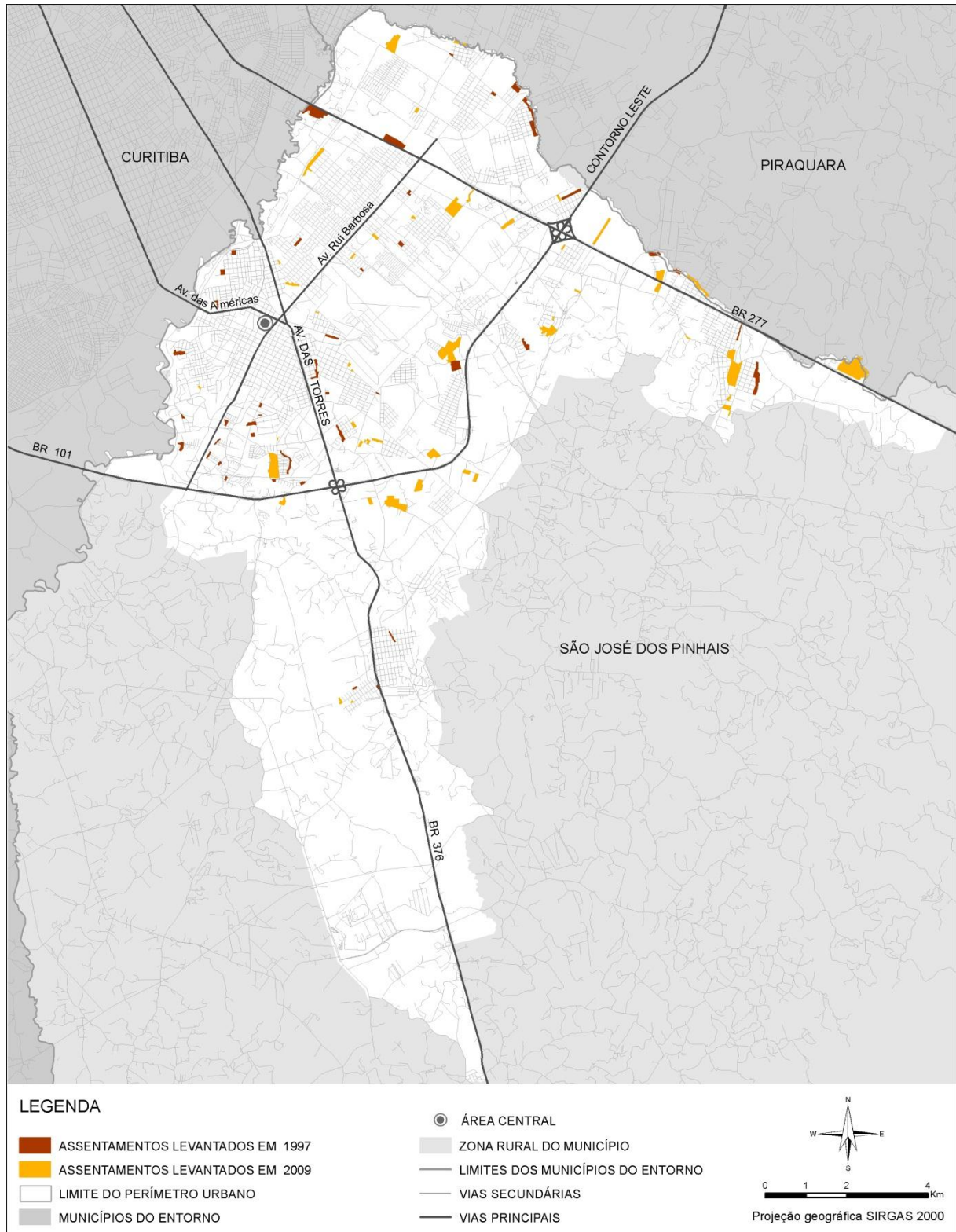


FIGURA 24 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1997, 2009
FONTES: PARANÁ (1997g), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), O Autor (2012)

Em São José dos Pinhais predominam as favelas, que representam 79% dos espaços informais de moradia, mas também foram identificados loteamentos clandestinos (8%) e irregulares (6%). As favelas possuem o maior número de domicílios, verificando-se uma densidade média de ocupação de 34,26 domicílios/ha. Nos loteamentos irregulares, a densidade encontrada foi de 22,16 domicílios/há, e nos loteamentos clandestinos o índice é mais baixo, 13,56 domicílios/ha. (TABELA 29)

TABELA 29 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 1997, 2009

ASSENTAMENTOS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	76	79	3.667	107,02	58	13	5
Loteamento Clandestino	08	8	802	59,11	1	7	-
Loteamento Irregular	6	6	973	43,90	3	-	2

FONTES: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Seis assentamentos situados na zona rural não dispunham de informações a respeito da tipologia e propriedade da terra

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

A partir da análise da (FIGURA 25), constatou-se que os loteamentos clandestinos situam-se em áreas mais periféricas que as favelas, e quando avançam sobre a zona rural localizam-se no entorno dos principais eixos viários regionais.

Dentre os sete espaços informais de moradia situados na zona rural, em apenas um foi possível obter informação referente à tipologia. De acordo com São José dos Pinhais (2010), trata-se de um loteamento irregular distante da mancha urbana ocupada e localizado nas proximidades da BR 376 no sentido de Tijucas do Sul. Os demais assentamentos localizam-se no entorno do Distrito Industrial Campo Largo da Roseira, onde está a fábrica Volkswagen-Audi, implantada na década de 1990.

O levantamento apurou, ainda, que 66% das áreas informais são de propriedade pública. Dentre estas foram identificados um loteamento clandestino e três irregulares, adquiridos pela Prefeitura Municipal para fins de regularização fundiária e reassentamento de famílias residentes em assentamentos sujeitos a risco de acidentes ambientais.

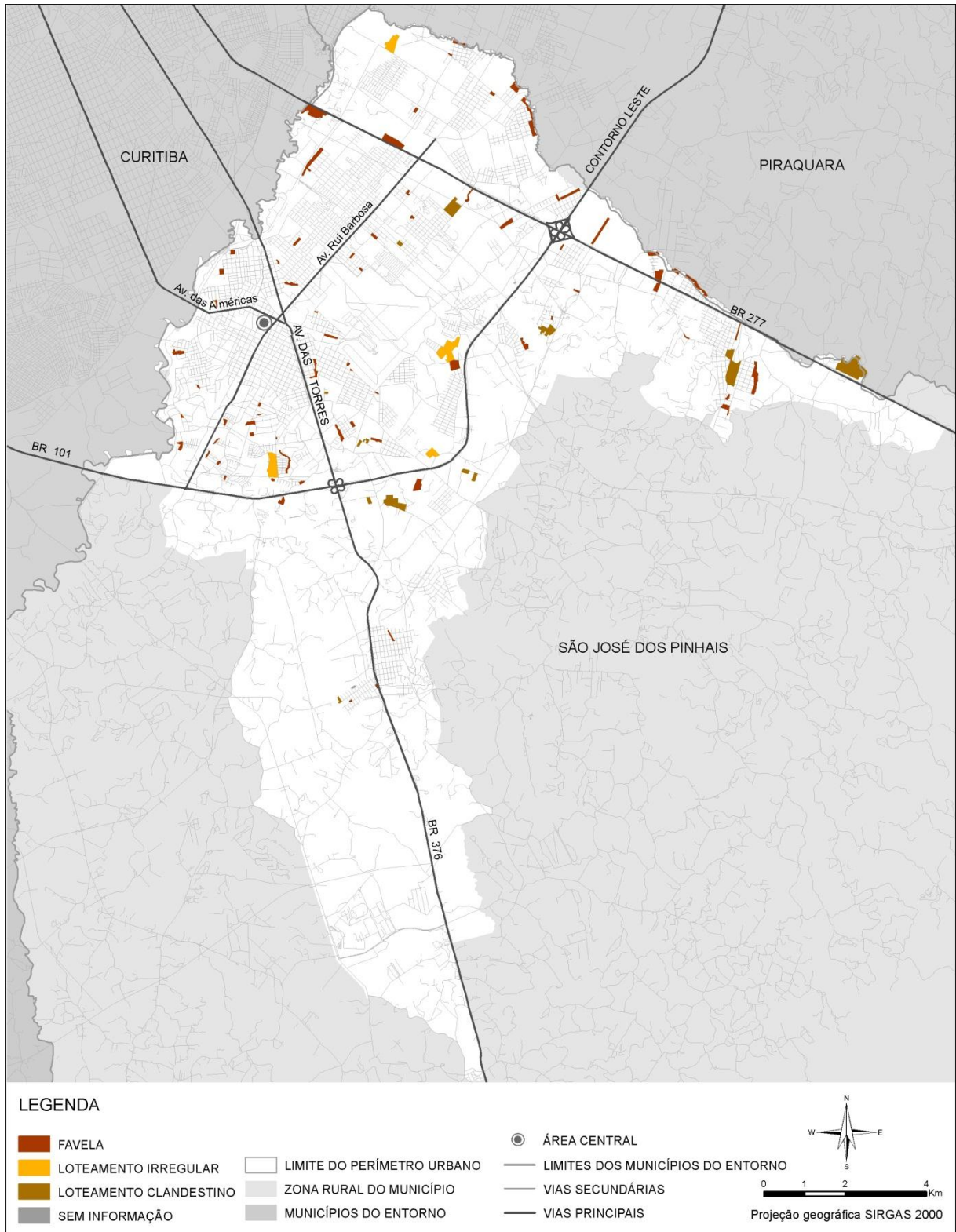


FIGURA 25 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – 2009
FONTES: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), O Autor (2012)

Existem ainda dois loteamentos irregulares, com uma parte da área de propriedade pública e outra privada, que tiveram autorização para parcelamento do solo antes da Lei Federal 6766/79, mas não foram imediatamente implantados. Na década de 1990, as áreas em que estão situados tiveram a legislação urbanística alterada, fazendo com que deixassem de cumprir os requisitos exigidos para parcelamento do solo, inviabilizando a execução do loteamento e, conseqüentemente, sua ocupação. Com o passar do tempo, os terrenos foram vendidos de forma irregular e hoje somam 160 domicílios. Esse processo é similar ao ocorrido em Pinhais.

Além de predominarem as favelas e a ocupação de áreas de propriedade pública, a análise dos dados obtidos permitiu constatar que 55% dos domicílios localizados em assentamentos informais situam-se em áreas proibidas à ocupação urbana ou sujeitas a risco de acidentes ambientais, especialmente inundações⁶⁶. (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2010).

Comparando-se o número de domicílios particulares identificados no Censo 2010 (89.699) com o de domicílios em espaços informais de moradia levantado pelo PLHIS (5.442), estes representam 6,07% do total do Município.⁶⁷ (IBGE, 2011a; SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2010)

5.2.9 Quatro Barras

Quatro Barras tem o menor número de assentamentos informais e o menor índice de evolução do processo entre os municípios analisados. Localizado a leste do aglomerado metropolitano, limita-se com Campina Grande do Sul, Colombo, Pinhais e Piraquara, além do município litorâneo de Morretes. (FIGURA 26)

As vias principais de acesso a Quatro Barras são a BR 116, o Contorno Leste, a PR 410 (Estrada da Graciosa) e a PR 506. A BR 116 e o Contorno Leste permitem a conexão do Município com os demais integrantes da RMC e o Estado de

⁶⁶ De acordo com o documento, não foram excluídas dessa contagem as áreas possíveis de regularização de acordo com a Resolução 369/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que “Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP”.

⁶⁷ A renda média das famílias residentes nos assentamentos informais não foi levantada pelo PLHIS.

São Paulo. Essa rodovia possibilita, ainda, a ligação de sua área urbana com as de Campina Grande do Sul, Pinhais, Colombo e Curitiba. A Estrada da Graciosa liga Quatro Barras a Pinhais e ao Litoral paranaense, e a PR 506 conecta sua área urbana às de Campina Grande do Sul e Piraquara.



FIGURA 26 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – QUATRO BARRAS – 2011
FONTE: O Autor (2012)

Parte de seu perímetro urbano limita-se com o de Campina Grande do Sul. Na área urbana situada a noroeste, no entorno da BR 116, observa-se a continuidade das manchas de ocupação entre esses municípios. O limite oeste do

perímetro urbano de Quatro Barras é ainda compartilhado com Colombo, Pinhais e Piraquara.

Do total da população levantada pelo Censo em 2010, 19.786 habitantes, que correspondem a aproximadamente 91% do total, residem na área urbana. O percentual de participação da população de Quatro Barras no conjunto da RMC e do aglomerado metropolitano, 0,62% e 0,67%, respectivamente, é a menor entre os municípios pesquisados. (TABELA 30)

TABELA 30 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
14.520	1.641	16.161	17.923	1.863	19.786

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

De acordo com o estudo realizado pela Prefeitura Municipal em 2009, o Município possui seis espaços informais de moradia. (TABELA 31)

TABELA 31 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – 1997, 2009

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997
2009	6	700	59,20

FONTES: QUATRO BARRAS (2009), O Autor (2012)

NOTA: ... Dado numérico não disponível

Todos os espaços informais de moradia existentes são loteamentos clandestinos e situam-se em áreas de propriedade privada. (TABELA 32)

TABELA 32 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS – 1997, 2009

ASSENTAMENTOS		DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias	(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	-	-	-	-	-	-
Loteamento Clandestino	6	100	700	-	6	-
Loteamento Irregular	-	-	-	-	-	-

FONTE: QUATRO BARRAS (2009), O Autor (2012)

NOTA: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

De acordo com o levantamento realizado pelo Município na última década, quatro assentamentos são anteriores a 1970 e os outros dois tiveram origem na década de 2000. Três dos espaços informais de moradia mais antigos encontram-se em processo de regularização fundiária.

Cinco assentamentos informais situam-se na área urbana e um na zona rural. Dos urbanos, três localizam-se no norte do perímetro urbano, entre a Estrada da Graciosa e a BR 116. Um deles teve origem na década de 2000 e encontra-se nas proximidades do Jardim Paulista, pertencente ao município de Campina Grande do Sul. (FIGURA 27)

Os outros dois loteamentos clandestinos são contíguos, situam-se numa área periférica a leste do perímetro urbano e do Contorno Leste, e descontínuos à mancha de ocupação urbana mais adensada. Nestes assentamentos situam-se 550 domicílios, número que representa 78% do total levantado no Município. (TABELA 32)

O assentamento identificado na zona rural teve origem na década de 2000 e situa-se no entorno da BR 116, próximo da divisa com Campina Grande do Sul. A análise da evolução temporal dos espaços informais de moradia em Quatro Barras permitiu constatar, ainda, que o vetor mais recente de expansão do processo encontra-se no entorno dessa rodovia, no norte de seu território, nos limites com o Município acima citado.

A densidade dos espaços informais de moradia encontrada foi de aproximadamente 12 domicílios/ha. Considerando a relação entre o número de domicílios permanentes, levantados pelo Censo 2010 (7.042), e os situados em assentamentos informais, levantados na última década (700), estes representam 9,94% do total de domicílios de Quatro Barras. (IBGE, 2011a, QUATRO BARRAS, 2009)

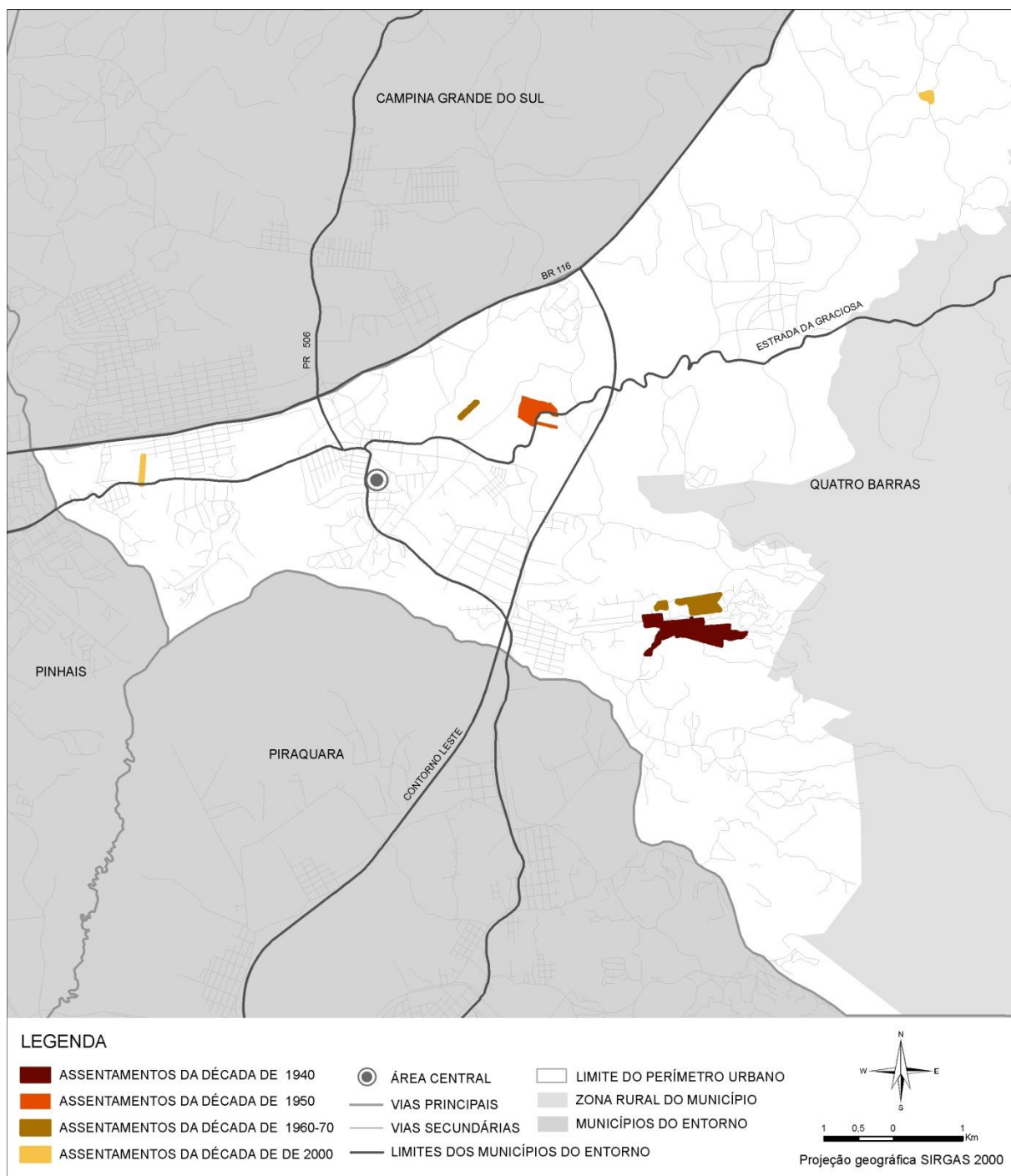


FIGURA 27 – DÉCADA DE ORIGEM DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – QUATRO BARRAS – 1940/2000
FONTES: QUATRO BARRAS (2009), O Autor (2012)

5.2.10 Campina Grande do Sul

Localizado a nordeste do aglomerado metropolitano, delimita-se com Colombo, Quatro Barras, Bocaiúva do Sul, e, ainda, com os municípios litorâneos de Guaraqueçaba, Antonina e Morretes e o município paulista de Barra do Turvo. (FIGURA 28)

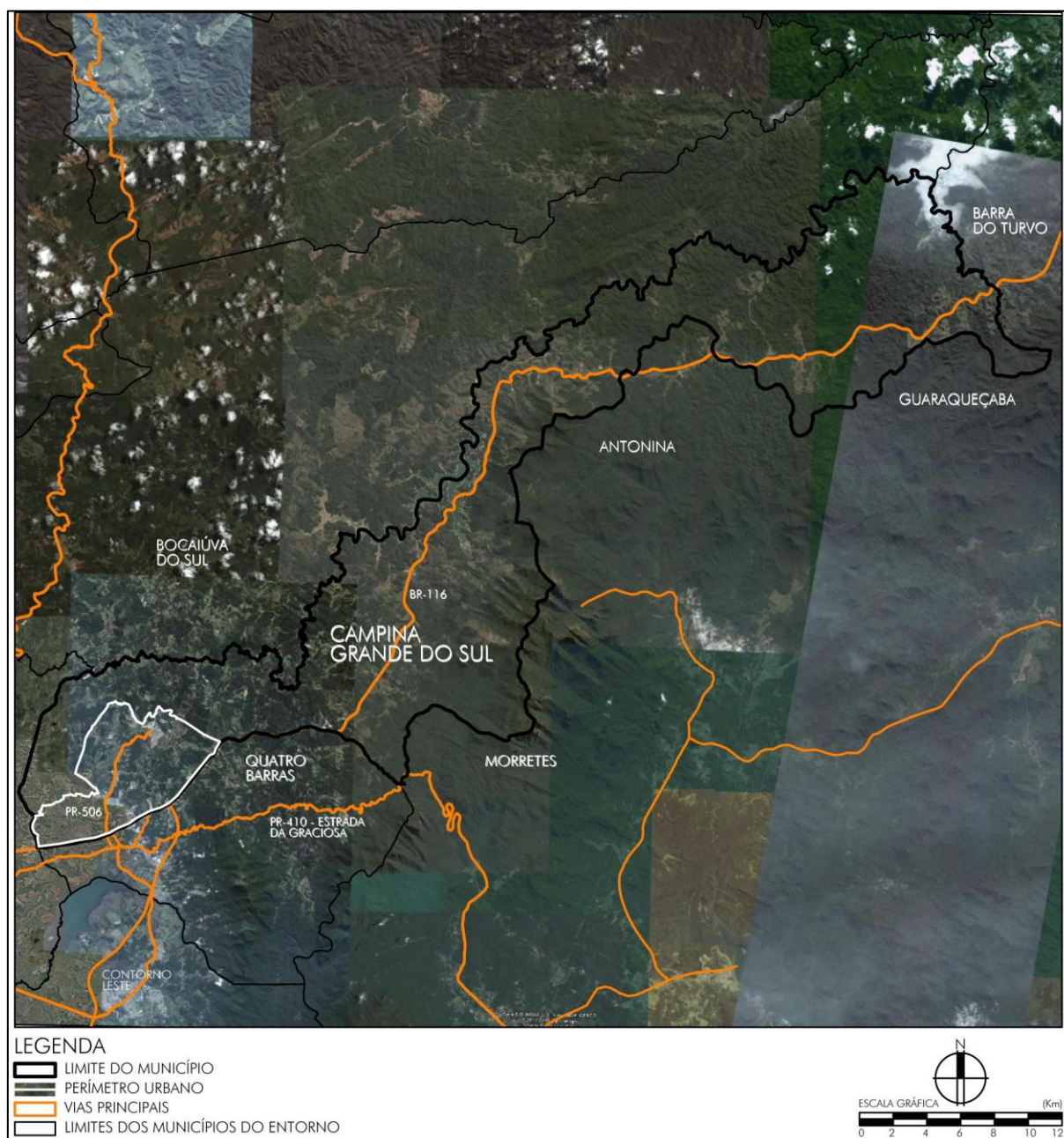


FIGURA 28 – LIMITES MUNICIPAL E URBANO, VIAS PRINCIPAIS E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES – CAMPINA GRANDE DO SUL – 2011
FONTE: O Autor (2012)

O principal eixo de ligação regional é a BR 116, que liga Campina Grande do Sul a Curitiba, à RMC e ao Estado de São Paulo. Outros eixos regionais são a PR 506, que liga sua área urbana central a de Quatro Barras e à Estrada da Graciosa, que possibilita seu acesso ao Litoral paranaense.

Uma característica da dinâmica de produção do espaço do Município é a existência de núcleos de ocupação urbana dispersos. Considerando os inseridos no perímetro urbano, observam-se três aglomerações. A primeira, denominada Jardim Paulista, está localizada a sudoeste e conforma uma mancha de ocupação contínua a de Quatro Barras. A segunda ocupa o entorno da PR 506, nas proximidades de seu cruzamento com a BR 116; e a terceira situa-se a nordeste do perímetro urbano e abrange a área urbana central do Município. Além desses três núcleos, observam-se outras aglomerações situadas na zona rural às margens da BR 116, que merecem destaque porque integram o fenômeno de expansão das ocupações irregulares no Município na última década.

De acordo com o Censo 2010, o Município possui 38.756 habitantes, sendo 82% residentes na área urbana. Tomando como referência sua população, Campina Grande do Sul contribui com 1,22% da população da RMC e 1,32% do aglomerado metropolitano. (TABELA 33)

TABELA 33 – POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – 2000, 2010

POPULAÇÃO					
2000			2010		
Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
25.973	8.593	34.566	31.937	6.819	38.756

FONTE: IBGE (2010a, 2010b)

Comparando os dados dos levantamentos realizados em 1997 e 2008, observou-se um aumento no número de assentamentos e domicílios informais no período. Em 2008 foram identificados 2.451 domicílios em espaços informais de moradia, sendo 1.772 na zona urbana e 679 na zona rural. No que diz respeito à evolução do processo, em 1997 existiam 12 assentamentos na área urbana, e em 2008, 11⁶⁸ na zona urbana e sete na zona rural. (TABELA 34)

⁶⁸ Embora a contagem expresse uma redução no número de assentamentos ela de fato não aconteceu, e explica-se o porquê no levantamento de 2008: duas áreas do levantamento de 1997 foram tratadas como uma só.

TABELA 34 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – 1997, 2008

ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA			
Ano	Assentamentos	Domicílios	Área (ha)
1997	12	563	10,74
2008	18	2.451	23,94

FONTES: PARANÁ (1997c), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTA: Em sete assentamentos situados na zona rural não foram obtidos a área

A dinâmica de expansão do processo de produção dos espaços informais de moradia em direção à zona rural ocorreu ao longo da BR 116, no sentido oposto ao núcleo da aglomeração metropolitana, conforme pode se observar na (FIGURA 29).

De acordo com o levantamento mais recente, a renda média das famílias residentes nos assentamentos informais de Campina Grande do Sul é de até três salários mínimos. (CAMPINA GRANDE DO SUL, 2010)

Verificou-se, também, que a densidade dos espaços informais de moradia na zona urbana no período pesquisado foi ascendente e importante, variando de 52,42 domicílios/ha em 1997 para 136,16 domicílios/ha em 2008⁶⁹.

Dez dos onze assentamentos localizados no perímetro urbano são favelas, sendo a maioria delas situadas em áreas de propriedade pública pertencentes a loteamentos regularmente aprovados. Foi identificado apenas um loteamento irregular que ocupa área de propriedade privada, com origem na década de 1980. (TABELA 35)

TABELA 35 – ASSENTAMENTOS, DOMICÍLIOS, ÁREA E PROPRIEDADE DA TERRA SEGUNDO TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL – 1997, 2008

ASSENTAMENTOS			DOMICÍLIOS	ÁREA (ha)	PROPRIEDADE DA ÁREA		
Tipologias		(%)			Pública	Privada	Pública e Privada
Favela	10	90,90	619	15,81	9	1	-
Loteamento Clandestino	-	-	-	-	-	-	-
Loteamento Irregular	1	9,10	122	8,14	-	1	-

FONTES: CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Os dados sobre área, propriedade da terra e tipologia referem-se apenas aos assentamentos situados na área urbana, para os sete da zona rural não foram obtidas estas informações

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Constatou-se, ainda, que nove dos onze espaços informais de moradia inseridos no perímetro urbano encontram-se sobre APPs, assim como três dos sete

⁶⁹ Não foi obtida a área dos assentamentos situados na zona rural.

existentes na zona rural. Todos os assentamentos da zona rural localizam-se no entorno da BR 116, no trecho entre o cruzamento desta rodovia com a Estrada da Graciosa e a divisa com o Estado de São Paulo. (CAMPINA GRANDE DO SUL, 2010)

Na zona urbana, as favelas concentram-se no Jardim Paulista e no núcleo de aglomeração existente ao longo da PR 506, nas proximidades da BR 116. Os espaços informais de moradia são em menor número na área urbana central de Campina Grande do Sul, destacando-se, dentre eles, o único loteamento irregular. (FIGURA 30)

Comparando-se o número de domicílios particulares quantificados pelo Censo 2010 (13.590) com o de domicílios em espaços informais de moradia levantados pelo PLHIS (2.451), estes representam aproximadamente 18% do total do Município. (IBGE, 2011a, CAMPINA GRANDE DO SUL, 2010)

A partir dos dados levantados, constatou-se que o processo de produção informal do espaço foi ascendente na última década e caracterizou-se pelo aumento do número de assentamentos na zona rural e de domicílios na zona urbana. Na zona rural, o crescimento dos espaços informais de moradia realizou-se de forma extensiva, com o vetor de extensão do núcleo urbano em direção à divisa com o Estado de São Paulo, acompanhando a BR 116. Na zona urbana, a aceleração do processo produziu um crescimento do tipo intensivo, concentrado nas proximidades do perímetro urbano de Quatro Barras, e realizou-se pelo adensamento das favelas pré-existentes.

Ambos os vetores de expansão do processo ocorrem em áreas periféricas, considerando a área urbana central do Município. A diferença é que o adensamento ocorre em favelas localizadas próximas da mancha de aglomeração metropolitana contínua, e o vetor de ocupação de novas áreas na zona rural realiza-se no sentido contrário ao polo da metrópole, produzindo a extensão da periferia metropolitana. Em ambos os vetores, a BR 116 confere acessibilidade às áreas. (FIGURA 29)

Não foram obtidos dados a respeito da tipologia dos espaços informais de moradia situados na zona rural, inviabilizando uma análise mais aprofundada do processo de produção destes assentamentos.

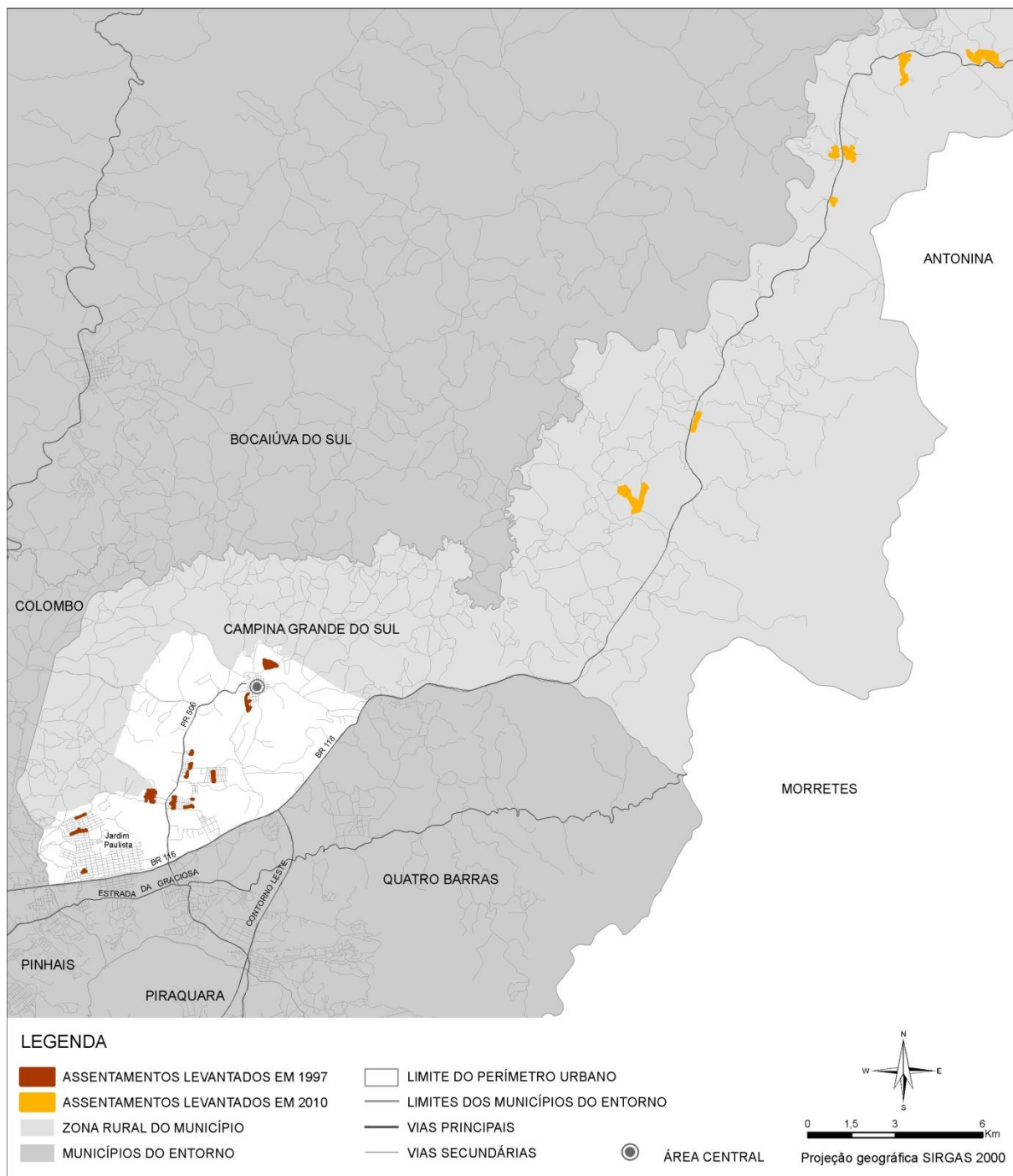


FIGURA 29 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPINA GRANDE DO SUL – 2008
FONTES: PARANÁ (1997c), O Autor (2012)

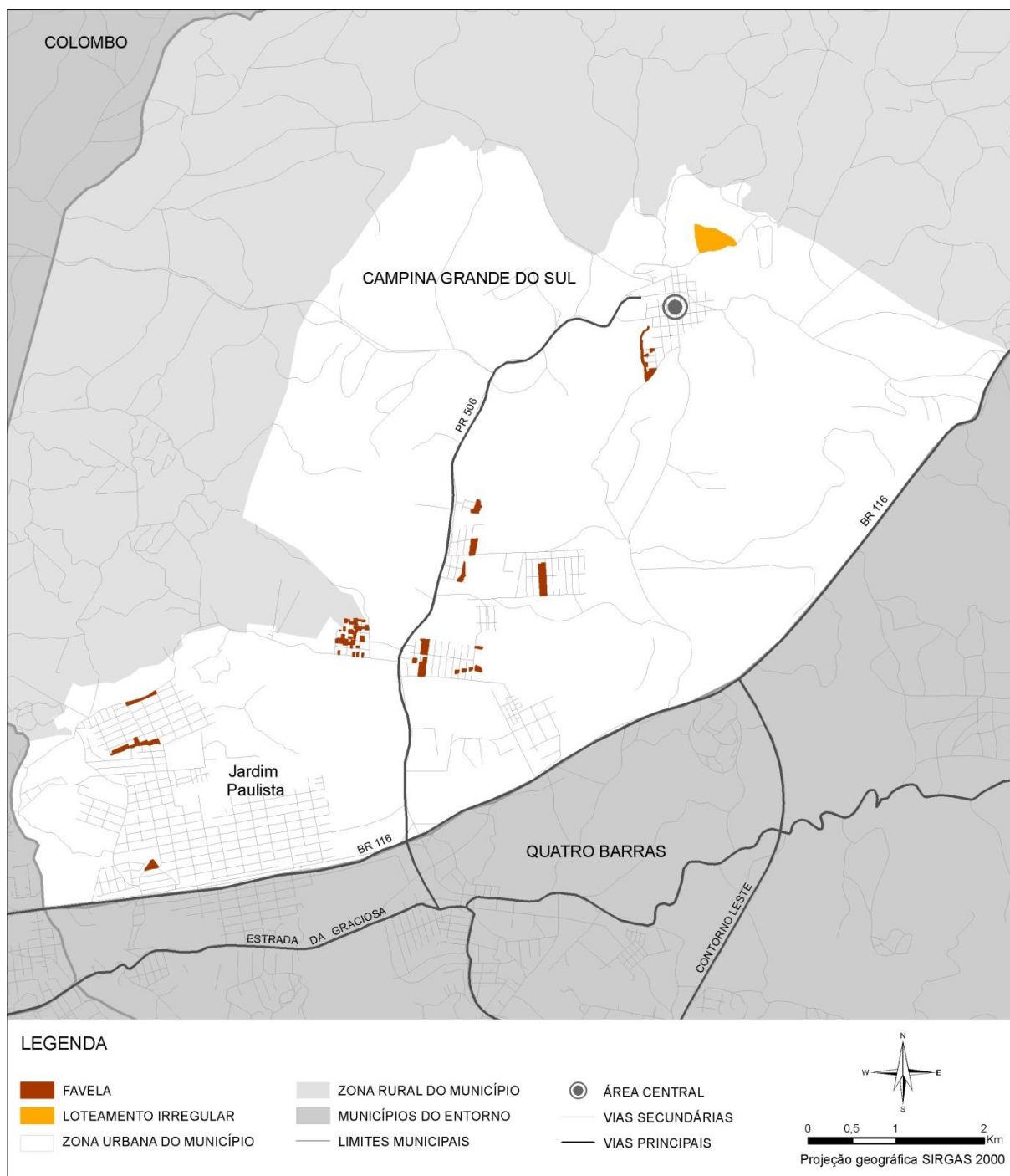


FIGURA 30 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA – CAMPINA GRANDE DO SUL – 2008

FONTES: PARANÁ (1997c), O Autor (2012)

NOTA: Para os sete da zona rural não foram obtidas informações referentes à tipologia, em função disso, o mapa apresentado restringe-se ao Perímetro Urbano

5.3 ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA COMO ELEMENTO CENTRAL NA PRODUÇÃO DA METRÓPOLE

Reunidas as análises das informações relativas aos municípios estudados, depreende-se que o processo de produção dos espaços informais de moradia foi crescente no aglomerado metropolitano entre as décadas de 1990 e 2000. Constatase, também, a partir de diferentes indicadores socioespaciais, que esse crescimento não foi homogêneo, considerando-se a totalidade metropolitana, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Os dados da (TABELA 36) permitem identificar 427 novos assentamentos no período pesquisado, que de 521 no final da década de 1990 passaram para 948 no final da década de 2000, representando um crescimento de 81,95%⁷⁰.

TABELA 36 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS SEGUNDO DÉCADAS - 1990-2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA					
	1990		2000		Diferença entre levantamentos	
	Número		Número		Número	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Curitiba	167	32,05	341	35,97	174	104,19
Pinhais	24	4,61	38	4,01	14	58,33
Almirante Tamandaré	88	16,89	117	12,34	29	32,95
Campo Magro	9	1,73	42	4,43	33	366,66
Campo Largo	65	12,48	194	20,46	129	198
Araucária	64	12,28	58	6,12	-6	-9,37
Fazenda Rio Grande	22	4,22	38	4,01	16	72,72
São José dos Pinhais	70	13,44	96	10,13	26	37,14
Quatro Barras	6	0,63
Campina Grande do Sul	12	2,30	18	1,90	6	50
Total	521	100	948	100	427	81,95

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), PARANÁ (1997a), PARANÁ (1997b), PARANÁ (1997c), PARANÁ (1997d), PARANÁ (1997e), PARANÁ (1997f), PARANÁ (1997g), O Autor (2012)

NOTA: ... Dado numérico não disponível

As maiores contribuições em número de novos assentamentos nesse período são de Curitiba, Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré, na região situada no norte do aglomerado metropolitano, e em São José dos Pinhais,

⁷⁰ Esse acréscimo sofreria uma variação caso fosse possível obter em todos os municípios dados a respeito do número de assentamentos informais regularizados no período.

no sudeste. Levando-se em conta a diferença entre os levantamentos realizados no final das duas décadas, Campo Magro, Campo Largo e Curitiba apresentam as maiores taxas de crescimento em número de assentamentos. Estes municípios também contribuíram com o maior número de espaços informais de moradia no período, com destaque para Curitiba e Campo Largo, responsáveis por aproximadamente 71% de novas áreas e 56,43% do total de assentamentos no final da década de 2000. (TABELA 36)

Além de apresentar uma importante taxa de crescimento, Curitiba mantém-se como o município do aglomerado metropolitano com o maior número de assentamentos na última década, 341 áreas, que representam 35,97% do total. Vale destacar que o peso do polo em termos de população no contexto do aglomerado metropolitano, segundo o Censo 2010, é de aproximadamente 60% do total.

Excluindo-se o polo, o maior número de espaços informais de moradia entre os municípios pesquisados no final da década de 2000 está localizado em Campo Largo, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais, que, somados, contribuem com 405 assentamentos, ou 43% do total as áreas levantadas. (GRÁFICO 1)

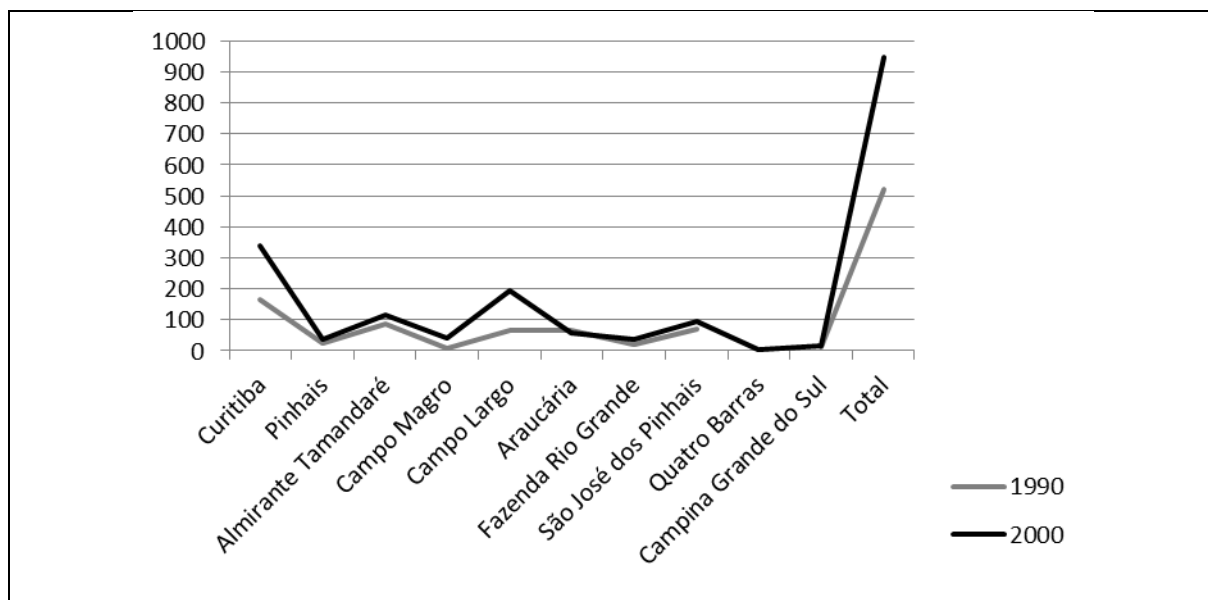


GRÁFICO 1 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS – 1990-2000

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), PARANÁ (1997a), PARANÁ (1997b), PARANÁ (1997c), PARANÁ (1997d), PARANÁ (1997e), PARANÁ (1997f), PARANÁ (1997g), O Autor (2012)

No (GRÁFICO 1) observa-se um decréscimo no número de assentamentos em Araucária, que, como já explicitado, deve ser relativizado porque não representa um abrandamento do processo. A década de origem dos assentamentos constantes do último levantamento realizado indica a evolução ascendente do fenômeno no Município, pois aproximadamente 38% das existentes surgiram na década de 2000.

Em relação à evolução temporal do processo de produção dos assentamentos, observa-se que na década de 2000 essa expansão foi importante nos municípios do entorno de Curitiba. A espacialização dessa informação permitiu, também, verificar que os principais vetores de crescimento são mais intensos no norte e sudeste do aglomerado metropolitano. (FIGURA 31)

Em relação à área ocupada, a espacialização dos espaços informais de moradia, segundo intervalos de classe que variaram de menos de 10 ha a 145 ha, permitiu constatar que predominam assentamentos com superfícies de até 10 ha. Verifica-se, ainda, que os espaços com as maiores áreas situam-se em Curitiba, Campo Largo, Pinhais e Campo Magro, observando-se uma concentração destas a leste, nos limites entre Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais; e a noroeste, nos limites entre Curitiba, Campo Largo e Campo Magro. (FIGURA 32)

Embora não tenha sido possível obter dados para a década de 2000 em Colombo e Piraquara, a importância histórica desses municípios no processo de produção dos espaços informais de moradia não pode ser desconsiderada, e reforça as tendências de crescimento a leste e a norte observadas a partir da análise nos demais municípios. Segundo o levantamento da COMEC de 1997, Colombo possuía 92 assentamentos e 6301 domicílios em espaços informais de moradia, e Piraquara, 47 assentamentos e 2985 domicílios. No ano seguinte, estes municípios figuravam entre os cinco com maiores números de domicílios e população residente em espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano, conforme dados apresentados na (TABELA 3). Piraquara, em especial, tem um peso importante na concentração de assentamentos com grandes superfícies no leste do aglomerado metropolitano, pois possui a maior área informal da RMC, o Guarituba⁷¹, que em meados da década de 2000 tinha mais de 43.000 residentes. (PARANÁ, 2006, p. 61)

⁷¹ Sua origem deve-se a um loteamento aprovado e não implantado antes da vigência da Lei dos Mananciais da RMC, que foi parcelado e vendido de forma clandestina a partir da década de 1980, consolidando o maior assentamento informal da RMC. Situa-se na zona rural entre as áreas urbanas de Pinhais e Piraquara, com acesso pela PR 415. (COMEC, 2006; ALBIZU, 2008)

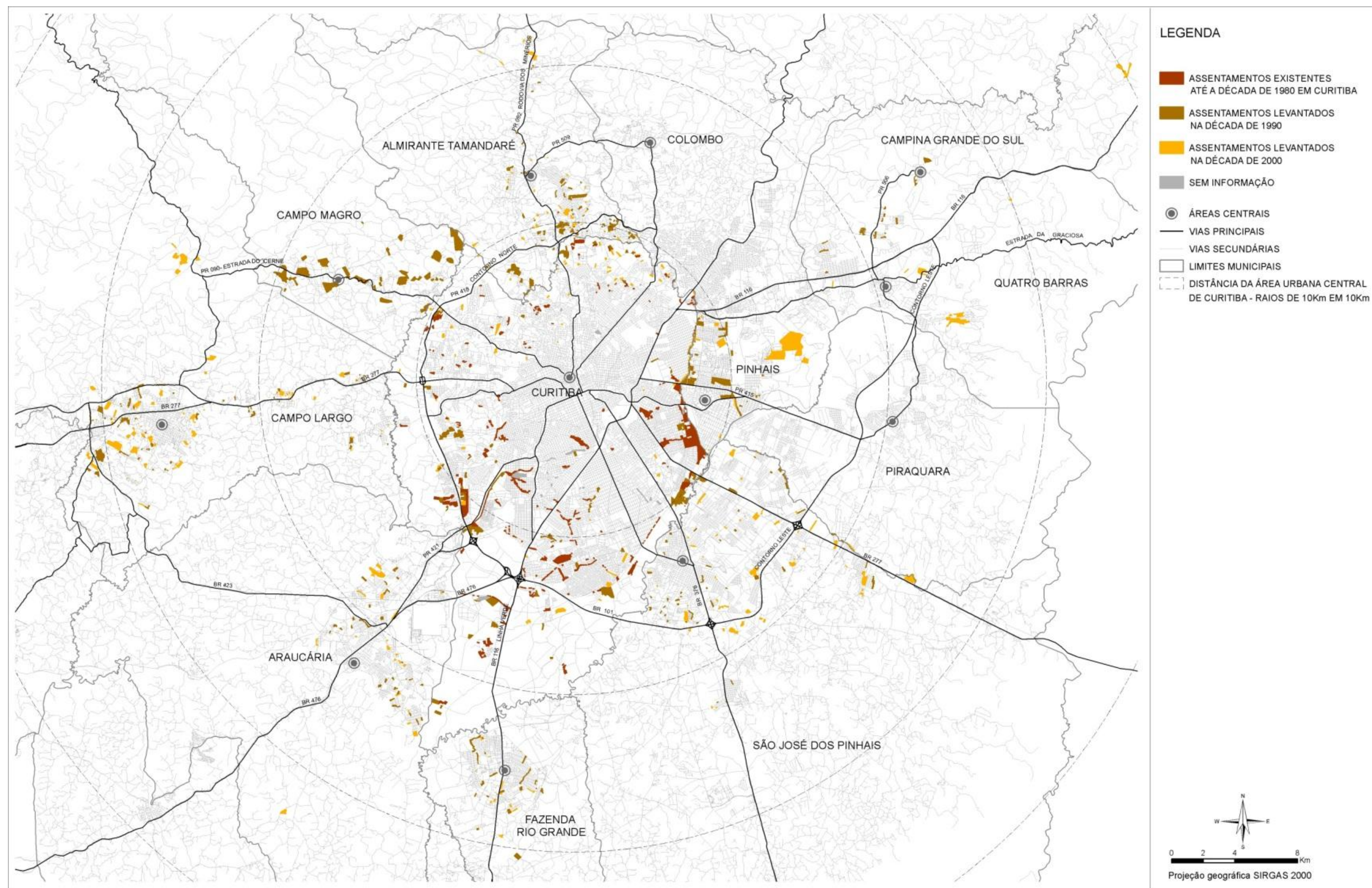


FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS – 1990-2000

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), PARANÁ (1997a), PARANÁ (1997b), PARANÁ (1997c), PARANÁ (1997d), PARANÁ (1997e), PARANÁ (1997f), PARANÁ (1997g), O Autor (2012)

NOTA: Somente em Curitiba foi possível obter a data de origem dos assentamentos informais existentes antes da década de 1990

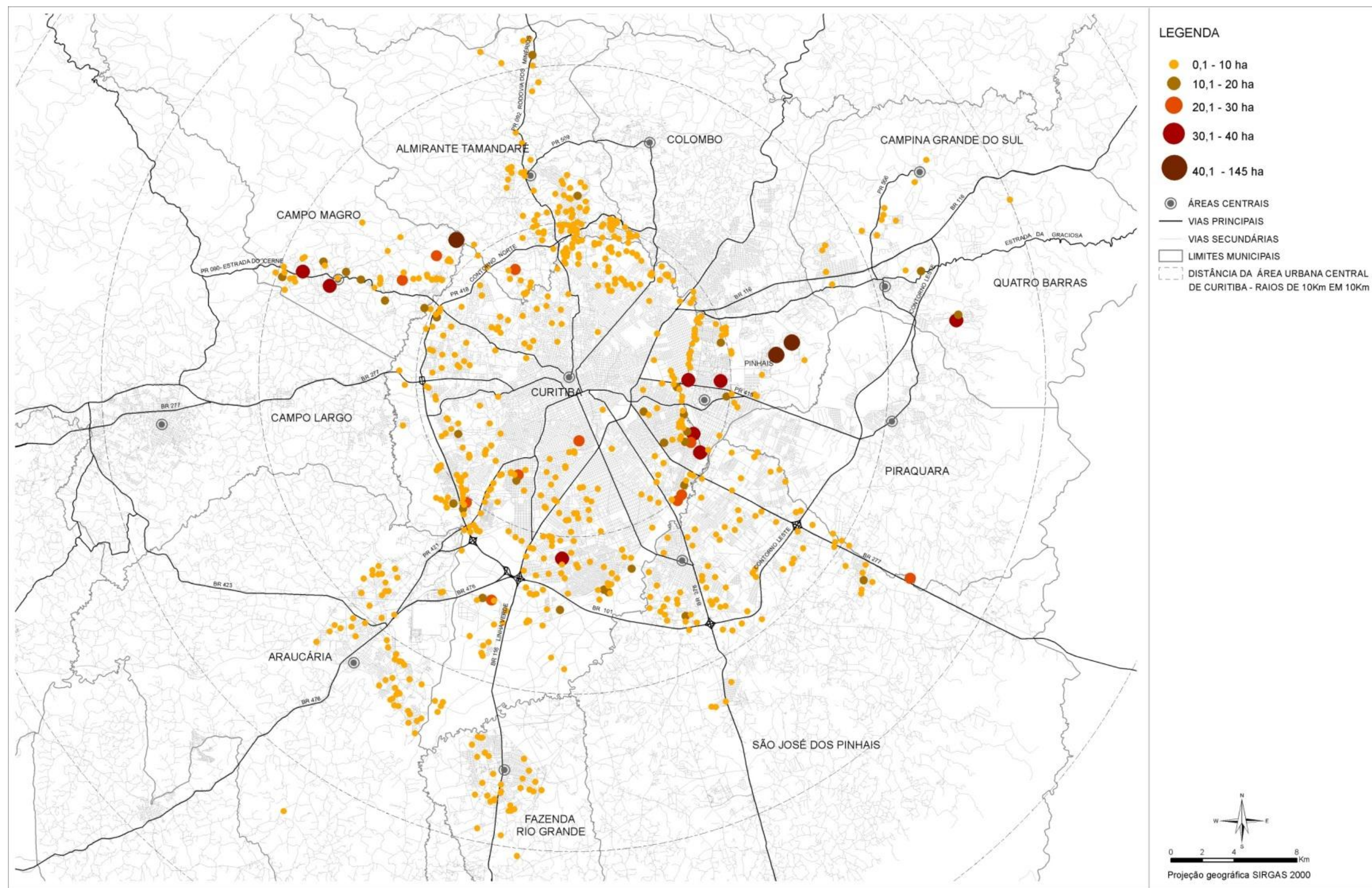


FIGURA 32 – ÁREAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO INTERVALOS DE CLASSE NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000
 FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

A comparação dos dados referentes à área ocupada entre 1990 e 2000 indica que Campo Largo, Pinhais e São José dos Pinhais contribuíram com a maior quantidade de hectares no período, aproximadamente 811 ha. Não foi possível aferir essa evolução em Curitiba pela inexistência de dados nas fontes pesquisadas no final da década de 1990.

Na interpretação da evolução das áreas ocupadas entre décadas, deve ser feita uma ressalva no caso do crescimento verificado em Pinhais. Na verdade, o fenômeno foi anterior a 1990, mas somente no levantamento da década de 2000 os loteamentos irregulares existentes foram contabilizados. Excluindo-se do cálculo essa tipologia⁷², o crescimento em superfície ocupada na última década em Pinhais foi de aproximadamente 31%, similar ao ocorrido em Almirante Tamandaré, um dos mais baixos observados. (TABELA 37)

TABELA 37 – ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS SEGUNDO DÉCADAS - 1990-2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA					
	1990		2000		Diferença entre levantamentos	
	Área (ha)		Área (ha)		Área (ha)	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Curitiba	1.202,88	39,82
Pinhais	73,11	15,52	376,45	12,46	303,34	414,90
Almirante Tamandaré	131,17	27,84	177,58	5,88	46,41	35,38
Campo Magro	358,40	11,86
Campo Largo	58,51	12,42	440,23	14,57	381,72	652,40
Araucária	55,61	11,80	115,21	3,81	59,60	107,17
Fazenda Rio Grande	58,13	12,35	57,10	1,89	-1,03	-1,77
São José dos Pinhais	83,81	17,79	210,03	6,95	126,22	150,60
Quatro Barras	59,20	1,97
Campina Grande do Sul	10,74	2,28	23,94	0,79	13,20	122,90
Total	471,08	100	3.021,02	100	929,46	197,30

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), PARANÁ (1997a), PARANÁ (1997b), PARANÁ (1997c), PARANÁ (1997d), PARANÁ (1997e), PARANÁ (1997f), PARANÁ (1997g), O Autor (2012)

NOTAS: Não foram somados quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária e seis localizados na zona rural de São José dos Pinhais por inexistência de dados

... Dado numérico não disponível

De acordo com os dados da (TABELA 37), verifica-se, ainda, que no final da década de 2000 Curitiba, Campo Largo, Pinhais e Campo Magro contribuem com aproximadamente 79% das áreas ocupadas por espaços informais de moradia.

⁷² A partir de tal justificativa compreende-se porque foram desconsideradas as áreas dos loteamentos irregulares de Pinhais da análise do conjunto. Além disso, conforme processo descrito no tópico 5.2.2, essas áreas encontram-se até hoje praticamente desocupadas.

O crescimento relativo do número de domicílios nas duas décadas foi de 70,95%. Levando-se em conta esse indicador, Curitiba, Campina Grande do Sul e Campo Largo apresentaram o maior crescimento, verificando-se, no entanto, uma evolução ascendente em todos os municípios em que foi possível realizar a análise comparativa.

Em Campina Grande do Sul, a evolução no número de domicílios deve-se aos novos espaços informais de moradia situados na zona rural, registrados pelo levantamento da década de 2000. O menor acréscimo no período foi observado em Fazenda Rio Grande, no sul do aglomerado metropolitano. (TABELA 38)

TABELA 38 – DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA SEGUNDO DÉCADAS – 1990-2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS					
	1990		2000		Diferença entre levantamentos	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Curitiba	33.778	67,14	59.064	68,31	25.286	74,85
Pinhais	2.194	4,36	3.497	4,04	1.303	59,38
Almirante Tamandaré	4.797	9,53	6.238	7,22	1.441	30,03
Campo Magro	230	0,46
Campo Largo	1.729	3,44	4.534	5,24	2.805	162,23
Araucária	1.621	3,22	2.611	3,02	990	61,07
Fazenda Rio Grande	1.554	3,09	1.941	2,24	387	24,90
São José dos Pinhais	3.845	7,64	5.442	6,29	1.597	41,53
Quatro Barras	700	0,81
Campina Grande do Sul	563	1,12	2.451	2,83	1.888	335,34
Total	50.311	100	86.478	100	35.697	70,95

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), PARANÁ (1997a), PARANÁ (1997b), PARANÁ (1997c), PARANÁ (1997d), PARANÁ (1997e), PARANÁ (1997f), PARANÁ (1997g), O Autor (2012)

NOTA: ... Dado numérico não disponível

Entre as décadas de 1990 e 2000, Curitiba, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais mantêm-se como os municípios com o maior número de domicílios em espaços informais de moradia entre os municípios pesquisados. Neste aspecto, merece destaque a representatividade da cidade-polo, com 68,31% dos domicílios em assentamentos informais no final da década de 2000. (TABELA 38)

Tomando como referência as tipologias dos espaços informais de moradia, constata-se que, na última década, as favelas contribuíram com 71,41% do total de assentamentos, seguidas dos loteamentos clandestinos, com 24,78%, e dos loteamentos irregulares, com 1,89%. (GRÁFICO 2)

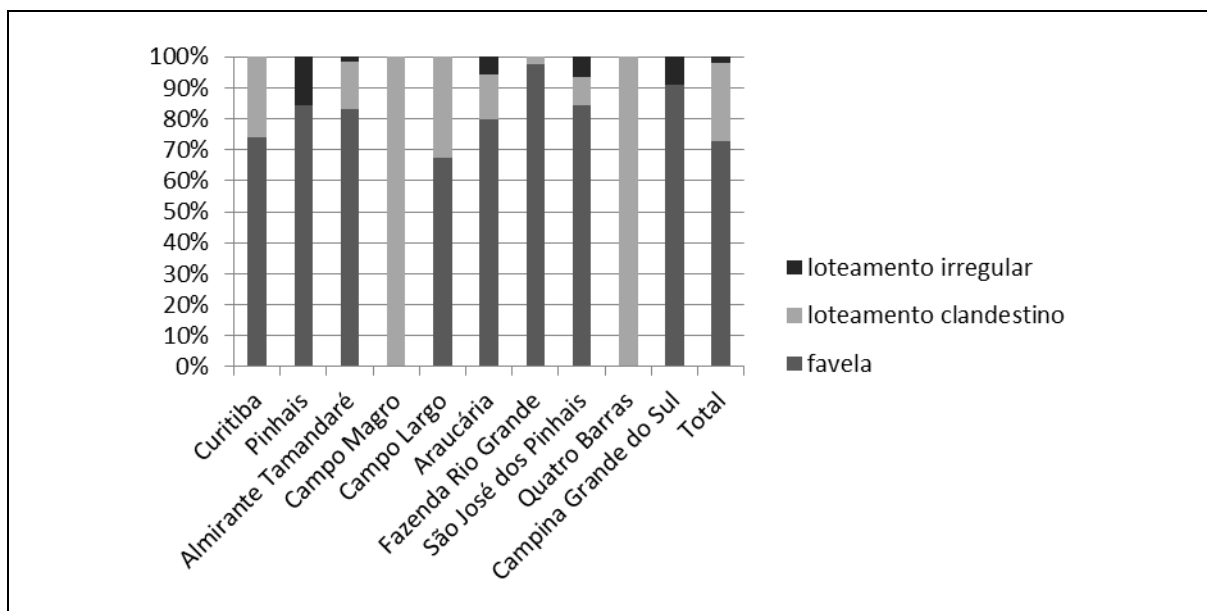


GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO TIPOLOGIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Dado inexistente para quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária e seis localizados na zona rural de São José dos Pinhais

Considerando a superfície ocupada segundo tipologias, as favelas somam 49,94% da área total dos assentamentos, os loteamentos clandestinos, 37,33%, e os loteamentos irregulares, 11,85%.

De acordo com os dados explicitados pela (TABELA 39), no conjunto do aglomerado metropolitano Curitiba detém 65% das áreas ocupadas por favelas e 38% dos assentamentos desta tipologia. Campo Largo, Campo Magro e Curitiba respondem por 85% da superfície ocupada e 83% dos assentamentos informais em loteamentos clandestinos. A soma das áreas desta tipologia nestes três municípios corresponde a 31% da superfície total dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano. Pinhais é o município com a maior proporção de área ocupada por loteamentos irregulares, e contribui com a maior porcentagem da superfície referente a esta tipologia no aglomerado metropolitano, 76%.

TABELA 39 – NÚMERO E ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO TIPOLOGIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA											
	Favela				Loteamento Clandestino				Loteamento Irregular			
	Número		Área (ha)		Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Curitiba	252	38	979,41	65	89	38	223,46	20	-	-	-	-
Pinhais	32	5	104,16	7	-	-	-	-	6	33	272,28	76
Almirante Tamandaré	97	14	97,76	6	18	8	46,84	4	2	11	32,98	9
Campo Magro	-	-	-	-	42	18	358,40	32	-	-	-	-
Campo Largo	130	19	71,47	5	63	27	368,76	33	-	-	-	-
Araucária	43	6	77,95	5	8	3	10,36	0,9	3	17	0,85	0,2
Fazenda Rio Grande	37	5,5	55,37	4	1	0,5	1,73	0,1	-	-	-	-
São José dos Pinhais	76	11	107,02	7	8	3	59,11	5	6	33	43,90	12,5
Quatro Barras	-	-	-	-	6	2,5	59,20	5	-	-	-	-
Campina Grande do Sul	10	1,5	15,81	1	-	-	-	-	1	6	8,14	2,3
Total	677	100	1.508,95	100	235	100	1.127,86	100	18	100	358,15	100

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Dado inexistente para quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária e seis localizados na zona rural de São José dos Pinhais

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

A espacialização das diferentes tipologias permitiu observar as particularidades do processo de produção dos espaços informais de moradia. As favelas predominam e distribuem-se em todas as direções do aglomerado metropolitano, observando-se, no entanto, maior concentração em Curitiba. Campo Magro e Quatro Barras têm maior proporção de loteamentos clandestinos, e em Curitiba e Campo Largo a presença desta tipologia tem um peso igualmente importante. Os loteamentos clandestinos situam-se nos extremos norte e sul do município de Curitiba, no entorno dos Contornos Norte e Leste e da BR 376, em São José dos Pinhais. (FIGURA 33)

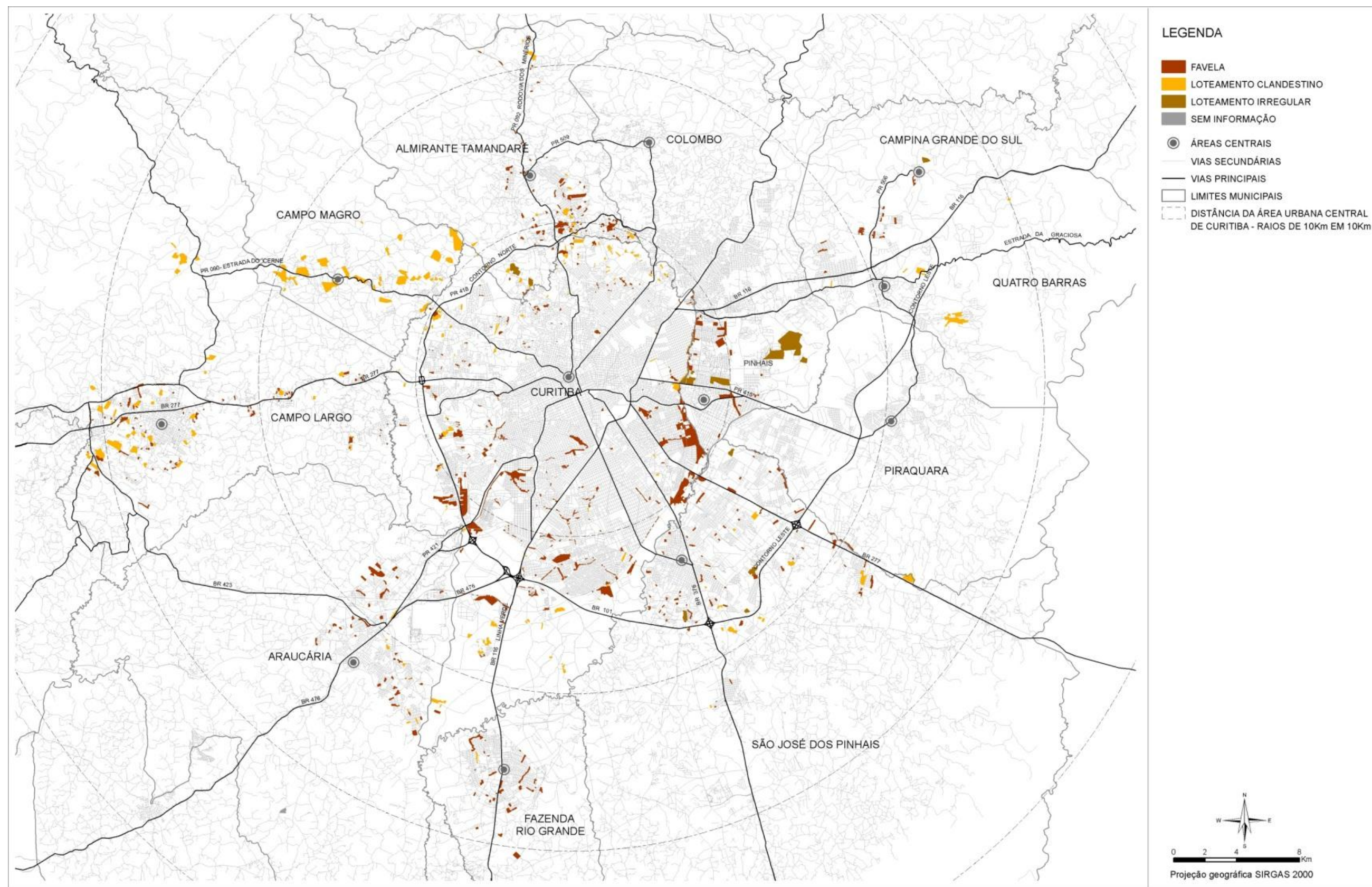


FIGURA 33 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

Os loteamentos irregulares possuem áreas mais extensas que os clandestinos e estes que as favelas. O cálculo da mediana da área ocupada segundo tipologias resultou numa superfície de 1,54 ha nas favelas, de 4,22 ha nos loteamentos clandestinos, e de 8,14 ha nos loteamentos irregulares.

A comparação da área média das favelas em cada município, com a mediana da área desta tipologia no conjunto deles, permitiu constatar que Curitiba e Pinhais possuem as favelas com as maiores superfícies, e Campo Largo as menores. No caso das outras duas tipologias, em Quatro Barras, Campo Magro, São José dos Pinhais e Campo Largo foram encontrados os loteamentos clandestinos com as maiores áreas; em Pinhais e Almirante Tamandaré os loteamentos irregulares é que apresentam as maiores superfícies. (TABELA 40)

TABELA 40 – ÁREA MÉDIA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO TIPOLOGIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

MUNICÍPIO	TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA					
	Favela		Loteamento Clandestino		Loteamento Irregular	
	Área Média (ha)	Densidade (dom./ha)	Área Média (ha)	Densidade (dom./ha)	Área Média (ha)	Densidade (dom./ha)
Curitiba	3,89	53,15	2,51	31,39	-	-
Pinhais	3,25	27,19	-	-	45,38	2,44
Almirante Tamandaré	1,00	43,73	2,60	21,95	16,49	28,35
Campo Magro	-	-	8,53	...	-	-
Campo Largo	0,55	...	5,85	...	-	-
Araucária	1,81	28,85	1,29	29,73	0,28	63,53
Fazenda Rio Grande	1,50	28,97	1,73	194,80	-	-
São José dos Pinhais	1,40	34,26	7,03	13,56	7,31	22,16
Quatro Barras	-	-	9,87	11,82	-	-
Campina Grande do Sul	1,60	39,15	-	-	8,14	14,99
Média	1,87	45,99	4,19	8,67	15,52	7,67

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: A densidade corresponde ao número total de domicílios dividido pela área total da tipologia em hectares.

No cálculo não foram incluídas as áreas de quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária e seis na de São José dos Pinhais, por inexistência de dados.

O valor corresponde à linha denominada "Média" nas colunas, "Área Média (ha)" corresponde ao cálculo da mediana da área ocupada pela tipologia no conjunto de municípios

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

... Dado numérico não disponível

Verificou-se, ainda, que na média as favelas possuem densidade demográfica mais elevada, correspondendo a aproximadamente 46 domicílios/ha. Curitiba, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais

possuem as favelas onde esse indicador foi mais elevado. Fazenda Rio Grande possui um loteamento clandestino com densidade demográfica muito elevada comparada às médias encontradas nas três tipologias, aproximadamente 195 domicílios/ha. (FIGURA 34)

A comparação entre o número total de domicílios situados em espaços informais de moradia e o número total de domicílios particulares, levantados pelo Censo IBGE 2010, permitiu verificar que Almirante Tamandaré e Campina Grande do Sul são os municípios com as maiores proporções de domicílios informais, por volta de 20%. As menores proporções foram encontradas em São José dos Pinhais e Araucária, próximas a 6% do total de domicílios particulares. (TABELA 41)

TABELA 41 – DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO FINAL DA DÉCADA DE 2000 E DOMICÍLIOS PARTICULARES EM 2010 NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS PARTICULARES	DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA	
		Número	Participação %
Curitiba	633.813	59.064	11,09
Pinhais	38.213	3.497	9,15
Almirante Tamandaré	32.594	6.238	19,15
Campo Magro	8.500
Campo Largo	38.531	4.534	11,77
Araucária	39.916	2.611	6,54
Fazenda Rio Grande	27.628	1.941	7,02
São José dos Pinhais	89.699	5.442	6,07
Quatro Barras	7.042	700	9,94
Campina Grande do Sul	13.590	2.451	18,03
Média	921.096	86.478	9,39

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), IBGE (2011a), O Autor (2012)

NOTAS: Em Curitiba a porcentagem teve como referência o número de domicílios particulares e o de domicílios em espaços informais de moradia no Município em 2005, ano do levantamento
... Dado numérico não disponível

Considerando os municípios em que o dado referente ao número de domicílios informais estava disponível nas fontes pesquisadas, a média encontrada no aglomerado metropolitano foi de 9,39% dos domicílios particulares levantados pelo Censo IBGE 2010. O município de Curitiba participa com 68% dos domicílios informais no conjunto do aglomerado metropolitano, e sua representatividade é maior neste indicador do que no número de assentamentos. (TABELA 41)

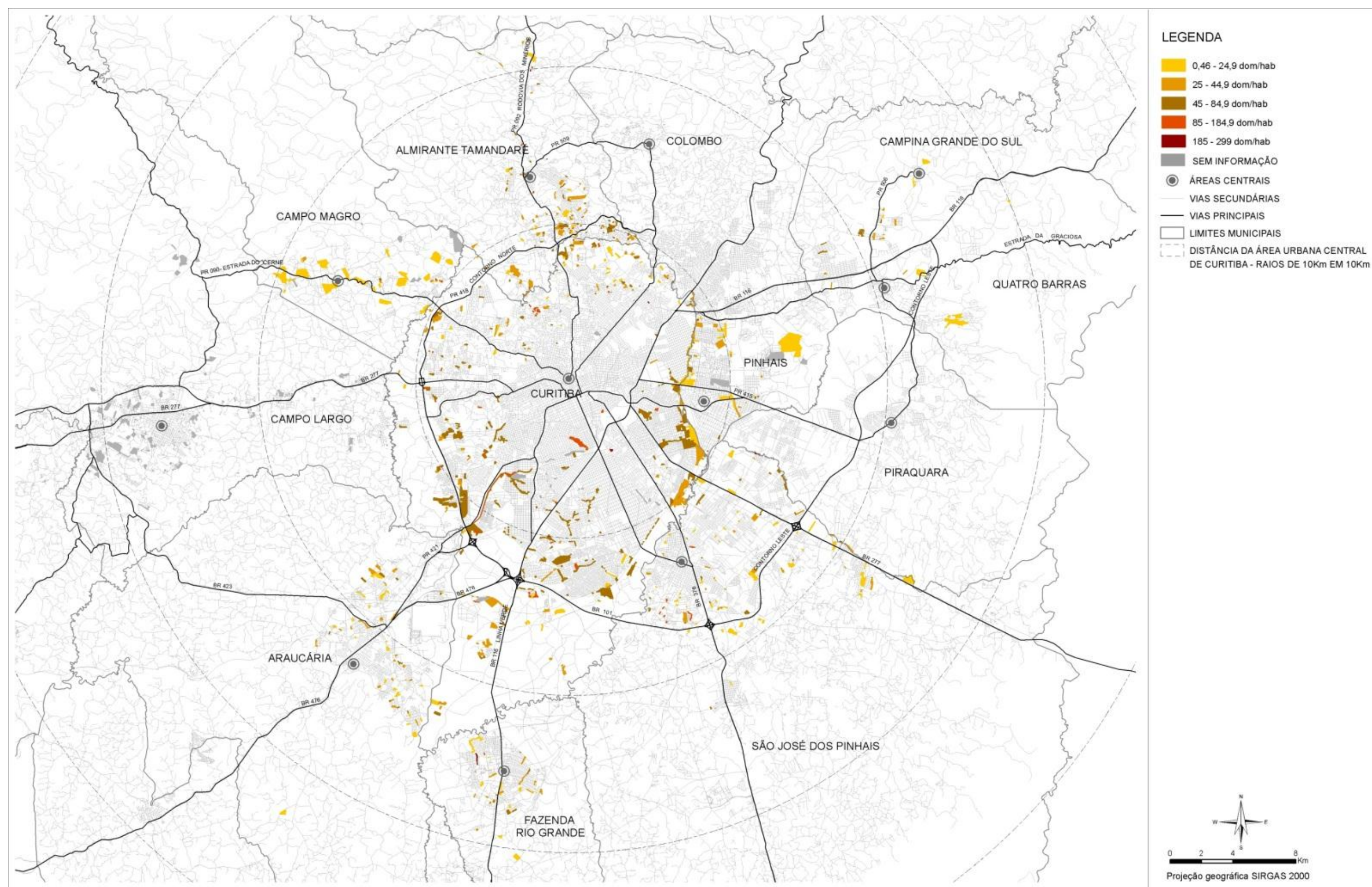


FIGURA 34 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000
 FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), IBGE (2011a), O Autor (2012)

A espacialização dos assentamentos informais de moradia segundo a propriedade da terra na escala do aglomerado metropolitano pode ser verificada na (FIGURA 35). Em relação a este indicador, aproximadamente 49% do total das superfícies dos assentamentos estão em áreas privadas, 18% em áreas de propriedade pública, e 18% ocupam áreas em que parte é de propriedade pública, e a outra, de propriedade privada. Essa síntese não é válida para Campina Grande do Sul, no qual a maior parte das áreas é de propriedade pública. (TABELA 42)

TABELA 42 – ÁREA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO PROPRIEDADE DA TERRA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE DA TERRA NOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA							
	Pública		Privada		Pública e Privada		Sem Informação	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Curitiba	164,08	30,26	505,97	34,20	466,31	85,06	66,51	14,75
Pinhais	76,89	14,18	280,33	18,94	19,25	3,51	-	-
Almirante Tamandaré	71,20	13,13	104,57	7,07	1,80	0,33	-	-
Campo Magro	358,40	79,48
Campo Largo	63,63	11,73	372,74	25,19	3,96	0,72	-	-
Araucária	40,42	7,45	47,71	3,22	1,05	0,19	26,04	5,77
Fazenda Rio Grande	13,16	2,43	15,56	1,05	28,37	5,17	-	-
São José dos Pinhais	99,85	18,42	82,71	5,59	27,47	5,02
Quatro Barras	-	-	59,20	4,00	-	-	-	-
Campina Grande do Sul	13,00	2,40	10,95	0,74	-	-
Total	542,23	100	1.479,74	100	548,21	100	450,95	100

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Informação inexistente para 14,89% do total das áreas ocupadas, incluindo todos os assentamentos de Campo Magro

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

... Dado numérico não disponível

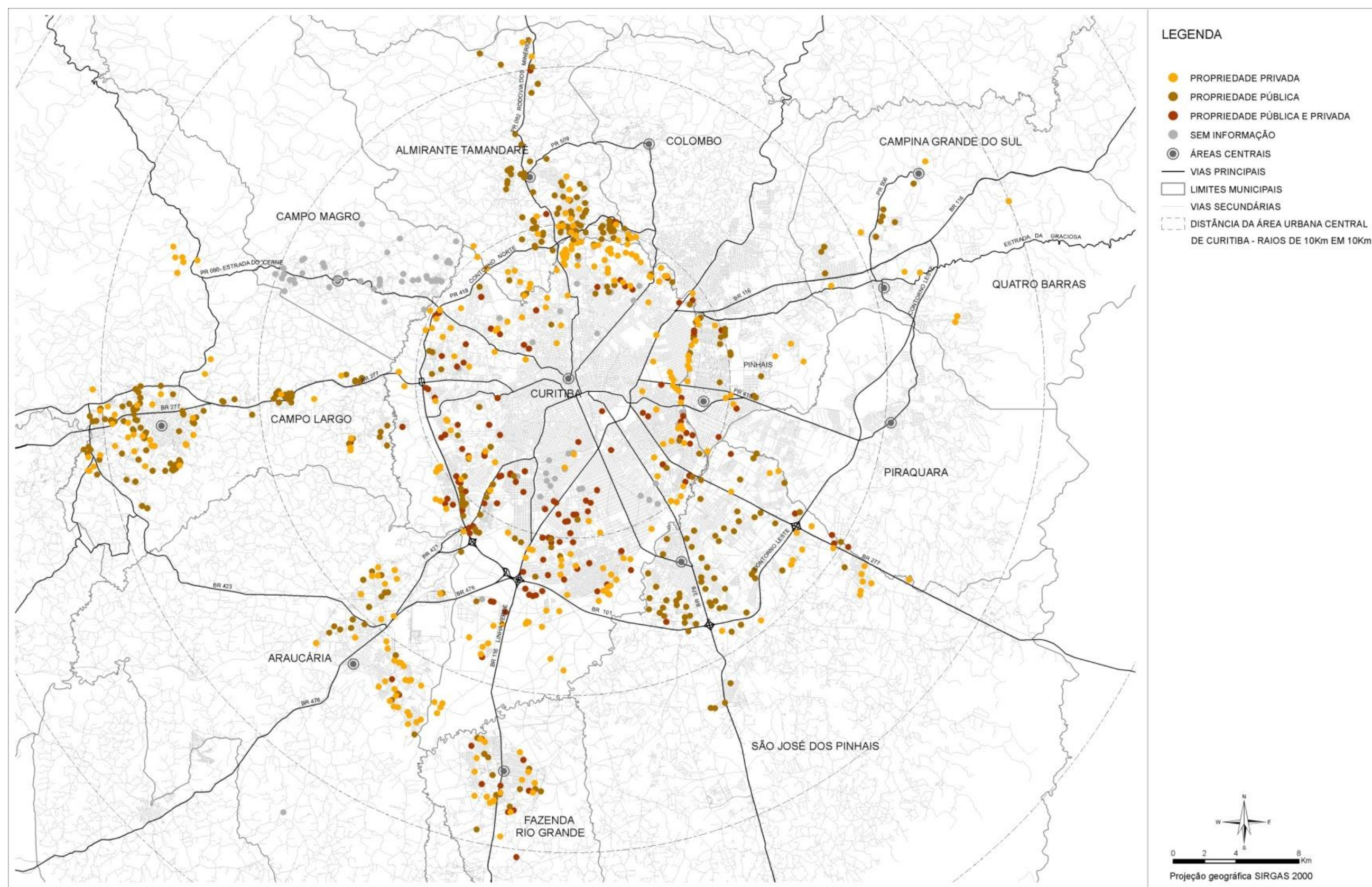


FIGURA 35 – PROPRIEDADE DA TERRA DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000
 FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

A análise da propriedade da terra a partir do número de assentamentos e não da superfície ocupada possibilitou outra conclusão. Neste caso, em torno de 40% deles situam-se em áreas públicas, 36% estão em áreas de propriedade privada, e 18% em áreas mistas, públicas e privadas⁷³. (TABELA 43)

TABELA 43 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO PROPRIEDADE DA TERRA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE DA TERRA NOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA							
	Pública		Privada		Pública e Privada		Sem Informação	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Curitiba	50	13,28	149	43,69	110	79,71	32	34,78
Pinhais	15	4,00	17	4,98	6	4,35	-	-
Almirante Tamandaré	82	21,80	31	9,10	4	2,90	-	-
Campo Magro	42	45,65
Campo Largo	127	33,78	65	19,06	1	0,72	-	-
Araucária	18	4,79	34	9,97	2	1,45	4	4,35
Fazenda Rio Grande	13	3,46	17	4,98	8	5,80	-	-
São José dos Pinhais	62	16,49	20	5,86	7	5,07	7	7,61
Quatro Barras	-	-	6	1,76	-	-	-	-
Campina Grande do Sul	9	2,40	2	0,60	-	-	7	7,61
Total	376	100	341	100	138	100	92	100

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Informação inexistente para 14,89% do total das áreas ocupadas, incluindo todos os assentamentos de Campo Magro

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

... Dado numérico não disponível

No (GRÁFICO 3) observa-se, ainda, que mais de 50% dos assentamentos de Almirante Tamandaré, Campo Largo e São José dos Pinhais ocupam áreas de propriedade pública, e em Curitiba, Araucária e Quatro Barras, de propriedade privada.

⁷³ 9,69% das ocupações irregulares levantadas não dispunham da informação

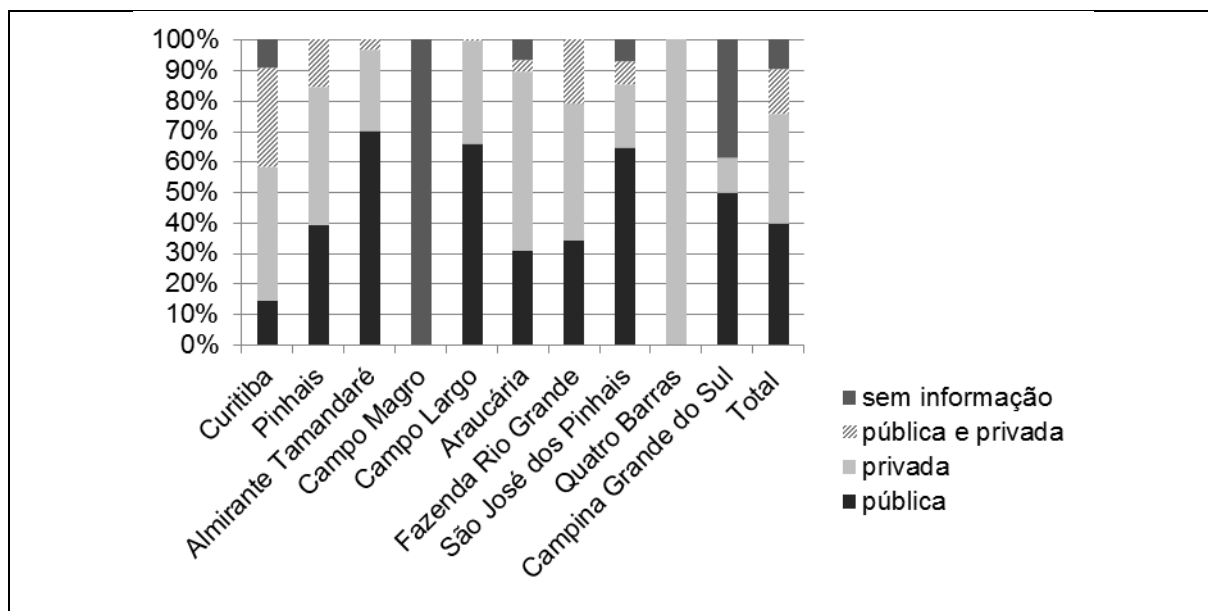


GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SEGUNDO PROPRIEDADE DA TERRA NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Informação inexistente para 14,89% do total das áreas ocupadas, incluindo todos os assentamentos de Campo Magro

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

... Dado numérico não disponível

A relação entre as sínteses obtidas na análise dos dados relativos à propriedade da terra permite afirmar, ainda, que os espaços informais de moradia situados em áreas de propriedade pública têm menores dimensões do que os situados em áreas privadas. De acordo com o cenário levantado nos municípios, este índice é explicado porque uma característica observada no processo de produção dos assentamentos informais de moradia no aglomerado metropolitano é a ocupação de áreas públicas de loteamentos regularmente aprovados destinados à implantação de áreas verdes e equipamentos públicos.

No que diz respeito às características do sítio em que estão implantados os espaços informais de moradia, aproximadamente 58% do total localizam-se em APPs e 16% em APAs. Em Araucária, Pinhais e Campina Grande do Sul a proporção encontrada é maior, observando-se que 70% dos assentamentos informais nestes municípios situam-se sobre APPs. (TABELA 44)

Na (TABELA 44), verifica-se, ainda, que Curitiba e Campo Largo detêm, aproximadamente, 36% dos espaços informais de moradia do aglomerado

metropolitano situados em APPs. Campo Largo, Curitiba e Campo Magro concentram 96% dos assentamentos informais sobre APAs.

TABELA 44 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SITUADOS EM APPS E APAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000

MUNICÍPIO	NÚMERO	EM APP		EM APA	
		Número	(%)	Número	(%)
Curitiba	341	211	61,88	35	10,26
Pinhais	38	27	71,05	2	5,26
Almirante Tamandaré	117	53	45,30	-	-
Campo Magro	42	18	42,86	28	66,67
Campo Largo	195	128	65,64	86	44,10
Araucária	58	43	74,14	-	-
Fazenda Rio Grande	38	22	57,89	-	-
São José dos Pinhais	96	35	36,46	1	1,04
Quatro Barras	6	3	50,00	3	50,00
Campina Grande do Sul	18	12	66,67
Total	949	552	58,17	155	16,33

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2005), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Dados inexistentes para os 18 assentamentos de Campina Grande do Sul

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Esta particularidade referente à localização dos assentamentos informais em APPs é predominante e foi constatada em todos os municípios do aglomerado metropolitano, conforme demonstra a (FIGURA 36).

Apenas em quatro municípios, Curitiba, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, os PLHIS levantaram em cada um dos assentamentos existentes informações referentes a áreas sujeitas a risco de acidentes ambientais e atingidas por faixas de domínio. Nestes municípios, aproximadamente 35% dos espaços informais de moradia situam-se em áreas com risco de inundações. Em Araucária, 17% deles localizam-se em áreas sujeitas a deslizamentos. Em Curitiba e Araucária, aproximadamente 15% dos assentamentos informais foram implantados sobre faixas de domínio de rodovias, ferrovias e linhas de alta tensão. (GRÁFICO 4)

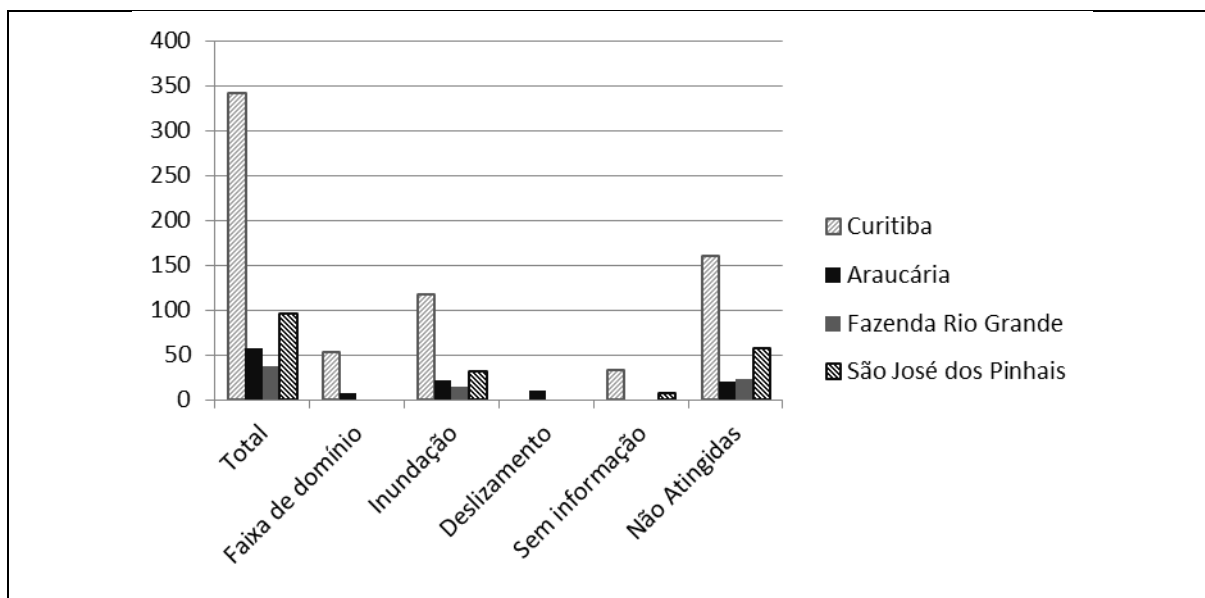


GRÁFICO 4 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA EM CURITIBA, ARAUCÁRIA, FAZENDA RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS SUJEITOS A INUNDAÇÕES, DESLIZAMENTOS OU SITUADOS EM FAIXAS DE DOMÍNIO NA DÉCADA DE 2000
 FONTES: CURITIBA (2007), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), O Autor (2012)

NOTAS: Existem áreas sujeitas a mais de uma destas situações, mas o cálculo apresentado contabilizou cada uma das situações separadamente

Em relação aos dados referentes à renda, na maioria dos municípios a renda máxima das famílias é de três salários mínimos. Em Curitiba, Araucária e Fazenda Rio Grande, onde os PLHIS levantaram esse dado em cada um dos assentamentos identificados, a renda média encontrada foi mais baixa, em torno de dois salários mínimos. No polo, aproximadamente 41% dos residentes encontram-se nesta faixa, em Araucária, 53%, e em Fazenda Rio Grande, a totalidade das famílias.

A renda dos moradores dos loteamentos clandestinos é, em média, mais elevada que a dos residentes nas favelas. Em Curitiba, por exemplo, que concentrou na década de 2000 44% desta tipologia, 82% dos domicílios situados em loteamentos clandestinos têm renda superior a três salários mínimos e, deste total, 40% ganham mais que cinco salários mínimos.

Em Araucária, os espaços informais de moradia localizados no perímetro urbano com renda média mais baixa, entre um e dois salários mínimos, situam-se em bairros periféricos próximos do limite com Curitiba. Ainda de acordo com as informações obtidas no PLHIS desse município, a maior parte dos residentes em assentamentos informais paga aluguel e está empregada. É igualmente importante a informação de que nos assentamentos localizados na zona rural a renda média é de até um salário mínimo.

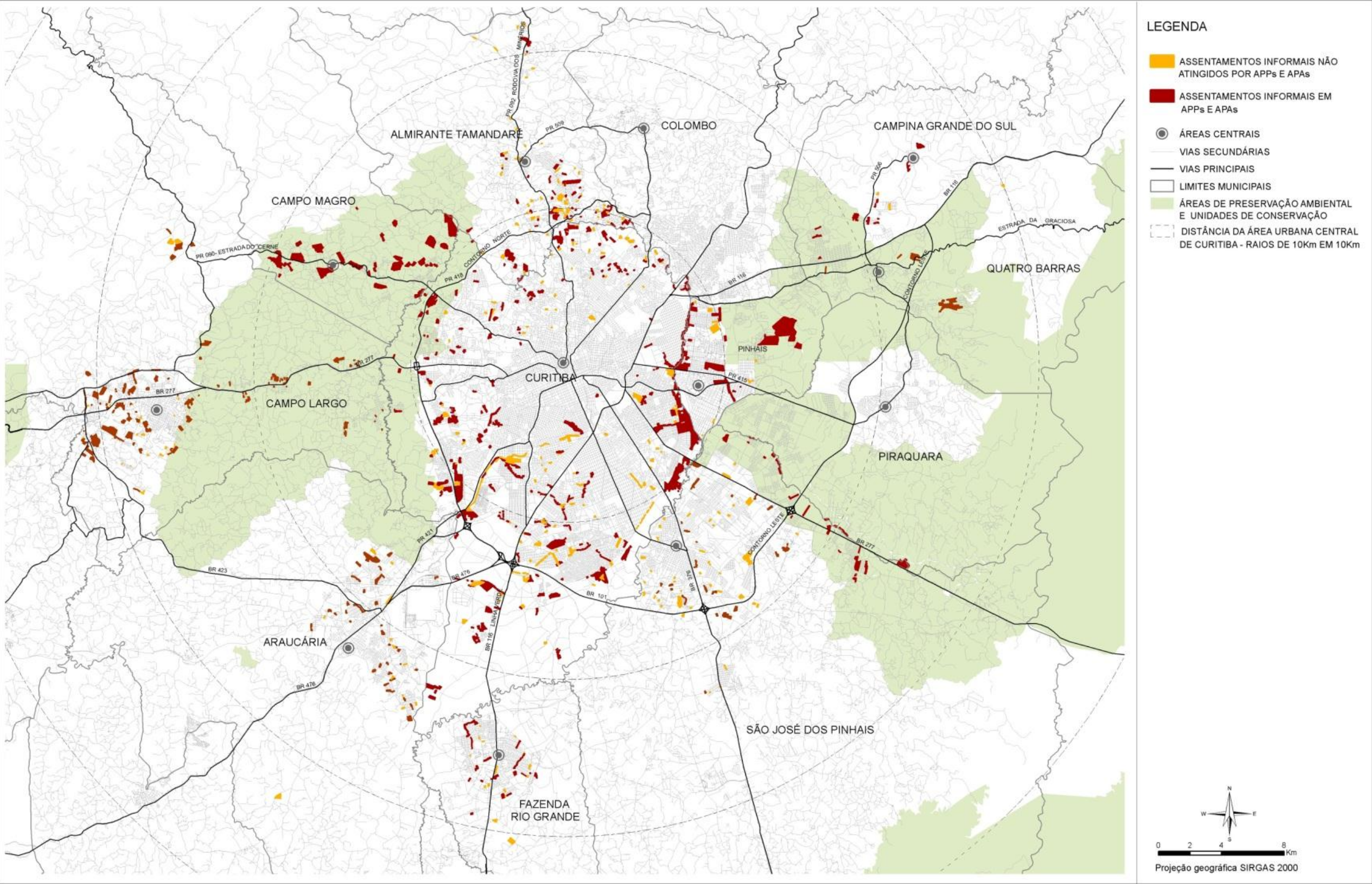


FIGURA 36 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA SITUADOS EM APPs E APAs NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 2000
FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

Em síntese, os dados levantados e analisados a respeito do processo de produção dos espaços informais de moradia comprovaram não apenas a intensificação, mas a complexidade e heterogeneidade do fenômeno de produção socioespacial na metrópole de Curitiba. Apesar de o crescimento ter ocorrido em todo o aglomerado metropolitano, no que diz respeito à extensão da mancha urbana identificaram-se dois principais vetores, a norte e a sudeste. Nestas duas regiões foram verificados os indicadores mais elevados em termos de número de assentamentos informais, domicílios e densidade demográfica.

A expansão do processo ocorre também de forma intensiva no interior da mancha urbana, conforme revelaram os dados a respeito da densidade e a localização das tipologias predominantes.

As favelas localizam-se majoritariamente no interior da mancha de ocupação urbana consolidada, e possuem densidades demográficas mais elevadas. A análise do processo de produção das favelas no período entre décadas indicou que o crescimento dos assentamentos realizou-se fundamentalmente pelo aumento da densidade demográfica, ou seja, foi mais intensivo do que extensivo. Essa dinâmica é mais importante nas favelas mais centrais, tomando-se como referência a área central da cidade-polo.

Os loteamentos clandestinos constituem o principal vetor de extensão da mancha de ocupação urbana. Considerando a área central do polo metropolitano, estes assentamentos situam-se nas áreas mais periféricas. Observou-se, no entanto, que esta tipologia não está localizada em qualquer ponto da periferia, mas somente naqueles com boa acessibilidade; em geral, no entorno das principais vias de ligação regional e intrametropolitana.

Não foi identificado um crescimento significativo dos loteamentos irregulares entre as décadas de 1990 e 2000. Esta tipologia representa 2% do total dos assentamentos informais e 12% da área dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano.

O cruzamento dos vetores de direção e sentido de expansão do processo permitiu constatar que no norte do aglomerado metropolitano o crescimento extensivo se apresenta com mais força, e no restante da sua área prevalece o intensivo.

Outra conclusão importante refere-se ao fato de que, no período entre levantamentos, o acréscimo em superfície ocupada e em número de domicílios foi

mais importante que o surgimento de novos assentamentos, indicando que o crescimento extensivo e intensivo dos assentamentos informais pré-existentes, localizados mais próximos do núcleo metropolitano, destacam-se em relação à produção de novas áreas informais na periferia.

A análise da dinâmica de produção dos espaços informais de moradia explicitou, ainda, que em cada um dos principais vetores de expansão o processo se realiza a partir da ação de agentes sociais e interesses diferenciados. No norte do aglomerado metropolitano, onde predominam os loteamentos clandestinos, a participação de proprietários de terras é fundamental para a realização do processo, observando-se a difusão desta tipologia na última década. No norte do aglomerado metropolitano, onde predominam os loteamentos clandestinos, a ação de proprietários de terras é fundamental para a realização do processo, observando-se a difusão desta tipologia na última década. No sudeste, caracterizado majoritariamente pela produção de favelas em áreas de propriedade pública situadas em loteamentos regularmente aprovados, a participação dos poderes locais tem uma importância fundamental, e revela a forma como se efetiva o controle e a regulamentação do uso e ocupação do solo urbano nestes municípios.

No que diz respeito ainda à propriedade da terra, observou-se que a ocupação de áreas públicas é um fator importante para a compreensão do processo nos municípios situados no entorno de Curitiba. Neste aspecto, destaca-se a ocupação de áreas impróprias ou proibidas ao uso residencial, por estarem sujeitas a risco de acidentes ambientais, ou destinadas à preservação ou implantação de equipamentos públicos, característica observável em todo o aglomerado metropolitano, independente da tipologia predominante.

A análise apresentada comprovou que entre as décadas de 1990 e 2000 o processo de produção informal do espaço não apenas cresceu como se expandiu, e estendeu-se em todo o aglomerado metropolitano. Comparando-se os indicadores entre décadas, observa-se tanto o aumento do número de assentamentos e domicílios nos municípios do entorno, como no polo metropolitano. Curitiba manteve-se como o município com maior participação nesse processo, em 1997 detinha 67% dos domicílios em ocupações irregulares, e no final da década de 2000, 68%. Como já afirmado, destaca-se que pode haver uma queda da participação do polo neste processo ao serem incorporados à análise os dados relativos aos espaços informais de moradia de Colombo e Piraquara na década de 2000.

Ou seja, a diferença observada entre décadas refere-se tanto à expansão do processo e extensão dos assentamentos em direção aos demais municípios do aglomerado metropolitano, como à intensificação do fenômeno no polo, que também apresentou indicadores ascendentes.

Com base nos resultados apresentados, no capítulo seguinte o processo de produção dos espaços informais de moradia foi relacionado à dinâmica de produção do espaço da metrópole de Curitiba observada nas duas últimas décadas, a partir do qual é possível compreender as características da reestruturação espacial ocorrida.

6 ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E REESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE DE CURITIBA

Conforme dados analisados no Capítulo 5, nas duas últimas décadas os espaços informais de moradia cresceram e difundiram-se em toda a extensão do aglomerado metropolitano de Curitiba, passando de 521 assentamentos e 50.311 domicílios no final da década de 1990, para 948 assentamentos e 86.478 domicílios no final da década de 2000.

Observou-se, também, que mudou o processo de produção das tipologias que caracterizam estes espaços, com destaque para a comercialização de imóveis nas favelas e o crescimento dos loteamentos clandestinos.

Todos estes fenômenos contribuíram de forma definitiva para a transformação da dinâmica de produção e estruturação da metrópole de Curitiba a partir desse período, conforme se demonstra no presente Capítulo, inaugurando uma fase de reestruturação espacial caracterizada pelo surgimento de novas relações centro-periferia.

No primeiro tópico apresenta-se uma síntese da estruturação espacial da metrópole no final da década de 1980, com o objetivo de compará-la à atualmente existente. Em seguida, tomando-se como referência o modelo e a produção precedentes, apresentam-se os atributos da atual reestruturação metropolitana. Ao final, explicitam-se as lógicas a partir das quais são produzidas as favelas, os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares, a partir da análise das formas de atuação dos agentes sociais produtores destes espaços.

Destaca-se, por fim, que apesar da interpretação do processo de reestruturação ter como foco principal de análise as transformações observadas nos espaços informais de moradia, tem-se claro que o fenômeno deriva do conjunto de mudanças observadas no habitat residencial em geral, pois se vinculam aos novos modos de vida e produção que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea.

6.1 A ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL METROPOLITANA NO PERÍODO 1970-1980

Entre 1970 e o final da década de 1980, segundo Ultramari e Moura (1994), a estruturação do espaço na metrópole de Curitiba caracterizava-se pela presença dos seguintes fenômenos: (i) a existência de áreas rurais e periféricas limítrofes a Curitiba sobre pressão de ocupação; (ii) a insularidade das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno do polo; (iii) a presença de áreas urbanas consolidadas em processo de extravasamento.⁷⁴

A pressão sobre áreas rurais e periféricas tinha distintas origens e derivava de diversas ações, observando-se uma tendência de expansão dos usos industrial, de serviços e residencial em direção a glebas não parceladas ou áreas com uso residencial de baixa densidade. Os autores destacam, ainda, que, mais do que uma localização, as áreas rurais existentes caracterizavam-se por uma feição, um uso peculiar do espaço, e eram encontradas também no interior dos perímetros urbanos.

A materialização desse processo conformou uma coroa de ocupação periférica situada no entorno dos limites territoriais de Curitiba, que era dependente da cidade-polo em relação à oferta de empregos, ao comércio e aos equipamentos urbanos. A localização, a morfologia e a dinâmica urbana que marcaram a formação dessa periferia produziram a “insularidade” das áreas urbanas centrais dos municípios situados no entorno de Curitiba. (ULTRAMARI; MOURA, 1994)

Vale destacar que a origem destes núcleos urbanos pretéritos deriva de diferentes períodos históricos. Alguns provêm da fase de ocupação portuguesa do território brasileiro e outros das colônias de imigrantes, planejadas e implementadas pelo Estado no século XIX nos arredores de Curitiba⁷⁵.

⁷⁴ De acordo com Ultramari e Moura (1994, p. 57), tal síntese teve como referência a leitura do espaço metropolitano elaborada no ano de 1988 pela equipe de técnicos da COMEC por ocasião da elaboração do Plano Metropolitano – ano 2000, coordenada pelos autores. Na época, a RMC era composta por quatorze municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

⁷⁵ No ano de 1875 foi implementada uma política de imigração pelo então Governador do Paraná Lamenha Lins, motivada pela carência de mão de obra na lavoura derivada do fim da escravidão e do envolvimento da maioria da população paranaense na extração e exportação da erva-mate. Tal política tinha, portanto, como objetivo resolver a grave crise de abastecimento de gêneros alimentícios observada na região de Curitiba. Para tanto, a estratégia adotada pelo governo baseou-se na implantação de núcleos coloniais agrícolas no entorno da Capital para suprir a falta de trabalhadores que se dedicassem à agricultura de subsistência. Através dessa política foram fundadas várias colônias nos arredores da cidade de Curitiba. Estes núcleos, implantados em áreas

Tal fenômeno deu origem a uma espacialidade caracterizada por: (i) uma mancha de ocupação urbana concentrada no entorno dos limites territoriais de Curitiba habitada pela população migrante que se dirigia à RMC neste período, (ii) e núcleos de ocupação dispostos de forma radiocêntrica em relação ao polo, onde residia a população pré-existente à periferização ocorrida.

Outra característica é que entre estes núcleos urbanos pretéritos e a nova periferia formada estabeleceram-se relações socioespaciais muito mais débeis do que as existentes entre estes e o núcleo da aglomeração metropolitana em formação, Curitiba, conforme demonstraram Mota (2004) e Silva (2006) nos estudos desenvolvidos sobre o processo de produção do espaço de Colombo e Araucária neste período.

O segundo fenômeno observado, de acordo com Ultramari e Moura (1994), refere-se à pressão por ocupação em áreas residenciais de baixa densidade situadas em bairros periféricos de Curitiba, que a partir de 1980 passaram a experimentar um processo de substituição do perfil da população residente. A partir dele, antigos moradores, com renda em geral mais baixa que a dos novos residentes, deslocaram-se para a periferia próxima, num movimento denominado pelos autores de subperiferização, que, segundo afirmam, foi em grande parte derivado do crescente aumento do preço da terra verificado na cidade-polo.

Em relação às características do custo da terra verificado na metrópole de Curitiba, segundo Pereira (2002, p. 106) a diferenciação dos preços dos lotes comercializados via mercado imobiliário formal seguiu uma forma radiocêntrica, decrescendo do centro de Curitiba em direção à periferia. Tal processo fez com que municípios situados no entorno de Curitiba se transformassem em periferia da cidade-polo, pois os lotes mais baratos neles localizados passaram a constituir a alternativa para as famílias de baixa renda.

Outros fatores que explicam essa ocupação periférica, segundo a mesma autora, foram a maior flexibilidade da legislação urbanística observada nos municípios do entorno ao polo e os efeitos do “*city marketing*” sobre a atração de população nas proximidades de Curitiba. Segundo a autora:

pertencentes aos então municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Largo, Lapa e Bocaiúva do Sul, deram origem décadas mais tarde a vários bairros da Capital e a diferentes cidades hoje integrantes da RMC. (WACHOWICZ, 1977)

O processo de planejamento que aí se desenvolve [no município de Curitiba] há algumas décadas tem equipado o espaço da cidade, rendendo a esta síntese imagética de um lugar com grande qualidade de vida. Essa imagem positiva ajudou a atrair um contingente de população migrante, especialmente do interior do Paraná. Chegando à capital, e diante da impossibilidade de acesso à moradia dentro do território da cidade, deslocaram-se para a periferia, ocupando áreas limítrofes dos municípios vizinhos. Desta maneira, apesar de economicamente vinculados a Curitiba, residem em áreas que ainda não incorporaram no preço a imagem positiva da cidade-pólo. (PEREIRA, 2002, p. 106)

Os fenômenos descritos consolidaram uma espacialidade que no final da década de 1980 era caracterizada pela descontinuidade territorial entre a aglomeração urbana de Curitiba, as áreas de ocupação periféricas situadas no entorno da cidade-polo, e as áreas urbanas dos demais municípios metropolitanos pré-existentes à instauração da metropolização. (FIGURA 37)

A descontinuidade territorial observada derivou de dois vetores de periferação. Tomando-se como referência o polo metropolitano, no final de 1980 o vetor de estruturação espacial promovia a desconcentração e estava orientado em direção à periferia limítrofe de Curitiba. Referenciando-se nas áreas urbanas centrais dos municípios do entorno, o vetor de expansão partia da periferia em direção ao centro da metrópole, reforçando a polarização exercida por Curitiba. Desta forma, surgiram periferias que embora não pertencentes ao território do município de Curitiba mantinham relações mais intensas com esta cidade do que com as áreas urbanas dos municípios onde elas estavam localizadas.

À luz do processo descrito, a morfologia urbana nesse período caracterizava-se: (i) por uma mancha de ocupação mais extensa e contínua que ia do entorno da área central de Curitiba em direção ao sul, até os limites dos bairros Capão Raso e Boqueirão; (ii) uma coroa periférica de ocupação recente no entorno dos limites da cidade-polo, que avançava sobre o território dos municípios vizinhos; (iii) núcleos urbanos esparsos, pré-existentes ao fenômeno de periferação, distribuídos de forma radial em relação ao centro da metrópole e a ele ligados por vias regionais também pré-existentes, distantes da coroa de ocupação periférica e do polo, que correspondiam às áreas urbanas centrais dos demais municípios do aglomerado metropolitano. (FIGURA 37)



FIGURA 37 – ESTRUTURA ESPACIAL DA METRÓPOLE DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 1980
 FONTE: COMEC (2006), ULTRAMARI E MOURA (1994), O Autor (2012)

Conforme já aprofundado no Capítulo 4, a ação dos agentes sociais envolvidos com a atividade imobiliária teve um papel fundamental na formação da espacialidade descrita, destacando-se a produção de lotes populares na periferia metropolitana.

Entre as décadas de 1970 e 1980, reproduziu-se na metrópole de Curitiba o mesmo fenômeno de periferização da pobreza observado em outras metrópoles brasileiras a partir de meados do século XX, no qual a crescente população de baixa renda passou a habitar as periferias precárias e distantes, e os mais abastados as áreas mais centrais e com infraestrutura.

O processo de periferização da moradia popular, responsável pela produção da espacialidade descrita, explica, portanto, a origem da estruturação urbana na metrópole de Curitiba.

Nos anos finais da década de 1980, mudanças na dinâmica de produção da periferia metropolitana indicam que novos fenômenos passariam a compor o quadro da metropolização, dentre eles o crescimento da pobreza urbana em Curitiba. Embora ainda fosse um fenômeno considerado incipiente, Ultramari e Moura (1994) identificam nesse período um afluxo de moradores de baixíssima renda, que a partir de então passariam a residir nas favelas da cidade-polo.

A este fenômeno somaram-se, nas décadas seguintes, os demais conteúdos socioespaciais que deram origem à estrutura espacial observada no final da década de 2000 na metrópole de Curitiba.

6.2 NOVAS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA E A FORMAÇÃO DE UM NOVO PADRÃO DE ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

Tomando como referência o processo de produção dos espaços informais de moradia, a atual fase de estruturação espacial na metrópole de Curitiba caracteriza-se pela ocorrência simultânea de movimentos de desconcentração e reconcentração. A partir destes dois movimentos, derivados de diferentes vetores de crescimento desses espaços, um extensivo e outro intensivo, com diferentes sentidos de expansão, realiza-se a reestruturação da metrópole.

O crescimento extensivo produz a extensão horizontal da mancha urbana em direção a áreas cada vez mais distantes em relação ao núcleo da aglomeração metropolitana e deriva da produção de novas áreas residenciais. Este processo promove a desconcentração espacial pelo crescimento e a expansão dos espaços informais de moradia sobre o território dos municípios metropolitanos situados no entorno de Curitiba. A análise da forma de produção destes assentamentos permitiu, ainda, verificar que o crescimento extensivo ocorre com, ou sem, continuidade territorial.

Na desconcentração com descontinuidade territorial, o crescimento extensivo produz a dispersão da ocupação urbana, consolidando uma cidade caracterizada por estes mesmos atributos. Conforme verificado pela pesquisa, este movimento se realiza pela produção de novos loteamentos clandestinos e novas favelas na zona rural dos municípios metropolitanos, dinâmica identificada em Campina Grande do Sul, Araucária e Fazenda Rio Grande, pela produção de favelas, e em Campo Magro, Campo Largo e São José dos Pinhais, a partir dos loteamentos clandestinos.

Outra característica desse movimento de desconcentração com descontinuidade territorial é que, tanto em relação a Curitiba como em relação às áreas urbanas centrais dos municípios limítrofes, o vetor de extensão dos novos assentamentos distancia-se da mancha de ocupação mais densa situada no entorno do núcleo metropolitano, conformando uma espacialidade mais dispersa e menos adensada.

Na desconcentração com continuidade territorial, o crescimento extensivo ocorre pelo surgimento de novos espaços informais de moradia no interior da mancha urbana existente. Esse processo é mais intenso na periferia próxima dos limites territoriais de Curitiba, e seu avanço reduz a descontinuidade territorial observada entre as áreas urbanas centrais dos municípios limítrofes ao polo e a coroa de ocupação periférica surgida entre as décadas de 1970 e 1980.

De acordo com os dados obtidos, a realização desse fenômeno deriva fundamentalmente do surgimento de novas favelas, mas os novos loteamentos clandestinos produzidos na última década no município de Curitiba também contribuem para sua consolidação. Embora promova a desconcentração espacial, esse movimento de estruturação sofre polarização do núcleo metropolitano no que tange às atividades e serviços urbanos.

O crescimento intensivo ocorre pelo adensamento dos assentamentos informais existentes e situados em áreas mais cênicas em relação a Curitiba. Ele produz a transformação dos espaços urbanos consolidados e potencializa a ocupação no núcleo metropolitano, reforçando a concentração espacial. Tal movimento é fundamentalmente derivado das transformações observadas na forma de produção das favelas mais antigas, dentre elas a emergência do mercado de comercialização de imóveis nesses assentamentos.

A tendência de reforço à concentração é comprovada: (i) pelas maiores densidades observadas nos espaços informais de moradia pré-existentes, situadas na cidade polo e proximidades, conforme dados espacializados na (FIGURA 38); (ii) pela intensificação do processo em Curitiba, que além do adensamento dos assentamentos mais antigos também se realiza pela produção de novos; (iii) pelo maior crescimento em superfície dos espaços pré-existentes do que pelo surgimento de novas áreas informais.

A partir dos movimentos de estruturação espacial derivados da produção das favelas e loteamentos clandestinos comprova-se, também, a participação principal dos espaços informais de moradia na reestruturação espacial vigente. A participação fundamental desses espaços é reforçada ao se comparar a localização destas tipologias com a dos terrenos à venda em condomínios fechados no final da década de 2000. (FIGURA 39)

A ocorrência simultânea dos movimentos de concentração e desconcentração pode ser observada na (FIGURA 40), que espacializa os sentidos dos vetores de crescimento extensivo e localiza a área de crescimento intensivo. A identificação desses vetores permite, também, reconhecer que a partir da dinâmica de produção dos espaços informais de moradia é que se estabelecem novas relações centro-periferia, responsáveis pela fase de reestruturação espacial.

Esses vetores de desconcentração e reconcentração identificados a partir da análise do processo de produção das ocupações irregulares nas duas últimas décadas ocasionam a reestruturação da metrópole, cuja espacialidade passou a se caracterizar:

- a) pela presença de novos conteúdos nas áreas centrais e periféricas;
- b) pela conformação de uma morfologia urbana ao mesmo tempo mais difusa e adensada;
- c) por um espaço mais heterogêneo e fragmentado;

- d) pelo reforço, ou o surgimento, de subcentros metropolitanos, embora ainda incipientes;
- e) por uma nova lógica de distribuição dos grupos sociais, com destaque para o crescimento dos espaços informais de moradia no núcleo metropolitano

A partir da consolidação do fenômeno descrito, no final da década de 2000 a morfologia da metrópole de Curitiba pode ser descrita por:

- a) uma mancha de ocupação contínua que abrange praticamente todo o território de Curitiba, com exceção de áreas no extremo sul desse município onde ela ainda é rarefeita, e grande parte das áreas urbanas dos municípios de Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Araucária e São José dos Pinhais, marcada fundamentalmente pela presença das favelas e os movimentos de reconcentração e desconcentração com continuidade territorial;
- b) núcleos de ocupação descontínuos em Colombo, Campo Largo, Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Quatro Barras e Campina Grande do Sul, com tendência de extensão em direção ao polo, em especial no município de Campo Largo, situado numa região marcada pelo movimento de desconcentração com continuidade territorial;
- c) áreas periféricas de ocupação recente formadas a partir da extensão da mancha urbana além das áreas urbanas centrais dos municípios do entorno de Curitiba, que acompanham os principais eixos viários de ligação regional, identificadas em Campo Magro, Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Campina Grande do Sul e Almirante Tamandaré, derivadas do movimento de desconcentração com descontinuidade territorial. (FIGURA 40)

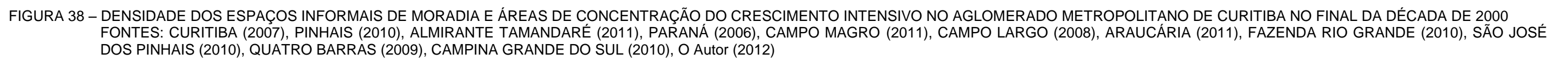


FIGURA 38 – DENSIDADE DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO CRESCIMENTO INTENSIVO NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 2000
FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

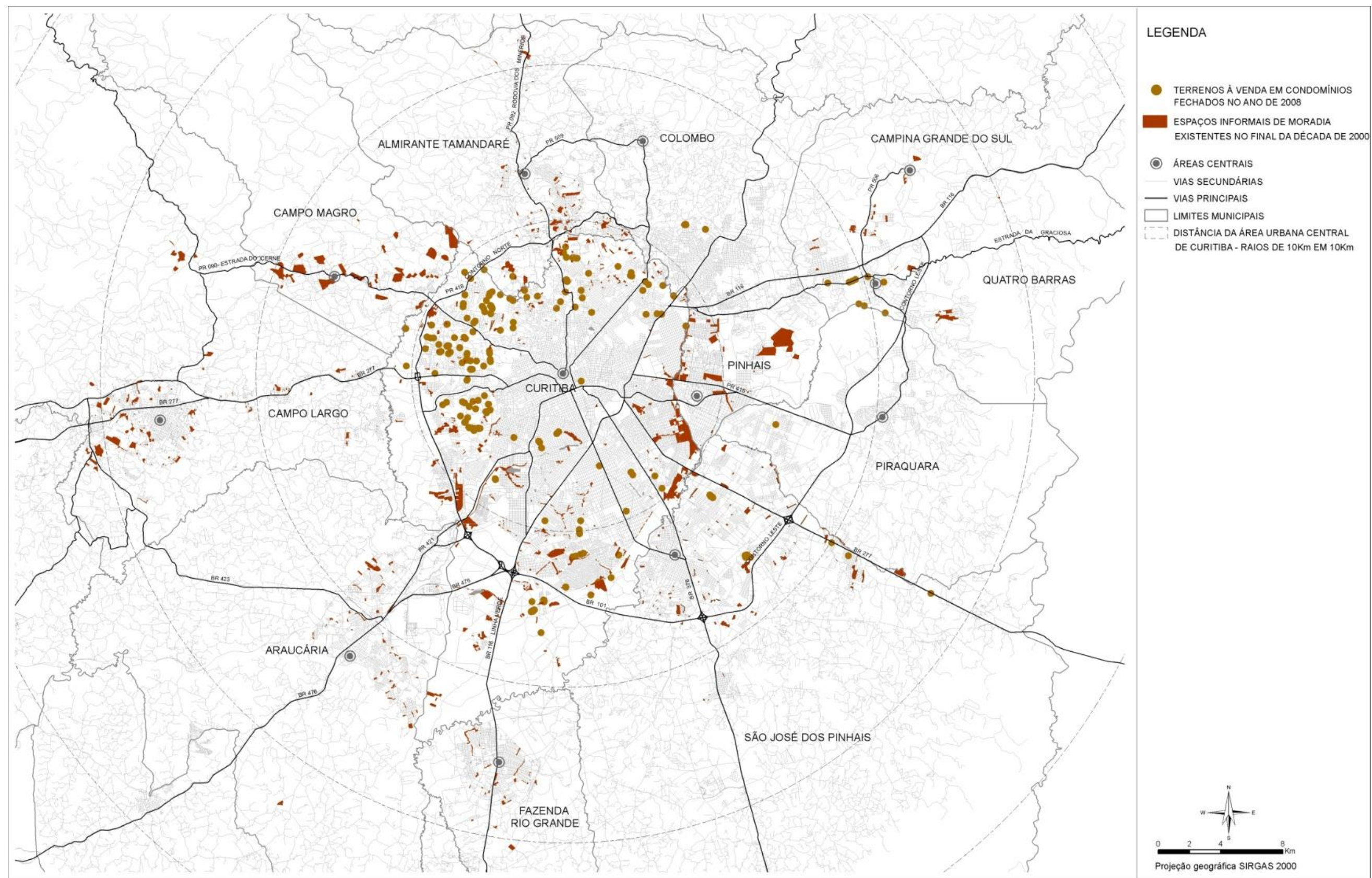


FIGURA 39 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E TERRENOS À VENDA EM CONDOMÍNIOS FECHADOS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA NO FINAL DA DÉCADA DE 2000
 FONTES: PEREIRA (2004), CURITIBA (2007), PINHAÍS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAÍS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

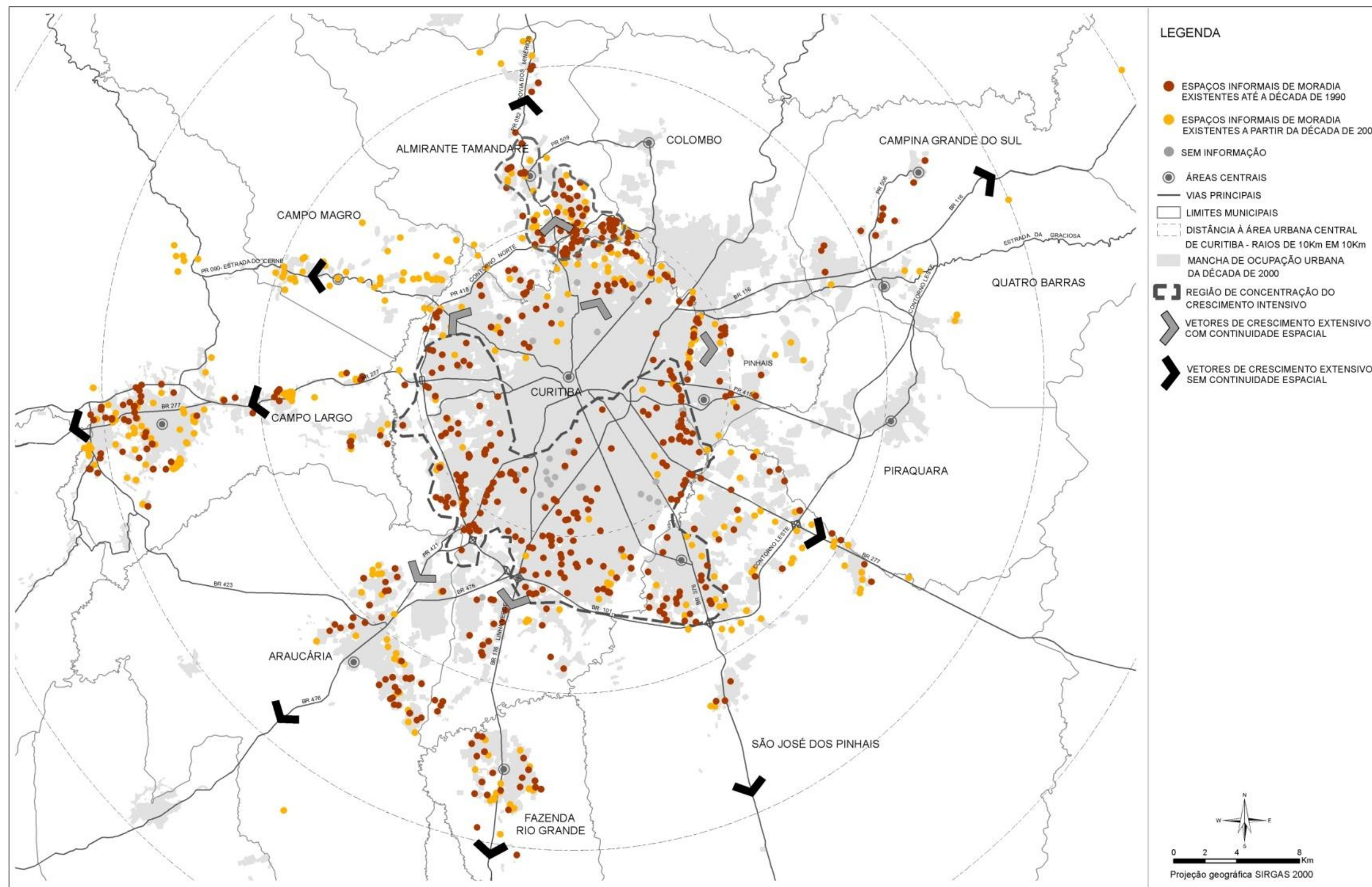


FIGURA 40 – ESTRUTURAÇÃO DA METRÓPOLE NO FINAL DA DÉCADA DE 2000

FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), O Autor (2012)

Com base nesses atributos, e comparando-os ao modelo de estruturação espacial precedente, o fenômeno analisado transformou as relações centro-periferia. Essa transformação é comprovada, em primeiro lugar, porque a produção de periferias no centro do aglomerado metropolitano é um processo ativo e não residual. A partir dos dados levantados observou-se que o crescimento em número de domicílios e assentamentos informais na região central da aglomeração não só ocorreu como foi intenso, se comparado ao verificado nas áreas urbanas mais distantes da cidade-polo.

À luz dessa dinâmica, a produção de periferias no centro não é, portanto, resultado de permanências espaciais, isto é, de um fenômeno que transforma espaços preteritamente produzidos como áreas periféricas em centrais em função do tamanho da aglomeração, mas sim um processo em evolução integrante do conjunto de mudanças que marcam a presente fase da produção e estruturação do espaço da metrópole. A esse processo soma-se a concentração dos condomínios fechados, dinâmicas que revelam a constituição de uma metrópole mais fragmentada e heterogênea.

A formação de uma morfologia urbana mais heterogênea deve-se, também, ao agrupamento das diferentes tipologias dos espaços informais de moradia em regiões específicas da metrópole. Por exemplo, a predominância de loteamentos clandestinos no norte do aglomerado metropolitano e no extremo sul de Curitiba, e a concentração de favelas no centro da metrópole e demais municípios.

As transformações nas relações centro-periferia são comprovadas, finalmente, pela observação de que o avanço das periferias pobres em direção às áreas rurais cada vez mais distantes do núcleo metropolitano é marcado pelo surgimento de novas relações entre estes novos espaços e as áreas urbanas centrais dos municípios do entorno de Curitiba.

É possível considerar que a partir desse processo emergente reforcem-se ou surjam novos subcentros metropolitanos, que passarão a desempenhar novas funções urbanas. Além disso, os novos espaços informais de moradia que se expandem sobre a zona rural difundem a urbanização e transformam esses espaços, que ganham novos conteúdos sociais e econômicos.

Presentes tanto no centro como na periferia metropolitana, de forma geral os espaços informais de moradia continuam sendo marcados pela precariedade da moradia e do assentamento e a dificuldade de acesso à cidade formal por parte de

seus residentes. Por outro lado, analisando-se as tipologias dos assentamentos informais e suas localizações observa-se maior diferenciação dos conteúdos socioespaciais desses espaços, materializada pelos diferentes perfis socioeconômicos de seus residentes e as características morfológicas de seus espaços.

É importante observar, ainda, que esta distribuição diferenciada da população residente em favelas e loteamentos clandestinos no conjunto do aglomerado metropolitano, com os de maior renda vivendo nas proximidades do núcleo da aglomeração e nos loteamentos clandestinos e os de renda mais baixa nas favelas e áreas mais distantes, acompanha o modelo radiocêntrico de composição do preço da terra, conforme demonstram a (FIGURA 41) e a (FIGURA 42). Tal atributo expressa que a produção das tipologias dos espaços informais e suas localizações se realizam a partir da mesma lógica que norteia a produção da cidade capitalista, a partir da qual a terra urbana é uma mercadoria que possibilita a extração da renda fundiária e a obtenção da mais-valia.

Outro aspecto que explica a fase de reestruturação espacial é que a maior proximidade espacial dos diferentes conteúdos socioespaciais das áreas residenciais, que no modelo precedente estavam organizados, distribuídos e separados entre áreas centrais e periféricas segundo classes sociais, tornou a morfologia urbana mais heterogênea e acentuou em escala metropolitana a fragmentação socioespacial.

O crescimento do número de domicílios informais na região central do aglomerado metropolitano de Curitiba, nas proximidades de áreas regulares habitadas por classes sociais de renda mais elevada, faz com que grupos com condições socioeconômicas, modos de vida e tipos de habitat distintos passem a morar com maior proximidade espacial, transformando a dinâmica de distribuição dos espaços residenciais formais e informais, que entre as décadas de 1970 e 1980 era caracterizada pela periferização da pobreza.

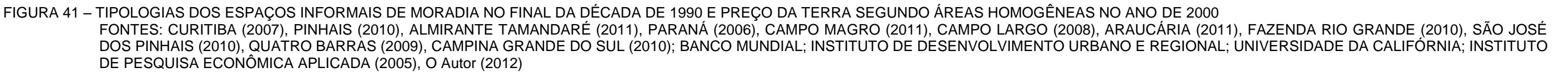


FIGURA 41 – TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO FINAL DA DÉCADA DE 1990 E PREÇO DA TERRA SEGUNDO ÁREAS HOMOGÊNEAS NO ANO DE 2000
FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010); BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL; UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2005), O Autor (2012)

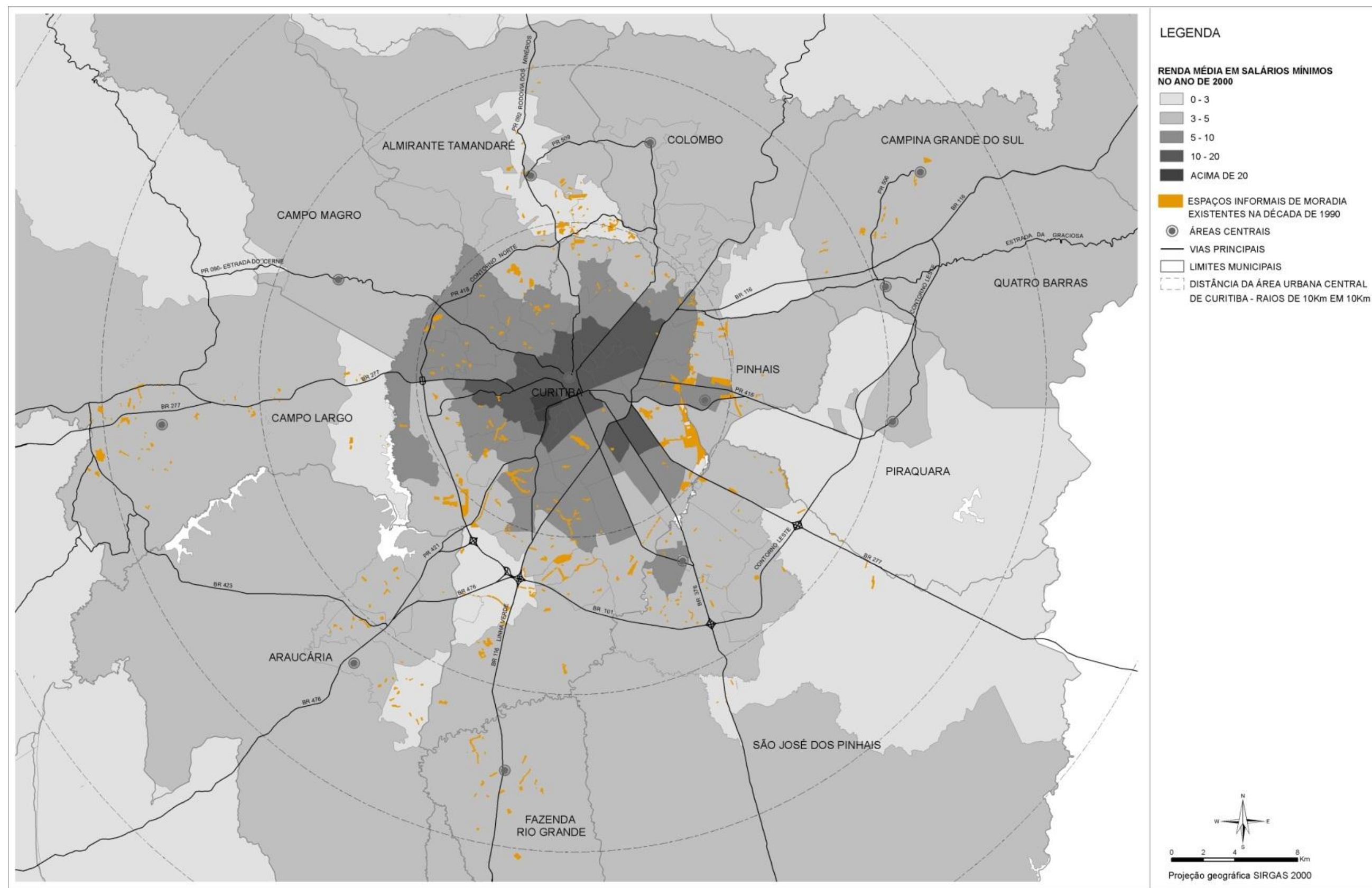


FIGURA 42 – ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA NO FINAL DA DÉCADA DE 1990 E RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE DOMICÍLIO SEGUNDO ÁREAS HOMOGÊNEAS NO ANO DE 2000
 FONTES: CURITIBA (2007), PINHAIS (2010), ALMIRANTE TAMANDARÉ (2011), PARANÁ (2006), CAMPO MAGRO (2011), CAMPO LARGO (2008), ARAUCÁRIA (2011), FAZENDA RIO GRANDE (2010), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2010), QUATRO BARRAS (2009), CAMPINA GRANDE DO SUL (2010), IPARDES (2003), O Autor (2012)

Com base na dinâmica descrita, é possível afirmar, portanto, que a produção dos espaços informais de moradia desempenha um papel central na reestruturação espacial observada a partir da década de 1990 na metrópole de Curitiba.

Caracterizada pela emergência de novas relações entre centro e periferia, à luz do processo de produção das ocupações irregulares, a reestruturação se realiza a partir de um movimento simultâneo de desconcentração e reconcentração espacial.

Os processos descritos conferem unidade e identidade ao processo de reestruturação espacial vigente e conformam a atual espacialidade metropolitana. Tais dinâmicas derivam da atuação concreta de diferentes agentes sociais responsáveis pela produção de seu espaço, conforme se analisa no próximo tópico.

6.3 PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA E DA METRÓPOLE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A partir de 1990, a produção dos espaços informais de moradia expande-se e intensifica-se no conjunto da aglomeração metropolitana de Curitiba, transformando a dinâmica de estruturação espacial. A realização desse processo deriva das novas estratégias postas em prática pelos agentes sociais que participam da produção dos espaços residenciais, conforme se aprofunda no presente tópico.

Com base no processo analisado é possível inferir que o crescimento da informalidade da moradia deriva da associação de três lógicas: a da necessidade, por parte da população que reside nestes assentamentos; a da acumulação e reprodução do capital, vinculada à atividade imobiliária; e à existência de um Estado subsidiário dos interesses privados. Estas lógicas inserem-se numa mesma racionalidade, a produção da cidade capitalista, que por sua vez integra o presente estágio de desenvolvimento desse modo de produção em escala mundial, fase denominada de globalização.

A relação entre estas lógicas desencadeia um jogo de interesses e ações postos em prática por agentes sociais concretos, que dão origem a diferentes tipologias dos espaços informais de moradia – favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares. A singularidade da produção de cada uma destas tipologias

possibilita distintas formas de acesso à moradia por parte da população nelas residente – ocupação, autoconstrução, compra e locação de imóveis parcelados ou ocupados por outrem.

É possível, também, afirmar que as diferenças observadas entre as tipologias dos assentamentos informais derivam da articulação entre processos e formas espaciais, responsável pela existência de distintos espaços de habitat residencial e vetores de estruturação do espaço metropolitano.

Conforme demonstrado, as favelas são dominantes no aglomerado metropolitano de Curitiba e respondem por 70% dos assentamentos, 50% da área por eles ocupada e 84% dos residentes nos espaços informais de moradia. Esta tipologia concentra-se nas proximidades do polo metropolitano e ocupa áreas menores em relação às demais. A maioria das favelas está situada em áreas de propriedade pública, inicialmente destinadas à proteção ambiental ou ao uso institucional em loteamentos regularmente aprovados. A localização desses assentamentos em áreas públicas é mais importante nos municípios do entorno, mas também é encontrada em Curitiba.

Os moradores das favelas do aglomerado metropolitano são os cidadãos submetidos ao maior número de irregularidades (fundiária, urbanística e econômica) e às piores condições de moradia. Para eles, o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características impróprias do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos marcados pelas altas declividades, a ocorrência de inundações, a precariedade dos materiais e das técnicas construtivas e a carência de infraestrutura urbana.

Nessa tipologia reside a parcela da população metropolitana mais pobre, formada por grande proporção de famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Nas novas favelas que se expandem em direção à zona rural dos municípios metropolitanos, a renda é ainda mais baixa (menos de um salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, observando-se maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e aos equipamentos urbanos.

Tomando como referência o processo de produção das favelas, os principais agentes responsáveis por sua existência e seu crescimento na última década são:

- a) a população de baixa renda residente, através da autoconstrução de sua moradia, da autoconstrução de uma segunda moradia para locação, ou da locação de uma moradia construída por outrem;
- b) grupos e indivíduos não residentes que edificam e alugam habitações nesses assentamentos;
- c) o Poder Público local através do sistema de controle de uso e ocupação do solo urbano e da política de habitação social praticados.

No que diz respeito às lógicas que conduzem as ações dos responsáveis pela produção das favelas, destacam-se as novas formas de acesso à moradia nesses assentamentos, através da locação e da comercialização dos imóveis. A locação de imóveis em favelas foi identificada em Araucária e é possível considerar que ela ocorra também em outros municípios⁷⁶ do aglomerado metropolitano. A comercialização de imóveis em favelas é uma prática corrente em diferentes municípios, conforme demonstraram Pereira e Silva (2009) na pesquisa realizada em Curitiba, Pinhais e Almirante Tamandaré no ano de 2008.

Os loteamentos clandestinos respondem por 25% dos assentamentos, 37% da área ocupada e 12% dos domicílios informais. Esta tipologia é a principal responsável pela extensão da mancha de ocupação urbana no norte do aglomerado metropolitano e no extremo sul do município de Curitiba. Uma característica relacionada ao processo de produção desta tipologia é que os novos assentamentos surgidos localizam-se no entorno de eixos viários de circulação regional ou em áreas com restrições legais ao parcelamento do solo urbano.

A renda dos moradores dos loteamentos clandestinos é em média mais elevada que a dos residentes nas favelas, e o perfil encontrado os posiciona fora da faixa da população que deveria ser atendida por programas de produção de habitação de interesse social, três salários mínimos. Em Curitiba, por exemplo, que concentrou na última década 44% desta tipologia, 82% dos domicílios desses assentamentos têm renda superior a três salários mínimos, e, deste total, 40% ganham mais que cinco salários mínimos.

Entre os agentes responsáveis pela produção dos loteamentos clandestinos destacam-se:

⁷⁶ A identificação desse fenômeno neste Município foi possível pelas informações disponíveis no seu PLHIS. A inexistência dele nos demais não significa que ele não ocorra, mas deve-se ao fato de que nos outros municípios a informação referente à locação do imóvel não foi levantada.

- a) a população residente que adquire as frações das glebas pertencentes aos loteamentos e edifica sua habitação;
- b) o Poder Público local, através de ações ligadas à execução da política de desenvolvimento urbano, em especial no que diz respeito ao controle do uso e da ocupação do solo;
- c) os proprietários e incorporadores imobiliários que promovem o parcelamento clandestino e a venda ilegal da terra.

Como já tratado em capítulos anteriores, a ação clandestina de loteadores de terra é antiga e constitui uma das principais forças responsáveis pela formação e extensão das periferias urbanas no Brasil desde meados do século XX. A singularidade da ação destes agentes na metrópole nas últimas décadas deve-se ao aumento do número de loteamentos clandestinos, especialmente em Curitiba, núcleo da aglomeração e município conhecido pela sua atuação no campo do planejamento urbano.

A ocorrência desse processo sinaliza a emergência de novas estratégias de atuação dos agentes produtores desses assentamentos e a ampliação do poder dos envolvidos na atividade imobiliária clandestina, inclusive na cidade-polo. Além disso, explicita a fragilidade e/ou omissão das administrações municipais na gestão do solo urbano e na execução e no controle da legislação urbanística.

Os loteamentos irregulares são menos expressivos em número, apenas 2%, mas representam 12% da área total dos espaços informais de moradia. Esta tipologia predomina no leste do aglomerado metropolitano e a principal irregularidade é de natureza urbanística, pois deriva de parcelamentos executados antes da Lei Federal 6766/1979 e da Lei de Proteção dos Mananciais da RMC aprovada na década de 1990. Embora a origem dessa tipologia seja anterior à legislação vigente, a persistência da situação de irregularidade destes assentamentos, ao longo destas décadas, ajuda a explicar muitos dos conflitos socioambientais presentes hoje nesta região da metrópole de Curitiba.

Outra característica identificada refere-se à produção de novos loteamentos irregulares em áreas públicas na última década. Derivada da atuação do Estado, ela revela aspectos da produção de habitação de interesse social pelos municípios metropolitanos, pois sua origem teve como objetivo relocar famílias de áreas de risco de acidente ambiental ou produzir lotes urbanizados.

Os agentes sociais responsáveis pela produção dos espaços informais de moradia são formados, portanto, por indivíduos, grupos, proprietários de terra, empresas envolvidas com a atividade imobiliária e governos, movidos por lógicas distintas, ora conflitantes ora convergentes.

Os residentes, em especial os de favelas e loteamentos clandestinos, são movidos pela lógica da necessidade e compostos pela parcela da população com recursos insuficientes para adquirir ou alugar uma moradia pelos meios formais de acesso à terra. A variação significativa observada na renda dos residentes (de menos de um a mais de cinco salários mínimos), a predominância das tipologias em áreas diferenciadas do conjunto da aglomeração metropolitana, e as diferentes formas de produção e acesso à moradia nesses assentamentos, permitiu constatar, no entanto, que as razões de tal dificuldade no conjunto dos seus habitantes são diferenciadas e não podem ser explicadas apenas pela baixa renda.

Com base no exposto, a partir da lógica da necessidade, a intensificação do processo de produção dos espaços informais de moradia na presente fase da metropolização de Curitiba relaciona-se com a reprodução da população residente nesta aglomeração urbana em sentido ampliado. Ou seja, não está restrito às condições socioeconômicas da população, mas dele também participa, com igual ou maior importância, o processo a partir do qual o espaço metropolitano é hoje produzido. A partir desta constatação, as estratégias de atuação de todos os agentes sociais pela produção da metrópole ganham importância.

Os proprietários de terra e empreendedores imobiliários interessam-se pela acumulação e reprodução do capital através da contínua extração da renda da terra. A concretização desta lógica faz-se pela participação de todos os envolvidos com a atividade imobiliária, formal ou informal. A partir dela promove-se a produção e distribuição dos diferentes espaços residenciais existentes e, conseqüentemente, dos diferentes conteúdos socioespaciais, responsáveis pela emergência de novas relações centro-periferia.

Na presente fase da produção espacial, a atuação dos agentes envolvidos com a atividade imobiliária singulariza-se pelas novas formas de acesso à moradia popular, destacando-se a comercialização e locação de imóveis em assentamentos informais, e pela criação permanente e cada vez mais acelerada de produtos imobiliários destinados à população que pode pagar pela constante renovação de seus desejos de consumo.

A compreensão das singularidades destes distintos ramos do mercado imobiliário é preponderante para explicar a produção dos espaços informais de moradia, pois em relação eles participam da composição geral dos preços dos imóveis e transformam as formas e conteúdos socioespaciais dos fragmentos que compõem a atual espacialidade metropolitana.

A emergência da globalização desempenha um importante papel nesse processo, pois a partir de sua difusão novos e vultosos investimentos dos setores imobiliário e produtivo transnacional promoveram a refuncionalização dos espaços consolidados e o surgimento de novos, alterando a lógica dos investimentos públicos, da regulação urbanística e da composição do preço da terra. Dentre os efeitos desse processo destaca-se a polarização social observada a partir da produção dos espaços de habitat residencial – favelas, loteamentos clandestinos e condomínios residenciais fechados.

A dinâmica de produção dos espaços de moradia a partir da emergência dos novos modos de vida e produção revela, portanto, as contradições da presente fase de reestruturação espacial, observando-se que o vetor de concentração caracteriza-se pela reunião na mesma espacialidade de habitats muito contrastantes.

À realização do processo descrito, o Estado cumpre, por fim, um papel decisivo, que se concretiza em distintas escalas de gestão, da federal à municipal, e se realiza por meio de uma complexa rede de relações, interesses e expedientes. Com base na análise realizada, sua ação pode ser sintetizada: (i) pela execução do ordenamento territorial, principalmente através do zoneamento de uso e ocupação do solo, da tributação dos imóveis urbanos e do sistema de acompanhamento e controle do processo de produção do espaço; (ii) pelos investimentos em serviços e infraestrutura; (iii) e pela política habitacional praticada.

No que diz respeito ao ordenamento territorial, o primeiro expediente refere-se à aplicação parcial e/ou flexível da legislação urbanística, uma característica presente ao longo da história do planejamento urbano no Brasil. A partir dessa racionalidade, a Lei vale para algumas áreas da cidade, em geral aquelas onde a normativa atende aos interesses da produção imobiliária formal, e é pouco exigida em áreas residenciais populares ou com restrições à ocupação urbana formal. A flexibilização da norma urbanística é norteadada por objetivos similares aos anteriormente expostos, mas concretiza-se pelas alterações sucessivas e oportunistas dos parâmetros urbanísticos.

Apesar de ilegal, o expediente descrito é coerente com um modelo de produção de cidade planejada e gerida por um Estado subsidiário de interesses privados e grupos minoritários. A partir dele a cidade não é apenas produzida, mas também planejada e gerida em fragmentos, pois desta forma consegue-se atender grupos e objetivos variados, de proprietários fundiários e corporações a políticos interessados em relações clientelistas baseadas na exploração da pobreza.

A atuação do Estado descrita explica, por exemplo, a viabilização dos empreendimentos Ecoville e Aphaville Graciosa, a expansão dos loteamentos clandestinos em Curitiba, e a predominância de favelas em áreas públicas nos municípios metropolitanos.

Outro aspecto deste expediente é que embora as mudanças sucessivas dos parâmetros de ordenamento territorial sejam justificadas, no discurso, pela garantia da qualidade e o equilíbrio do ambiente urbano, na prática elas garantem que a ocupação e distribuição dos espaços residenciais no conjunto da aglomeração metropolitana realizem-se por meio da repartição dos diferentes grupos sociais.

Como já afirmado, essa relação entre planejamento urbano e fragmentação socioespacial não é nova, acompanha a história esta prática no Brasil, a novidade é que tal divisão materializa-se pelas novas formas de produção do habitat residencial e suas localizações, formais e informais, a partir das quais emerge um modo de vida urbana marcado pelo convívio de iguais e a existência de espaços públicos cada vez menos plurais e democráticos. Tal modelo tem relação com a maior ou menor possibilidade dos grupos sociais em acessar a propriedade imobiliária ao consumo, pois é a partir deles que se estabelecem as novas clivagens socioespaciais e o acesso aos diferentes espaços urbanos.

Ao padrão de execução da normativa urbanística agrega-se a inexistência de uma política fundiária que obrigue o cumprimento da função social da propriedade urbana, da qual participam os sistemas de tributação dos imóveis urbanos e de informações para controle e acompanhamento do uso e ocupação do solo, bem como a canalização de investimentos, projetos e programas para áreas restritas e determinadas da metrópole. Estas formas de atuação do Estado, somadas às anteriormente descritas, potencializam a acumulação e reprodução do capital através da extração da renda da terra e aprofundam a fragmentação e polarização socioespacial.

A partir do papel do Estado reconhece-se, também, a participação decisiva das administrações municipais no processo de produção e estruturação do espaço metropolitano. A participação da instância local revela-se, na verdade, como um dos maiores desafios ao desenvolvimento destes aglomerados urbanos no Brasil, e se concretiza pela gestão fragmentada de um fenômeno que é uno, a metropolização.

A existência de uma política urbana com tais características contribui para a produção de uma metrópole ao mesmo tempo mais dispersa e adensada, que, conforme identificado, caracteriza-se pela ocupação precária de periferias cada vez mais distantes do núcleo urbanizado, pelo aumento e manutenção de vazios urbanos à espera de valorização imobiliária, e a densificação de assentamentos precários em áreas impróprias à ocupação no núcleo da aglomeração metropolitana.

No que diz respeito à política habitacional, e, neste caso, além do poder municipal participa a instância de gestão federal, observa-se a preponderância e manutenção da lógica do mercado imobiliário. Tal expediente materializa-se, conforme se aprofundou no Capítulo 4, pela concepção de programas de provisão de moradias que desconsideram as demandas, necessidades e limites da população que de fato deles deveriam se beneficiar, provocando a inversão de prioridades nos investimentos públicos e beneficiando a atividade imobiliária. As consequências de uma política com tais características são comprovadas pelo crescimento da informalidade urbana nas últimas décadas, que tem ocorrido em paralelo à retomada dos investimentos federais para produção de moradia.

Na presente fase de reestruturação da metrópole de Curitiba, a ocorrência simultânea dos vetores de concentração e desconcentração espacial, identificados a partir da análise do processo de produção dos espaços informais de moradia, é derivada, portanto, da ação dos agentes sociais concretos que participam da produção da cidade.

A dinâmica analisada demonstrou também que na reestruturação espacial ocorrida duas últimas décadas, os espaços informais de moradia desempenham um papel principal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As favelas e os loteamentos clandestinos e irregulares não são apenas parte da cidade, mas desempenham um papel principal na reestruturação do espaço da metrópole de Curitiba nas últimas décadas.

A comprovação empírica desta constatação é relevante para a compreensão da lógica a partir da qual são produzidos estes aglomerados na presente fase da urbanização, especialmente em países formados por grande contingente de população de baixa renda. Além disso, corrobora a hipótese de que considerar apenas os novos espaços responsáveis pela reprodução do capital não é suficiente para explicar a complexidade e a totalidade do fenômeno de reestruturação espacial experimentado pelas metrópoles na contemporaneidade.

Tal confirmação contribui, ainda, para desconstruir uma interpretação equivocada baseada na dualidade “cidade versus favela”, que conforme Valladares (2005) está na origem das representações sociais e reflexões a respeito da moradia informal no Brasil. Apesar de amplamente criticada, esta ideia encontra-se ainda hoje presente e reforça a visão de que a informalidade constitui um fenômeno que foge à racionalidade do sistema vigente, sendo muitas vezes interpretado como uma patologia urbana. Esta leitura, reforçada pelo paradigma da cidade competitiva nos mercados globais, se expressa no Brasil nos últimos anos pela retomada das remoções forçadas em favelas de metrópoles que se preparam para receber megaeventos esportivos, e são observadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba.

A partir da pesquisa desenvolvida, apurou-se também que os espaços informais de moradia são elementos analíticos fundamentais para a compreensão das lógicas e morfologias responsáveis pela reestruturação da metrópole de Curitiba nas últimas décadas, permitindo-se associar a intensificação desse processo à consolidação da metropolização e ao fenômeno de internacionalização. A partir desta constatação, a reestruturação presente se realiza tanto pela expansão e concentração dos novos espaços destinados às atividades econômicas e das redes de infraestrutura de comunicação e circulação avançadas como dos espaços pobres, precários e informais.

A consideração destas contradições agrega, portanto, novos elementos aos estudos acerca da produção das metrópoles na contemporaneidade, que conforme afirma Gottdiener (1997, p. 230) constitui a morfologia espacial correlata à presente fase de produção capitalista.

A existência indissociável de espaços de riqueza e pobreza, do mais avançado e do mais atrasado, do que é considerado central e periférico, tem sua melhor expressão na produção das metrópoles. Nesta perspectiva, e por serem resultado da relação dialética entre processo e forma, estas grandes aglomerações urbanas expressam e ao mesmo tempo viabilizam, do local ao global, as dinâmicas de acumulação de capital e reprodução social, nas quais os espaços de moradia da parcela mais pobre da população desempenham uma função primordial.

Além da verificação de que a inserção da metrópole de Curitiba na economia globalizada ocorreu de modo concomitante à ampliação da dificuldade de acesso à cidade formal por parte da população de menores rendimentos, observou-se, também, uma transformação no modo de produção dos espaços informais de moradia. A relação entre estes processos, responsável pela ampliação das desigualdades socioespaciais, deriva das transformações no mundo do trabalho, da constituição de um Estado cada vez mais subsidiário dos interesses econômicos, e das novas lógicas que conduzem a atividade imobiliária.

Os ajustes no mercado de trabalho integram a lógica a partir da qual se realiza a reestruturação capitalista em escala mundial nas últimas décadas. Nela, o aumento da produtividade baseia-se na flexibilização das relações de trabalho e na implementação de novos padrões organizacionais e tecnológicos, responsáveis por reconfigurar as profissões da classe trabalhadora e as bases a partir das quais se estabeleciam os direitos sociais que caracterizaram o período fordista no passado.

Esse novo modelo ampliou as desigualdades em termos de renda e dificultou o acesso à moradia, pelo aumento da insegurança no emprego e pela maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal de uma parcela significativa da população. Produziu, também, o crescimento do setor informal, composto por trabalhadores com baixa qualificação profissional, que auferem baixos salários e onde predomina o trabalho precário e sem acesso a direitos, que conforme destaca Sassen (2010) integram a infraestrutura de empregos responsável por fazer funcionar o sistema econômico atual.

Esse quadro é agravado pelo paradigma da competitividade urbana e da exacerbação da cidade mercadoria, que de acordo com Vainer (2000), De Mattos (2004) e Sassen (2010) tem norteado a gestão metropolitana nas últimas décadas e produzido a inversão de prioridades na execução das políticas públicas. A difusão desse modelo caracteriza-se pela redução dos investimentos públicos nas políticas sociais e pelo fortalecimento da ação privada na produção do espaço metropolitano, ampliando a histórica dificuldade de acesso ao direito à cidade formal e urbanizada por parte da população de baixa renda no Brasil.

A dinâmica descrita é fundamental para se compreender a reestruturação espacial observada na metrópole de Curitiba. Neste processo, conforme demonstrado, as alterações na legislação urbanística e os investimentos públicos focalizados em áreas destinadas à implantação das atividades industriais, de comércio e serviço emergentes e dos novos produtos imobiliários para a parcela solvável da população, têm promovido a refuncionalização dos espaços com impactos na reprodução social.

Assim, ao qualificar os espaços informais de moradia como elemento central da análise o trabalho comprova que a metropolização em curso, caracterizada pela ampliação das desigualdades socioespaciais, é, conforme destacam Gottdiener (1997) e Sassen (2010), a expressão de um tipo de crescimento assentado numa relação de complementariedade entre os que ganham e os que perdem no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial.

A partir desta constatação, pode-se afirmar que os efeitos dos novos modos de vida e produção na reestruturação do espaço das metrópoles contemporâneas não estão restritos ao aumento das atividades tidas como centrais para o desenvolvimento da economia – os serviços especializados de apoio à produção e as atividades ligadas à tecnologia da informação e comunicação; as funções de gestão, controle e direção das grandes corporações; as indústrias dinâmicas e inovadoras e a distribuição e comercialização de produtos globalizados; e os novos produtos imobiliários –, mas deles participam também e de forma ativa os espaços informais de moradia.

À luz do processo descrito, a reestruturação espacial se produz pela existência de novas relações centro-periferia, responsáveis pela consolidação de metrópoles mais complexas e fractais. Em Curitiba ela resulta, em especial, da produção das favelas e dos loteamentos clandestinos nas duas últimas décadas e se

expressa pelos movimentos de desconcentração e reconcentração espacial, responsáveis por um crescimento que ao mesmo tempo intensifica-se no núcleo e expande-se em direção a periferias cada vez mais distantes. Verificou-se, ainda, que este duplo movimento deriva-se da atuação de distintos agentes sociais, se expressa pela materialização de diferentes tipologias dos espaços informais de moradia, e vincula-se às novas formas de produção desses assentamentos, onde a lógica da necessidade soma-se à do mercado imobiliário.

O movimento de desconcentração é produzido pelo crescimento extensivo, que conforma uma metrópole mais dispersa e uma urbanização descontínua. O reforço à concentração deriva do crescimento intensivo, que ocorre pelo adensamento dos assentamentos informais pré-existentes e situados nas áreas mais cênicas em relação à cidade-polo.

A partir da identificação dos vetores de crescimento intensivo e extensivo comprovou-se também que a produção dos espaços informais de moradia é um processo ativo tanto no núcleo como nas áreas periféricas do aglomerado metropolitano. Eles explicam, ainda, a presença de periferias no centro e o surgimento de novas relações espaciais entre as áreas urbanas centrais dos municípios limítrofes ao polo e as novas periferias produzidas.

A existência simultânea dos movimentos de desconcentração e reconcentração deu origem a uma estrutura espacial menos regular, mais heterogênea e fragmentada, pois a localização dos conteúdos que no paradigma anterior eram reconhecidos como centro e periferia já não se encontram mais tão claros e ordenados como no passado, comprovando que a presente fase é de reestruturação.

A análise revelou também as características da metropolização ocorrida em Curitiba a partir da década de 1990, uma urbanização que avança em direção à periferia, livra-se de fronteiras territoriais e conforma uma aglomeração formada pela fusão de diferentes cidades. Esta espacialidade, estendida e dispersa, é fundamentalmente derivada dos espaços de moradia da parcela mais pobre da população metropolitana, ao contrário do que ocorre em outras realidades, onde são os equipamentos de consumo, como os shopping centers, ou os condomínios fechados de alta renda os maiores responsáveis por essa extensão.

À dispersão somam-se as transformações das funções desempenhadas pelo núcleo principal e a tendência de surgimento de novos subcentros metropolitanos

em áreas periféricas. No núcleo principal, destacam-se o comércio e o serviço especializado, os grandes empreendimentos imobiliários e as favelas. Os subcentros emergentes ganham dinamismo e recebem atividades diversificadas para atender as demandas da população residente nas novas áreas de moradia popular que crescem na periferia metropolitana.

Tomando como referência a morfologia espacial resultante do processo analisado, reconhecem-se na metrópole de Curitiba tanto características similares às descritas por Ascher (1995), Leroy (2000), Méo (2008) e Sassen (2010) em outros continentes, como importantes diferenças. Dentre as características comuns destacam-se a concentração de pessoas, bens e informações, a complexidade, heterogeneidade e dispersão espacial e a descontinuidade territorial. Entre as diferenças, o fenômeno aqui ocorrido não se singulariza pela forma dele resultante, mas pelos conteúdos e processos responsáveis pela sua produção.

O reconhecimento destas singularidades corrobora a constatação de Lefebvre (2001) de que a compreensão das morfologias espaciais não está reduzida à descrição das materialidades ou da maneira como estas se distribuem no espaço, mas deriva da relação dialética entre conteúdo e forma. Assim, a totalidade do processo de produção espacial somente pode ser revelada pelo reconhecimento das lógicas responsáveis pela formação e distribuição dos conteúdos socioespaciais que compõem a forma urbana.

A partir dos resultados expostos destaca-se, por fim, que embora representem o fechamento de um projeto eles não se colocam como absolutos e, seguramente, levantam novas questões. O conhecimento a respeito da temática desenvolvida na metrópole de Curitiba é ainda um campo vasto e pouco explorado, que merece ser aprofundado.

A importância da continuidade de novos estudos a respeito do tema justifica-se porque a partir deles será possível compreender como se estabelece a luta cotidiana da população residente nos espaços informais de moradia pelo direito à cidade. Acredita-se, ainda, que o aprofundamento do conhecimento acerca da dinâmica de produção destes assentamentos pode ajudar na construção de um devir mais justo e igualitário. Neste sentido, torna-se fundamental aprofundar as estratégias de atuação dos agentes sociais responsáveis pela produção das metrópoles na contemporaneidade, a partir das quais são estabelecidas as disputas, os consensos e os dissensos.

Aceitar o desafio de contar a história urbana a partir da produção dos espaços informais de moradia permite a construção de novas sínteses acerca da produção das metrópoles na contemporaneidade, a partir das quais é possível acreditar na construção de novas perspectivas e utopias urbanas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In: ABRAMO, P. (Org.) **A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003. p. 189-223.

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13. **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009.

AGAMBEM, G. Metropoli: uni nomade. In: SEMINAR METROPOLI-MOLTITUDINE, 2006, Venice. **Anais...** Disponível em: <<http://www.egs.edu/faculty/giorgio-agambem/articles/metropolis-spanish/>>. Acesso em: 5/10/2011.

ALBUQUERQUE, A. F. de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALMIRANTE TAMANDARÉ. **Plano Local de Habitação de Interesse Social, Diagnóstico do Setor Habitacional**. Almirante Tamandaré, 2011. 331 p.

ARAUCÁRIA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social, PD 03 Diagnóstico do Setor Habitacional Versão Final**. Araucária, 2011. 435 p.

ASCHER, F. **Metápolis ou l’avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

ASCHER, F. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: ALMEIDA, M. A. R. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BALTRUSIS, N. **Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade**: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas da Região Metropolitana de São Paulo. 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Estudos estratégicos de apoio às políticas urbanas para grupos de baixa renda**. Brasília, 2005.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, 2002. p. 45-54.

BERRY-CHIKHAOUI, I.; DEBOULET, A.; ROULLEAU-BERGER, L. (Dir.). **Villes internationales**: entre tensions et réactions des habitants. Paris: La Découverte, 2007.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 01, p. 70-104, 18 set. 2004. Disponível em: < https://www.usjt.br/aeq.urb/numero01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 15/8/2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: 2007.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34: EDUSP, 2000.

CAMPINA GRANDE DO SUL. **Plano Municipal de Habitação do Município e Campina Grande do Sul, Diagnóstico da Situação Habitacional**. Campina Grande do Sul, 2010. 221 p.

CAMPO LARGO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social, Diagnóstico Habitacional**. Campo Largo, 2008. 43 p.

CAMPO MAGRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Magro, Análise Temática Integrada**: mapa das ocupações irregulares. Campo Magro, 2005. 1 CD-ROM.

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 17, 2007. p. 219-240.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira da Língua Portuguesa, 1986.

CURITIBA. Boletim Casa Romário Martins. **COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações**. Curitiba, v. 30, n.133, Dez. 2006.

CURITIBA. Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**. Curitiba, 2007. 1 CD-ROM.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE MATTOS, C. A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 157-196.

DELGADO, P.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/ 1991. In: **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 1CD-ROM.

FAZENDA RIO GRANDE. **Plano Local de Habitação de Interesse Social, Diagnóstico do Setor Habitacional**. Fazenda Rio Grande, 2010. 310 p.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. 21 p. No prelo. Disponível em:
<<http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/index.html>> Acesso em: 8/9/ 2005.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. **RA' EGA O espaço geográfico em análise**. Curitiba, n. 5, p. 27-46, mar./jun. 2001.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 79-100, jul./ dez. 2002.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Considerações sobre o grau de integração da região Metropolitana de Curitiba na economia internacional e seus efeitos nas transformações socioespaciais. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p. 31-60.

GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

GASPARINI, D. **Regularização de loteamento e desmembramento**. São Paulo: FPFL/Cepam, 1993. 94 p.

GOIX, R. L. Les gated communities aux États-Unis et em France: une innovation dans le développement périurbain? In: **Hérodote revue de géographie et de géopolitique**. Paris, n. 122, p. 107-137, jul./set. 2006.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIDALGO, R; BORSDORF, A; SÁNCHEZ, R. Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nas metrópoles latino-americanas – o caso de Santiago do Chile. In: SILVEIRA, R. L. L. da; PEREIRA, P. C. X.; UEDA, V. **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 14-44.

HIPERTEXTO. In: DICIONÁRIO priberam da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=hipertexto>>. Acesso em: 8/8/2008

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 18/11/2011a.

IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 18/11/2011b.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2057&id_pagina=1>. Acesso em: 6/7/2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Indicadores intrametropolitanos**: diferenças sócio-espaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2005. 55 p.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFEBVRE, H. A noção de totalidade nas ciências sociais. In: **Materialismo dialético e sociologia**. Portugal: Presença, 1963.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 65-75.

LEROY, S. Sémantiques de la métropolisation. **L' Espace géographique**, Montpellier, v. 9, n. 1, p. 78-86, 2000.

LIMA, C. A. et al. Ocupação urbana em área de mananciais: análise de densidade e índice de ocupação como evidências de um padrão em consolidação nos municípios de Pinhais e Piraquara – Região Metropolitana de Curitiba. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p. 269-294.

MAMMARELLA, R. **O Estado do Paraná no Censo 2010**. 31 p. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/PR_Censo2011.pdf> Acesso em: 11/1/ 2012.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÉO, G. di. Introdução ao debate sobre metropolização: uma chave de interpretação para compreender a organização contemporânea dos espaços geográficos. **Confins**, Paris, São Paulo, v. 4, 1-12, nov. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5433.html>> Acesso em: 6/10/2011.

MOTA, T. L. T. C. S. da. **Metrópole e periferização**: a produção do espaço urbano no Município de Colombo. 57 f. Monografia (Especialização em Cidade, Meio Ambiente e Políticas Públicas) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. (Org.) **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Vitruvius**, Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em: 6/7/2012.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da atividade 1:** identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Brasília: Ministério das Cidades – Observatório das Metrópoles – FASE – IPARDES, 2005. 118 p. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 5/1/2012.

OLIVEIRA, D. O campo do planejamento urbano em Curitiba. In: **História: questões & debates**. Curitiba, p. 220-238, jun./dez. 1991.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Região Metropolitana de Curitiba, Plano de Desenvolvimento Integrado: organização espacial**. Curitiba, 1978.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de Almirante Tamandaré**. Curitiba, 1997a.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de Araucária**. Curitiba, 1997b.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de Campina Grande do Sul**. Curitiba, 1997c.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de Campo Largo**. Curitiba, 1997d.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de Fazenda Rio Grande**. Curitiba, 1997e.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de Pinhais**. Curitiba, 1997f.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Levantamento das ocupações irregulares, Município de São José dos Pinhais**. Curitiba, 1997g.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: documento para discussão**. Curitiba, 2001. 181 p.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional**. Curitiba, 2006. 303 p.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 18/2/2012.

PEREIRA, G. de F. **Produção da cidade e degradação do ambiente**: a realidade da urbanização desigual. 229 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente de Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PEREIRA, G. de F. **Mercado imobiliário e estruturação do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Laboratório de Habitação e Urbanismo – UFPR, 2004. 11 p. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Fundação Araucária; Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles. Dimensão sócio-espacial da Exclusão/Integração nas metrôpoles: estudos comparativos. Projeto 2004014036 BANPESQ THALES) Projeto concluído.

PEREIRA, G.; SILVA, M. N. da. Dinâmica Imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p. 295-314.

PICCINI, A. **Cortiços na cidade**: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

PINHAIS. Prefeitura Municipal de Pinhais. **Plano de Habitação e Regularização Fundiária, Etapa 2 Diagnóstico Versão Final**. Pinhais, 2010. 165 p.

POLUCHA, R. S. **Ecoville: construindo uma cidade para poucos**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-242. (O Brasil republicano, 4).

PROGRAMA DE DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (MADE). **Urbanização e recursos hídricos na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004 CD-ROM.

QUATRO BARRAS. Prefeitura Municipal de Quatro Barras; Ambiens Sociedade Cooperativa. **Plano Diretor de Quatro Barras, Produto 2 Análise Temática Integrada**. Quatro Barras, 2005. 142 p.

QUATRO BARRAS. Prefeitura Municipal de Quatro Barras. **Regularização Fundiária em Quatro Barras**. Quatro Barras, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. M. **O que é a questão da moradia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, L. C. Q. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/cidade-desigual-ou-cidade-partida.pdf>>. Acesso em: 6/10/2011.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. (Org.). **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 271-283.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2003.

SANTOS, G. Lá e cá: a mobilidade de trabalhadores de Colombo para Curitiba. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p. 253-268.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social, Diagnóstico do Setor Habitacional**. São José dos Pinhais, 2010. 480 p.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHIFFER, S. R. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 73-110.

SILVA, M. N. da. **Indústria e produção do espaço urbano em Araucária**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In: **Investigaciones Geográficas**. Distrito Federal México, n. 54, p. 114-139, 2004a. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/569/56905408.pdf>>. Acesso em: 16/11/2010.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente, 2004b. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. XI, n. 245, 1agosto2007b. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.html>>. Acesso em: 23/8/2011.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS FILHO, N. G. (Org.) **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 38-54.

TASCHNER, S. P. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, P. (Org.) **A Cidade da Informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, 2003. p. 13-41.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Org.). **Metrópole grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: ARANTES, O. B. F., et al. (Org.) **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VASCONCELOS, P. de A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. (Org.) **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96.

VIDAL-KOPPMANN, S. Reestructuración económica y nuevos territorios urbanos em las periferias metropolitanas de America Latina – el caso de Buenos Aires. In: SILVEIRA, R. L. L. da.; PEREIRA, P. C. X.; UEDA, V. **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 14-44.

VIEILLARD-BARON, H. Des banlieues françaises aux peripheries américaines: du mythe à l'impossible confrontation? In: **Hérodote revue de géographie et de géopolitique**. Paris, n. 122, p. 10-24, jul./set. 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. **A responsabilidade das elites e a decadência dos centros do Rio e de São Paulo**. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_b.html> Acesso em: 2/5/ 2010.

WACHOWICZ, R. C. **Tomás Coelho uma comunidade camponesa**. Curitiba: Real, 1977.